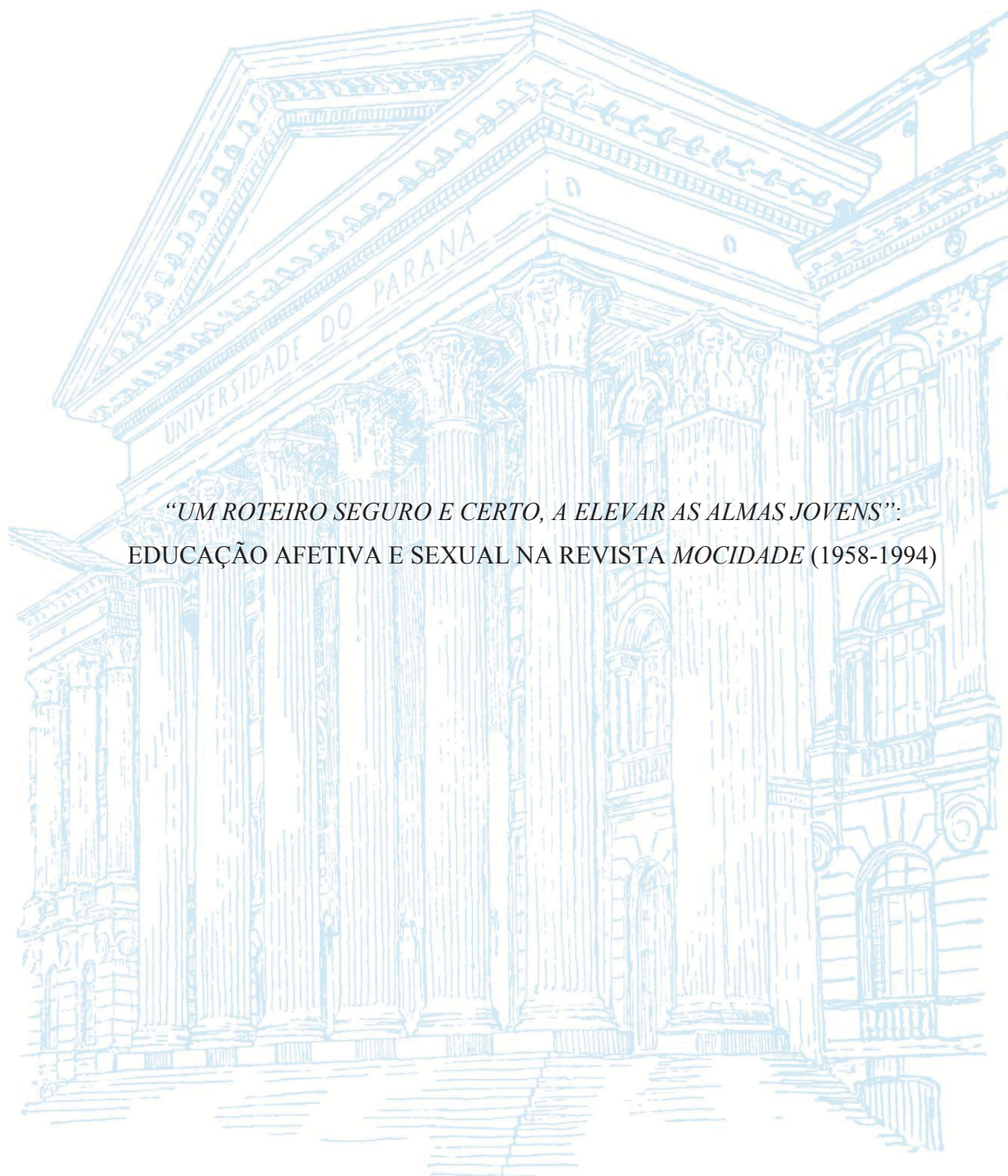


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LUANNA FERNANDA DA CRUZ BACH



“UM ROTEIRO SEGURO E CERTO, A ELEVAR AS ALMAS JOVENS”:
EDUCAÇÃO AFETIVA E SEXUAL NA REVISTA *MOCIDADE* (1958-1994)

CURITIBA

2020

LUANNA FERNANDA DA CRUZ BACH

“UM ROTEIRO SEGURO E CERTO, A ELEVAR AS ALMAS JOVENS”:
EDUCAÇÃO AFETIVA E SEXUAL NA REVISTA *MOCIDADE* (1958-1994)

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, linha de pesquisa Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimento na História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientação: Prof^a Dr^a Karina Kosicki Bellotti.

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Bach, Luanna Fernanda da Cruz

“Um roteiro seguro e certo, a elevar as almas jovens” : educação afetiva e sexual na revista *Mocidade* (1958 – 1994). / Luanna Fernanda da Cruz Bach. – Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Prof^ª. Dr^ª. Karina Kosicki Bellotti

1. Educação sexual para jovens - Periódicos. 2. Relações de gênero. 3. Igreja Adventista do Sétimo Dia – Publicações seriadas. 4. *Mocidade* (Revista) – História e crítica. I. Bellotti, Karina Kosicki, 1978 -. II. Título.

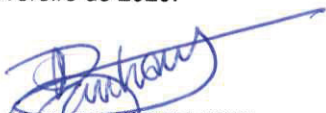
CDD – 056.981286

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **LUANNA FERNANDA DA CRUZ BACH**, intitulada: **"UM ROTEIRO SEGURO E CERTO, A ELEVAR AS ALMAS JOVENS": EDUCAÇÃO AFETIVA E SEXUAL NA REVISTA MOCIDADE (1958-1994)**, sob orientação da Profa. Dra. KARINA KOSICKI BELLOTTI, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 28 de Fevereiro de 2020.



KARINA KOSICKI BELLOTTI
Presidente da Banca Examinadora



SANDRA DUARTE DE SOUZA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO)



PRISCILA PIAZZENTINI VIEIRA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



Para Luiz Inácio Lula da Silva, por fazer universidade se pintar de povo.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos vão inteiramente para as pessoas que, nessa trajetória, me apoiaram e me incentivaram a ir atrás do que eu queria pra mim. A vida acadêmica pode muitas vezes escapar à compreensão de alguns, mesmo dos que por ela também passaram. Mas o que me alegra realmente é ver a felicidade no rosto do meu vô e minha vó, Jair e Gesa, que mesmo com pouca oportunidade de acessar os estudos formais, sabem o valor da educação e se emocionam a cada nova etapa que suas netas conquistam. Obrigada ao meu pai e minha mãe, Luiz e Lúcia, por me apoiarem e me motivarem durante toda a vida. Serei sempre grata por todos os esforços que fizeram para que eu pudesse estudar, pois sei que abriram mão de muitas coisas para possibilitar que eu chegasse até aqui. Com vocês aprendi o que é o amor. Kamila, irmã e amiga, minha sorte é saber que tenho você sempre por perto.

Um muito obrigada para a professora Karina, por ter acreditado no meu trabalho desde a iniciação científica e topado meus novos projetos de braços abertos. Você é dedicada, atenciosa e tem um conhecimento imenso. Agradeço por compartilhá-lo comigo. Professora Ana Paula e professor Marcos, agradeço pelas inúmeras sugestões que fizeram esse trabalho crescer ao longo dos seminários de linha. Obrigada também às professoras Sandra e Priscila, pela atenção ao ler esta dissertação e pelas contribuições feitas na banca de qualificação.

Agradeço aos colegas de turma, por trazerem esperança nas quintas pela manhã no decorrer do angustiante ano de 2018. Obrigada Cris e Yuri pela disposição em nos ajudar com as burocracias acadêmicas. A CAPES, pelo apoio financeiro. Agradeço, ainda, ao pessoal da Biblioteca Pública do Paraná pelo cuidado e solicitude em relação ao material pesquisado.

Bruno, agradeço seu apoio imensurável. Foi você que não somente me ajudou a lidar com minhas aflições ao longo da pesquisa, mas também contribuiu concretamente para sua realização, por meio das visitas à Biblioteca Pública do Paraná e as incontáveis cópias de fontes. Obrigada por *vir para o que der e vier comigo*. Amo-te.

Beatriz, obrigada por fazer parte da *minha história*. Thaianne, Ana B. Melo, Gabi Larocca, Carol Gonzaga, Carol Pacheco, Clara Lume, Raul e Douglas, agradeço pela sincera amizade. Sei que com vocês posso sempre contar.

Aos felinos da minha vida: Serena, Olga, Ernesto, Mercedes, Tobias e Princesa Eva, por aquecer meus braços, barriga e coração.

RESUMO

A presente dissertação analisa o discurso sobre educação afetiva e sexual para a juventude em um periódico publicado pela Casa Publicadora Brasileira, editora da Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD) no Brasil. Partindo da perspectiva da História Cultural das Religiões e dos estudos de gênero, este trabalho mostra como a revista *Mocidade* constrói modelos de sexualidade, namoro, noivado e casamento para a juventude no contexto brasileiro na segunda metade do século XX. Esse modelo, pautado por uma moral cristã, compreende que o namoro e o noivado são etapas para algo maior: o casamento. De caráter monogâmico, cisgênero, heterossexual e vitalício, casamento é para além de uma união burocrática, um matrimônio: a união entre um homem e uma mulher sob o olhar de Deus. Sendo assim, o casal deve estar sempre em concordância com os princípios cristãos, não transgredindo as leis de Deus desde as etapas pré-matrimoniais. Quanto à sexualidade, ela deve ser constantemente controlada durante o namoro e o noivado, pois é algo reservado único e exclusivamente para se vivenciar dentro dos contornos matrimoniais. Nos casos em que o/a jovem exerce-a fora do casamento, deixando-se levar pelas influências das “novas ideias” trazidas pela liberação sexual, o preço pago é alto. As consequências apontadas pela revista são as “doenças venéreas”, a gravidez indesejada e o aborto. Quem se desvia da norma heterossexual também é considerado/a um/a transgressor/a das leis de Deus. A homossexualidade e a masturbação são apresentadas como problemas psicológicos decorrentes de traumas e falhas no desenvolvimento psicológico e social. Ainda assim, é possível notar transformações em meio às tensões doutrinárias. Mesmo que apareçam pouco, algumas fissuras são encontradas dentro do discurso hegemônico de *Mocidade* no que tange ao feminismo, ao casamento, ao sexo e a violência doméstica. Quanto a metodologia, a partir dos cerca de 145 exemplares da revista disponíveis na Biblioteca Pública do Paraná e em acervo pessoal, selecionamos matérias que abordassem os temas de interesse da pesquisa. O material selecionado, que data entre 1958 e 1994, foi organizado para análise conforme os eixos trabalhados em cada capítulo. Considerando a necessidade de refletir sobre como as religiões não só utilizam a mídia, mas também como através dela aderem sentidos à experiência religiosa, entendemos que por meio de suas revistas, a Igreja Adventista do Sétimo Dia não só constrói sua identidade religiosa, como oferece um modelo de mundo e de vida para quem as lê. O interesse desta pesquisa foi, portanto, entender como o discurso cristão da revista propõe ao público leitor, majoritariamente jovem, uma educação sexual e afetiva pautadas na norma cristã e num modelo de sexualidade heteronormativo e monogâmico em meio a um contexto de intensas transformações trazidas pela revolução sexual em meados do século XX.

Palavras-chave: educação sexual; relações de gênero; adventismo; mídia impressa; revista *Mocidade*.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the discourse about sexual and affective education for the youth in a periodic published by Seventh Day Adventist Church (SDAC)'s publisher, Casa Publicadora Brasileira. From the perspective of Cultural History of Religions and gender studies this work shows how *Mocidade* magazine constructs sexuality, dating, engagement and marriage models for the youth along the second half of the 20th century in Brazil. These models, guided by Christian morality, state that dating and engagement are steps to something bigger: marriage. Monogamic, cisgender and lifelong marriage goes beyond a simple bureaucratic contract. It is a matrimony: the union between a man and a woman under God's eye. Therefore, the couple must always follow Christian principles and not overcome God's laws, ever since pre-matrimonial steps. As to sexuality, it must be in a state of constant control during dating and engagement, given that it's something reserved for marriage boundaries only. There is a high price to pay when young people practice their sexuality outside marriage, taken by the influence of sexual liberation "new ideas". The magazine points consequences such as "venereal diseases", pregnancy and abortion. He or she who deviates from the heterosexual norm is also considered a breaker of God's laws. Homosexuality and masturbation are presented as psychological problems that come from trauma and psychological and social problems of development. Despite that, it is possible to perceive some transformation in these doctrinarian tensions. It is not recurrent, but some fissures can still be found inside *Mocidade*'s hegemonic discourse in regard to feminism, marriage, sex and domestic violence. Regarding methodology, we extracted articles that addressed the topics of interest of this research from about 145 copies of the magazine, available at Biblioteca Pública do Paraná and the researcher's personal archive. The selected material – which dates from 1958 to 1994 – was organized to analysis according to the subjects discussed in each chapter. Considering the need to think about religious use of media as well as the way they add new meanings to the religious experience, we understand that, as from its magazines, SDAC not only constructs its religious identity but also offers a world and life models to those who read them. Thus, this research interest was to understand how the magazine's Christian discourse proposes a sexual and affective education to its mostly young readers based on Christian norms and on a heterosexual, monogamic sexuality model, in a context of intense transformation brought by the sexual revolution in the mid-20th Century.

Keywords: sexual education; gender relations; Adventism; printed media; *Mocidade* magazine.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Ellen G. White em registro fotográfico de 1864.....	45
FIGURA 02 – Carta enviada aos assinantes junto à edição de agosto de 1958.....	53
FIGURA 03 – Anúncio: Procuram-se (Para Compromisso Sério).....	53
FIGURA 04 – Capa da edição de julho de 1958.....	54
FIGURA 05 – Capa da edição de dezembro de 1965.....	54
FIGURA 06 – Capa da edição de abril de 1983.....	61
FIGURA 07 – Capa do suplemento <i>Sexo e Juventude</i> da edição de junho de 1978.....	61
FIGURA 08 – Detalhe do artigo “Namoro. Carícias, beijos... qual o limite?”.....	102
FIGURA 09 – Detalhe do artigo “Casei-me aos dezoito”.....	109
FIGURA 10 – Enunciado do artigo “Casamento é sorte?”.....	112
FIGURA 11 – Detalhe do “triângulo amoroso” entre ele, ela e Deus.....	115
FIGURA 12 – Abertura do artigo “Sexo: não aumente o fogo”.....	121
FIGURA 13 – Capa da edição de março de 1985.....	132
FIGURA 14 – Abertura do artigo “A decisão de Vânia”.....	148
FIGURA 15 – Edição especial de <i>Mocidade</i> sobre “doenças venéreas”.....	166
FIGURA 16 – Edição especial de <i>Mocidade</i> sobre “doenças venéreas”.....	166
FIGURA 17 – Fotos publicadas nas edições especiais de <i>Mocidade</i>	168
FIGURA 18 – Chamada da edição especial de <i>Mocidade</i>	170
FIGURA 19 – Chamada da edição especial de <i>Mocidade</i>	170
FIGURA 20 – Abertura do artigo “Promiscuidade sexual e seu rastro de dor”.....	171
FIGURA 21 – Ilustração do artigo “Aids: A invasão do vírus”.....	176
FIGURA 22 – Charge publicada na matéria “Feminismo: A eterna polêmica”.....	186

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Média de seções fixas e artigos livres em <i>Mocidade</i> por década.....	52
TABELA 02 – Motivos de capa em <i>Mocidade</i> por década.....	55
TABELA 03 – Quadro de nomes e cargos da equipe editorial de <i>Mocidade</i>	64

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA: RELAÇÕES ENTRE MÍDIA, JUVENTUDE E EDUCAÇÃO AFETIVA E SEXUAL.....	34
2.1	Igreja Adventista do Sétimo Dia: relações entre mídia e adventismo.....	37
2.2	Ellen G. White, mensageira do Senhor.....	44
2.3	A revista <i>Mocidade</i>	50
2.4	Família, juventude e religião: um olhar para a sexualidade.....	67
2.5	Relações de gênero e educação sexual no contexto brasileiro (1950-1990).....	79
3	NAMORO, NOIVADO E CASAMENTO EM <i>MOCIDADE</i>.....	91
3.1	<i>Porque os rapazes são tão esquisitos? E por que as garotas são tão estranhas?</i> Transformações da puberdade nas páginas de <i>Mocidade</i>	93
3.2	Sobre amor, namoro e noivado: a preparação para o casamento.....	97
3.3	O triângulo amoroso entre ele, ela e Deus.....	105
3.4	Sexo: não aumente o fogo!.....	118
4	A CARA DO PECADO.....	141
4.1	<i>A decisão</i> : aborto.....	145
4.2	<i>Sem ideais e objetivos</i> : masturbação.....	151
4.3	Um <i>desvio</i> sexual: “homossexualismo”.....	154
4.4	<i>Promiscuidade sexual e seu rastro de dor</i> : aids e “doenças venéreas”.....	165
4.5	<i>Eternas polêmicas</i> : feminismo e violência contra as mulheres.....	178
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	194
	FONTES.....	202
	REFERÊNCIAS.....	208

1 INTRODUÇÃO

Tabu. Mistério. Essas eram as palavras mais adequadas para definir o comportamento humano em relação ao sexo há algumas décadas. Hoje, acabou o mistério. Temas relacionados ao sexo são tratados com desenvoltura e franqueza impressionantes. E, varridos pela nova onda de liberalização dos costumes, aumenta o número dos que julgam ultrapassados certos princípios e instituições bem estabelecidos. Prudência e equilíbrio são virtudes muito úteis nesta época de tantas transformações sociais. É oportuna também uma boa análise dos fatores histórico-sociais que culminaram em alterações irreversíveis [...]. Discussão sadia que aponte diretrizes equilibradas em temas de profunda importância como sexo e casamento é uma necessidade muito atual. Entre tabu asfixiante e medieval e a corrosiva liberalidade, nada melhor do que a opção oferecida por um cristianismo lúcido, equilibrado, responsável (CARDOSO, 1976, p. 03).

É com a mensagem acima que o editorial de *Mocidade* abre a edição de janeiro de 1976. Intitulado “Tabu e liberalidade”, ela elucida um momento de transição da revista, o problema da repressão sexual *versus* o perigo da liberação sexual e as reconfigurações sobre sexo e casamento pelas quais a década de 1970 é marcada. Desde sua criação na década de 1950 até então, a revista se preocupava em aconselhar e orientar a juventude sobre as etapas do namoro, noivado e casamento (nos moldes cristãos), e repelir de suas mentes qualquer possibilidade de contato sexual pré-marital. Contudo, o sexo ainda não era o tema central no periódico. A castidade masculina, a virgindade e a pureza feminina, os limites para os contatos íntimos antes do casamento e também o perigo das “provas de amor” eram evocadas em suas páginas ao longo da década de 1960. Com a liberação sexual, o discurso feminista e a chegada dos anticoncepcionais, os cristãos se veem confrontados pelas “ondas das novas ideias”, que ameaçam o controle e supervisão dos corpos e do exercício da sexualidade de homens e mulheres até então comprometidos tão e somente com Deus.

A presente pesquisa é fruto de um interesse pessoal pela intersecção entre religião, sexualidade e relações de gênero que me acompanha desde a graduação. Durante os anos de 2015 e 2017, desenvolvi duas pesquisas de iniciação científica¹, além da monografia em História², sobre o papel da maternidade, da sexualidade, e o ideal de beleza para mulheres adventistas nos 1980, a partir de um periódico publicado pela Casa Publicadora Brasileira: a revista *Vida e Saúde*. A partir destas pesquisas, observei que a mídia impressa se constitui dentro do adventismo como um mecanismo consistente de produção de sentidos e de identidade religiosa. Um dos assuntos que mais me chamava atenção era justamente a

¹ Ambas as pesquisas foram financiadas pelo CNPq: “A mulher adventista dos anos 1980 a partir da revista *Vida e Saúde*” (2015-2016) e “A Beleza para a Mulher Adventista (1980-1989)” (2016-2017).

² “Sexualidade, beleza e maternidade: o modelo cristão de mulher nos anos 1980 a partir da revista *Vida e Saúde*”, defendida em fevereiro de 2017. (Ver: BACH, 2017).

construção de um discurso sobre a sexualidade específico para as mulheres, e notei que muitas vezes esse discurso era voltado àquelas que se encontravam em um relacionamento estável, monogâmico e vitalício: o casamento. Para as mulheres solteiras, restava o conhecimento sobre sua sexualidade apenas no plano teórico, e a revista adventista buscava suprir, entre outras coisas, justamente esse campo das *informações* sobre o sexo.

Sabendo da extensa lista de periódicos publicados pela Igreja Adventista do Sétimo Dia por meio de suas editoras, procurei revistas que falassem diretamente ao público jovem, na tentativa de entender como a igreja propõe um modelo de vida, de sexualidade e de relacionamentos para esse grupo específico – e a *Mocidade* se mostrou o periódico ideal para esta empreitada. Quanto ao recorte temporal, ele deu-se muito em função das transformações sociais ocorridas na segunda metade do século XX, que influenciaram amplamente a forma como as pessoas se relacionam sexualmente e afetivamente, mas também foi delimitado de forma mais específica pelo próprio período de publicação da revista escolhida para a pesquisa. Estabeleci como recorte temático a juventude por ser, para o universo religioso, o período da vida em que os indivíduos seriam mais “tentados” a cederem às influências de fora do âmbito familiar e cristão. Nesse sentido, a proposta abarca entender como a revista constrói um discurso sobre a sexualidade e os relacionamentos tendo por princípio da doutrina cristã adventista. Como afirmado por Foucault (1999), a história da sexualidade deve ser feita a partir do ponto de vista de uma história dos discursos. Contudo,

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de discricção é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apóiam e atravessam os discursos (idem, p. 30).

Outra ideia levantada por Foucault é que em “toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos” (FOUCAULT, 1996, p. 08), entre eles a *interdição*, a *separação* e a *vontade de verdade*. A *vontade de saber*, para ele, está intimamente ligada à *vontade de verdade*, uma vez que se apoia em um suporte institucional e um “compacto conjunto de práticas” (idem, p. 17), tais quais as relacionadas à pedagogia; mas também é reconduzida “pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído” (idem) por meio dos discursos. A proposta de investigar como são produzidos os discursos sobre a sexualidade dentro do periódico adventista passa também pela *vontade de saber* do público leitor, que se manifesta pela tangente, por meio da publicação de matérias

sobre temas específicos a pedido dos/as leitores/as em seções como “Diálogo Mocidade”, ou também pela demanda manifesta nas cartas destinadas à seção “Você Pergunta”.

A análise do discurso religioso acerca das relações de gênero e da sexualidade é um campo em ascendência na disciplina histórica. De acordo com Sandra Duarte de Souza (2006a), a academia passa a ter uma permeabilidade maior aos estudos sobre as religiões que ultrapassam a história eclesiástica e institucional na década de 1970, com pesquisas que se propõem a pensar novas formas de compreender o fenômeno religioso dentro das áreas de antropologia, sociologia e teologia. O trabalho no campo das religiões exige um olhar atento dos estudos feministas, pois implica entender o fenômeno religioso “como uma realidade situada, limitada e orientada socialmente, influenciando e sendo influenciada pelo meio que a gestou” (idem, p. 8). Sendo assim, consideramos a religião como uma construção sócio-cultural, envolta de relações de poder, de gênero, entre outras. Ao articular gênero e religião, é necessário atentarmos para as transformações sociais e sua articulação com o universo religioso. Nas últimas décadas, muito se falou sobre processos de secularização da sociedade, que cada vez mais passa a estar independente das influências das religiões. Contudo, ao olharmos o contexto brasileiro, nem sempre essa noção de sociedade secularizada se aplica; e isso incide diretamente nas questões de gênero. Precisamos pensar até que ponto isso se sustenta, até que ponto vivemos em uma sociedade secularizada, que passou por um processo de secularização, e como esse processo interage com o religioso.

A religião ainda se faz muito presente nas instâncias de poder e possui ainda grande reconhecimento social, regendo a vida não só das pessoas religiosas, como das pessoas não religiosas. Como observado por Souza, “num país declaradamente religioso como o Brasil, mesmo que o poder religioso esteja relativizado pelas implicações da secularização, pensar as representações de gênero demanda pensar o papel da religião na construção social dos sexos” (idem, p. 09). Nesse contexto, a religião não deixou de participar da construção e da redefinição das identidades de gênero, afinal, “apesar da perda do poder regulador da religião nas sociedades secularizadas o que se verifica é ainda um forte *religious appeal* na maneira como os sexos se reconhecem socialmente” (idem, p. 8).

No Brasil, mesmo que o catolicismo tenha perdido espaço nas últimas décadas para as igrejas evangélicas, pentecostais e neopentecostais, ainda existe um modelo cristão preponderante sobre o modo de lidar com as questões de gênero tanto no âmbito público quanto privado. Porém, observa-se uma fragmentação do poder religioso institucional. Com a pluralização do cenário religioso, as ortodoxias institucionais passam a se deparar com “a

ineficácia de seu poder regulador” (SOUZA, 2006b, p. 30), ou ao menos a diluição do mesmo. Segundo Souza,

a laicização de instituições sociais, a infidelidade doutrinária dos sujeitos, sua capacidade hermenêutica que extrapola os limites da interpretação autorizada, o trânsito religioso cada vez mais explícito e possível em um contexto de crescente pluralismo religioso [...] e a maior eficiência de outros mecanismos de produção de sentido são alguns dos elementos que indicam a relativização do poder regulador da religião na chamada modernidade tardia (idem).

Com isso, a religião deixa de ser a organização social que representa a matriz produtora de sentidos para a sociedade, dividindo espaço com outras instituições, como é o caso da mídia, da escola, entre outros (idem, p. 37). Contudo, a “*vontade de poder* da religião sobre o exercício sexual” (idem, p. 36) ainda tem sido bastante incisiva no que tange à sexualidade e as relações de gênero. O que ocorre, por conta disso, é uma ambiguidade na sexualidade, especialmente feminina: de um lado, a virgindade e maternidade, de outro, o sexo por prazer. No caso que analisamos, a Igreja Adventista do Sétimo Dia busca estabelecer um universo no qual se mantém um círculo de influências relativamente fechado, produzindo modelos e sentidos não apenas pelo discurso dentro das igrejas, mas chegando aos fiéis também através da ampla cultura midiática desenvolvida desde o século XIX pela própria denominação. Compreendendo as religiões como representações culturais, elas também são espaços de formação de identidades e de uma cultura própria para seus fiéis. Sendo assim, faz-se necessário discutir o que entendemos como cultura e identidade, e qual o papel das religiões e da mídia para a formação das mesmas.

Os estudos sobre religiões e mídias vêm crescendo dentro da História. Nas últimas décadas, com o aumento da utilização dos meios de comunicação pelas religiões, percebe-se que elas não apenas fazem o *uso* dessa mídia de forma instrumentalizada, mas por meio dela aderem sentidos subjetivos à experiência religiosa. De acordo com Peter Burke e Asa Briggs, a mídia consiste num sistema em contínua mudança, “no qual elementos diversos desempenham papéis de maior ou menor destaque” (BURKE; BRIGGS, 2006, p. 15) que interagem entre si. Ao trabalharmos com mídia, temos que ter sempre em vista de análise o “‘quê’ (conteúdo), o ‘quem’ (controle) e o ‘para quem’ (audiência)” (Idem). Eles elencam como canais de mídia desde os meios de transportes, que tiveram papel crucial no tempo de transmissão de mensagens, até o – cada vez mais crescente – uso da internet, passando pelos manuscritos, pelos livros, pelo cinema, pela televisão e imprensa. Nesse trabalho, partimos da noção de que a mídia é composta atualmente por

um conjunto de meios de comunicação audiovisuais (televisão, rádio, serviços telefônicos de aconselhamento, música), impressos (livros, revistas, devocionais, jornais, folhetos), e virtuais (Internet). Também contemplamos a cultura material de

massa (camisetas, adesivos, cadernos, agendas, bibelôs, etc), porque ela vem se destacando nos últimos anos como estratégias de comunicação audiovisual e impressa (BELLOTTI, 2004, p. 99).

Com relação aos estudos acerca das relações entre mídia e religião, nas últimas duas décadas estes passam por um momento de reorganização, deixando enfoques funcionalistas que visavam explorar quais os meios de comunicação as religiões utilizavam e passam a buscar compreender como ela se torna um meio de mediação do religioso. Com isso, começam a ser abordados não apenas os usos, mas as razões pelas quais a mídia é utilizada de determinadas formas, qual o papel e os sentidos que a mídia exerce perante aos grupos religiosos. Martin-Barbero indica que devemos olhar “os meios de comunicação como espaço de constituição de identidades e como espaço de conformação de comunidades”³ (MARTIN-BARBERO, 1995) – não apenas religiosas, mas dos diversos grupos sociais que se relacionam com a mídia. Para compreender como a mídia realiza essa construção de sentidos, Martin-Barbero indica que nosso olhar deve se dirigir menos aos meios em si, mas para suas mediações. Ou seja, como a mídia, para além de uma ferramenta, *media* relações sociais e culturais.

Na leitura de Magali Cunha, isso “significa pensar a comunicação a partir da cultura, dos modos de ser e de fazer”. É necessário deslocar “da análise dos processos comunicacionais dos meios de comunicação para onde o sentido é produzido, para o âmbito das interações e dos usos sociais, as ‘mediações culturais da comunicação’” (CUNHA, 2016). Essas mediações permeiam a ordem social e dão sentido às interações sociais e culturais (idem). Para além, a mídia também exerce a função de gestar a vida religiosa das pessoas. Por isso, observa-se o uso cada vez mais crescente dos diversos meios midiáticos pelas denominações, das mais diversas tradições religiosas. Afinal, a mídia adere sentido aos fiéis e se torna um canal de agregação de novas pessoas às comunidades religiosas. Conforme analisado em pesquisa anterior,

a utilização da mídia pelas religiões desempenha o importante papel de torná-las cada vez mais acessíveis àqueles que integram a comunidade denominacional, possibilitando exercer a crença e reafirmá-la nos mais diversos níveis da vida de cada fiel. Além disso, mídia torna-se o meio de propagandear as religiões, uma carta-convite para quem deseja integrá-la, levando a religião para a casa de cada um que esteja na disposição de conhecê-la e exercê-la (BACH, 2017, p. 06).

Além disso, a mídia se constitui como um espaço de disputa, marcada pelas relações de poder. De acordo com Douglas Kellner, na mídia travam-se lutas sociais e políticas, ela molda a vida diária, a forma como as pessoas pensam e se comportam, mas também, auxilia

³ “los medios de comunicación como espacios de constitución de identidades y como espacios de conformación de comunidades” (tradução livre).

na construção de identidades, individuais e subjetivas (KELLNER, 2001, p. 10). Ao passo que, em certa medida, exerce dominação ideológica e reforçam relações de poder, a mídia pode também fornecer “instrumental para a construção de identidades e fortalecimento, resistência e luta” (Idem). Como reflete Kellner,

Há uma cultura veiculada pela mídia cujas imagens, sons e espetáculos ajudam a urdir o tecido da vida cotidiana, dominando o tempo de lazer, modelando opiniões políticas e comportamentos sociais, e fornecendo material com que as pessoas forjam sua identidade. O rádio, a televisão, o cinema e os outros produtos da indústria cultural fornecem os modelos daquilo que significa ser homem ou mulher, bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente. A cultura da mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia e raça, de nacionalidade, de sexualidade, de ‘nós’ e ‘eles’. Ajuda a modelar a visão prevalecente de mundo e os valores mais profundos: define o que é considerado bom ou mau, positivo ou negativo, moral ou imoral. As narrativas e as imagens veiculadas pela mídia fornecem os símbolos, os mitos e os recursos que ajudam a constituir uma cultura comum para a maioria dos indivíduos em muitas regiões do mundo de hoje. A cultura veiculada pela mídia fornece o material que cria as identidades pelas quais os indivíduos se inserem nas sociedades tecnocapitalistas contemporâneas, produzindo uma nova forma de cultura global (Idem, p. 9).

O início da utilização da mídia pelas religiões evangélicas no Brasil remete ao século XIX, com o início da publicação do jornal protestante *Imprensa Evangélica* em 1864. No século XX ampliam-se as publicações de mídia impressa (panfletos, revistas, jornais) e alguns grupos passam a ter presença no rádio, destacando aqui os programas “*A Voz Evangélica no Brasil*” (1938) de matriz protestante ecumênica, e “*A Voz da Profecia*”, produzido pelos adventistas a partir de 1943 (BELLOTTI, 2010, p. 69). Diferentemente do contexto estadunidense, no qual os evangélicos fizeram o uso massivo da televisão desde os anos 1950, no Brasil desde o final da década de 1930 até aos anos 1970 há uma presença evangélica mais expressiva no rádio.

A partir dos anos 1970, sob influência dos modelos televangelistas estadunidenses, surgem na televisão brasileira figuras como R. R. Soares e Edir Macedo. De acordo com Cunha, seus programas e pregações tinham como foco o eixo “salvação-milagres-coleta de fundos” (CUNHA, 2002; 2009). Sendo assim, tinham como objetivos maiores a evangelização e a conversão, mirando o crescimento e a legitimação de suas denominações. Contudo, a partir da década de 1990 esse cenário começa a se modificar, muito por conta de transformações sociais ocorridas no país. Em busca da modernização, os programas passam a aderir a formatos “seculares”, focados menos na pregação e dando ênfase ao entretenimento. Há também a substituição dos líderes carismáticos por diversos apresentadores, de perfis variados de acordo com o público mirado por cada programa (CUNHA, 2009).

No que tange à mídia impressa, ela é a mais utilizada (e há mais tempo) pelas igrejas. Mesmo que elas não possuam programas de televisão ou rádio, certamente fazem algum tipo

de comunicação através de materiais impressos, seja por meio de panfletos, jornais denominacionais ou revistas. No caso adventista, a mídia impressa tem parte na própria institucionalização da igreja, com a produção massiva de folhetos e livretos de cunho proselitista por Ellen G. White e outras lideranças da igreja desde o século XIX. Com a produção de revistas dos mais diversos segmentos – comportamento e bem-estar, saúde, infantil, jovem, denominacional, entre outros – percebemos uma adesão, assim como os programas de televisão, a um formato mais secular. Vale lembrar que a primeira metade do século XX, falando no contexto histórico do Brasil, há a produção de inúmeros periódicos – jornais, revistas, almanaques – e a Igreja Adventista do Sétimo Dia entra no mercado com suas revistas e seus livros na concorrência pelo público brasileiro.

Para além da mídia impressa, da TV e do rádio, as religiões vêm incorporando a internet nas suas práticas e mensagens religiosas. Essa segmentação é a base para a construção de identidades religiosas por meio da mídia. Observam-se cada vez em maior número as igrejas que “têm as mídias como parte do seu projeto de criação/existência e como essência de suas práticas” (idem), colocando a mídia como principal mediadora entre fiéis e a igreja, utilizando-a intensivamente durante os cultos (amplo aparato eletrônico, projeção de textos e vídeos e transmissão ao vivo via internet, por exemplo). Ademais, ela media e individualiza a experiência religiosa. Como destaca Martin-Barbero, as igrejas que fazem o uso intensivo das mídias encaram esses meios como uma mediação fundamental da vivência religiosa, ajudando a amplificar a voz das religiões e sendo um “elemento fundamental do contato religioso, da celebração religiosa e da experiência religiosa” (MARTIN-BARBERO, 1995). Cunha indica, ainda, que as igrejas passam a focar mais em captação de público – o que gera legitimação e visibilidade – do que adeptos/fiéis permanentes (CUNHA, 2016). Nesse sentido, é também a partir da mídia que as igrejas trazem representações de sujeitos que se deseja formar (BELLOTTI, 2010), seja como cidadão, seja como fiel. De forma geral, os canais de mídia religiosa, sobretudo evangélicos, reforçam as características comuns entre estes grupos cristãos.

Isso se traduz no conceito de Religiosidade midiática, termo que substitui o conceito de “Igreja Eletrônica” utilizado por teóricos como Hugo Assmann (1986) na década de 1980 e que mais recentemente é considerado insuficiente para traduzir os usos e os sentidos dados à mídia pelas religiões e a constituição das religiosidades através da mídia, independente de vinculações denominacionais. Na visão de Cunha, ao optar pelo conceito “religiosidade midiática”, explica-se

o processo de midiaticização da religiosidade (ou prática religiosa individual ou coletiva) experimentado que é, em suma, um processo de produção de significados por meio do qual os evangélicos têm buscado se compreender, se comunicar e se transformar, a partir das novas tecnologias e dos meios de produção e transmissão de informação (CUNHA, 2002).

Por conta disso, como ressalta Stewart Hoover, “as mídias são uma fonte de informação sobre as religiões, sobre as tendências religiosas e sobre as ideias religiosas” (HOOVER, 2014, p. 42). A mídia também possibilita o acesso à religião fora das fronteiras “formais” da institucionalidade, fazendo com que os sujeitos sejam cada vez mais os responsáveis pela elaboração de suas crenças e práticas religiosas (idem, p. 49). Se antes havia uma ênfase nos estudos funcionalistas sobre o uso – desprovido de sentidos – das mídias pelas religiões, atualmente essa abordagem não dá conta de compreender o fenômeno da religiosidade midiática e da cultura estabelecida em torno disso (CUNHA, 2009). Como destaca Cunha,

o reprocessamento desses elementos culturais da atualidade (mercado e mídia), concretizado nas transformações no modo de ser cristão, é realizado por meio da introdução de novas significações religiosas, que enfraquece algumas das bases que dão sentido à existência dos grupos, mas reforça outras. Este processo provoca, muito especialmente na passagem do século XX para o século XXI, uma crescente presença de distintos grupos cristãos no mercado e na mídia, o que promove a elaboração de um novo modo de vida religiosa e, portanto, novos discursos que o alimentam (idem).

Estudar o papel da mídia para as religiões contribui para compreender como elas aderem sentido à vida religiosa e como, através dela, se constrói uma visão de mundo particular. A segmentação das publicações da Igreja Adventista do Sétimo Dia possibilita que públicos diversos se interessem por suas revistas. No caso de *Mocidade*, o público-alvo é a juventude interessada numa visão cristã de mundo. Faz-se necessário a investigar o conceito de juventude e o que significa “ser jovem”, já que ele não se trata de um conceito fechado, único, e tampouco permanente, e também como através da mídia segmentada constitui-se um modelo de identidade e cultura para o público cristão e jovem. Entendemos de antemão que o conceito de cultura, assim como a juventude, é bastante amplo. Por isso, partimos agora para uma breve análise dessa categoria e como ela se aplica ao universo religioso, bem como da noção de identidade cultural e suas pertinências dentro do campo da História.

Falar em *cultura* requer colocá-la incondicionalmente no plural – nacionais ou tradicionais, dominante ou subculturas. Segundo Williams, é uma relação entre o material e o simbólico, envolvendo o sentido de aprendizado, de arte e de desenvolvimento humano. Trata-se de um conjunto entre “um modo de vida material, intelectual e espiritual”⁴

⁴ “un modo de vida material, intelectual y espiritual” (tradução livre).

(WILLIAMS, 2001, p. 15). Stuart Hall elenca Raymond Williams, juntamente a Hoggart, como fomentadores iniciais dos chamados *Estudos Culturais* na Inglaterra nos anos 1950, dos quais posteriormente ele é um grande contribuidor. Na interpretação de Hall, Williams indica como definição de cultura a “soma das descrições disponíveis pelas quais as sociedades dão sentido e refletem as suas experiências comuns” (HALL, 2003, p. 135), e também como as tradições e práticas são incorporadas, vividas e expressas por diferentes grupos sociais (Idem, p. 142). Nesse sentido, cultura é formada não apenas pelas práticas, mas pelas ideias também. Quando trabalhamos com uma determinada tradição religiosa, denominação, grupo religioso, olhá-los a partir da perspectiva cultural é considerá-los formadores de práticas e ideias específicas a um determinado grupo. No caso deste trabalho, entender como se constrói, muito por conta da mídia, uma cultura adventista. A Igreja Adventista do Sétimo Dia constrói aparatos que orientam o corpo de fiéis – e para além destes – nos mais diversos aspectos da vida, como o âmbito da fé, social, alimentar, intelectual, médico, sexual. Sendo a *Mocidade* um periódico de colportagem, a mídia também direciona seu discurso para indivíduos externos à denominação, propondo um estilo de vida específico que é aquele pautado no modelo adventista, mesmo que não se apresente explicitamente como tal.

Uma importante questão fomentada por Hall diz respeito à *centralidade da cultura* no contexto do século XX. Com isso, ele busca chamar atenção para o papel central da cultura em todos os âmbitos da vida social, sobre “como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, fazendo proliferar ambientes secundários, mediando tudo” (HALL, 1997, p. 22). Isso pode ser facilmente compreendido quando nos propomos a observar uma denominação como a Igreja Adventista do Sétimo Dia. A religião ocupa e desenvolve orientações para todos os âmbitos da vida de seus/suas fiéis. A noção dessa centralidade da cultural contribui para a construção da subjetividade e da própria identidade – pessoal, social e cultural – dos indivíduos.

Diferente de outras grandes transformações sociais vividas anteriormente, a virada cultural destaca-se por seu caráter global, mais democrático e popular (Idem, p. 18). Porém, como alerta Hall, essas transformações e trocas culturais acabam gerando deslocamentos e, por vezes, homogeneização – muito por conta da atuação dos grandes monopólios midiáticos (Idem). Isso não quer dizer que seja absorvida passivamente. Porém, frente a uma tentativa de “hegemonia cultural”, diversas outras culturas contrapostas, afinal, “a cultura global necessita da ‘diferença’ para prosperar - mesmo que apenas para convertê-la em outro produto cultural para o mercado mundial” (Idem, p. 19). Ao passo que se observam movimentos de homogeneização de culturas religiosas, há também o afloramento de novas formas de se

vivenciar as experiências religiosas. No caso brasileiro e adventista, observa-se que por meio da mídia a denominação proporciona aos fiéis um modo específico de se viver, estabelece uma determinada cultura para essas pessoas.

Já Gordon Mathews, ao estudar aspectos culturais de diferentes sociedades, afirma que na contemporaneidade cultura pode ser entendida como “o modo de vida de um povo” tal qual usualmente é definida por antropólogos, e também “as informações e identidades disponíveis no supermercado cultural global” (MATHEWS, 2002, p. 15). Temos como exemplo o mercado de bens simbólicos disponíveis ao campo religioso. O que para uma determinada denominação tem um valor e um sentido na experiência religiosa, para outras pode ser isenta de significados. Voltando nosso olhar para o caso adventista, para além dos escritos bíblicos como fonte de inspiração para suas crenças, há uma grande influência dos pensamentos da profetisa Ellen G. White para a experiência religiosa das pessoas adventistas. Mathews atenta para o fato de que não podemos falar em cultura no singular, tanto num plano global (afinal, não há apenas uma cultura única), mas também num plano regional. Por mais que haja culturas étnicas, nacionais, elas hoje não estão blindadas de influências das correntes culturais compartilhadas globalmente, há coisas que são únicas de uma determinada cultura, mas outras tantas podem ser compartilhadas entre várias culturas. Isso implica diretamente na noção de identidade cultural. Para Mathews, ela pode ser entendida como a forma pela qual “as pessoas entendem quem são culturalmente” (Idem, p. 24).

Para formar nossas identidades culturais, recorremos frequentemente a esse “supermercado cultural”, escolhendo nosso estilo musical, as roupas que queremos usar, e até mesmo a crença na qual queremos acreditar. Escolhas estas que fazem parte da formação cultural do eu. Para ele, há três níveis de formação: “o que se faz sem pensar, o que se faz porque tem que fazer e o que se faz porque escolhe fazer” (Idem, p. 45). Porém, segundo Mathews, a maioria dessas “escolhas” apenas parecem livres; elas sofrem uma dupla influência, das forças do Estado e das forças do mercado (Idem, p. 26) e podemos também incluir as forças religiosas, agindo na moldagem dos modos de vida. Além disso, há influências do próprio meio onde se vive, do mundo social a nossa volta. Segundo Mathews,

essa escolha de interesses, valores e identidades não é realmente livre. As pessoas pegam e escolhem de acordo com sua classe, gênero, crença religiosa, etnia e cidadania, assim como de acordo com todas as exigências de sua própria formação pessoal, em um supermercado cultural que faz intensa propaganda de algumas escolhas e suprime outras; elas pegam e decidem, negociando e verificando o desempenho por outras escolhas. A escolha não é livre como parece: como se, a partir, da vasta disponibilidade de escolhas culturais quanto a que uma pessoa possa acreditar, como possa viver, nós fazemos nossas escolhas e como consequência vivemos e acreditamos. Na maior parte, nós nos formamos de maneiras próximas ao lar, de acordo com nossa qualidade de membros da sociedade de nosso lar.

Entretanto, também podemos, até certo ponto, nos formar além desses limites: o supermercado cultural e as identidades que oferece são globais (Idem, p. 44).

Outro autor que refletiu profundamente sobre a questão das identidades culturais foi Stuart Hall. Para ele, como parte de um amplo processo de mudança social, observa-se uma “crise das identidades”, o declínio da ideia de sujeito unificado. Elas vêm sendo, cada vez mais, descentradas, deslocadas, fragmentadas por processos como a globalização. Segundo Hall, mudanças estruturais observadas nas sociedades no final do século XX estão “fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça, nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais” (HALL, 2015, p. 10). O indivíduo pós-moderno, diferente do iluminista e do sociológico, tem sua identidade caracterizada pela fragmentação e multiplicação. Ou seja, na contemporaneidade não mais possuímos uma identidade fixa e imutável, mas identidades no plural; e elas podem ser provisórias, variáveis, problemáticas e, até mesmo, contraditórias. É, nas palavras de Hall, uma “celebração móvel: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (Idem, p. 11-12).

Isso nos ajuda a entender como se constituem as identidades religiosas. As pessoas passam a ter a possibilidade de mudar suas vivências religiosas, escolher no que crer ou não crer, de modificar crenças de origem ao longo da vida. Cada vez mais a crença descola-se do institucional para dar lugar às religiosidades, formas individuais de se vivenciar a experiência religiosa. Em contrapartida, ao observar essas transformações culturais, as próprias igrejas buscam criar mecanismos para a manutenção do sentimento de pertencimento dos sujeitos à determinada crença. É o caso, como veremos, do fortalecimento dos canais de mídia por meio dos quais se veiculam representações do que é ser, por exemplo, um verdadeiro cristão ou adventista. Sendo assim, espaços religiosos também podem servir para a análise da confluência de múltiplas subjetividades, que buscam não só ser um campo de homogeneização, mas também de convergência e interação entre sujeitos distintos.

Dentro do campo da História, o conceito de identidade cultural vem sendo discutido e adotado a partir dos anos 1970, tornando-se muito útil para as pesquisas a partir da perspectiva da História Cultural das Religiões, como é o caso do presente trabalho. Certeau declara entender a História como “esta prática (uma ‘disciplina’), o seu resultado (o discurso) ou a relação de ambos sob a forma de uma ‘produção’” (CERTEAU, 1982, p. 32). Qualquer que seja o objeto de análise, devemos ter sempre em mente a distância temporal que nos separa do mesmo, e que o discurso elaborado em torno dele é sempre pautado por uma

“leitura do presente” (Idem, p. 34). No que diz respeito à História Cultural, além das renovações e acolhimento de fontes anteriormente deixadas de lado pela historiografia, ela também reformulou as noções acerca dos objetos e sujeitos contemplados pela escrita da história. Ganham visibilidade aqueles e aquelas que até então, parafraseando Michelle Perrot (2018), tinham sido excluídos da história.

Além do mais, outras fontes passam a ser abarcadas pelo discurso histórico, como é o caso dos periódicos, fonte utilizada para a presente pesquisa. Em conjunto a isso, denunciou a crença da imparcialidade ou neutralidade do historiador na escrita historiográfica. Nessa perspectiva, de acordo com Burke, “o que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma ‘construção cultural’, sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço” (BURKE, 1992, p. 11). Para Chartier, a História Cultural tem por objetivo principal “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”, levando em consideração as “classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social” (CHARTIER, 2002a, p. 16-17). Partindo dessa perspectiva, procuramos compreender onde se localiza o discurso de *Mocidade*, dada sua orientação religiosa, cristã e adventista, em um determinado tempo – o período entre as décadas de 1950 e 1990 no Brasil.

Menos apegada ao quantitativo, a História Cultural ela se dedica à observação de *práticas e representações*, preocupando-se em maior parte com o simbólico e suas possíveis interpretações. Para Peter Burke, “o historiador cultural abarca artes do passado que outros historiadores não conseguem alcançar” e, além disso, sua “ênfase em ‘culturas’ inteiras oferece uma saída para a atual fragmentação da disciplina em especialistas de história de população, diplomacia, mulheres, ideias, negócios, guerra e assim por diante” (BURKE, 2005, p. 08). Seu foco está menos no econômico, nas ideias ou nos sistemas de pensamento, priorizando o estudo das mentalidades, suposições e sentimentos (Idem, p. 69). Por isso, fazer um estudo histórico partindo da perspectiva cultural da religião adventista nos ajuda a compreender como se constrói o discurso cristão adventista, a identidade adventista e sua representação de mundo. Destacando as contribuições de grandes teóricos para os estudos históricos a partir de uma perspectiva cultural, tais quais Mikhail Bakhtin, Norbert Elias, Michel Foucault e Pierre Bourdieu, Burke enfatiza conceitos que nos são caros, como o de “autocontrole” de Elias e também “controle do eu” e “corpos dóceis” vindos de Foucault (Idem, p. 74).

Amplamente discutido por Chartier, outro conceito valioso para a História Cultural é o de *representação*. Juntamente aos conceitos de prática e discurso, são as bases para a reflexão

dentro do campo historiográfico; e também fundamental para entendermos como se dá a construção das identidades culturais. Conforme observado por Chartier,

por um lado, as representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e organizam os esquemas de percepção a partir dos quais eles classificam, julgam e agem; por outro, as formas de exibição e de estilização da identidade que pretendem ver reconhecida; enfim, a delegação a representantes (indivíduos particulares, instituições, instâncias abstratas) da coerência e da estabilidade da identidade assim afirmada. A história da construção das identidades sociais encontra-se assim transformada em uma história das relações simbólicas de força. Essa história define a construção do mundo social como o êxito (ou o fracasso) do trabalho que os grupos efetuam sobre si mesmos - e sobre os outros - para transformar as propriedades objetivas que são comuns a seus membros em uma pertença percebida, mostrada, reconhecida (ou negada) (CHARTIER, 2002b, p. 11).

Ela diz respeito à maneira do sujeito estar, pensar e sentir-se no mundo, cercado-se de três elementos fundamentais: a construção da realidade por determinado grupo social, as práticas que legitimam essa identidade social e a existência de instituições que perpetuam essa identidade social (CHARTIER, 1991, p. 183). No caso adventista: não só a espaço da igreja, mas também as escolas, hospitais, editora, indústria alimentícia. Além disso, há representações do mundo social construídas pela Igreja, através dos seus discursos – proferidos não apenas via oral em pregações ou nas suas crenças fundamentais, mas também através dos seus canais de mídia, incluindo aqui a mídia impressa. Chartier afirma que “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 2002a, p. 17). Portanto, é sempre importante avaliar não só o discurso proferido, mas quem os profere e os utiliza.

Outra importante contribuição da História cultural (e que nos é muito cara por conta da natureza das fontes utilizada para a presente pesquisa) foi a renovação do olhar do historiador em relação aos objetos de pesquisa, tal qual os periódicos. Segundo Tânia de Luca, com as reflexões feitas pela Escola dos *Annales* e seu fomento a novos objetos, problemas e abordagens, “observa-se uma relação estreita entre a diversificação das temáticas historiográficas e a escolha dos periódicos como fonte de pesquisa” (LUCA, 2008, p. 126), que até a década de 1970 apareciam timidamente nas pesquisas acadêmicas, que se valiam dos mesmos como fontes secundárias nos estudos sobre história da imprensa – e não por meio dela. A historiadora destaca que:

a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público. O historiador, de sua parte, dispõe de ferramentas provenientes da **análise do discurso** que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento [...] (Idem, p. 139, grifo da autora).

Sendo assim, cabe a nós investigar o porquê, por exemplo, da priorização de determinados assuntos em determinados momentos históricos, ou por determinados grupos. Através dos periódicos, podemos visualizar representações de grupos sociais, a construção de identidades, as disputas e conflitos entre discursos. Nesse sentido, Luca alerta para a necessidade de uma análise crítica das fontes periódicas, não devendo ser usadas como mero canal de confirmações de teorias pré-determinadas, não são apenas fontes de informações “a serem selecionadas, extraídas e utilizadas a bel prazer do pesquisador” (Idem, p. 116). Devemos buscar sempre identificar quem é responsável pela publicação do periódico utilizado como fonte. Em nosso caso, trabalhar com a revista *Mocidade* é trabalhar com um grupo social específico, que é o religioso. E, mais especificamente, cristão e adventista. Por conta disso, o periódico é permeado pela visão de mundo predominante dentro do grupo o qual a produz.

Nos estudos das religiões também há uma grande renovação a partir das novas abordagens propostas pela História Cultural. Entendendo-as como um conjunto de crenças e práticas individuais e coletivas, Dominique Julia destaca que ao estudar a religião por meios científicos “já constitui uma confissão de que esta deixou de fundamentar a sociedade, significa defini-la como uma representação, tratá-la como um produto cultural despido de todo privilégio de verdade com relação aos outros produtos” (JULIA, 1976, p. 107). Ainda segundo o autor,

as mudanças religiosas só se explicam, se admitirmos que as mudanças sociais produzem, nos fiéis, modificações de idéias e de desejos tais que os obrigam a modificar as diversas partes de seu sistema religioso. Há uma continuidade de ida e volta, uma infinidade de reações entre os fenômenos religiosos, a posição dos indivíduos no interior da sociedade e os sentimentos religiosos desses indivíduos. A densidade de população, as comunicações mais ou menos extensas, a mistura de raças, as oposições de textos, de gerações, de classes, de nações, de invenções científicas e técnicas, tudo isso age sobre o sentimento religioso individual e transforma, assim, a religião [...] (Idem, p. 106).

Nessa perspectiva, devemos entender as religiões, também, como representações culturais, visto que elas “aspiram à universalidade e são determinadas por aqueles que as elaboram e não são neutras, pois impõem, justificam, legitimam projetos, regras, condutas” (SILVA, 2011, p. 227). No campo de estudos das religiões, outra importante corrente de análise, anterior à Escola dos *Annales*, foi a *Escola Italiana de Religiões*: crítica tanto à ideia da existência de uma dicotomia entre o sagrado e o profano que rege a existência humana, quanto a uma essência religiosa contida em cada um – tais quais evocados por Mircea Eliade (BELLOTTI, 2011, p. 21). Para os estudiosos italianos, algo inerente às experiências religiosas é o fator *crença* (Idem, p. 23). Marcelo Massenzio, seguidor da escola italiana,

reforça um elemento – por vezes não muito óbvio – mas é que devemos tratar da história das religiões obrigatoriamente no plural. Para ele, o plural “representa o traço distintivo e de certo modo ‘enobecedor’ da matéria”⁵ (MASSENZIO, 2000, p. 345), cujo olhar histórico-religioso se dirige para além dos limites ocidentais.

Através das renovações trazidas por essas escolas, ampliaram-se os conceitos relativos aos estudos sobre as religiões, e considerando um “contexto de diversidade cultural global, podemos repensar valores éticos e morais ocidentais e não ocidentais à luz de novos dilemas, tais como as violências de gênero, religiosas, étnicas e a discussão sobre o conceito de tolerância no âmbito religioso e secular” (BELLOTTI, 2011, p. 24). Um importante ponto recordado por Bellotti, a partir da reflexão sobre as contribuições dos estudos culturais e da Escola Italiana de Religiões é que “a História das Religiões deve atentar não somente para a história das instituições religiosas, mas também considerar que o fenômeno religioso há muito ultrapassou os muros físicos e simbólicos de tais instituições” (Idem, p. 29-30), manifestando-se através da mídia, dentre outras formas. Em contraponto, a incorporação da mídia pelas religiões também torna possível a observação de um contexto de competitividade entre as religiões institucionais, no qual cada uma busca traçar estratégias não apenas para manter sua clientela, mas também atrair novos fiéis.

De acordo com Sérgio da Mata, com a crescente secularização observada a partir do século XIX e sua acentuação no século seguinte, com o avanço da ciência – o que colocou em xeque uma série de percepções religiosas de mundo – assistiu-se a um enrijecimento das instituições religiosas e uma tendência ao fechamento para o diálogo, sendo sua relação com outras instâncias sociais permeadas por tensões e conflitos (MATA, 2010, p. 12). Contudo, nas sociedades contemporâneas a experiência religiosa não se resume a apenas a isso. Segundo da Mata, nas últimas décadas se observa que “em face da utilização cada vez mais consciente (e competente) dos meios de comunicação de massa, a religião produziu ‘espetáculos’ de dimensões até então inimagináveis” (idem, p. 14). As religiões não apenas protagonizaram grandes conflitos, mas através da mídia se reconfigurou e aderiu novas formas de se vivenciar a experiência religiosa. Sendo assim, a partir de uma perspectiva cultural podemos estabelecer um meio de investigação sobre os usos e os sentidos que a religião dá para a mídia impressa, atentando para a narrativa construída através dela. Vale reforçar que, enquanto pesquisadoras, devemos nos propor a escrever uma história sobre o

⁵ “Ese plural representa el rasgo distintivo y en cierto modo ‘ennobecedor’ de la materia” (tradução livre).

religioso abdicando de juízos de valor ou fé, de forma reflexiva e crítica, e sem “a pretensão de dizer às pessoas em quê e sequer *se* elas devem crer” (MATA, 2010, p. 18).

Outro espaço no qual este trabalho se insere é no campo dos estudos de gênero. Entre as diversas contribuições das lutas feministas da década de 1970, no âmbito acadêmico uma delas foi a constituição do campo dos estudos feministas e da História das Mulheres. Este último começou a ser fomentado na década de 1980 por historiadoras como as francesas Françoise Thébaud e Michelle Perrot. Anteriormente, a categoria “mulher” era assunto mais presente em outras áreas de estudos, como na antropologia e na sociologia, e ligada ao pensamento marxista⁶. Um texto que marca a consolidação do campo dentro da historiografia é *História das Mulheres*, publicado pela historiadora estadunidense Joan W. Scott em 1992.

Conforme apontado por Scott, as primeiras tentativas de se escrever uma história das mulheres, ainda na década de 1960, buscou tirá-las da completa invisibilidade e transformá-la em heroínas, como prova de uma atuação e ação feminina ao longo da história. Na década de 1970, há um afastamento do aspecto político, ampliando as abordagens. De acordo com Scott, se observa a partir de então uma ampliação do “campo de questionamentos, documentando todos os aspectos da vida das mulheres no passado” (SCOTT, 1992, p. 64). Assim, o campo de estudos da História das Mulheres ganha maior fôlego. O objetivo central desses estudos está em mostrar como, ao longo da história, as ações das mulheres foram subestimadas, menosprezadas e subordinadas aos homens. Mostrar como a “história” adquiriu, ao longo de sua produção, o caráter intrinsecamente masculino. Nas palavras de Scott,

Questiona a prioridade relativa dada a “história do homem”, em oposição a “história da mulher”, expondo a hierarquia implícita em muitos relatos históricos. E, mais fundamentalmente, desafia tanto a competência de qualquer reivindicação da história de fazer um relato completo quanto à perfeição e a presença intrínseca do objeto da história – o Homem universal (idem, p. 78).

Na década de 1980 ocorre um amadurecimento dos debates feministas, que influenciado pelos estudos pós-coloniais e pela filosofia da diferença⁷ passa a entender a categoria “mulher” no singular como limitadora, homogeneizante e eurocêntrica. A partir de então, a categoria passa a ser pensada no plural, atentando para as múltiplas formas de “ser mulher”, a depender do contexto ao qual se está inserida. Esse é também um período no qual ocorre o que Scott chama de *desvio* das mulheres para o gênero (idem, p. 64). Sobre essa

⁶ Entre as acadêmicas brasileiras, podemos citar aqui as contribuições da socióloga Heleieth Saffioti, autora do clássico “A mulher na sociedade de classes – Mito e realidade” (1976) e de “Mulher brasileira: opressão e exploração” (1984). Destaque também para Elisabeth Souza-Lobo, que no início dos anos dos anos 1990 publicou o livro “A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência”.

⁷ Entre os principais expoentes dessa corrente de pensamento, destacam-se Gilles Deleuze, Félix Guattari, Jacques Derrida e Michel Foucault.

categoria, a própria Scott debate sua pertinência para os estudos históricos no texto⁸ vastamente referenciado *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Nele, a autora argumenta que a adoção do termo gênero pelo feminismo enfatiza o caráter “fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995, p. 72), indicando uma rejeição ao “determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’” (idem). O uso da categoria gênero evidencia, acima de tudo, o aspecto relacional das definições normativas masculinas e femininas. Pretende-se abordar não a história das mulheres de maneira isolada, mas de forma relacional. Com isso, segundo Scott, as pesquisadoras feministas não acrescentaram somente novos temas para suas áreas de estudo, mas pautaram um “reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente” (idem, p. 73). A escrita da história das mulheres sob o prisma do gênero implicava em uma nova escrita da história como um todo, repensando e problematizando as relações sexuais e sociais.

Assim, os estudos de gênero se consolidaram como um campo de pesquisa. Entre suas características principais está sua interdisciplinaridade e a quebra de rigor metodológico das disciplinas. Conforme apontado por Margareth Rago (1998), a partir dos estudos de gênero há a constituição de uma epistemologia feminista, um projeto feminista de ciência. Este que, por sua vez, se expressa na “busca por uma **nova linguagem**, ou na produção de um **contradiscurso**” (idem, p. 03, grifos da autora). Para a teoria feminista, a década de 1990 é um momento de aprofundamento na reflexão sobre as categorias de identidade, gênero, sexo, corpo e desejo. Uma de suas principais fomentadoras foi Judith Butler, autora de *Problemas de Gênero*, que entende o gênero como um ato performativo dentro de um regime de poder/discurso, e para a qual essas categorias nada mais são do que produções que criam efeitos de natural, original e inevitável. Para Butler (2019), o falocentrismo e a heterossexualidade compulsória são instituições que produzem efeitos de origem e causa, práticas e discursos acerca do gênero e da identidade sexual.

Partindo desse amplo panorama, o objetivo deste trabalho é analisar o discurso sobre educação afetiva e sexual e os aconselhamentos direcionados à juventude cristã no que tange ao namoro, noivado, casamento e sexualidade tendo por base a revista *Mocidade*. Tal periódico foi publicado entre as décadas de 1950 e 1990 pela editora Casa Publicadora Brasileira, fundada pela Igreja Adventista do Sétimo dia no Brasil há 120 anos. É importante salientar que *Mocidade* se trata de uma revista de tendência religiosa, mas não proselitista,

⁸ O texto foi publicado pela primeira vez em 1986, mas a versão traduzida para português é de 1995.

pois seu objetivo é alcançar um público mais amplo, não apenas adventistas, mas interessado em uma perspectiva de mundo pautada nos princípios cristãos. Quanto à IASD, ela está inserida em território brasileiro desde o final do século XIX, mas trata-se de uma denominação que nasceu no contexto estadunidense da primeira metade deste mesmo século, no seio dos movimentos religiosos reformadores e messiânicos. Sua institucionalização e crescimento para além das fronteiras estadunidenses ocorreram muito por conta da atenção voltada à mídia impressa, que se constituiu como um meio não só de divulgação da mensagem adventista, mas também forneceu condições para se estabelecer uma unidade de discurso e coesão doutrinária.

Por esse motivo, a mídia impressa é um importante canal para a compreensão e análise do discurso adventista. Suas revistas⁹ são um rico espaço de circulação de ideias, representações, modelos e uma visão de mundo própria. Sendo assim, merecem a atenção de pesquisadores e pesquisadoras com interesse em fazer estudos das religiões e das mídias religiosas e sobre como, para além do uso, elas se tornam um meio para a construção de sentidos, experiências e identidades. Analisar o discurso sobre sexualidade e relações de gênero a partir de uma revista cristã possibilita que entendamos melhor como as religiões constroem uma visão de mundo própria, além de reforçarem papéis de gênero e proporem modelos de conduta para a sexualidade e para as relações afetivas. Considerando as religiões como representações culturais, a presente pesquisa visa contribuir para os estudos sobre religião e mídia na História, mostrando como universo religioso cristão interage com a mídia e constrói, por meio dela, um discurso particular sobre juventude, sexualidade, relações de gênero e relacionamentos afetivos.

Propor uma análise do discurso, nesse caso de uma revista religiosa, é entendê-lo como uma prática cultural, algo que não tem fim em si mesmo. Rosalind Gill (2008) destaca que todo discurso é circunstancial. Sendo assim, entendemos que se deve levar em conta quem profere o discurso, como o profere, onde o profere e para quem ele é proferido. Não existindo uma forma única de técnicas de análise de discurso, Gill afirma qualquer que seja a perspectiva, elas partilham “uma rejeição da noção realista de que a linguagem é simplesmente um meio neutro de refletir, ou descrever o mundo, e uma convicção da importância central do discurso na construção da vida social” (GILL, 2008, p. 244). Ao analisar o discurso sobre sexualidade, namoro, casamento em *Mocidade*, entendemos de

⁹ Entre o rol de revistas publicadas atualmente pelos adventistas no Brasil, três delas circulam no mercado de forma ininterrupta há pelo menos seis décadas: a *Revista Adventista*, desde 1906; a revista *Vida e Saúde*, desde 1939; e a revista *Nosso Amiguinho*, desde 1953.

antemão que esse discurso está permeado por valores e projeções de mundo específicas de um grupo social e de um dado recorte temporal. Portanto, enquanto pesquisadoras, temos que ter em mente que “as maneiras como nós normalmente compreendemos o mundo são históricas e culturalmente específicas e relativas” (idem, 245).

Quanto à seleção das fontes, elas foram disponibilizadas em sua quase totalidade pela Biblioteca Pública do Paraná¹⁰, salvo algumas edições faltantes adquiridas ao longo da pesquisa. O acervo acessado possui 137 edições, datadas entre 1963 e 1994. Primeiramente, nos dedicamos a revisar todas as edições, uma a uma, a fim de identificar matérias que tratassem dos temas abordados e temas tangentes a eles: sexualidade, sexo, castidade, virgindade, pureza, namoro, noivado, casamento, doenças sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos, gravidez, entre outros. Observamos, nesse momento, que há uma grande preocupação do discurso da revista em orientar a juventude com relação às etapas dos relacionamentos interpessoais ao longo de todo o período da publicação da revista. Sempre pressupostas como heterossexuais, o namoro e o noivado são a preparação para algo maior, mas igualmente importante: o casamento. Contudo, a partir da década de 1970, surgem preocupações distintas quanto aos relacionamentos. Com a liberação sexual, as reivindicações dos movimentos gay, lésbico¹¹ e feminista e a pílula anticoncepcional, que possibilitou principalmente as mulheres de questionar normativas e vivenciar de forma ampla novas formas de relações no tocante à sexualidade, o discurso de *Mocidade* passa a abordar de forma mais intensa o sexo e suas implicações na vida da juventude brasileira. Na década de 1980, surge uma preocupação ainda maior com relação ao sexo e considerada algo fora dos padrões cristãos (heterossexual, monogâmica e vivenciada apenas no interior da vida matrimonial): a aids¹².

Nesse sentido, a divisão dos capítulos foi feita com base nessas questões que emergem nas páginas da revista. No segundo capítulo, apresentamos a Igreja Adventista do Sétimo Dia, instituição por trás da produção da revista *Mocidade*, a qual também recebe um tópico descritivo. Além disso, discutimos o conceito de juventude, educação sexual e relações de

¹⁰ A Biblioteca Pública do Paraná é uma instituição fundada em 1857 e mantida pelo Governo do Estado do Paraná. Ela se localiza atualmente na Rua Cândido Lopes, n. 133, no centro de Curitiba, capital do estado. Para saber mais: <<http://www.bpp.pr.gov.br/>>.

¹¹ Posteriormente, na década de 1990, o movimento recebeu a sigla LGBT, que incluía também bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros. Mais recentemente, são utilizadas siglas diversas, entre elas a LGBTQI+, que abarca também pessoas que se identificam enquanto queers, interssexuais e outras denominações não contempladas pelas letras iniciais.

¹² Escolhemos grifar a palavra aids em minúsculo de acordo com a orientação feita por Castilho (*apud* SILVA, 1999), que entende que o conceito “aids” se tornou, da mesma forma que as doenças, substantivos comuns. Assim como Pelúcio e Miskolci (2009), optamos por escrevê-la nesse formato por entender que seu uso em minúsculas manifesta “uma perspectiva crítica em relação ao pânico sexual criado em torno da aids” (p. 127).

gênero no contexto brasileiro dos anos 1950 a 1990. Dedicamos ainda um espaço para a exposição dos principais pensamentos de Ellen Gould White (1827-1915), uma figura central dentro do adventismo, especialmente no que tange ao casamento, papéis de gênero e conduta sexual. É a partir de 1844 que a jovem religiosa começa a aglutinar seguidores por conta de seus testemunhos e “visões”. Até o fim da vida, produziu incessantemente escritos (entre livros, panfletos, revistas) sobre os mais diversos aspectos da vida pautada na religião. Na segunda metade do século XIX, ao lado de figuras como seu marido, Tiago White (1821-1881), e de Joseph Bates (1792-1872), foi responsável pela elaboração o rol de crenças que organizam e instituem a Igreja Adventista do Sétimo Dia. Até os dias atuais, a igreja é conhecida por utilizar como fonte de inspiração não apenas a bíblia, mas também os escritos de White, que trariam mensagens proféticas segundo os adventistas.

Considerando as contribuições da História Cultural, além dos conceitos como representação e identidade cultural, entendemos que a revista *Mocidade* reflete uma visão de mundo pautado na moral cristã e instituí modelos de juventude, sexualidade e relacionamentos a partir dela, trazendo também diversos aspectos do pensamento de Ellen G. White. Além disso, fazemos uma discussão sobre o papel que a mídia exerce, sobretudo impressa, na construção de uma identidade cultural religiosa, cristã e adventista para a juventude, que por sua vez compreendemos como uma categoria construída histórico, social e culturalmente. Buscamos entender como se relacionam as noções de família, juventude e religião no tocante à sexualidade.

Para mais, é importante salientarmos que propomos uma abordagem feminista ao trabalharmos com a sexualidade prescrita sob uma perspectiva religiosa. Consideramos que as relações de gênero se estabelecem de forma dinâmica e como efeito de determinações culturais, sociais e sexuais. Abdicando do essencialismo biológico pregado pelo discurso religioso cristão com relação ao sexo e aos papéis de gênero, entendemos que o discurso da revista é *generizado*. Sua fala não é direcionada para a juventude de forma neutra, pelo contrário, carrega a marca da divisão binária entre os sexos ao incumbir modelos de sexualidade específicos para homens e mulheres, pautadas na heteronormatividade. Vemos que isso que Butler (2019) nomeia de *heterossexualidade compulsória*, ganha na revista o *efeito de natural*. Em *Mocidade*, é possível observarmos como se estabelece uma educação sexual e afetiva voltada à juventude pautada por “práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes” (RAGO, 1998, p. 06).

No terceiro capítulo, partimos para a análise das fontes sobre amor, namoro, noivado, casamento e sexo pré-marital. Observamos que o discurso alarmista sobre os perigos do sexo

antes do casamento se desdobra em pelo menos duas direções. A primeira, abordada no terceiro capítulo, diz respeito às consequências morais, tais quais o arrependimento, a condenação pessoal e social, as implicações espirituais. O sexo fora dos contornos matrimoniais deixam sequelas não apenas no corpo, mas também no espírito. Exercê-lo no momento errado faz com que a pessoa nunca possa vivenciá-la sem culpa depois, mesmo no casamento. A outra face das consequências desse sexo fora dos padrões cristãos é além de moral, física. Ela é representada pelas “doenças venéreas”, pelo “homossexualismo”, pela masturbação, pelo aborto; e esse é um dos enfoques dados pelo quarto capítulo.

Para além desses temas, não podemos deixar de comentar os pontuais e escassos discursos dissidentes dentro da revista. Como um periódico produzido por uma editora cristã, mas que traduz muito conteúdo das revistas adventistas estrangeiras e também recebe contribuições de autores e autoras não apenas religiosas, em alguns momentos *Mocidade* se mostra um pouco mais progressista em relação ao discurso hegemônico de matriz cristã no que tange aos direitos das mulheres, por exemplo. Sendo assim, no quarto capítulo também contemplamos a análise de algumas matérias que tratam da violência sexual e feminismo, explorando como a revista tratou destas questões e oscilou entre a defesa dos direitos das mulheres à culpabilização das vítimas de violência e praticantes do aborto (até os dias de hoje, ilegal no Brasil, salvo em casos específicos previstos em lei).

O interesse desta pesquisa foi, portanto, entender como o discurso cristão da revista propõe ao público leitor, majoritariamente jovem, uma educação sexual e afetiva pautada na norma cristã e num modelo de sexualidade heteronormativo e monogâmico. Queremos entender como *Mocidade* estruturou um discurso de defesa da moral cristã, dos valores da família e da pureza sexual ao longo de quatro décadas de intensas mudanças sociais e culturais, alimentando em muitos momentos um pânico moral acerca de práticas dissidentes ao modelo de sexualidade defendido pela revista e pelo universo religioso adventista. Pelos assuntos pautados na revista, podemos observar uma maior ou menor preocupação, a depender das temáticas mais evidentes. Contudo, as orientações pouco mudam. Assim, uma questão central é: de onde vem a força para lutar contra o mundanismo, contra a crescente promiscuidade sexual, contra a destruição da instituição matrimonial que assola a juventude? Num contexto de ressignificação de experiências sexuais, mas também de ampliação do cenário religioso no contexto brasileiro e de uma crescente disputa de ideias, como (e o que) o discurso de *Mocidade* fala para a juventude como um todo, e não apenas religiosa, sobre o sexo? Quais as estratégias argumentativas utilizadas para defender um modelo de sexualidade heteronormativa e monogâmica em um contexto de maior liberdade sexual?

Investigar o modo como os discursos sobre educação sexual e afetiva pautado pela defesa da abstinência sexual pré-marital foram construídos e reforçados pela retórica cristã auxilia na compreensão de fenômenos mais recentes de valorização da pureza sexual, das campanhas pró-vida e da defesa da instituição familiar. Temos por objetivos mostrar como esse modelo de sexualidade e afetividade sustentado por *Mocidade* e elaborado sob uma matriz religiosa ecoa no cenário atual de disputas sociais e políticas. Chamamos a atenção para como assuntos em voga no presente já eram discutidos décadas atrás; não surgiram do nada, pelo contrário, tem profundas raízes na tradição cristã. Pretendemos, ainda, que este trabalho sirva de inspiração para outras pesquisas sobre o universo religioso partindo de uma perspectiva feminista, enfatizando as múltiplas possibilidades de investigação e na articulação entre gênero, sexualidade e religião.

2 IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA: RELAÇÕES ENTRE MÍDIA, JUVENTUDE E EDUCAÇÃO AFETIVA E SEXUAL

Este capítulo tem por objetivo apresentar a Igreja Adventista do Sétimo Dia, instituição religiosa cristã que administra a Casa Publicadora Brasileira. Esta por sua vez, é a editora responsável pela editoração e publicação da revista *Mocidade*, fonte da presente pesquisa. Fazemos uma apresentação sobre os principais pensamentos de Ellen G. White, profetisa do adventismo, sobre os temas investigados (namoro, noivado, casamento, relações de gênero e conduta sexual), a fim de entender como ele exerce influencia (e em quais pontos distancia-se) no discurso dos periódicos adventistas, em especial na revista *Mocidade*. Em seguida, trabalhamos o conceito de juventude e sua relação com a religião e a instituição familiar, que ao longo da segunda metade do século XX passam por intensas transformações. É feita ainda uma revisão teórica sobre o conceito de educação sexual, partindo da noção de “pedagogias da sexualidade” e “sexo bem educado” e suas incidências sobre a juventude, com destaque à juventude religiosa.

Nosso objeto de estudo é a revista *Mocidade*, periódico publicado pela Casa Publicadora Brasileira (CPB), editora pertencente à Igreja Adventista do Sétimo Dia, publicada entre o final da década de 1950 até a primeira metade da década de 1990. A revista tinha como público alvo a juventude cristã de forma mais geral, não apenas adventista. Nosso interesse se localiza no discurso sobre temas em constantes debates no meio social, cultural e jovem no período pelo qual a revista foi publicada, como sexo, relacionamentos amorosos, casamento, castidade, virgindade, liberação sexual, entre outros. Esses são, por sinal, temas muito frequentes nas páginas da revista, e se relacionam com temas de interesse social conforme o período – como a função do namoro e do noivado, nos quais o exercício da sexualidade é proibido pelo discurso cristão; os métodos contraceptivos a partir da década de 1970, fomentado pelo advento da pílula anticoncepcional; e as “doenças venéreas”¹³, tendo seu debate intensificado a partir década de 1980, em função da epidemia de HIV/Aids. A

¹³ Optamos por colocar entre aspas por motivos diversos. Primeiramente, por que se trata de um termo em desuso, hoje substituído por IST's (Infecções Sexualmente Transmissíveis). Esse último termo vem sendo adotado mais recentemente, mas por um bom período elas foram conhecidas de DST's (Doenças Sexualmente Transmissíveis). Também as colocamos entre aspas por entender que essa era uma forma pejorativa de chamá-las, em conjunto com uma associação equivocada a grupos considerados mais propensos ao contágio, como os homossexuais, viciados em drogas e prostitutas. A partir do final da década de 1970, em alguns casos, a revista passa a falar dessas doenças de modo mais formal, chamando-as de “DTS”, doenças transmitidas por contato sexual. Contudo, as duas edições especiais publicadas sobre o tema durante a década de 1980 trazem o título “Doenças Venéreas”.

forma como a revista aborda essas e outras questões nos mostram os interesses – religiosos, cristãos e adventistas – sobre esses temas. Em *Mocidade*, podemos observar a escolha pela manutenção de um discurso que sustenta os valores defendidos pela igreja, como a “pureza” e a virgindade pré-matrimonial, a função do namoro e noivado no âmbito sexual (preparar os casais com um conhecimento “teórico” sobre o assunto), a defesa das relações sexuais “saudáveis” e monogâmicas, limitada aos contornos do casamento, a necessidade de uma educação sexual da juventude que esteja de acordo com os princípios religiosos.

O capítulo também tem por objetivo elucidar algumas questões acerca de juventude e religião no contexto brasileiro. Para compreender a preocupação da Igreja Adventista com a juventude em relação às relações amorosas, a representação da sexualidade e o discurso sobre educação sexual nesse período, faz-se necessário também explorar o que se entende por juventude e, conseqüentemente, o que se entende por *jovem*, tanto no âmbito religioso e secular.

No que diz respeito à educação sexual, foi partir da década de 1920 que ela passa a ser encarada como uma preocupação, especialmente no âmbito escolar. Nesse período, em prol de um “sexo bem educado”, o discurso acerca da educação sexual reforçava a ideia de que as práticas sexuais deveriam ser “heterossexuais, monogâmicas, consolidadas pelo matrimônio e reprodutivas” (CÉSAR, 2009, p. 43), muito próximas da visão cristã na época e que é sustentada até os dias de atuais. Já na década de 1960, os ideais construídos sobre educação sexual passam a ser intimamente ligados aos movimentos pelos direitos civis, movimento feminista, movimentos gays e lésbicos e movimentos étnico-raciais (Idem, p. 39-40) e por conta disso, distancia-se de uma visão única em confluência com o discurso religioso cristão. A partir da década de 1980, com a epidemia do HIV/Aids, os debates sobre sexualidade no plano social, médico e escolar passam a caminhar juntos, hasteando a bandeira da “prevenção”. O “sexo bem educado” passa a ser o sexo responsável, saudável, seguro (Idem, p. 38; p. 44), garantindo um controle dos corpos e do exercício da sexualidade, reforçando o padrão heteronormativo.

Dessa forma, temos nesse período uma reaproximação em alguns pontos do discurso religioso e do discurso secular. Como veremos na própria *Mocidade*, há uma grande preocupação em falar sobre as chamadas “doenças venéreas”, incluindo a partir da segunda metade da década de 1980 a aids, tendo seu discurso focado na ideia de cuidado e prevenção. Mesmo colocando-a como uma doença eminentemente delimitada a um “grupo de risco”, eles optam por descrever os sintomas e formas de prevenção, número de casos, imagens e até mesmo testes de conhecimento sobre o assunto. Sempre focando no discurso de que elas são

consequência de práticas sexuais incondizentes com a vida cristã: a liberação sexual feminina, o amor livre, os relacionamentos abertos, o “homossexualismo”.

Quanto ao recorte temporal delimitado, ele é estabelecido pelo próprio curso da revista, seu início e seu fim (1958-1994). Por conta disso, faz-se necessário compreender a discurso secular em torno do sexo, das relações amorosas, do casamento e da educação sexual. Afinal, esses temas não são abordados de forma isolada pela revista *Mocidade*, mas são assuntos recorrentes no âmbito social, cultural e midiático, especialmente a partir da década de 1960, com a chamada revolução sexual. Nesse sentido, buscamos entender como as experiências, acontecimentos, práticas e discursos seculares influenciam o modo de ver e falar sobre a sexualidade e as relações amorosas nas páginas de *Mocidade*. Além disso, direcionamos nossa atenção também para como se estabelecem as relações de gênero, dentro desses parâmetros religiosos para a sexualidade.

A Igreja Adventista do Sétimo Dia existe no Brasil desde o final do século XIX, tendo sua origem nos movimentos messiânicos estadunidenses ocorridos na primeira metade desse mesmo século. Ela é uma denominação pouco expressiva em termos numéricos no cenário religioso brasileiro se comparada com a Igreja Católica, que ainda detém a maior fatia entre as pessoas religiosas, e com as igrejas pentecostais e neopentecostais, que tiveram um acelerado crescimento nas últimas décadas. No último censo organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2010, os adventistas estavam inseridos nos 4,1% das pessoas identificadas como “evangélicos de missão”, que inclui também outras denominações como a luterana, a presbiteriana, a metodista e a batista¹⁴.

Desde o início de sua organização, a IASD procura estabelecer orientações para seus fiéis nos diversos âmbitos da vida, através de formação de uma cultura midiática adventista, alimentada com a publicação de livros (tendo uma parcela significativa desse material de autoria de Ellen G. White), revistas e panfletos, e mais recentemente, com aparatos audiovisuais (como redes de televisão e rádio) e digitais. Por conta disso, a mídia impressa, em destaque os periódicos publicados pela igreja através da Casa Publicadora Brasileira e suas diversas outras editoras espalhadas mundo afora, tornam-se um rico material de pesquisa, servindo como fonte para a análise da denominação nos mais diversos aspectos. Seus livros e

¹⁴ Em 2010, o censo realizado pelo IBGE registrou uma queda em relação ao censo anterior (2000) no número de pessoas que se declaram Católicos romanos, de 73,7% para 65%. Ainda sim, este grupo representa a maior fatia do gráfico das religiões, seguido dos Evangélicos pentecostais e neo-pentecostais, que subiram de 10,4% em 2000 para 13,4% em 2010. Em sequência, estão aqueles que se declaram “Sem religião”, que são 8% da população em 2010. Este mesmo censo registrou um número de 2,7% no grupo “outras religiosidades”, 2% de espíritas e 4,9% de “Evangélicos não determinados”. Consultado em: <https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/Pag_203_Religi%C3%A3o_Evang_miss%C3%A3o_Evang_pente_costal_Evang_nao%20determinada_Diversidade%20cultural.pdf>. Acesso em: 17/01/2020.

revistas, comercializados por meio da colportagem, são além de um importante meio de divulgação e promoção das doutrinas adventistas a um público potencialmente interessado nelas e em fazer parte da Igreja Adventista do Sétimo Dia, um meio de ganho de renda para seus fiéis, inclusive para financiar seus estudos nas instituições de ensino superior sob responsabilidade da própria denominação.

Em nosso caso, temos como objetivo analisar na revista *Mocidade* os discursos acerca de educação sexual, sexualidade e relacionamentos amorosos voltados aos jovens ao longo do período de publicação do periódico, entre 1958 a 1994. Em uma primeira análise das fontes, observamos que a preocupação com a sexualidade era constante nas páginas da revista, bem como os cuidados em torno do namoro e a preparação para o casamento. Vale lembrar que falaremos de uma (e a partir da) perspectiva ocidental sobre a sexualidade, a condição da mulher e das relações de gênero, afinal, nenhuma dessas categorias possui uma definição fixa, totalizante, global. Ainda, é importante salientar que, no Brasil, algumas pesquisas de maior fôlego já foram desenvolvidas a partir da análise de periódicos adventistas, dado o volume de material impresso publicado pela denominação ao longo das quase doze décadas de existência da CPB no Brasil, mas este é o primeiro trabalho acadêmico que se debruça sob *Mocidade*, a única revista adventista publicada especialmente para o público jovem no período.

2.1 Igreja Adventista do Sétimo Dia: relações entre mídia e adventismo

A Igreja Adventista do Sétimo Dia tem suas origens nos movimentos messiânicos-milenaristas estadunidenses da primeira metade do século XIX. Nesse período, diversos movimentos surgiram por conta um descontentamento com as igrejas já estabelecidas – como a Católica e diversas denominações protestantes – organizavam-se no cenário religioso dos EUA. Um deles foi liderado por Guilherme Miller. Sendo interdenominacional, esse grupo em particular ficou conhecido por prever uma data específica – 22 de outubro de 1844 – na qual ocorreria a segunda vinda de Cristo à Terra. A não realização da profecia gerou o que ficou conhecido dentro da história adventista como “O Grande Desapontamento” (DOUGLASS, 2003, p. 39). A relação entre o adventismo e o movimento protagonizado por Miller dá-se justamente após esse acontecimento. Entre os grupos remanescentes, aqueles que acreditavam na necessidade de guarda do sétimo dia das semanas – e por isso ficaram conhecidos como “adventistas do Sábado e da Porta Fechada” (Idem, p. 50), começaram a se organizar em torno da figura da jovem Ellen G. White. Pouco tempo após a fragmentação do movimento, em dezembro de 1844, ela recebe a primeira “visão”, na qual, segundo consta, ela

deveria guiar a caminhada do povo adventista por um caminho estreito até o Reino de Deus. Essa primeira visão de White é conhecida entre os adventistas como “O povo do advento a caminho da Cidade Santa” (Idem, p. 546). Cumpre citar que o termo “adventista” vem da crença do grupo no Segundo Advento, ou seja, na segunda vinda de Cristo à Terra.

No ano de 1848 ocorrem diversas conferências nas quais se inicia o delineamento das crenças adventistas. Há a defesa do descanso aos sábados¹⁵ (fomentado principalmente por José Bates) e Ellen G. White é reconhecida como possuidora de um dom profético. (OLIVEIRA FILHO, 2004, p. 163). De acordo com Oliveira Filho, nesse período “as visões de Ellen aglutinaram os adeptos, orientando todos os passos para a formação do universo simbólico adventista” (Idem). Além disso, suas declarações orais e escritos adotam o formato de ‘testemunho’ (Idem). Esse ano também é marcado pela iniciativa de White, motivada por uma visão, de publicar livretos para divulgar seus ensinamentos e crenças adventistas. Em 1849, junto ao marido Tiago White, Ellen dá início a publicação do periódico intitulado *The Present Truth*. As diversas publicações de autoria de White a partir desta tiveram uma importante tarefa de alinhamento e coesão das diretrizes do movimento adventista, que vinha se espalhando pelo território estadunidense.

Alguns autores como Rodrigo Follis e Magali Cunha partem da interpretação que esses movimentos milenaristas ocorridos na primeira metade do século XIX foram reflexos à Revolução Francesa, que mostrava como caminho o crescimento do racionalismo, do individualismo e um desencantamento do mundo, propondo uma divisão decisiva entre o religioso e o secular. Dessa forma, Follis e Cunha sugerem que o adventismo centralizado primordialmente nas figuras de Ellen G. White, Tiago White e José Bates surge “como um movimento de fronteiras”, o qual transita

Do desencanto de mundo, amplificado como resposta a revolução francesa, para a pregação sobre a necessidade do fim de todas as coisas; e finalmente, adquirindo nos movimentos de reforma a importância de diversas ênfases de reforma, como: princípios de saúde, educacionais, entre outros. Tudo isso possibilita a existência de pensamentos aparentemente paradoxais dentro do movimento, o qual, mesmo esperando para breve a volta de Jesus Cristo e o fim do mundo, é incentivado, provavelmente pela mesma razão, a desenvolver diversos hospitais, escolas, creches [...] (FOLLIS; CUNHA, 2010, p. 62).

¹⁵ O descanso e observação dos sábados é uma doutrina característica da Igreja Adventista do Sétimo Dia, baseando-se em escrituras bíblicas, eles declaram que “quando Deus ‘descansou’ no sétimo dia da semana da criação, Ele também ‘santificou’ e ‘abençoou’ esse dia (Gn 2:2, 3), separando-o para uso sagrado e transformando -o em um canal de bênçãos para a humanidade. Aceitando o convite para deixar de lado seus ‘próprios interesses’ durante o sábado (Is 58:13), os filhos de Deus observam esse dia como uma importante expressão da justificação pela fé em Cristo (Hb 4:4-11)”. Disponível em: <<https://www.adventistas.org/pt/institucional/organizacao/declaracoes-e-documentos-oficiais/observancia-sabado/>>. Acesso em: 17/06/2019.

Acreditando serem detentores da missão de divulgação sobre o Tempo do Fim¹⁶ e o iminente retorno de Cristo à Terra, os adventistas desenvolveram essas amplas estruturas a fim de se inserirem nos mais diversos espaços sociais, tendo sempre em vista uma atuação missionária¹⁷. Desde seus primeiros anos de pregação, Ellen G. White já indicava a necessidade da criação de escolas e editoras para a produção de materiais impressos voltada para a tarefa de evangelização, a fim de difundir a mensagem adventista.

No Brasil, o primeiro canal de evangelização se dá através de periódicos e livros adventistas vindos da Europa para a região sul, especialmente nas colônias alemãs localizadas no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a partir do ano de 1884. Dez anos depois, os primeiros missionários adventistas estadunidenses passam a se instalar em solo brasileiro, espalhando-se pelas demais regiões (CARVALHO, 2014, p. 1060-1061). Em 1897, a denominação já havia instalado cinco Igrejas e dezesseis escolas sabatinas – que aglutinavam cerca de 750 membros (Idem, p. 1063). Para suprir a crescente demanda de materiais impressos, em 1900 os adventistas abrem as portas de sua editora no Brasil. Ao longo da primeira metade do século XX, outras obras missionárias são implantadas, tais quais as instituições educacionais adventistas (universidades, escolas e internatos), hospitais e outras atividades na área da saúde. Destaca-se também a criação da empresa alimentícia *Superbom* em 1925¹⁸, oferecendo produtos vegetarianos a fim de auxiliar na promoção da reforma da saúde¹⁹.

¹⁶ Baseado na interpretação de Ellen G. White, a data de 22 de outubro de 1844 marca a “purificação do santuário”. Com isso, inicia-se o período de preparação para o retorno do Messias, o “Tempo do Fim” para os adventistas. (Para saber mais: OLIVEIRA FILHO, p. 161-162)

¹⁷ A Igreja Adventista do Sétimo Dia se organiza através de uma Assembleia Geral, que por sua vez se ramifica em divisões, uniões, missões e igrejas locais. Ela se encontra presente atualmente em todos os continentes, estando presentes em 215 países, de acordo com o site da Igreja. Disponível em: <<https://www.adventistas.org/pt/institucional/>>. Acesso em: 17/06/2019. A declaração das crenças fundamentais adventistas ocorreu, e de tempos em tempos são revisadas, a partir da Assembleia Geral organizada pela Igreja Adventista do Sétimo Dia. Atualmente, eles elencam 28 crenças fundamentais adventistas. Destacando alguns: “O grande conflito”, a crença de que existe um constante enfrentamento de forças entre Deus e Satanás; “Os remanescentes e sua missão”, sendo os adventistas pertencentes a igreja remanescente fundada por Jesus Cristo e tendo por missão reformar a terra e pregar a segunda vinda de Jesus; “O Dom da Profecia”, manifesto na figura de Ellen G. White, que possui a missão de guiar o povo adventista pelo caminho que leva até a igreja remanescente de Jesus e “O Sábado”, que deve ser guardado como dia de adoração e descanso, para aguardar o segundo advento. Para saber mais: NISTO CREMOS, 2017.

¹⁸ Consultado em: <<https://www.superbom.com.br/empresa/>>. Acesso em: 19/04/2019.

¹⁹ A reforma da saúde é uma visão em relação à saúde física e a espiritualidade e um regime de cuidado com o corpo e a mente, sendo uma filosofia difundida desde a primeira metade do século XIX na sociedade estadunidense e adotada pelo adventismo. A partir de 1860, Ellen G. White passa a discursar sobre a necessidade da reforma da saúde e seus princípios, indicando a necessidade de elementos fundamentais para sua manutenção. Mais recentemente, são listados pela doutrina adventista oito elementos: ar puro, luz solar, autocontrole, repouso, exercício físico, alimentação saudável, água e a confiança em Deus. A reforma da saúde também abrange as missões médicas e as instituições hospitalares adventistas. Disponível em: <<https://www.adventistas.org/pt/saude/saude-com-esperanca/a-reforma-de-saude/>> e <<https://www.adventistas.org/pt/espirtodeprofecia/visoes/visao-da-reforma-de-saude/>>. Acesso em: 17/06/2019.

Para além dos espaços institucionais adventistas – Igrejas, hospitais, empresas alimentícias e escolas, a mídia é outro importante canal para a difusão de sua mensagem profética. Lembrando que, para além do uso e instrumentalização desses meios, ela também é responsável por promover um sentido ao estilo de vida adventista. A mídia, para além de instrumento evangelizador, marca a trajetória de crescimento e institucionalização da igreja como viabilizadora da manutenção de coesão em seu discurso e práticas pelos territórios nos quais ela se instalou. Para além de um canal de pregação, a mídia também “é considerada como forma de chegar até onde não se poderia ir de outra forma, ou seja, para se cumprir a promessa da volta de Cristo (‘o evangelho será pregado a todo reino’), é preciso mais do que um meio, é preciso todos os meios” (FOLLIS; CUNHA, 2010, p. 65-66).

Fundada em 1900, a Casa Publicadora Brasileira (CPB) é a editora brasileira da Igreja Adventista do Sétimo Dia. De acordo com seu site oficial²⁰, nos primeiros anos de existência da CPB suas sedes variaram de localização, sendo inicialmente estabelecida na cidade de Rio de Janeiro (1900-1904), seguida de Taquari, no Rio Grande do Sul (1904-1907) até que foi transferida para o interior de São Paulo, para a cidade de Santo André (1907-1985). Lá permaneceu por 78 anos, até ser novamente transferida para Tatuí-SP (1985-presente), onde permanece lotada até os dias atuais em uma sede edificada especialmente para comportar a estrutura da editora adventista. Além de publicar os títulos de autoria de Ellen G. White em língua portuguesa, a CASA – como também é denominada pelos adventistas – é responsável atualmente por produzir os materiais didáticos (de orientação criacionista) para toda a rede educacional adventista do país, e também os periódicos da denominação. Dentre as revistas publicadas pela editora, destacam-se a *Revista Adventista*, a *Nosso Amiguinho* e a *Vida e Saúde*, todas com frequência de publicação mensal, distribuídas por meio de assinaturas ou por colportagem – meio de distribuição e divulgação amplamente utilizado pelos adventistas.

A colportagem é a atividade de visitação, distribuição e venda de materiais impressos voltados à evangelização. Considerada uma atividade de missão, a equipe de colportores adventistas é formada por pessoas de todas as idades e que, passando de porta em porta, buscam difundir a mensagem adventista e compartilhar seus materiais impressos. Em muitos casos, parte do dinheiro arrecadado com a venda de livros de colportagem é direcionado para o financiamento dos estudos desses jovens nas instituições adventistas de ensino superior espalhadas pelo país. Além disso, para muitas pessoas a colportagem é a principal atividade remunerada exercida por elas. O Ministério de Publicações foi criado pela Igreja Adventista

²⁰ Consultado em: <<https://www.cpb.com.br/institucional/sobre>>. Acesso em: 16/01/2020.

do Sétimo Dia em 1881 nos EUA, designando como Evangelista da Página Impressa ou Colportor Evangelista “o missionário de sustento próprio que, sendo membro batizado, estando em perfeita harmonia com as normas e doutrinas da Igreja e sentindo sua vocação, se dedica, mediante um voto, a propagar os princípios da fé e crenças adventistas”²¹. No Brasil, o trabalho de colportagem inicia em 1893, antes mesmo da instauração da editora adventista no país, utilizando materiais importados.

O trabalho de colportagem é organizado por regionais, através de líderes que aglutinam sob sua supervisão um grupo de colportores. Além disso, a Igreja Adventista do Sétimo Dia, através do Ministério de Publicações, organiza cursos de formação e encontros de colportores. Também há um controle interno por meio do ministério sobre o número de colportores, número de vendas e distribuições (tanto de livros quanto de revistas), total arrecadado. Esses números foram, por muito tempo, publicados através de um relatório mensal na *Revista Adventista*. Em 1958, o relatório de agosto mostrava um número total de 304 colportores ativos, divididos entre União Sul-Brasileira (que agrupava as missões catarinense, goiano-mineira, mato-grossense, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo) e União Norte-Brasileira (que agrupava as missões de Baixo Amazonas, Central Amazonas e Costa Norte) (LESSA, 1958, p. 38). No final da década de 1970, já havia mais uma união, a Este-Brasileira (composta pelas missões Rio-Minas, Leste, Mineira, Bahia-Sergipe e Nordeste). Nesse momento, além da equipe composta por 1.333 agentes colportores, a atividade também contava com 61 secretários assistentes (SARLI, 1980, p. 37), encarregados de organizar os trabalhos por missão/região.

Atualmente, o periódico não publica mais os relatórios sobre a atividade de colportagem. Segundo dados apresentados pela Igreja Adventista do Sétimo Dia²², na América do Sul atuam cerca de 4,5 mil colportores e colportoras em dedicação integral e que são responsáveis pela venda de 489 mil exemplares de livros e revistas por mês. Esse número, segundo os dados apresentados pela instituição, chega a 634 mil unidades no período de férias escolares, quando jovens estudantes colaboram para a atividade. Para além da venda de livros e assinaturas das revistas, cumpre citar que o Ministério de Publicações atualmente também é responsável pela campanha *Impacto Esperança*, que ocorre anualmente e conta com a presença massiva da comunidade adventista para a distribuição gratuita de livretos de cunho

²¹ Consultado em: <<https://www.adventistas.org/pt/publicacoes/colportagem/>>. Acesso em 03/01/2020.

²² Consultado em: <<https://www.adventistas.org/pt/institucional/missao-e-servico/ministerio-de-publicacoes/>>. Acesso em: 03/01/2020.

evangelista. Entre as razões elencadas para participar da missão²³ estão: levar a pessoa a uma conversão real; se fazer mais semelhante a Jesus; o crescimento em Cristo; permanecer salvo; é um antídoto contra a apostasia (afastamento da religião); promove um reavivamento saudável; é um remédio contra a mornidão espiritual e prepara para a volta de Cristo.

No que tange às publicações mensais publicadas pela Igreja Adventista do Sétimo dia e vendidas por meio da colportagem, a *Revista Adventista* é, certamente, o principal periódico direcionado ao seu público interno da denominação. Publicada no Brasil desde 1906, ela traz informações sobre o crescimento da igreja em território brasileiro, eventos locais, nacionais e internacionais relacionados ao adventismo, escritos e ensinamentos. Considerada o “órgão geral da Igreja”, entre seus objetivos principais, destacam-se a manutenção da igreja “em todos os seus segmentos, unida em torno dos ideais cristãos” e a defesa, o esclarecimento das “doutrinas bíblicas dentro da visão profético-teológica da IASD” e o estímulo ao “crescimento moral, social e espiritual da Igreja como um todo” (MARINHO et al, 1990, p. 39). Com mais de 1300 edições publicadas ao longo de seus 114 anos, a revista tem seu acervo disponibilizado na íntegra na internet pela própria editora²⁴. Anteriormente intitulada apenas como “Revista Trimestral” ou “Revista Mensal”, é somente em 1932 que ela passa a ser chamada de “Revista Adventista”²⁵.

Já a revista *Nosso Amiguinho* tem seu direcionamento voltado ao público infantil. Lançada no início da década de 1950, ela é bastante conhecida no Brasil, sendo consumida não só pela comunidade adventista, mas cristã de forma geral. Segundo Bellotti²⁶ (2010), a revista é “uma prova de que a identidade religiosa não é fixa” (idem, p. 121), sendo desde seus primeiros anos intencionalmente adaptada para um público amplo, e não apenas adventista (Idem, p. 123). Sobre isso, a edição de julho de 1990 da Revista Adventista reforça que com a consolidação da revista em território brasileiro, a “*Nosso Amiguinho* passou pela primeira reformulação um ano após seu lançamento: mudança de formato e redirecionamento para o público leitor, passando a atingir não somente as crianças da Igreja, como havia sido

²³ As oito razões para participar da missão de evangelização estão organizadas em um infográfico elaborado pelo Ministério de Publicações. Disponível em: <<https://www.adventistas.org/pt/evangelismo/infografico-razoes-para-a-missao/>>. Acesso em: 03/01/2020.

²⁴ O acervo digital da *Revista Adventista* pode ser acessado por meio do endereço eletrônico: <<http://acervo.revistaadventista.com.br/capas.cpb>>. Acesso em: 17/01/2020.

²⁵ A tese em Ciências da Religião de Rodrigo Follis (2017), “Memória, mídia e transmissão religiosa: estudo de caso da *Revista Adventista* (1906-2010)”, defendida na Universidade Metodista de São Paulo, destaca-se como um recente trabalho de fôlego que se dedica a analisar o periódico.

²⁶ A tese de Karina Kosicki Bellotti (2007), que resultou no livro “*Delas é o Reino dos Céus*”: mídia evangélica infantil na cultura pós-moderna do Brasil (1950-2000) publicado em 2010 dedica-se, entre outras questões, à análise do discurso da revista *Nosso Amiguinho*, periódico voltado ao público infantil e produzido pela Igreja Adventista do Sétimo Dia por meio de sua editora Casa Publicadora Brasileira.

seu objetivo inicial, mas as crianças de um modo geral” (MARINHO et al, 1990, p. 37). Outra preocupação dos editores nessa reformulação foi priorizar características brasileiras nas matérias publicadas, evitando a tradução de artigos estrangeiros produzidos pelas revistas infantis adventistas em outros países.

Por fim, a revista *Vida e Saúde* é, dentre os “carros-chefes” da editora, a que mais se aproxima em formato e conteúdo de um modelo “secular”. Isso porque seus temas principais versam sobre comportamento, bem-estar, saúde e alimentação. A primeira tentativa adventista de publicação de uma revista sobre saúde foi em 1914, com a revista *Saúde e Vida*. Durando poucas edições, ela retorna em 1939 sob o nome *Vida e Saúde* (Idem), sendo publicada mensalmente e de forma ininterrupta ao longo de oito décadas. Objetivando a difusão do “valor da reforma do regime alimentar” (Idem, p. 38), o periódico se constitui como um importante meio de divulgação da doutrina alimentar adventista, a qual condena o consumo de carne, de bebidas alcoólicas, chás e café, além de alimentos considerados estimulantes, como pimentas e condimentos²⁷.

Em 1996 a Igreja Adventista do Sétimo Dia brasileira criou a *TV Novo Tempo*, que atualmente faz parte da *Rede Novo Tempo de Comunicação*, responsável por administrar um conjunto de suportes midiáticos digitais direcionados ao público religioso, como o canal de televisão, rádio²⁸ e portal de jornalismo²⁹. Além disso, com o slogan “Música que toca o coração”, a rede também é responsável pela gestão da gravadora adventista, que produz e comercializa diversos produtos, como CD’s e DVD’s. Outro ponto de interesse é a investida no campo do mercado de bens de consumo, com a comercialização de camisetas e *souvenirs* no site da gravadora. De acordo com o site da Rede Novo Tempo³⁰, seu canal de televisão

²⁷ A *Vida e Saúde* já foi tema de pesquisa em quatro trabalhos acadêmicos. Dentre eles, o artigo de André Dalben e Carmen Lúcia Soares (2008), “A revista *Vida e Saúde*: modos de olhar e educar o corpo feminino em suas páginas (1940-1950)”, que traz uma interessante análise acerca o olhar médico-higienista, científico, religioso e masculino sobre o corpo feminino nas páginas da revista. Citamos também o artigo “Identidade de gênero: a representação da mulher na Revista *Vida e Saúde* durante a Segunda Guerra Mundial (1940-1945)” de autoria de Débora Maria Soares, Liege de Oliveira Leopoldo e Silva e Paulo Fernando de Souza Campos (2014), que fazem uma análise das representações de gênero em período semelhante ao artigo anterior citado. Além disso, a monografia na área de história, escrita por mim e apresentada em 2017 na Universidade Federal do Paraná, “Sexualidade, beleza e maternidade: o modelo cristão de mulher nos anos 1980 a partir da revista *Vida e Saúde*” (BACH, 2017), na qual me debruço a investigar a representação da mulher na revista com enfoque nas três temas intitulados. Vale comentar que este último trabalho é resultado de duas pesquisas de Iniciação Científica desenvolvidas entre os anos de 2015 e 2017 com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nas quais investiguei a revista *Vida e Saúde* no tocante ao discurso sobre sexualidade e beleza para as mulheres adventistas. Por fim, um quarto trabalho, de pós-doutorado, intitulado “Saúde é um dever cristão’: saúde e religião na comunicação adventista impressa e digital”, de Prof. Dr. Karina Kosicki Bellotti, debruça-se sobre os 80 anos da revista *Vida e Saúde*, e ainda se encontra em fase de conclusão.

²⁸ A Rede Novo Tempo oferece rádio online e regionais em pelo menos 10 cidades, além de podcasts.

²⁹ Além do programa apresentado na TV Novo Tempo, a parte jornalística também divulga matérias online e publica a revista Novo Tempo (Disponível em: <<http://novotempo.com/revista/>>. Acesso em: 19/04/2019).

³⁰ Consultado em: <<https://www.novotempo.com/historia/>>. Acesso em 06/01/2020.

“está presente em 735 cidades, 17 capitais, através de canal aberto com um alcance de mais de 74,5 milhões de telespectadores em potencial”. Além disso, há um vasto rol de conteúdos disponível também no site, com uma programação “voltada para responsabilidade social com ênfase nos valores da família, educação e princípios bíblicos”. Toda esta empreitada midiática realizada desde o século XIX com a mídia impressa, e mais recentemente com a mídia digital, faz parte de um amplo projeto fomentado pela profetisa Ellen G. White, da qual os escritos são considerados referencial teológico para a Igreja Adventista do Sétimo Dia até os dias atuais. Portanto, faz-se necessário apresentar qual foi seu papel para a organização e desenvolvimento institucional da denominação, sua influência sobre as crenças e práticas adventistas, bem como seu incentivo e participação na midiática da IASD.

2.2 Ellen G. White, mensageira do Senhor

Ellen Gould White, anteriormente Ellen Harmon, (1827-1915) nasceu em Gorham (Maine, EUA) e é considerada uma profetisa para o adventismo. Foi também fundadora da Igreja Adventista do Sétimo Dia e uma das escritoras estadunidenses mais traduzidas em todo o mundo, publicando cerca de 150 obras, entre livros e coletâneas, além de inúmeras cartas, manuscritos e artigos assinados para as publicações adventistas. Ela foi responsável pelo desenvolvimento do rol teológico adventista, inspirado pelos escritos bíblicos e pelas visões e sonhos que recebia. White é conhecida por escrever sobre os mais diversos assuntos, entre eles evangelismo, educação, finanças, comportamento e saúde. Por conta disso, até os dias de hoje as obras de Ellen G. White não apenas inspiram a vida dos adeptos do adventismo, mas são também os textos-base que formulam as próprias doutrinas da Igreja. Por sua importância para a história da Igreja Adventista do Sétimo Dia, sua obra ainda é amplamente difundida e traduzida, sem perder o valor profético dentro da instituição.

Entre as 28 crenças fundamentais dos adventistas do sétimo dia, encontra-se a crença no dom profético de Ellen G. White, que teria sido instruída por Deus “em favor de seu povo dos últimos dias” (NISTO CREMOS, 2017, p. 281). Mesmo que não tenha tomado para si o título de profetisa, White não se opunha àqueles que a identificassem como tal. Em uma publicação feita na *Review and Herald* em 26 de julho de 1906, ela explica:

Cedo em minha juventude foi-me perguntado muitas vezes: É você uma profetisa? Sempre tenho respondido: Sou a mensageira do Senhor. Sei que muitos me têm chamado de profetisa, mas jamais reivindiquei esse título. [...] Por que não reivindico ser chamada de profetisa? Porque nestes dias muitos que audaciosamente pretendem ser profetas, representam um opróbrio à causa de Cristo; e porque minha obra inclui muito mais do que o termo “profeta” significa. [...] Reivindicar ser

profetisa é algo que jamais fiz. Se outros me chamam por esse nome, não discuto com eles. Mas a minha obra abrange tantos aspectos, que não posso chamar-me a mim mesma senão uma mensageira (WHITE *apud*. NISTO CREMOS, 2017, p. 281).

Entre os aspectos elencados pelos adventistas que justificam o reconhecimento de Ellen G. White como uma profetisa está: a concordância com a Bíblia, a exatidão de suas predições, o reconhecimento da encarnação de Cristo e a influência de seu ministério (NISTO CREMOS, 2017, p. 283-284). Ela se constitui como um espírito de Profecia, sendo que seus escritos não pretendem substituir a Bíblia.

FIGURA 01 – ELLEN G. WHITE EM REGISTRO FOTOGRÁFICO DE 1864.



FONTE: Ellen G. White Estate Inc³¹.

O teólogo adventista estadunidense Herbert E. Douglass escreveu um extenso livro sobre a vida e obra de Ellen G. White, traduzido pela Casa Publicadora Brasileira e intitulado

³¹ Esta e outras fotografias estão disponíveis no site do Ellen G. White Estate Inc: <<https://whiteestate.org/resources/photos/>>. Acesso em: 26/12/2019.

“Mensageira do Senhor. O ministério profético de Ellen G. White”. Nele, são abordados diversos aspectos da vida pessoal e pública da escritora, trazendo informações desde sua infância até suas últimas horas de vida. Sendo assim, é uma obra que se destaca por trazer uma imagem extremamente positiva de Ellen G. White³², destacando a importância dela para a Igreja Adventista do Sétimo Dia e mostrando como sua vida inteira foi intimamente ligada à história da denominação. Mesmo que seja um texto em tom apologético, concordamos que Ellen G. White configura-se como uma personagem central na história do adventismo. Atualmente, além dos livros publicados por White em vida e aqueles publicados após seu falecimento, o patrimônio literário da escritora também é formado por outros materiais, tais quais as incontáveis cartas para a família, membros da igreja e fiéis, seus diários (cerca de 60 volumes), sermões e artigos para periódicos (idem, p. 116). Uma das imagens mais utilizadas pela Igreja Adventista do Sétimo Dia para apresentar a profetisa é a fotografia dela sentada em uma mesa (FIGURA 01), com um olhar voltado para cima e em posição de escrita.

Dentre seus escritos e conselhos, White dedicou grande atenção ao tema dos relacionamentos e da família. Para citar alguns títulos, temos traduzidos em português os livros *Cartas a Jovens Namorados*, *Fundamentos do Lar Cristão*, *O Lar Adventista* e *Testemunhos Sobre Conduta Sexual, Adultério e Divórcio*. Além destes, ela se dedica a escrever sobre esses temas em diversos outros livros, como *Educação*, *Ciência do Bom Viver*, *Mensagens aos Jovens*, *Testemunhos Seletos*, entre outros. Algumas das preocupações centrais de White com relação ao matrimônio e que aparecem nas revistas adventistas são a idade certa para casar, ambos serem tementes a Deus, estarem em condições materiais e mentais desenvolvidas, estarem amadurecidos fisicamente, ter a certeza de que se trata de amor verdadeiro e não de uma paixão passageira, e também o jugo desigual. No livro *Cartas a Jovens Namorados*, ela atenta para a necessidade de a juventude cristã zelar pela responsabilidade sexual. Alegando que muitas jovens mulheres podem ser insinuativas e tentadoras, os jovens moços devem tomar cuidado para não se deixarem levar por elas a desfrutarem de prazeres que infringem as leis de Deus. Estas mulheres, segundo White, “sob este ou aquele pretexto cativam a atenção dos homens, sejam casados ou solteiros, e continuam seduzindo-os até que tenham transgredido a lei de Deus, tornando-se inaptos para o trabalho, e sua alma esteja em risco” (WHITE, 2006, p. 52).

³² Em contrapartida, existem autores que realizaram estudos críticos sobre a instituição, sobre a profetisa e sobre a perspectiva cristã criacionista, como é o caso de Ronald L. Numbers, que era também membro da IASD e por conta de seus posicionamentos contestadores foi banido da denominação.

Outro problema que atinge jovens casais cristãos é a pressa em se unir em matrimônio, sem o amadurecimento necessário e, em muitos casos, sem sequer o consentimento familiar. De acordo com White, “afeições formadas em tenra idade têm muitas vezes resultado em uniões infelizes, ou em vergonhosas separações. As uniões precoces, formadas sem o consentimento dos pais, raramente são felizes” (WHITE, 2013, p. 82). Os jovens devem estar sempre atentos às orientações de tutores e familiares, seguindo princípios firmes, a fim de “que possam desenvolver devidamente as faculdades que Deus lhes concedeu” (WHITE, 2004b, p. 345). Nesse sentido, deve-se prezar pela cautela ao escolher o/a companheiro/a de vida, devendo ser feita de forma “a melhor assegurar, aos pais e aos filhos, a felicidade física, mental e espiritual” (WHITE, 2013, p. 251). Sendo assim, na escolha do par ideal devem “observar todo traço de caráter naquele com quem desejam unir sua vida” (WHITE, 2004b, p. 394). White orienta que o caminho percorrido até o casamento, como também a vida matrimonial, “deve ser caracterizado pela modéstia, simplicidade, sinceridade e pelo sincero propósito de agradar e honrar a Deus. O casamento afeta a vida futura tanto neste mundo como no vindouro. Um cristão sincero não fará planos que Deus não possa aprovar” (idem).

Muitas são as passagens em que White também condena as diversões mundanas, como o teatro, o circo e as danças. Escrevendo sobre isso no século XIX, ela afirma que “o amor a esses espetáculos aumenta cada vez mais, assim como o desejo de bebidas alcoólicas se fortalece com seu uso. O único caminho seguro é evitar o teatro, o circo e qualquer outro lugar de diversão duvidosa” (idem, p. 346). A reprovação a estas e outras atividades de lazer é algo que permanece ao longo do tempo no universo religioso adventista. Em *Mocidade*, muitas diversões populares entre a juventude nas décadas de 1950 a 1990 são condenadas nas páginas da revista. Cinema, bailes, discotecas, bares, todos estes são lugares propícios a levarem os jovens para longe dos propósitos de Deus. Na década de 1960, por meio de colunas como “Forum de Problemas da Juventude”³³, a revista busca pautar assuntos como “recreações verdadeiras e falsas”. Como opção de recreações “verdadeiras” e sadias para a juventude, eles sugerem a prática de esportes, leitura de obras edificantes e o cultivo de hobbies como filatelia, aeromodelismo, floricultura, entre outros. Na edição de novembro de 1966, até mesmo um grupo musical específico é colocado em pauta no “Forum de Problemas da Mocidade”: “*Há algum mal em gostar dos Beatles?*”. Para o editorial da revista, cultivar o gosto por bandas e grupos do tipo nada tem de benéfico à juventude.

³³ Optamos por citar a seção da forma como é originalmente escrita, sem acento na palavra Fórum.

O pensamento de White sobre namoro, noivado e casamento também são perpetuados através das revistas adventistas, como a *Vida e Saúde* e *Mocidade*. Como veremos no próximo capítulo, muito do que circula de ideais sobre essas etapas da vida (que seriam naturalizadas, vivenciadas por todas as pessoas), bebe das influências do pensamento da profetisa adventista, desenvolvido em grande parte ao longo do século XIX. Como exemplo, o cultivo da religiosidade pelos jovens casais é bastante valorizado em seus escritos. White destaca em uma passagem do livro *A Ciência do Bom Viver* que “só em Cristo é que se pode com segurança entrar para a aliança matrimonial. O amor humano deve fazer derivar do amor divino os seus laços mais íntimos. Só onde Cristo reina é que pode haver afeição profunda, verdadeira e altruísta” (WHITE, 2013, p. 252). Outras características do pensamento da profetisa com relação ao casamento é a preocupação com os “fundadores do lar” e a influência dos mesmos em relação aos filhos e filhas.

Os que pensam em casar-se devem tomar em conta qual será o caráter e a influência do lar que vão fundar. Ao tornarem-se pais, é-lhes confiado um santo legado. Deles depende em grande medida o bem-estar dos filhos neste mundo e sua felicidade no mundo por vir. Determinam, em grande extensão, a imagem física e a moral que os pequeninos recebem. E da qualidade do lar depende a condição da sociedade; o peso da influência de cada família concorrerá para fazer subir ou descer o prato da balança (idem, 251).

Aqui, também podemos observar o destino natural de homens e mulheres em constituírem matrimônio, bem como terem filhos e filhas. Diversas são as passagens em que White reforça a separação dos papéis de gênero, algo também presente nos periódicos adventistas ao longo do século XX, incluindo aqui a revista *Mocidade*. Às mulheres cabem os serviços domésticos e o cuidado familiar no que tange à saúde, alimentação e bem-estar. Aos homens, a tarefa de prover a casa daquilo que seja necessário para a sobrevivência familiar. “Todos se casam com um santo propósito” (WHITE, 2004a, p. 98), diz White; e estabelecida essa relação, ambos devem servir de modo a completarem um ao outros, afinarem suas qualidades e dons: “do homem Deus fez a mulher, para ser-lhe companheira e ajudadora, [...] para alegrá-lo, encorajá-lo e abençoá-lo” (idem) e quanto ao marido, cabe “conquistar as puras afeições do coração da esposa” (idem). Em sua obra *Cartas a Jovens Namorados*, ela afirma que:

Embora as mulheres desejem homens de caráter forte e nobre, a quem possam respeitar e amar, essas qualidades precisam estar combinadas com ternura e carinho, paciência e tolerância. A esposa, por sua vez, deve ser alegre, bondosa e dedicada, assemelhando seu gosto ao de seu marido até onde for possível, sem perder sua individualidade. Os dois devem cultivar paciência e bondade, assim esse terno amor de um para com o outro tornará a vida de casados deleitosa e agradável (WHITE, 2006, p. 23).

Nos escritos de Ellen G. White, não se observa nada de novo com relação aos papéis de gênero à época. À mulher, resta cumprir suas tarefas no âmbito doméstico e familiar, servindo de suporte para o marido, que deve ser o provedor e grande protagonista da vida social. Em *Testemunhos sobre Conduta sexual, Adultério e Divórcio*, White evidencia o caráter vitalício da união matrimonial, que representa a união entre Cristo e Sua Igreja. Já no século XIX, criticava o modo como a juventude vislumbrava o casamento, muitas vezes esquecendo-se que se trata de uma decisão para toda a vida.

Na mente juvenil, o casamento se acha revestido de romance, e difícil é despojá-lo desse aspecto com que a imaginação o envolve, e impressionar a mente com o senso das pesadas responsabilidades compreendidas nos votos matrimoniais. Esses votos ligam os destinos de duas pessoas com laços que coisa alguma senão a mão da morte deve desatar (WHITE, 2008, p. 11).

Outro cuidado a ser tomado pelos jovens cristão na escolha das amigadas e do/a companheiro/a de vida é com relação a “associações mundanas” (idem, p. 13). Segundo a profetisa, elas “tendem a colocar obstruções no caminho do serviço a Deus” (idem). Por esse motivo, qualquer relação entre crentes e descrentes é proibida, afinal, “em Sua Palavra o Senhor instruiu claramente Seu povo a não se unir com aqueles que não andam em Seu amor e temor” (idem, p. 14). Entre outros comportamentos não recomendáveis e baseados na doutrina cristã está o casamento em tenra idade, quando a jovem muitas vezes não passa de uma menina; casamentos muito precoces, quando mal se conhece o par escolhido; e também longos noivados, nesse caso, pautado por “saudável discernimento e discrição” (idem, p. 15), a duração ideal é de um a dois anos. Quanto ao divórcio ou separações, estes só podem ser verdadeiramente justificados em casos excepcionais, como quando um dos lados do casal renuncia à religião (apostasia) ou comete o pecado do adultério. Mesmo que um casal se divorcie pelas leis do país, sob as leis de Deus eles continuam sendo marido e esposa.

Em outro capítulo da mesma obra, Ellen G. White dedica-se a falar “outros males sexuais” (idem, p. 100), entre eles a excessiva condescendência sexual (cedendo a “paixões corruptas”) e desonrando o próprio corpo, a desconfiança entre marido e esposa, a transmissão de vícios entre pais e filhos³⁴ e o abuso dos privilégios sexuais (apelando para a intemperança e o sensualismo). Entre as atitudes recomendadas pela conselheira, está a dignidade e o auto-respeito da esposa com relação ao sexo, a importância do bom exemplo com relação à conduta sexual e à preservação do corpo e da mente. Outra questão pautada por White é a diferenciação entre paixão e amor, algo que também aparece na revista *Mocidade* como alerta para os jovens casais.

³⁴ Argumento este que era típico do discurso eugenista da época, e que aparece também nos escritos de Ellen G. White sobre saúde e em publicações estadunidenses e brasileiras sobre saúde até meados do século XX.

Ainda em *Testemunhos sobre Conduta sexual, Adultério e Divórcio* são agregadas algumas percepções de Ellen G. White quanto às “perversões sexuais”, colocadas em pé de igualdade à homossexualidade, à masturbação e ao abuso sexual de crianças. A autora não dedicou longos escritos sobre esses temas, e muito do que escreveu estava relacionado aos escritos bíblicos. A “impureza sodomita”, como ela se refere à homossexualidade, deve ser combatida com jejum e oração, e aqueles “que não se arrependem e não abandonarem toda impureza, cairão junto com os ímpios” (idem, p. 109). Para ela, principalmente os jovens são tentados pela depravação moral e têm suas almas poluídas, “a menos que se encontrem entrincheirados na verdade” (idem, p. 110), em comunhão com o plano de Deus para suas vidas. Em seus textos de orientação para crianças, reproduzidos na obra acima citada, White afirma que aqueles que praticam a masturbação estão em concordância com os planos de Satanás.

A masturbação destrói as boas resoluções, o esforço fervoroso e a força de vontade para formar um bom caráter religioso. Todos os que têm qualquer verdadeiro senso do que significa ser cristão sabem que os seguidores de Cristo estão na obrigação, como discípulos Seus, de trazerem todas as suas paixões, forças físicas e faculdades mentais, em perfeita subordinação à Sua vontade. Os que são controlados por suas paixões não podem ser seguidores de Cristo. Estão devotados demais ao serviço de seu mestre, o originador de todo o mal, para abandonarem seus hábitos corruptos e escolherem o serviço de Cristo (idem, p. 112).

Aqueles que estão em propósito com Deus controlam suas paixões e pensamentos impuros, pois sabem que a masturbação diminui a “energia vital” (idem) e é “base para várias doenças futuras” (idem). Ainda assim, como veremos no quarto capítulo, em *Mocidade* o ponto de partida para falar sobre a homossexualidade e a masturbação encontra-se muito mais nos argumentos psicanalíticos do final do século XIX (que relaciona as práticas ao desenvolvimento da criança e as influências familiares) e menos nos argumentos descritos por White ou na retórica cristã. Por ora, cabe apresentarmos as principais características do periódico adventista e como ele se trata dos temas mais emergentes relacionados à juventude na segunda metade do século XX.

2.3 A revista *Mocidade*

A revista *Mocidade* tem sua primeira edição lançada em janeiro de 1958 e finda suas atividades em 1994. Sua proposta baseou-se no formato da antecessora *Juventude*, publicada entre 1936 e 1940 pela Casa Publicadora Brasileira (MARINHO et. al., 1990, p. 37). Sua proposta central é ser um instrumento missionário que fala à juventude sobre “assuntos

edificantes” e alertar os mesmos acerca “dos perigos que o cercam” (Idem). Nela encontramos artigos dedicados à saúde, meio ambiente, educação, literatura, artes, atividades manuais, lazer, entre outros temas. Há também seções como “De todo o mundo”, dedicada a notícias e variedades do Brasil e de outros países; “Curiosidades”, que na década de 1970 foi substituída por “Carrossel Mocidade” e “Janela Poética” (que posteriormente passa a se chamar “Página do Estreante”), espaço onde a revista publica produções artísticas dos leitores e leitoras, como letras de músicas, contos e poesias. Além de alterarem seus nomes, essas seções eram por vezes inconstantes; muitas vezes se ausentavam em uma ou outra edição, e voltavam a ser publicadas em seguida.

Como uma demanda dos/as próprios/as assinantes, na década de 1970 a revista passa a publicar um tópico (geralmente junto a seção “Diálogo Mocidade”) que é o “Correspondência”, no qual são divulgados os contatos de diversos leitores e leitoras que possuem interesse em manter correspondência – via carta – entre si. No início, alguns poucos contatos são divulgados, e a lista vai crescendo conforme o costume se consolida entre o público leitor. Na década de 1980, “Correspondência” chega até mesmo a publicar a foto da pessoa, a pedido do/a leitor/a. Ao longo de todo o período de sua publicação, a revista ainda se dedica a fornecer material de estudo ao público leitor como apoio escolar, por meio de seções como “Lições Práticas de Inglês” (década de 1960), “Português e Inglês” (década de 1970) e “Português dinâmico” e “Inglês para vestibular” (a partir da década de 1980), além de frequentemente trazer a apresentação e curiosidades sobre as mais diversas profissões. Assim como em *Nosso Amiguinho*, há uma preocupação em contextualizar as matérias pensando o cenário brasileiro, lançando seções sobre cidades turísticas e históricas, personalidades importantes, museus e datas comemorativas do calendário nacional. Sobretudo a partir da década de 1970, suas capas passam a trazer informações mais precisas sobre os conteúdos de destaque trazidos em cada edição e mostram a pluralidade de assuntos veiculados em *Mocidade*. Exemplo é a edição de abril de 1983 (FIGURA 06, p. 61), que destaca em capa os artigos “Sexo: não aumente o fogo!”, “Rock: som diabólico?”, “Saúde: Cuidado: gordos vivem menos que os fumantes” e “É possível aprender dormindo?”.

Dividida entre seções fixas e artigos livres, fizemos um levantamento da média das categorias a cada edição por década, expresso na tabela a seguir. O que podemos observar é que o número de seções dobra entre os primeiros anos para os últimos anos de publicação da revista, o que é resultado tanto da ampliação do periódico em número de páginas, como também da consolidação de alguns temas de interesse do público leitor. No últimos anos de *Mocidade*, além das seções já tradicionais que são mantidas (e algumas renomeadas), a equipe

editorial também dá início a novas seções fixas, como a “Brincando com a ciência”, que traz descobertas e curiosidades científicas, contanto que não contradiga o pensamento criacionista sustentado pela revista e pela instituição religiosa que a produz; “Artesanato”, que foi mais constante entre as décadas de 1950 e 1960, e que volta a ganhar espaço no final da década de 1980; “Mix” que traz diversidades e sugestões de leitura e música; além da criação da seção “Quero me corresponder com você”, que se torna independente de “Diálogo Mocidade”.

TABELA 01 – MÉDIA DE SEÇÕES FIXAS E ARTIGOS LIVRES EM *MOCIDADE* POR DÉCADA

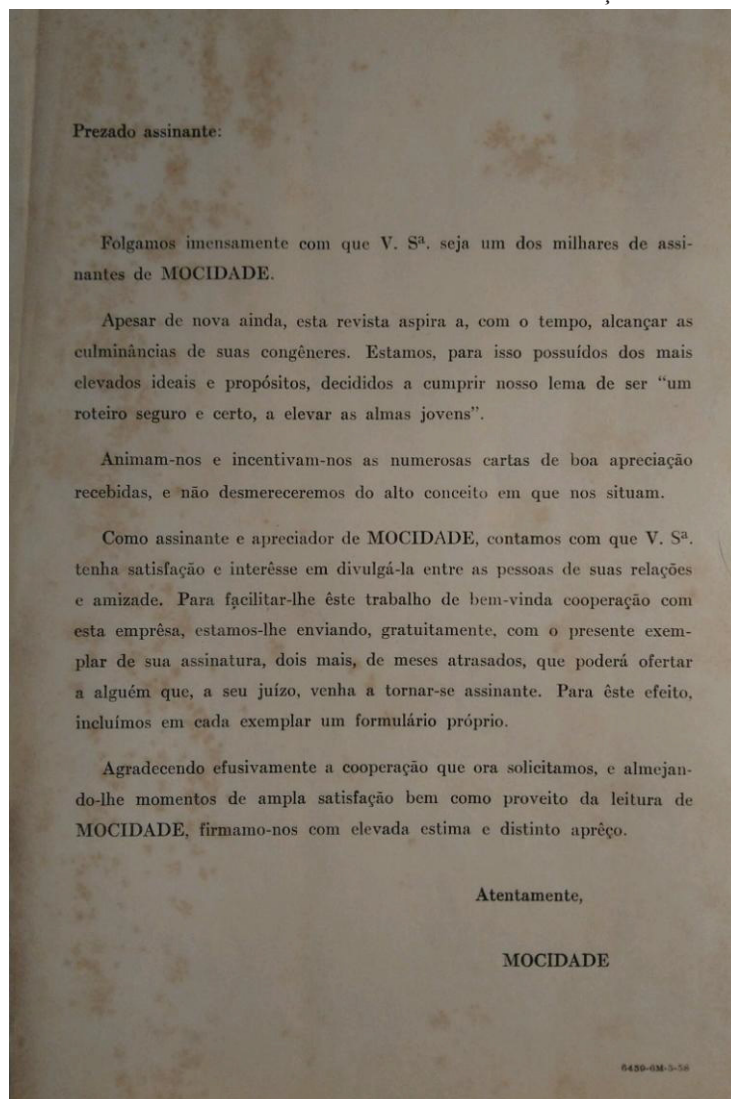
	Década de 1950	Década de 1960	Década de 1970	Década de 1980	Década de 1990
Seções Fixas	5	6	6	8	10
Artigos livres	8	5	8	8	9

FONTE: A autora (2020).

Focando na divulgação e no crescimento do número de assinaturas e leitores, no primeiro ano de publicação da revista a equipe editorial chegou até mesmo a enviar edições extras aos assinantes, junto a uma carta de agradecimento (FIGURA 02) que fazia também pedido de ajuda para a divulgação de *Mocidade*. Nela os editores afirmam que “apesar de nova”, possuem os “mais elevados ideais e propósitos”, e declaram estarem “decididos a cumprir nosso lema de ser ‘um roteiro seguro e certo, a elevar as almas jovens’” (MOCIDADE, n. 08, 1958, anexo). Ainda, indicam que estão a contar com o interesse de seus assinantes em “divulgá-la entre as pessoas de suas relações e amizade”, distribuindo as edições extras enviadas pela equipe da revista para pessoas que possam ser potenciais leitores e leitoras da revista.

Outra estratégia de divulgação das assinaturas, esta voltada principalmente para a renovação de leitores e leitoras já familiarizados com *Mocidade*, foi publicada na revista em dezembro de 1978 (FIGURA 03). O texto faz alusão a um anúncio de classificados (ou correio sentimental), comunicando que se procura “para compromisso sério” (de 12 meses, período de uma assinatura anual) jovens homens e mulheres “que amem a vida”. A contrapartida oferecida pelo periódico são indicações seguras acerca de temas que seriam de interesse da juventude: namoro, noivado, casamento, cultura e educação. Após informarem sobre os procedimentos necessários para firmar a assinatura da revista, os editores ainda anunciando que, ao fazê-la, o/a jovem estaria selando “compromisso com a felicidade!”.

FIGURA 02 – CARTA ENVIADA AOS ASSINANTES JUNTO À EDIÇÃO DE AGOSTO DE 1958.



FONTE: Arquivo pessoal.

FIGURA 03 – ANÚNCIO: PROCURAM-SE (PARA COMPROMISSO SÉRIO).

PROCURAM-SE
(Para compromisso sério)

Procuram-se jovens, ambos os sexos, qualquer idade, para compromisso sério por 12 meses. Exigência única: Que amem a vida. Oferecemos: Indicação segura para namoro, noivado e casamento; orientação correta para a escolha da profissão; excelentes amizades; cultura; descontração; passeios pelo Brasil e o mundo; segredo de boas notas escolares. O que fazer: Preencher cheque ou vale postal em nome do Serviço Educacional Lar e Saúde e fazer carta com estes dizeres: Aceito a oferta. Quero assinar MOCIDADE por 12 meses. Enviar este pedido com seu nome e endereço bem legíveis ao distribuidor mais próximo de sua cidade (a lista está na página 3). Preço da assinatura: Cr\$ 285,00.

Escreva agora. Sele compromisso com a felicidade!

mocidade-21

FONTE: Biblioteca Pública do Paraná.

Já no primeiro ano da revista, ela tinha por características físicas capa e contracapa colorida, com miolo inteiramente preto-e-branco, totalizando 20 páginas. As capas das edições traziam imagens ilustradas de mulheres sorridentes, trabalhadores, casais apaixonados, crianças e jovens em atividades manuais e ao ar livre, remetendo sempre a um universo de alegre, em contato com a natureza e uma vida saudável. Desse modo, mostram um universo que remete ao *American Way of Life* (ver FIGURA 05), afinal de contas, muitas das imagens eram importadas de bancos de empresas estadunidenses, como o A. Devaney Inc, Camera Clix e H. M. Lambert³⁵.

FIGURA 04 E 05 – CAPAS DAS EDIÇÕES DE JULHO DE 1958 (À ESQ.) E DEZEMBRO DE 1965 (À DIR.).



FONTE: Arquivo pessoal.

De forma geral, as pessoas ilustradas nas capas das edições de *Mocidade* são brancas (ver FIGURA 04 e 05). Exceção é a capa da edição de agosto de 1958, que traz um homem negro na capa. Contudo, essa figura masculina não se encontra ligada a atividades de lazer, mas é retratada exercendo um trabalho braçal. É apenas na década de 1980 que a revista vai trazer a imagem de um casal negro na capa, em julho de 1986, e de uma mulher negra, na edição de maio de 1988. É importante salientar que não há uma preocupação com

³⁵ Nesse período a revista *Vida e Saúde* segue o mesmo padrão, importando imagens de estúdios estrangeiros para a produção de suas capas.

representatividade nesse sentido na revista, bem como este não é o foco da presente pesquisa. Mas podemos refletir, ainda que brevemente, sobre quais são os *corpos que importam* para o editorial de *Mocidade*. Quem é seu público-alvo, se não pessoas brancas. Cumpre citar que *Mocidade* passa a retratar com maior frequência pessoas negras (no conteúdo interno) a partir da década de 1970, quando a produção visual da revista, bem como as fotografias usadas nos artigos e seções, passam a ser (ainda que parcialmente) produzidas no Brasil, mas trata-se de uma porcentagem mínima, se comparado ao número de indivíduos brancos retratados em suas páginas. Por ser uma revista que focaliza o público jovem, nenhuma capa entre as edições disponíveis para a pesquisa retratava pessoas idosas. Outra questão notada sobre as capas é que em imagens nas quais aparece apenas uma criança ou jovem junto a uma figura masculina, a relação entre ambos é sempre profissional ou educacional; como um aluno e o professor, salva-vidas e banhista. Quando a criança ou jovem está junto a uma figura feminina, a relação é sempre materna/afetiva. Para auxiliar na visualização e quantificação dos motivos de capas, segue abaixo uma tabela (02), organizada por década³⁶.

TABELA 02 – MOTIVOS DE CAPA EM *MOCIDADE* POR DÉCADA

	Década de 1950	Década de 1960	Década de 1970	Década de 1980	Década de 1990
Mulher branca	1	5	4	19	2
Homem branco	0	2	1	14	1
Mulher negra	0	0	0	1	0
Homem negro	1	0	0	0	0
Criança	0	3	0	0	0
Casal branco	0	6	5	17	1
Casal negro	0	0	0	1	0
Grupo de pessoas (misto)	0	1	3	3	0
Grupo de mulheres (2+)	0	1	0	0	1
Grupo de homens (2+)	0	2	0	5	1
Grupo de crianças (2+)	0	1	0	0	0
Mulher + criança(s)	0	1	0	2	0
Homem + criança (s)	0	1	1	1	0
Casal + criança(s)	0	0	0	1	0
Arquitetura/Meio urbano	0	1	1	0	0
Natureza/Paisagem	0	1	2	5	0
Animais	0	1	0	2	0
Alimentos/Frutas	0	0	1	0	0

³⁶ Os números, de acordo com cada categoria, expressam o elemento predominante da capa. Por conta da variação no número de edições disponíveis para a pesquisa, os números da década de 1980 se mostram mais elevados do que os demais períodos. Vale recordar que a revista começa a ser publicada em 1958 e finda suas atividades em 1994.

TABELA 02 – MOTIVOS DE CAPA EM *MOCIDADE* POR DÉCADA

(continua)

Instrumentos/Ferramentas de trabalho	0	0	0	2	0
Automóvel	0	0	0	1	0
Ilustrações diversas	0	0	2	10	1
Objetos/Diversos	0	0	1	1	0

FONTE: A autora (2020).

Podemos observar, a partir da tabela, que em todos os períodos de publicação a predominância das capas é o retrato mulheres brancas e casais brancos. Com o passar dos anos, as cores passam a invadir as páginas da revista, e fotos começam a aparecer nas capas das edições, que antes traziam apenas ilustrações importadas representando pessoas ou animais. Além disso, os motivos de capa passam a ser mais diversificados, por vezes temáticos de acordo com alguma data comemorativa do mês de publicação ou de acordo com o tema da matéria de destaque, trazendo a fotografia de instrumentos musicais, máscaras e ferramentas de trabalho. É na década de 1970 que a equipe editorial passa a contar com uma equipe de profissionais responsáveis pela direção de arte, produção visual e diagramação da revista. Por esse motivo, podemos observar que nesse período começam a ser mais utilizadas ilustrações e montagens diversas, produzidas pela própria equipe de arte. Neste mesmo período, ela foi publicada com 28 páginas e no final da década subsequente, chegou a 32 páginas. Em relação à tiragem da revista, ela só começa a ser notificada pelo editorial a partir de 1987, quando a Casa Publicadora Brasileira já havia sido transferida de Santo André para a cidade de Tatuí, no interior do estado de São Paulo. Nesse ano, o número variou entre 80 e 100 mil exemplares.

Quanto ao modelo de escrita do título e a diagramação da revista, diversas são as alterações ao longo das quase quatro décadas de sua publicação. No início da década de 1960, ela passa pela sua primeira alteração na diagramação do título, capa e índice. As outras mudanças observadas foram ao final da década de 1960, no início e fim da década de 1970, em 1984, em 1988 e, por fim, no início da década de 1990. No total, foram identificadas ao menos sete formas diferentes de apresentação da revista. Isso nos ajudou a localizar, por exemplo, o período de publicação de duas edições especiais sobre “Doenças Venéreas”³⁷ que serão analisadas no capítulo seguinte e nas quais não contém informações consistentes sobre ano de publicação. Cabe destacar que essas edições especiais eram uma estratégia de

³⁷ Analisando o modelo de diagramação da capa, uma delas foi publicada na segunda metade da década de 1980, entre 1985 e 1987. A outra, anterior a esta, foi publicada em 1983. Sua datação foi possível não apenas pelo estilo de diagramação, como também por conta de informações de um de seus artigos.

divulgação da revista através da colportagem, vendidas de porta e porta, assim como foram feitas com edições especiais de *Vida e Saúde* sobre vegetarianismo nos anos 1980.

Tendo como foco o público jovem cristão, ao longo dos anos de publicação a revista buscou um formato atrativo para a juventude, abordando em suas matérias temas “polêmicos” e que despertassem a curiosidade desse público específico, como relacionamentos, sexo, “doenças venéreas”, drogas, convivência familiar e, até mesmo, feminismo. Contudo, sempre através de um olhar conservador no que tange aos costumes. No início da década de 1990 uma matéria veiculada na *Revista Adventista* afirma sobre *Mocidade* que “80 por cento dos assinantes dessa revista são jovens não-adventistas alcançados, na maioria, através de programas de colportagem direcionados a escolas de primeiro e segundo graus” (Idem). Mesmo que esse número seja um dado levantado pela própria instituição, indicando um público consolidado de não-adventistas, podemos nos questionar o porquê de a instituição evidenciar um grande público externo à denominação que consumiria seus materiais impressos. Ela busca enfatizar o alcance das publicações adventistas, bem como uma demanda da sociedade em informações sobre os assuntos abordados em *Mocidade*, entre eles a educação sexual e afetiva da juventude. Não temos como mensurar o universo dos assinantes da revista, mas podemos considerar que seu público – externo ou não à Igreja Adventista do Sétimo Dia – estaria interessado no discurso e nos valores morais cristãos empregados na revista. Ao analisar as cartas de leitores publicadas pelo editorial, ou as perguntas feitas para a seção “Você Pergunta”, podemos notar que nem sempre há uma total aceitação desse discurso conservador. Mesmo que sejam assinantes com interesse no conteúdo da revista, não quer dizer que esse público não traga questionamentos ou discordâncias com determinados artigos ou opiniões expostas nas páginas do periódico, ainda que sejam de formas pontuais.

Os temas propostos para análise neste trabalho são alguns dos muitos possíveis a partir do periódico, que permite que entendamos qual é universo ideal que a Igreja Adventista do Sétimo Dia projeta para a juventude, não só adventista ou cristã, mas de forma mais ampla, brasileira. Levando em consideração a tradição adventista de incentivo à leitura e sua ampla publicação de materiais – entre eles livros, revistas, folhetos, para citar apenas as mídias impressas – constatamos que o público efetivamente leitor da revista é bastante heterogêneo. São homens e mulheres das mais variadas idades, iniciando por volta dos 12 anos e chegando à faixa dos 50 (neste caso, especialmente mulheres, como veremos na análise das cartas enviadas à Dr. Belisário na seção “Você Pergunta”). Contudo, majoritariamente são jovens por volta dos seus 20 anos.

Faz-se necessário comentar também que a *Mocidade* se aproxima dos modelos seculares de revistas destinadas ao público jovem. Porém, ao observarmos seu conteúdo, capas e seções, por vezes ela também pode ser comparada às revistas destinadas ao público feminino. Economia e política são temas ausentes em suas páginas – bem como em todos os outros periódicos adventistas, considerando as implicações da questão religiosa, para a qual estes “problemas” não são de sua alçada, ao menos na perspectiva da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Isso também ocorre por conta do período de publicação da revista, que coincidiu com o período de ditadura civil-militar no Brasil, vigente entre os anos de 1964 e 1985. Seu foco, assim como as revistas “femininas”, está na saúde, bem-estar, sexualidade, hobbies, trabalhos manuais e lazer. Mas também, distingue-se destas por trazer seções focadas na escolha de profissões (sem distingui-las entre “masculinas” e “femininas”), lições de português e inglês, História do Brasil e do mundo, turismo e curiosidades.

De modo geral, as opiniões do público leitor que são publicadas na revista comumente são positivas. Até a década de 1960, o espaço destinado a voz do leitor ou leitora é no texto de abertura, que traz trechos de cartas comentadas pelo editor. A partir da década de 1970 até o fim da revista, as cartas passam a ter mais espaço na seção “Diálogo Mocidade”, que publica a opinião de leitores e leitoras sobre a revista, edições especiais, temas de interesse e comentários sobre matérias publicadas. Como já comentado, em sua grande maioria tratam-se de elogios à revista, ao corpo editorial e as escolhas de temas. Podemos destacar comentários como “Mocidade é uma revista que todo jovem devia ler porque é dinâmica e atualizada, que dá muitos ricos conselhos aos jovens” (COELHO, 1983, p. 20) e “Num mundo tão carente de respeito e amor, é muito bom ver que ainda existem pessoas preocupadas com as crianças, jovens e adultos” (DORÇA, 1984, p. 16).

Alguns comentários críticos, ainda que esparsos, também são encontrados. É o caso da carta de Carlos A. F. França, publicada na edição de junho de 1979. Nela, França questiona uma matéria publicada em fevereiro do mesmo ano, chamada “*Discothèque* – a Nova Febre”, e sobre a qual seu autor teria uma visão “hipócrita” e falando sobre o espaço como “um caipira” (FRANÇA; MEDICI, 1979, p. 04). Em resposta à França, feita pelo próprio autor da matéria Ademir Medici, ele discorda da opinião do leitor e recomenda que o jovem “torça para que a discoteca seja apenas mais uma onda, mais um febre; um febre nociva porém passageira, para o bem dos olhos, dos ouvidos e da saúde de milhares de jovens como você” (idem). Em outra seção, a “Você Pergunta”, também trouxe o descontentamento de uma leitora em relação à imagem pejorativa e machista construída das mulheres que fazem sexo

antes do casamento pelo discurso de *Mocidade*. Márcia Peixoto escreve para Dr. Belisário³⁸ uma carta em resposta ao artigo “Sexo: não aumente o fogo!”, questionando a classificação de uma mulher como “impura”:

Creio que muito mais deve ser levado em conta para classificar uma pessoa de “impura”. Gostaria de entender esta repressão sexual que a mulher sofre, sendo que nunca vi um homem ser “desqualificado” por ter praticado sexo. Pobre mulher! Ela é sempre discriminada, censurada! [...] O homem sim, é que precisa de elevar seu espírito. Tornar-se puro (PEIXOTO, 1984, p. 16).

A jovem também pergunta ao conselheiro como ocorre o “homossexualismo” e a bissexualidade. Belisário Marques dá início a sua resposta dizendo que “em muitas ocasiões sou acusado de ‘machista’, apesar de defender-me todas as vezes, o que deve indicar algum traço dessa característica” (MARQUES, 1984, p. 16). Na tentativa de responder aos apontamentos feitos pela jovem, ele justifica que o casamento ou matrimônio é uma união entre dois seres do sexo oposto, e “dessa união viria a multiplicação da espécie via relação sexual” (idem). Com a deturpação do sexo, sendo instrumentalizado até para a venda de produtos e até da própria pessoa, foi necessário estabelecer algumas regras para ele. Quanto à noção de “impureza”, ela estaria associada ao conceito de virgindade, “a qualidade daquilo que é puro, o que é casto, o que não foi usado, o estado do que é novo” (idem, p. 17). É uma questão mais simbólica do que física, e nisso Marques reconhece que se trata de um julgamento de valor. Para o autor, a sociedade pressiona o homem “para a conquista e a aventura” (idem), enquanto a mulher “é defendida, protegida e presa até o casamento” (idem).

É interessante observar que mesmo que esteja nesse momento falando em tom de crítica sobre “A sociedade” da qual o universo religioso se distinguiria e que defende essa noção ultrapassada, isso é um argumento constantemente reforçado dentro da própria revista, bem como nos escritos de Ellen G. White. Para a moral religiosa, a mulher deve se resguardar até o casamento, como veremos na análise das fontes sobre sexo e relacionamentos. No que diz respeito à homossexualidade, Marques comenta que para o “homossexual militante”, esse tipo de relação é “simplesmente uma forma diferente de expressão sexual” (idem). Contudo, o argumento do autor é que muitas vezes o “homossexualismo” é resultado de um comodismo,

³⁸ Professor universitário e psicólogo, Belisário Marques é uma figura importante na comunidade adventista brasileira, e teve uma destacada participação nas revistas da Casa Publicadora Brasileira. Contribuindo com diversos artigos e entrevistas, ele é o responsável pela coluna “Autoestima” na revista *Vida e Saúde*, e escreveu a popular seção “Você Pergunta” em *Mocidade*, na qual atuava como conselheiro, respondendo cartas enviadas por leitores e leitoras sobre os mais variados temas, como timidez, problemas estéticos, conflitos familiares mas, sobretudo, sobre relacionamentos amorosos (namoro, noivado, casamento, sexo, amor...). Na edição de junho de 1981, foi publicada uma reportagem especial intitulada “Ainda Juntos...”, sobre as Bodas de Prata de Belisário Marques e a esposa, Geny Daré Marques, destacando-os como exemplo de casamento feliz e duradouro. Recentemente, ele também publicou um livro pela editora Casa Publicadora Brasileira, intitulado “A Vida é uma Arte” (2019).

principalmente no caso do lesbianismo. Citando o livro *It Is Time to Care*, de George Bach³⁹, ele sugere que esse tipo de comportamento é “uma das consequências da liberação sexual e constante troca de parceiros” (idem).

Existem também solicitações de conteúdos, especialmente no que tange ao namoro e sexualidade. Na mesma edição comentada anteriormente, de junho de 1979, é publicado um apelo contra o carnaval, assinado pelo leitor José Carlos de O. Melo: “Eu sou jovem, e já que MOCIDADE trata de jovens, gostaria que publicassem uma prevenção contra o carnaval. Os jovens são os mais afetados” (MELO, 1979, p. 04). Aparentemente, a preocupação de José relacionada à festividade popular é que os jovens se animariam demais com algo secular e seriam “vítimas” dela. Na edição de outubro de 1980, uma jovem chamada Genilda Alves Maia afirma gostar muito das matérias que abordam temas como juventude, sexo, namoro e casamento, e sugere que a revista publique mensalmente testes sobre estes assuntos. Em março de 1981, são publicados os pedidos de três pessoas distintas, solicitando mais artigos sobre sexo. Ibernorn Noronha Lima declara: “os temas que mais aprecio são turismo e sexo; gostaria que vocês publicassem sempre” (LIMA, 1981, p. 13). Já Adriana Fuchter escreve: “gostaria que falassem mais sobre a iniciação sexual dos jovens, sobre ‘masturbação’. Minha professora de orientação educacional explicou alguma coisa, mas como eu não sabia do que se tratava fiquei ‘boiando’” (FUCHTER, 1981, p. 13). Ainda no mesmo número, outra leitora afirma que “gostaria de saber mais sobre namoro. Para minha fase é muito importante” (CARVALHO, 1981, p. 13).

Talvez pela demanda de leitores através das cartas, mas também por serem assuntos em voga no período, entre o final da década de 1970 e início da década de 1990 observa-se o aumento de artigos e reportagens que tratam dos temas acerca do casamento, sexo e “doenças venéreas”. Não por acaso, temáticas conectadas à principal preocupação adventista com relação à juventude que são as relações sexuais: o sexo antes do casamento – assunto recorrente não só em *Mocidade*, mas também na revista *Vida e Saúde* ao longo desse mesmo período. Artigos publicados na revista como “Sexo: não aumente o fogo!” (abril de 1983) e “Sexo e Juventude” (junho de 1978) – que serão analisadas mais adiante – são alguns exemplos que ilustram bem a constante vigilância religiosa sobre a vida sexual. Suas capas (FIGURA 06 e 07), assim como as edições especiais sobre “doenças venéreas”, estampavam a imagem de jovens mulheres ou casais pensativos, como se refletissem sobre os temas em pauta.

³⁹ Não foi possível confirmar a referência feita por Belisário Marques, mas é possível que se trate do psicólogo George Bach.

FIGURA 06 E 07 – CAPA DA EDIÇÃO DE ABRIL DE 1983 (À ESQ.) E CAPA DO SUPLEMENTO *SEXO E JUVENTUDE* DA EDIÇÃO DE JUNHO DE 1978 (À DIR.).



FONTE: Biblioteca Pública do Paraná.

Este último, “Sexo e Juventude”, na realidade trata-se de um suplemento anexo à edição mensal de *Mocidade* e foi elogiado em uma edição posterior por uma leitora. Em julho de 1978, Maria Isabel de Oliveira Leme escreve: “Adorei muito aquele suplemento sobre sexo que veio na revista MOCIDADE de julho. Creio que todos os jovens também gostaram, pois é interessantíssimo. Vocês são maravilhosos e estão de parabéns” (LEME, 1978, p. 04). Quanto à preocupação com relação às “doenças venéreas”, ela pode ser percebida por conta das matérias recorrentes sobre o assunto, além de duas edições especiais lançadas na década de 1980. Em contraponto, o casamento é indicado como o caminho ideal a ser seguido, um objetivo a ser alcançado para uma realização plena no quesito sexual.

É necessário atentar para o fato de que o discurso proferido na revista e a representação de uma sexualidade monogâmica e heteronormativa são construídos majoritariamente a partir de vozes masculinas. Poucas as matérias acerca de casamento, sexo e “doenças venéreas” são assinadas por mulheres. Contudo, elas são o maior foco desse discurso que busca estabelecer uma conduta sexual baseada em princípios morais e religiosos. Isso é evidenciado não apenas no discurso, mas também nas próprias capas e imagens ilustrativas dos artigos sobre sexualidade, namoro e casamento. De modo geral, são homens que assinam boa parte dos textos publicados e coordenam seu conteúdo da revista. Apenas

quatro mulheres aparecem como parte do corpo editorial da revista, e apenas uma delas ocupa um cargo de destaque. Shirley M. Nogueira⁴⁰, Maria José Bienemann⁴¹ e Herlem Xavier de Campos⁴² apareceram como diagramadoras – cargo que não produz conteúdo, apenas organiza os elementos gráficos de cada página – em edições da década de 1980. Vale enfatizar que esta era uma das funções que mais variava de responsável, e foi exercida também por diversos homens, como César Luís Pagani⁴³ e Rogério Sorvillo Vieira⁴⁴.

Sueli Nunes Ferreira⁴⁵ foi a única mulher a ocupar um cargo maior dentro da revista, sendo Colaboradora Especial nos dois últimos anos de publicação da revista. O conteúdo produzido por mulheres limita-se a falar sobre amor romântico, dos preparativos para as cerimônias de noivado ou casamento e higiene e saúde no âmbito doméstico. São também mulheres as responsáveis pela coluna “Os 100 problemas da Mulher” – por Cláudia Villaret⁴⁶ – e “Seção das Moças” – pela professora Alvacele de Mello⁴⁷ –, ambas publicadas durante a década de 1960 e voltadas a “assuntos femininos” e trabalhos manuais como confecção de roupas e itens decorativos para a casa. Alguns poucos artigos merecem destaque, que não apenas foram assinados por mulheres, mas também são registros de “pontos fora da curva” no discurso conservador da revista. Podemos citar aqui “*Feminismo: a eterna polêmica*”, de Valéria Silva em março de 1984 e “*O sexo tem história*”, de Alberta Mazat em março de 1993. Ambos serão analisados no quarto capítulo.

Já os cargos de maior destaque e importância dentro do editorial, como redator-chefe e gerente geral, foram todos ocupados por homens – entre os quais jornalistas, teólogos e pastores adventistas. Durante a década de 1960 e início da década de 1970, o gerente geral de *Mocidade* foi Bernardo E. Schunemann⁴⁸. Em sequência, o cargo foi ocupado por Wilson Sarli⁴⁹ (década de 1970 e 1980) e Carlos M. Borda⁵⁰ (a partir de 1985). Ao longo do período

⁴⁰ Não foi possível localizar nenhuma informação sobre a mesma.

⁴¹ Não foi possível localizar nenhuma informação sobre a mesma,

⁴² Adventista e moradora de Tatuí-SP, concluiu em 2017 a especialização em Teologia e Estudos Adventistas pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo, em Engenheiro Coelho.

⁴³ Jornalista, escritor, tradutor adventista. Realizou trabalhos de escrita, diagramação e tradução para a Casa Publicadora Brasileira e trabalhou no Instituto Adventista de São Paulo, em Hortolândia, como professor de religião.

⁴⁴ Adventista, estudou Comunicação Social na Universidade Metodista de São Paulo na década de 1980, se especializou em Docência Universitária pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo em 2013. Trabalhou na Casa Publicadora Brasileira entre as décadas de 1970 e 1980, e hoje atua como professor no Centro Universitário Adventista de São Paulo (Unasp), campus Engenheiro Coelho.

⁴⁵ Jornalista e pedagoga adventista, publicou junto com Marcos de Benedicto o livro “De Bem com Você”, pela Casa Publicadora Brasileira.

⁴⁶ Não foi possível localizar nenhuma informação sobre a autora.

⁴⁷ Não foi possível localizar nenhuma informação sobre a autora.

⁴⁸ Adventista, hoje ancião na Igreja Adventista do Sétimo Dia de Santo André-SP.

⁴⁹ Pastor adventista, chegou a atuar como Diretor-Geral da Casa Publicadora Brasileira.

⁵⁰ Adventista, escrevia também para a *Revista Adventista* entre as décadas de 1980 e 1990.

de publicação da revista, o cargo de redator-chefe foi ocupado por Almir A. Fonseca⁵¹ (década de 1960), Carlos A. Trezza⁵² (entre 1965 e 1977) e Rubens Lessa⁵³ (a partir de 1977). Quanto aos redatores e editores (que variavam entre redatores, redatores associados, redatores responsáveis, editores associados, colaboradores especiais), destacam-se Ivo Santos Cardoso⁵⁴ (década de 1970), Azenilto G. Brito⁵⁵ (década de 1970), Paulo Pinheiro⁵⁶ (década de 1980) e Wilson de Almeida⁵⁷ (a partir do final da década de 1980) – estes que tiveram uma grande produção de artigos para a revista. Cabe destacar também a presença de Marcos de Benedicto⁵⁸ no corpo editorial da revista a partir de 1987 como colaborador especial e na década de 1990 como editor.

Para possibilitar uma melhor visualização da equipe editorial da revista e sua expressiva desigualdade de gênero, elaboramos um quadro de cargos e o período exercido por cada pessoa (TABELA 03). Em destaque, os poucos nomes femininos que compõem a lista de 41 nomes que foram possíveis serem listados a partir das fontes disponíveis, e que resultam em menos de 10% do total de profissionais envolvidos na produção da revista ao longo de suas quase quatro décadas. Sobre a maioria dos homens atuantes em *Mocidade*, foi possível identificar a formação e profissão, muito por conta de serem figuras importantes dentro da Igreja Adventista do Sétimo Dia no Brasil – eram pastores, teólogos, jornalistas adventistas que contribuíam amplamente para as publicações da Casa Publicadora Brasileira. Ao pesquisar sobre as mulheres que atuaram na equipe editorial, bem como produziram conteúdo por meio de artigos ou seções para a revista, evidencia-se o desconhecimento sobre suas histórias – quem foram, o que faziam.

⁵¹ Adventista, atuou na Casa Publicadora Brasileira também como tradutor.

⁵² Pastor e teólogo adventista, na década de 1970 foi também redator-chefe da *Revista Adventista*. Na década de 1980 publicou pela Casa Publicadora Brasileira o livro “A Reconquista do Homem”.

⁵³ Lessa (1937-2019) foi um jornalista e pastor adventista que atuou por mais de quatro décadas na Casa Publicadora Brasileira como editor e redator-chefe. Foi também responsável pela *Revista Adventista*, além de publicar livros pela editora adventista como “Alimento para o Coração” e “Ele é a Saída”.

⁵⁴ Teólogo adventista. Formado também em Comunicação Social, trabalhou na Casa Publicadora Brasileira como editor, redator e repórter entre a década de 1970 e 1980. Além de responsável pela *Mocidade*, também foi redator da revista *Nosso Amiguinho* entre 1973 e 1977.

⁵⁵ Professor, escritor, jornalista e teólogo adventista, trabalhou na Casa Publicadora Brasileira como editor e redator a partir da década de 1970. Pela editora, publicou o livro “O desafio das drogas: como vencê-lo”.

⁵⁶ Jornalista e pastor adventista, contribuiu com os periódicos da Casa Publicadora Brasileira ao longo das últimas décadas. Foi editor da *Revista do Ancião*, hoje descontinuada. Atualmente, é Diretor do Instituto de Desenvolvimento do Estudante Colportor da UNASP.

⁵⁷ Jornalista, teólogo e pastor Adventista. Escreveu em parceria com Mara Solange Leite livros infantis publicados pela Casa Publicadora Brasileira, entre eles “O Desafio da Selva Amazônica”, “Acidente na Gruta Sem-Fim” e “Maremoto”. Trabalhou na editora adventista entre 1975 e 2000. Foi editor da revista *Nosso Amiguinho* e *Superamigo*.

⁵⁸ Jornalista, teólogo e pastor adventista, foi editor da *Mocidade* nos últimos anos de publicação da revista e publicou livros e materiais didáticos pela editora adventista. Atualmente é editor da *Revista Adventista* e desde 2014 exerce o cargo de redator-chefe na Casa Publicadora Brasileira.

TABELA 03 – QUADRO DE NOMES E CARGOS DA EQUIPE EDITORIAL DE *MOCIDADE*

Nome	Cargo(s) exercido(s)	Período
Bernardo E. Schunemann	Gerente Geral	1958-1977?
Raphael de Azambuja Butler	Redator responsável	1958-????
Almir A. Fonseca	Redator responsável	Década de 1960
	Redator Associado	1977
Carlos Alberto Trezza	Redator chefe	1965-1977
Ivo Santos Cardoso	Redator responsável	Década de 1970
	Redator	1977-1978
		1980
	Redator Associado	1979-1980
Arnaldo B. Christianini	Diretor de redação	1973
H. C. Kaercher	Chefe - Departamento de Arte	1973
Erlo Kohler	Diagramação	1973
	Chefe - Departamento de Arte	1977-1978
	Direção de Arte	1978-1983
	Chefe de Arte	1993-1994
Wilson Sarli	Gerente Geral	197?-1985
Decio G. Stach	Diagramação	1977-1978
Francisco Marques	Diagramação	1977-1978
Wilson de Almeida	Diagramação	1977-1978
	Direção de Arte	1978-1980
	Editor Associado	1988-1989
Rubens Lessa	Redator chefe	1978-1994
Azenilto G. Brito	Redator Associado	1978
	Redator	1979-1980
Edilmar Côrte-Real	Diagramador Associado	1978
Cilas Manfrin	Diagramador Associado	1978
Rogério Sorvillo Vieira	Diagramação	1978-1980
	Direção de Arte	1981-1987
	Chefe de Arte	1987
Maria Jose Bienemann	Diagramação	1980-1981
César Pagani	Direção de Arte	1981
	Diagramação	1982-1983
	Produção Visual	1987-1988
Shirley M. Nogueira	Diagramação	1982-1983
	Produção Visual	1984-1985
Paulo Sartori Gusmão	Diagramação	1983
	Chefe de Arte	1987-1989
João L. Cardoso	Diagramação	1984
Ivacy F. de Oliveira	Redator	1984-1985
Carlos M. Borda	Gerente Geral	1985-1994

TABELA 03 – QUADRO DE NOMES E CARGOS DA EQUIPE EDITORIAL DE *MOCIDADE*

(continua)

Davi Gangi	Produção Visual	1985-1990
	Diagramação	1994
Paulo Pinheiro	Redator	1986
	Editor	1987-1994
Wilson L. Paroschi	Colaborador Especial	1987
Pedro Machado	Gerente de Circulação e Vendas	1987
Pedro S. Camacho	Gerente Associação	1987
José Carlos de Lima	Expedição	1987
Marcos de Benedicto	Colaborador Especial	1987-1989
	Editor Associado	1989-1990
	Editor	199?-1993
Josias H. da Silva	Produção Visual	1988
Claudio S. dos Santos	Diagramação	1988
Herlem X. de Campos	Diagramação	1989
Urias P. Chagas	Chefe de Arte	1989-199?
Robson Marinho	Colaborador Especial	1989
	Editor Associado	1990
Claudio Sampaio	Diagramação	1990
Jobson Santos	Diagramação	1993
Sueli Nunes Ferreira	Colaboradora Especial	1993-1994
Sérgio Antoniazzi	Colaborador Especial	1993
Levi Gruber	Diagramação	1994

FONTE: A autora (2020).

A própria revista raramente divulgava informações sobre seus/suas autores/as. No caso das autoras mulheres, as poucas apresentadas brevemente eram colocadas como “esposa do pastor”, como é o caso de Ruth Peale, ou eram ativas na comunidade adventista estadunidense, principalmente como escritoras ou professoras, como Nancy Van Pelt e Alberta Mazat. Isso nos faz refletir sobre como, além de serem menor em número, as mulheres que participam da produção ou escrevem para a revista são, de certa forma, desconhecidas. Afinal, quem possui destaque no meio editorial adventista e “tem uma história”, uma “carreira” na área são, como em outras incontáveis áreas de atuação, os

homens. Se olharmos para a história da Igreja Adventista do Sétimo Dia, ela é majoritariamente escrita por pessoas da própria denominação e é em geral uma história masculina (escrita *por homens* e sobre *os homens adventistas*). Não porque as mulheres não estiveram ativamente participando das obras missionárias, da produção de mídia, na fundação de escolas e hospitais, mas porque eram colocadas à sombra das figuras masculinas, considerados “desbravadores” e “pioneiros”.

No ano de 1994 ocorre a extinção de *Mocidade* do quadro de periódicos da Casa Publicadora Brasileira em razão de sua baixa tiragem, o que levou o editorial da revista a operar com as contas negativas (ALMEIDA, 1994, p. 13). A revista, que chegou a rodar 100 mil exemplares mensalmente, vinha se desgastando desde o final da década de 1980, registrando em 1988 uma tiragem de 65 mil exemplares, reduzidos para 50 mil em 1989 (permanecendo com esse número nos primeiros anos da década de 1990), 26 mil em 1993 e 25 mil em 1994. Logo em sequência, houve a tentativa de substituí-la pela revista *Superamigo* direcionada ao público adolescente (Idem), mas publicada por um curto período. Ela se propunha a ocupar uma lacuna que surgia aos leitores que deixavam de serem leitores de *Nosso Amiguinho*, mas que ainda eram muito jovens para os temas tratados em *Mocidade* (Idem). Após alguns anos sem publicar um periódico voltado à juventude, a Casa Publicadora Brasileira lança em 2006 a revista *Conexão 2.0*⁵⁹, com o *slogan* “Entenda. Experimente. Mude”, preenchendo a lacuna deixada pela *Mocidade* a partir da segunda metade da década de 1990.

A ampla utilização da mídia por parte da Igreja Adventista do Sétimo Dia faz com que suas publicações periódicas sejam ricas fontes de investigação dos discursos e práticas cristãs/adventistas. Como bem dizem: *os tempos mudaram*, e a mídia produzida por e para eles faz com que possamos investigar como isso é absorvido pelas instituições religiosas e qual a visão que elas pretendem passar para o corpo de fiéis e para além dele, visando a difusão de seus ideais pela sociedade como um todo. Com as reformulações dos discursos e práticas em torno da sexualidade nas décadas de 1960, a Igreja Adventista do Sétimo Dia foi pressionada a debater esse e outros temas emergentes conflituosos com sua crença para orientar as crianças e jovens adventistas. De acordo com Carla Bassanezi, é a partir dos anos 1960 que “a ênfase no prazer sexual/sentimental feminino ameaça as bases da dupla moral para os sexos e da dominação masculina na hierarquia de gênero.” (BASSANEZI, 1993, p. 143). Essa dupla moral sexual aparece como um dos grandes problemas que ameaçam a

⁵⁹ Para saber mais: <<http://conexao.cpb.com.br/>>. Acesso em: 10/04/2019.

juventude cristã na revista *Mocidade*, abalando estruturas até então cristalizadas, como o casamento e os papéis de gênero na dinâmica familiar. Nesse sentido, Bellotti afirma que

Em um contexto de questionamento dos papéis de gêneros e familiares, como ocorreu a partir dos anos 1960 com o feminismo, o tema da família e o da educação infantil ganham relevo tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos. A partir dos anos 1950, o fundamentalismo americano e o pentecostalismo brasileiro elaboram estratégias que visam resgatar a família do ‘monstro’ do secularismo, do feminismo e da mídia, oferecendo-lhe um porto seguro em que as delícias do paraíso terrestre possam ser consumidas sem o perigo de perder a alma para o consumismo, para o sexo e para a violência do ‘mundo’ (BELLOTTI, 2010, p. 65).

Com o desafio de manter a juventude ativa dentro da comunidade religiosa, muitas igrejas têm investido na linguagem jovem e estimulando que a juventude se utilize da mídia para dialogar com seus pares. Ainda assim, como é o caso da *Mocidade*, há a tentativa de estabelecer uma representação do que é ser jovem e cristão, evidenciando a importância de estar em sintonia com os preceitos religiosos. Como vem sendo observado em diversas outras religiões, há uma preocupação especial com a juventude pertencente à igreja com relação aos “perigos do mundo moderno” e isso não é um fenômeno recente. Os costumes seculares acerca de relacionamentos e sexualidade são encarados como uma ameaça à manutenção da igreja enquanto doutrina e instituição, uma vez que os jovens são o futuro da denominação.

Tendo apresentado nosso objeto e trazido um panorama acerca da presença da Igreja Adventista do Sétimo Dia no Brasil, faz-se necessário apresentar um panorama sobre o conceito de juventude e sua relação com a religião e a sexualidade, para entender onde ele se encaixa em um contexto de esgarçamento do modelo familiar vigente, de um processo de desencantamento do mundo e de uma crescente liberação dos costumes. Nesse sentido, também faremos uma apresentação sobre as transformações das relações de gênero e da sexualidade entre os anos 1950 e 1990 e da constituição de uma educação sexual no contexto brasileiro.

2.4 Família, juventude e religião: um olhar para a sexualidade

O século XX assistiu uma transformação das relações sociais, amorosas e também familiares. Contudo, essas transformações não aconteceram por acaso, mas tem suas origens no nascimento da sociedade moderna. De acordo com Richard Sennet (1999), a “estável família burguesa”, que em meados do século XIX havia se consolidado como antítese do espaço público, voltando-se ao cultivo da vida privada no interior do lar, viu-se em transformação. No século XIX, a transformação das cidades implicou em uma mudança na

forma de constituição familiar, que deixa de ser extensiva e passa a ser nuclear, e que partindo do modelo heteronormativo, era constituída pelo homem, a mulher e a prole. Nesse contexto, a “função da família era vista então como um abrigo, como um refúgio” (idem, p. 223). O autor também aponta para a função dessa família nuclear, reservada às fronteiras do lar, também se constituía em um lugar em que as mulheres e as crianças eram colocadas em posição “contra a sociedade, ao mesmo tempo abrigando-as e suprimindo-as” (idem), no sentido em que se encontravam, assim, protegidas dos males e problemas das ruas e do espaço público.

Contudo, Sennet aponta que essa família nuclear não era constituída apenas como espaço de estabilidade, refúgio, isolamento e encargos da vida. Havia uma tentativa, não necessariamente bem sucedida, de precaução de comportamentos espontâneos. Os pais deveriam permanecer “‘vigilantes’ quanto a seu próprio comportamento, ao mesmo tempo em que estão vigilantes quanto ao comportamento da criança” (idem, 225). Isso por que “a personalidade é criada pelas aparências” e, sendo assim, “o relaxamento se torna um perigo” (idem). Nesse cenário, para Sennet

A família nuclear simplifica o problema da ordem ao reduzir o número de atores e com isso reduzindo o número de papéis que cada pessoa da família precisa desempenhar. Cada adulto só precisava ter dois papéis: esposo (esposa) e pai (mãe); sem os avós em casa, a criança nunca veria os pais como filhos de alguém. A própria criança terá uma única imagem do amor adulto e da expectativa do adulto para com ela. Ela não será obrigada a discernir o que há de diferente entre a maneira que esperam que se comporte diante dos pais e a maneira como se deve comportar diante dos avós ou dos tios. Em outras palavras, a forma nuclear permite às aparências humanas se resolverem ordenadamente, numa questão de relacionamentos humanos simplificados. Quanto menos complexos, mais estáveis; quanto menos a pessoa tiver que lutar, mais sua personalidade poderá se desenvolver (idem, p. 226).

Uma das mudanças observadas no seio da instituição familiar nesse período foi o trato com a criança e o jovem. Conforme observado por Bauman, a criança, que antes era vista como um adulto menos capaz ou menos desenvolvido fisicamente, passa a ser “considerada um ser frágil, que requer estreita e constante vigilância e interferência; um ser inocente mas que, pela própria razão de sua inocência, vivia sob uma constante ameaça de ser ‘estragada’, incapaz de evitar e combater os perigos por sua conta” (BAUMAN, 1998, p. 178). Por conta disso, faz-se necessário o controle e a permanente orientação das mesmas, a fim de acompanhar suas “etapas de desenvolvimento” em ambientes e profissionais propícios – médicos, educadores e a família. Nesse processo, Bauman afirma que se deu a “primeira revolução sexual”, na qual “juntamente com a idéia positiva do amadurecimento, uma idéia negativa da ‘criança precoce’ apareceu, trazendo um aroma decididamente patológico” (idem, p. 178). Como parte do que Bauman chama de “revolução educacional”, a vigilância em

relação à sexualidade da criança no XVIII foi convertida em “pedra angular” no surgimento da psicanálise no século seguinte.

A revolução consistiu em três desvios fundamentais: primeiro, em separar uma certa parte do processo da vida individual como o estágio da “imaturidade”, isto é, uma fase repleta de perigos, mas também caracterizada por necessidades especiais e que requer, assim, um ambiente, um regime e processo todo seu; segundo, na separação espacial daqueles que precisam de tal tratamento peculiar e na sua submissão ao cuidado de especialistas deliberadamente instruídos; e, terceiro, em conferir à família especiais responsabilidades de supervisão no processo de “amadurecimento” (idem, p. 177).

A partir disso, os discursos médicos e educacionais construíram a noção da “sexualidade infantil”. Entre outros pontos de articulação, esse discurso desenvolveu um pânico em torno de práticas como a masturbação, “considerada simultaneamente uma inclinação natural e uma doença, um vício impossível de se erradicar e um perigo com incalculável potencial de dano” (idem, p. 180). Outra categoria “inventada” e que passa por transformações ao longo dos últimos séculos – sob influências médica, educacional e familiar – e que nos é pertinente ao trabalharmos com uma revista destinada a um público específico é o conceito de *juventude*.

O debate acerca da conceituação de “juventude” é extenso, plural, e não encontra uma definição consensual entre os pesquisadores e pesquisadoras da categoria. Na busca por medidas objetivas, em muitos casos, no caso do Direito, a definição etária é utilizada no sentido de parecer “ser o melhor critério para o julgamento das ações individuais e a atribuição de deveres e direitos, dada sua universalidade e caráter quantitativo” (GROPPO, 2004, p. 10), sem considerar que a juventude não é algo universal e igualitário a todos e todas. Não podemos também descolar o jovem (o sujeito) na análise das múltiplas formas de se vivenciar a juventude (o tempo do sujeito). Em seu texto “Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução”, Cassab afirma que muito do que temos como representações do jovem e juventude no contexto brasileiro foram herdadas de representações oriundas do pensamento ocidental europeu (CASSAB, 2011, p. 146). Comumente, o jovem foi colocado como um indivíduo a ser controlado, e sua respectiva juventude um tempo indefinível entre a infância e a vida adulta, sendo sua entrada marcada pelo início da puberdade e sua despedida no ingresso ao mercado de trabalho e/ou constituição de um núcleo familiar próprio/casamento.

No volume IV da coletânea *História da Vida Privada*, Michelle Perrot dedica-se brevemente a analisar as figuras e papéis dos adolescentes, indivíduos em sua “idade crítica”. Ao longo do século XIX, os jovens eram encarados como um perigo não só para a sociedade, mas também para eles mesmos, em função de sua “transformação sexual e a tomada de

consciência do fato” (PERROT, 1991, p. 163). Podemos afirmar que essa cautela social acerca das transformações da juventude, sobretudo no que tange à sexualidade, se faz presente até os dias atuais, mesmo que em menor incidência. Ela também é muito presente discurso religioso, que ontem e hoje, supervisionam e orientam de forma bastante incisiva sua juventude, como veremos mais à frente em *Mocidade*. Perrot afirma que “o conhecimento e a administração do sexo dos adolescentes se encontram no cerne das tarefas educativas e da ansiedade social” (Idem, p. 165), demandando pedagogias específicas que nem sempre o núcleo familiar individualmente daria conta. É nessa época, no século XIX, que surgem instituições que, juntamente com a família e a igreja, vão vigiar e orientar a juventude acerca da sua sexualidade. “Zona de turbulência e contestação, a adolescência constitui uma linha de fraturas e erupções vulcânicas no seio das famílias” (Idem, p. 167), e também na esfera religiosa, com a constante vigilância de padres, pastores e de seus próprios pares fiéis.

Foi entre os séculos XVII e XIX que a juventude passou a ser identificada como “um período específico da vida, em que se desfruta de certos privilégios. Um momento entre a maturidade biológica e social” (CASSAB, 2011, p. 151). Na transição para o século XX, de acordo com Cassab, “a juventude prolonga-se e torna-se uma época de formação e de escolhas” (Idem, p. 152), com uma dedicação cada vez maior ao estudo e ao trabalho. Vale aqui ressaltar as desigualdades existentes entre jovens mulheres e homens e entre classes populares e altas. O acesso ao estudo quase sempre não estava dado como uma opção para as mulheres e para os sujeitos das camadas mais pobres da sociedade. Inseridos precocemente em atividades produtivas, aos filhos e filhas de operários “restavam poucas coisas além da obediência e da renúncia” (Idem, p. 153). No plano religioso, é o período de preparo dos rapazes e moças para o casamento, salvaguardando nos votos de castidade a pureza. Nesse cenário, juventude é definida como uma “fase perigosa” e um momento de transição.

Quando falamos em juventude, precisamos ter em mente, também, que ela trata-se de uma categoria construída socialmente e “usada para classificar indivíduos, normatizar comportamentos, definir direitos e deveres” (GROPPO, 2004, p. 11). Partindo disso, podemos também falar em uma “condição juvenil”, sendo que dela deriva as múltiplas juventudes, sendo essa concepção fundamentada na “consideração de que toda sociedade e cultura diferenciam seus membros pelo gênero (masculino e feminino), pelo parentesco (mais e menos parentes) e em ‘fases da vida’ (infância, maturidade e velhice, geralmente com rituais de passagem entre as fases)” (Idem, p. 12).

Para Souza “é notável, a existência de diferentes juventudes, a depender da situação, vivências, referências subjetivas e grupais e identidades sociais” (SOUZA, 2011, p. 83). Com

isso, observa-se o aparecimento e crescimento de grupos dedicados à organização da juventude, sendo eles organizados por instituições (governamentais, religiosas, movimentos sociais) ou pelos próprios jovens, na busca por uma identidade que os defina e como uma preparação para o mundo social. Nesse sentido, Souza afirma que “há diferentes formas de considerar os jovens, como há diferentes maneiras de eles se afirmarem como sujeitos, considerando, inclusive, diferentes organizações sociais de referência” (Idem, p. 86).

Regina Novaes, uma das referências brasileiras nos estudos sobre juventude e religião, entende que o conceito de juventude como uma categoria construída histórica e culturalmente nas sociedades já é algo dado, um lugar-comum (NOVAES, 2006a, p. 105). Partindo disso, precisamos entender como o conceito de juventude e “ser jovem” têm mudado e quais são suas nuances entre os espaços e condições sociais. Assim como Groppo, Novaes rejeita a definição objetivista e naturalista da juventude a partir de um marco etário. Para ela, ocorre nas últimas décadas do século XX um “alargamento” da juventude por questões sociais como o acesso ao mercado de trabalho mais tardio, seja por maior tempo de estudo ou dificuldade de acesso ao primeiro emprego, como também o crescimento da expectativa de vida, levando a juventude até a casa dos 30 anos. Isso vale também para a juventude religiosa adventista, para a qual passa a ser melhor aceita a inserção feminina no mercado de trabalho e na formação acadêmica, o que prorroga um marco do fim da juventude bastante específico: o casamento.

Segundo Novaes, classe, gênero e raça implicam diretamente no modo como se vive a juventude (Idem, p. 106), principalmente nos grandes centros urbanos. Podemos incluir nessa conta, também, a religião, pois ela incide diretamente na representação de mundo que é dada à juventude religiosa, como se relacionam com outros grupos sociais e como vivem experiências com relação à educação, à sexualidade, entre outros aspectos. Para muitos, a escola é tida como espaço de sociabilidade, mesmo que seu acesso ainda não seja universalizado. Ainda assim, no caso de jovens religiosos, o espaço e tempo dedicados à religião faz com que a igreja acabe por ser outro espaço de sociabilidade juvenil⁶⁰, principalmente pela existência de grupos no interior das instituições religiosas com o objetivo específico de organizar sua juventude.

Precisamos, com isso, analisar as percepções e práticas sociais da juventude: o quanto, como e quando a religião ou a religiosidade as influenciam. Em uma pesquisa realizada em

⁶⁰ A opção por nomear “igreja” reflete o fato de a grande maioria dos “grupos de jovens” religiosos serem organizações provenientes das instituições religiosas cristãs – católicos, protestantes, pentecostais, neo-pentecostais. Não pretendo aqui negligenciar a existência de outras manifestações religiosas existentes no tão plural contexto brasileiro.

sobre o perfil da juventude brasileira, Novaes (2005) observou que mesmo pressupondo que as instituições religiosas possuam “normas para regular relações sexuais”, nota-se que “os preceitos religiosos que circunscrevem o sexo ao casamento não têm um peso decisivo para interditar o exercício da sexualidade dos jovens dessa geração” (Idem, p. 283). Nesse sentido, Novaes se questionou “se as diferenças propriamente religiosas não estariam menos em suas práticas sexuais e mais nas opiniões sobre temas controversos” (Idem). Há uma modificação da gestão religiosa sobre a sexualidade, uma vez que a juventude diz respeito a um período da vida “em que os *scripts* que orientam a experiência da sexualidade e os vários roteiros para a vida amorosa, conjugal e reprodutiva ficam bastante salientes, os valores compartilhados com a família ou a comunidade mais próxima são especialmente relevantes” (SILVA, 2008, p. 684).

Cada vez mais, o sujeito é o responsável pela gestão de sua própria religiosidade. Frente a isso, as religiões têm “renovado seus discursos sobre o gênero e a sexualidade, mantendo-se como dimensão sociocultural relevante no processo de socialização para a normatividade sexual” (Idem), assimilando a ideia de que há uma sexualidade “natural” a ser ensinada à juventude. Observamos então o discurso acerca do casamento, não só de seu “valor” enquanto sacralidade, mas também com efeito de “domar” os desejos sexuais da juventude religiosa (Idem, p. 687). Leis divinas unem-se a subjetividades partilhadas nos espaços de sociabilidade religiosa e desenvolvem assim “normas para convívio social mais amplo” (Idem, p. 690), adaptadas à vida cotidiana da juventude brasileira.

Nesse sentido, a religião continua a fazer parte da biografia de milhões de brasileiros e brasileiras, incluindo boa parcela da juventude (NOVAES, 2006b, p. 135). Se percebemos nas últimas duas décadas uma religiosidade e uma tutela religiosa sobre a sexualidade mais flexível, isso de alguma forma é reflexo dos movimentos sociais ocorridos a partir da década de 1960, que ocasionaram grandes mudanças na forma como construímos nossas identidades e refletimos a respeito de pertencimentos. Contudo, não podemos negligenciar que em diversas denominações religiosas continua a ser exigido que o “pertencer” venha acompanhado de um comportamento e de práticas restritivas no tocante às vivências em outras religiões e formas de religiosidades e também à sexualidade.

Um dos principais espaços que sustentam discursos religiosos conservadores, direcionados a crianças e jovens, é o espaço escolar. Nesse caso, nos espaços confessionais de educação. Assim como foi com a mídia impressa, à educação escolar foi dada grande importância desde os primórdios da organização institucional da IASD. Ellen G. White dedicou várias de suas obras ao tema, e isso auxiliou na formulação das estruturas

educacionais adventistas que temos até hoje. As escolas adventistas são bastante conhecidas no Brasil, tendo sua primeira unidade instalada em território brasileiro no ano de 1896 em Curitiba, no Paraná. A rede adventista de educação se declara uma das maiores redes confessionais de educação do mundo, seguindo os princípios bíblicos e tendo como missão “Promover, por meio da educação cristã, o desenvolvimento integral do educando, formando cidadãos autônomos, comprometidos com o bem-estar da comunidade, da pátria e com Deus”. Atualmente, conta com 458 unidades escolares⁶¹ e são frequentadas por estudantes adventistas e não-adventistas.

Na escola adventista, além da educação a partir de uma perspectiva criacionista, muito dos seus valores morais e princípios religiosos são transmitidos aos alunos e alunas, incluindo aqui a educação sexual nos moldes religiosos. Além disso, nas escolas adventistas, o professor ou a professora exercem não só o papel de educadores e educadoras, mas também devem ser um exemplo de vida a ser seguido. Por isso, grande parte do corpo docente das instituições educacionais da IASD é pertencente à comunidade adventista, ou ao menos cristão. De acordo com Schunemann, nas escolas adventistas “a experiência educacional não se limita à contribuição para essa vida, mas envolve o conceito de uma preparação para a eternidade”, onde “os objetivos educacionais estão relacionados intimamente com a experiência da salvação” (SCHUNEMANN, 2009, p. 80). Mesmo que não seja o foco do presente trabalho, cabe salientar que dentro da educação adventista se observa uma oposição à educação sexual secular, a crítica ao multiculturalismo, proibição do ensino da teoria evolucionista, com o objetivo de estabelecer “um espaço de proteção à criança, para que ela não seja confrontada com a ‘maldade do mundo’ e, principalmente, possa ser mantida fora das influências seculares, vistas como uma artimanha do diabo para afastar todas as pessoas do caminho da verdade.” (Idem, p. 90).

Com isso, podemos observar que dentro da comunidade adventista há diversos mecanismos e instâncias que proporcionam a possibilidade de uma educação pautada nos princípios cristãos para crianças e jovens. Seja pelas suas diversas mídias, seja pela sua rede de escolas, a Igreja constrói por diversos aparatos uma representação de mundo e um modelo para gerir os mais diversos aspectos da vida. Com objetivo de formar uma “cosmovisão adventista”, dentro dos espaços escolares é reforçada uma visão de mundo alternativa, pautada nas doutrinas religiosas cristãs. No caso da educação sexual, ela fica a cargo não somente da escola, mas também dos pais e da comunidade religiosa como um todo. Além

⁶¹ As informações foram coletadas no site oficial da Escola Adventista. Para consulta e maiores informações: <<http://www.educacaoadventista.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 26/07/2018.

disso, a mídia exerce um papel importante no aconselhamento e complementação da educação da juventude adventista. Por isso a necessidade de analisar seus principais periódicos, objetivando investigar qual era o discurso sobre educação sexual dentro desses meios de comunicação entre instituição religiosa e fiel.

Outro aspecto importante a ser observado é presença do discurso religioso na esfera pública é um fenômeno observado em função da ascensão fundamentalista ao longo das últimas décadas. Segundo Karen Armstrong (2009), o fundamentalismo enquanto uma “devoção militante” dentro das grandes tradições religiosas – cristianismo, islamismo e judaísmo – nasce no século XX. Tratando-se do fundamentalismo religioso cristão, entre suas características mais evidentes estão: a aversão aos valores da sociedade moderna; a valorização do livro de Gênesis e conjunto ao literalismo da leitura da bíblia como um todo e, conseqüentemente, o caráter criacionista do discurso religioso fundamentalista, que não reconhece os avanços nos estudos sobre a natureza humana. A questão fundamental apontada por Armstrong é a importância da força que a religião exerce nas sociedades nas últimas décadas. Se em meados do século XX acreditava-se que o secularismo “era uma tendência irreversível” (idem, p. 10) e que “nunca mais a fé desempenharia um papel importante nos acontecimentos mundiais” (idem), isso é contradito, sobretudo, a partir da década de 1970 com as grandes investidas fundamentalistas para colocar a fé como ponto central na vida das pessoas.

Conforme apontado por Eliane Moura da Silva, “a religião deixou de ser uma questão pessoal, privada e praticada como um aspecto da vida individual” (SILVA, 2006, p. 12). Num contexto histórico em que a religião volta a se fazer presente no debate público, e que, em contrapartida, os sujeitos são cada vez mais pressionados pelo individualismo e a tarefa de tomarem decisões por si próprios, surgem os fundamentalismos “com suas mensagens irreduzíveis, suas certezas alardeadas, oferecem uma alternativa de suprema autoridade para aqueles que, no mundo pós-moderno, globalizado e de sociedade de consumo se encontram nas agonias da escolha, em uma cultura cada vez mais plural” (idem). Essas investidas religiosas conservadoras se colocam como respostas aos efeitos da globalização, mas de modo paradoxal, são efeito dela.

O fundamentalismo religioso é, mas palavras de Bauman, “um filho legítimo da pós-modernidade, nascido de suas alegrias e tormentos, e herdeiro, do mesmo modo, de seus empreendimentos e inquietações” (BAUMAN, 1998, p. 228). São um remédio contra o “veneno da sociedade de consumo” (idem) e apaziguando o medo da autonomia e das autoridades por meio de uma única autoridade, que é a religiosa. Segundo Bauman, “num

mundo em que todos os meios de vida são permitidos, mas nenhum é seguro, elas mostram coragem suficiente para dizer, aos que estão ávidos de escutar, o que decidir de maneira que a decisão continue segura e se justifique em todos os julgamentos a que interesse” (idem, p. 229). A mensagem que objetivam transmitir é que nenhum indivíduo é auto-suficiente e nem autoconfiante. Qualquer pessoa necessita ser guiado, dirigido e “informado do que fazer” (idem, 227) – e *como* fazer, e *quando* fazer, se voltarmos nosso olhar para a sexualidade.

Os fundamentalistas religiosos cristãos viram na revolução sexual, na emancipação das mulheres, nas reivindicações de igualdade de direitos civis e sexuais uma forma de participarem do movimento de contracultural dos anos 1960, opondo-se aos comportamentos “liberados” e reivindicando seus lemas conservadores, estabelecendo assim um clima de “cruzada bélica contra os valores laicos e seculares” (SILVA, 2006, p. 16). Nesse processo, o fundamentalismo religioso cristão investe a família como da tarefa de ser um “microcosmo da ordem moral universal”, um lugar “privilegiado para a educação e a transmissão dos valores religiosos de uma geração para a outra” (idem, p. 18) no qual as relações entre pais e filhos, marido e mulher – baseadas nos princípios cristãos – são instrumentalizadas como exemplo de relações ideais. Por meio da fundação de organizações e igrejas próprias, emissoras, universidades e o fortalecimento da mídia impressa, buscam enfrentar seus “inimigos” mais temidos, como é o caso do feminismo e a emancipação das mulheres. Nesse contexto, segundo Silva, é destinado às mulheres *cristãs* um papel fundamental: “o de lutar contra todos esses males, reconduzir seus maridos ao centro dos acontecimentos, salvar os filhos, a família e a sociedade. A sexualidade, a família e o fortalecimento dos papéis tradicionais de gênero ganharam estatuto de espiritualidade, fé e militância” (idem, p. 18).

Partindo desse panorama, sustenta-se a tese de que a secularização da sociedade, que anunciava um processo de “desencantamento” do mundo em relação às “verdades” religiosas, encontra-se em crise. Como apontado por Juan Vaggione, “na maior parte das sociedades contemporâneas, a projetada despolitização da questão religiosa, sua privatização, não aconteceu, mas pelo contrário, tem se dado uma constante presença pública (senão incrementada) dos atores e discursos religiosos” (VAGGIONE, 2015, p. 72-73). Mesmo que a agenda dos movimentos feministas e pela diversidade sexual encontrem-se em compatibilidade com a teoria da secularização, não há como negar a crescente participação das religiões na esfera pública e política mesmo frente a toda a mobilização contrária a elas. Para esses movimentos, “a influência do aspecto religioso é um dos principais pilares culturais e políticos que sustentam o patriarcado e a heteronormatividade como sistemas de poder” (idem, p. 73).

De fato, a aplicação de valores religiosos nas tomadas de decisões de governantes e no desenvolvimento das leis que regem os direitos sexuais e reprodutivos é um empecilho para as conquistas efetivas desses movimentos. Contudo, de acordo com o autor, é necessário também “pensar criticamente o secularismo”, pois “permite entender sua genealogia, particularmente sua raiz cristã” (idem, p. 79). Um exemplo trazido à luz é o casamento. Mesmo sendo uma instituição de origem religiosa que passou por um intenso processo de secularização, ainda hoje conservam-se “padrões culturais que legitimam a sexualidade como pacto de amor e reprodução” (idem, p. 80). Nesse sentido, Vaggione aponta para a necessidade de se pensar a religião como parte da agenda acadêmica feminista, considerando o “processo de reativação dos setores religiosos” (idem, p. 85) atuando no campo político. Para isso,

é necessária uma nova construção teórico-conceitual que recupere não só a dicotomia religioso-secular, mas também permita repensar os vínculos entre o religioso e o político. Um desafio analítico nesse sentido é entender que a defesa da ordem sexual restritiva já não descansa apenas na hierarquia católica, mas tem a forma de movimento social, autodenominado pró-vida ou pró-família (idem).

No ensaio “Corpos institucionalizados que balançam entre fluidez e rigidez religiosa. Ensaio sobre a tutela da igreja cristã na sexualidade”, Paixão e Rodrigues buscam compreender como as igrejas de tradição cristã veem a sexualidade e como buscam controlar corpo e o pensamento sexual. Para elas, há o binômio discurso-prática que rege as relações entre autoridades religiosas e fiéis, na qual os ensinamentos que objetivam a manutenção de uma ética cristã diferem da prática real da sexualidade (PAIXÃO; RODRIGUES, 2011, p. 134). Em um ambiente sociocultural em constantes reformulações, como foi de forma expressiva o período de 1960 a 1990, podemos observar que mesmo entre as religiões cristãs há diferenças nos níveis de controle sobre os corpos dos sujeitos religiosos, mas nenhuma foge do conceito “biologizado” de sexualidade e gênero. Em seu discurso, exigem do sujeito uma constante vigilância e negação dos desejos sexuais, no qual podemos observar “momentos de rigidez que dialogam com a emergência da fluidez nas fronteiras que delimitam a coação ou a liberdade dos corpos, protagonistas das estruturas de poder que redefinem as identidades” (Idem, p. 135).

A associação de desejos e práticas sexuais a um mal e ao pecado faz com que o debate ainda seja negligenciado dentro das igrejas, devendo-se ao fato de que os sujeitos religiosos baseiam-se não apenas no dito, mas principalmente no não-dito nos discursos institucionais, estabelecendo assim uma relação de poder. Isso reflete até hoje em práticas religiosas tradicionais como a confissão (na igreja católica), mas também na utilização de linguagens

seculares para a difusão do discurso religioso sobre a sexualidade, como é o caso da utilização da mídia pelas denominações religiosas, sobretudo cristãs. Mesmo que haja práticas não condizentes com o discurso religioso, as igrejas relacionaram e ainda relacionam a prática sexual à vida matrimonial e à heteronormatividade. Além disso, há também uma inegável hierarquização entre os gêneros, reforçando modelos ideais de homem cristão e mulher cristã. O peso dessas representações recai muito mais sobre as mulheres, que devem assumir papéis de submissão social, sexual, matrimonial.

As composições de gênero determinam os valores e modelos desde corpo sexuado, suas aptidões e possibilidades, e criam paradigmas físicos, morais, mentais cujas associações tendem a homogeneizar o 'ser mulher', desenhando em múltiplos registros o perfil da "verdadeira mulher". Se o masculino também é submetido a modelos de performance e comportamento, a hierarquia que funda sua instituição no social desnuda o solo sobre o qual se apoia a construção dos estereótipos: o exercício de um poder que se exprime em todos os níveis do social (SWAIN, 2001, p. 12-13).

Devemos assim ter em mente que o discurso religioso, mesmo que se faça presente no plano social – no qual muitos indivíduos reforçam visões conservadoras acerca dos direitos sobre o próprio corpo – não é unânime. Há movimentos propondo ressignificações acerca de sexualidade e gênero inclusive dentro do universo cristão. As questões e os anseios levantados no plano social e cultural fazem com que as instituições religiosas repensem seus discursos e abordagens, podendo caminhar tanto para o crescimento de uma flexibilidade, quanto para uma tentativa de acentuação do controle sobre os corpos. Para a teóloga Elina Vuola, há certa “cegueira” dos estudos feministas e da teologia tradicional quanto à relevância da intersecção entre religião e gênero, ignorando o papel que as religiões exercem na vida das mulheres, para além do controle e repressão.

Em outras palavras, a religião não é vista/analizada/considerada como um fator (multifacetado) na vida das mulheres, particularmente no que se refere aos aspectos positivos, empoderadores ou libertadores da religião, mesmo quando muitas pessoas, entre elas mulheres de diferentes tradições religiosas, declaram o contrário: que sua tradição religiosa as empodera, sustenta e consola – embora muitas vezes de forma contraditória e plena de tensão. Em outras palavras, existe uma subestimação da religião como uma força cultural importante. Ignora-se a religião (VUOLA, 2015, p. 41).

Em outro polo, a religião é também muitas vezes vista, de forma generalizada, superficial, homogeneizante e extremamente negativa, como “a raiz da submissão da mulher” (idem, 42), sendo a mulher religiosa apresentada como “alienada e necessitando de libertação” (idem). Sua crítica também se direciona a influência da tese da secularização nos estudos feministas, como algo não só inevitável, mas também desejável. Esse modo de pensamento é, para Vuola, extremamente eurocêntrico, pois ignora a vivência religiosa de mulheres onde a religião se faz muito mais presente em seus cotidianos. A religião seria um

mal a ser combatido, com objetivo de libertar as “Outras” mulheres. Nisso, “a mulher europeia ou ocidental torna-se o modelo universal de ser mulher ou, pior ainda, é entendida como a mais civilizada e liberada. Em outras palavras, as mulheres de outras culturas são apresentadas em termos de alteridade” (idem, 43). Como demonstrado também por Eliane Moura da Silva (2006), utilizando o exemplo latino-americano de participação e protagonismo feminino dentro das igrejas, e no qual muitas vezes as mulheres têm de lidar com a infidelidade masculina, o alcoolismo e o comportamento agressivo de maridos ou companheiros,

A prioridade conferida à vida religiosa e os papéis de gênero em torno da domesticidade, da submissão, habilita estas mulheres a lidar com as contradições do cotidiano, sobretudo numa sociedade que coloca a auto-estima feminina dependente da boa aparência, do trabalho bem-sucedido, mas que na prática não lida com todas as dificuldades impostas pelo sub-emprego, pelo ambiente social que ainda coloca a criação dos filhos e dos cuidados domésticos como totalmente femininos e altamente desvalorizados. Pertencer a uma comunidade religiosa que valoriza essas dimensões da existência das mulheres torna a vida mais fácil e ajuda a lidar com as tensões e dificuldades (idem p. 22).

Mesmo que o pensamento de Vuola não dê o devido destaque aos estudos feministas, como os pós-coloniais, que vêm realizando um esforço a um bom tempo para repensar essa noção universal de mulher, sua crítica é pertinente no que tange aos estudos de religião e gênero, ainda bastante invisibilizados dentro da academia. Mais ainda, chama a atenção para a viabilidade de se pensar a religião como possibilidade de autonomia e espaço de sociabilidade para as mulheres. É necessário pensar essa relação a partir de uma perspectiva global, interseccional e inter-religiosa. É preciso também, segundo a teóloga, “fazer uma distinção conceitual e prática entre o ensino oficial (instituição, elite) e a religiosidade de forma mais ampla (religiosidade popular, vivida)” (idem, p. 46). Isto é, muitos dos estudos sobre as religiões centram-se na institucionalidade, nas escrituras, nos dogmas, mas não direcionam o olhar para as múltiplas formas se vivenciar a religião e transformar as identidades religiosas. Para ela, essa perspectiva “torna-se cega às múltiplas formas vividas da identidade religiosa das pessoas, que incluem a resistência de muitas mulheres às suas tradições religiosas” (idem). Em complemento a isso, devemos também atentar para aquilo que o discurso institucional produz para além do que está amarrado diretamente aos escritos bíblicos, como os próprios produtos de mídia e, no caso do adventismo, os escritos de Ellen G. White no século XIX e outros/as autores/as adventistas e cristãos que vêm produzindo novas leituras de mundo e publicando seus pensamentos por meio da Casa Publicadora Brasileira. Mesmo que nosso foco esteja mais na produção do que na recepção, é necessário considerar o enfatizado por Elina Vuola:

A religião como parte da cultura não é imutável. Ignorar a história de mudanças e interpretações variadas pode ser parte do interesse tanto das forças mais hegemônicas dentro das religiões, como daqueles que querem manter uma visão da religião como algo inevitavelmente sexista e patriarcal, sem possibilidade de mudança (idem, 44).

Por isso, não podemos olhar para a religião como algo que apenas obriga as mulheres a cumprirem determinadas condutas. Mas devemos atentar para as formas como elas constroem um modelo de mundo e comportamentos que são naturalizados, através do discurso institucional e também de outras instâncias, como é o caso da mídia. Veremos que nem sempre em *Mocidade* há um consenso sobre determinados assuntos, e em alguns casos eles se distanciam do que a institucionalidade declara (considerando os escritos de Ellen G. White e a Bíblia). Tentam, de algum modo, refletir e produzir respostas sobre as mudanças sociais no trato das relações de gênero. Antes de partir para a análise da revista em si, cabe apresentar as discussões acerca da educação sexual no Brasil. Focalizando o período de publicação da revista, entre as décadas de 1950 e 1990, trazemos à luz alguns temas centrais que dialogam com essas duas categorias, como sexo, virgindade, métodos contraceptivos, aborto, relacionamentos amorosos e heteronormatividade.

2.5 Relações de gênero e educação sexual no contexto brasileiro (1950-1990)

Até a primeira metade do século XX no Brasil, a mulher era destacada como a “rainha do lar”, Para seguir seu “papel natural” na sociedade, havia uma grande vigilância sobre as mulheres com relação às etapas pré-matrimoniais. A valorização da virgindade era um imperativo para qualquer moça que quisesse *arranjar* “‘um bom partido’, isto é, um homem ‘sério e trabalhador’ que pudesse prover as necessidades da futura esposa e mãe de seus filhos” (SCOTT, 2013, p. 21). Na década de 1950, as mulheres jovens eram divididas entre a “boa moça”, a “garota fácil” e as rebeldes. Modelo seguido pelas jovens religiosas, a “moça de família” “porta-se corretamente, tem gestos contidos e ‘boas maneiras’, mantém-se no ‘bom caminho’” (PINSKY, 2013, p. 482). Além disso, obedece aos familiares, especialmente à figura paterna, e “se prepara adequadamente para cumprir o destino feminino, desenvolvendo prendas domésticas e guardando as intimidades sexuais para o futuro marido” (idem). As palavras da historiadora Tania Navarro Swain traduzem bem o status do sexo e da sexualidade para as mulheres da década de 1950: “escrito na carne e traduzido em prosa e verso, o destino manifesto, a função maior: a maternidade. No casamento e na heterossexualidade o caminho, a ordem.” (SWAIN, 2000, p. 06).

A sustentação desses papéis de gênero e sobretudo do modelo do que é “ser mulher”, foi ao longo do século XX feita em grande parte pelas revistas “femininas”. Do *Jornal das Moças*, *Cláudia*, *Nova Cosmopolitan*, *Marie Claire*, *Elle*, *Glamour*, *Capricho*, entre tantas outras – para falar apenas do campo editorial brasileiro – fizeram parte da vida das mulheres, direta ou indiretamente⁶². Isso por que foi através delas que o modelo vigente de sexualidade, maternidade, casamento, beleza e saúde foram estabelecidos, homogeneizando o “ser mulher” e desenhando o perfil da “verdadeira mulher”. Com isso, conforme destacado por Tania Navarro Swain, “a mídia e as revistas femininas compõem um *locus* especial de análise da ação do discurso e das imagens, modelando corpos e assujeitando-os a uma certa representação do feminino” (SWAIN, 2001, p. 11). Ela também chama a atenção para a forma como as revistas “femininas” contribuem para o processo de modelagem dos corpos, reforçando a divisão binária e *generizada* do mundo.

Isto nos leva à questão dos corpos que se transformam em feminino e masculino num processo significativo que restitui, no discurso e na matéria, as representações valorativas que dão sentido às relações sociais. Assim, a sexualidade torna-se o eixo principal da identidade e do ser no mundo, fundamentando-se em termos de valores institucionais tais como procriação, casamento, família; a hegemonia da heterossexualidade, prática sexual entre outras, como atesta a multiplicidade de culturas, torna-se naturalizada (idem, p. 18)

A partir da análise de periódicos direcionados ao público feminino, Swain afirma que sedução, maternidade, submissão, altruísmo, abnegação são algumas das matrizes de inteligibilidade que contribuem para a construção e naturalização do “sexo feminino”, atributos essenciais à “natureza” da *verdadeira mulher*. Mais recentemente, o fenômeno da literatura evangélica direcionada ao público feminino também se mostrou uma importante ferramenta para a perpetuação de um modelo do “ser mulher” voltado ao âmbito privado, familiar e doméstico. De acordo com Sandra Duarte de Souza, muitos dos livros evangélicos largamente comercializados e direcionados às mulheres se apresentam “como um ‘manual de conduta’ para as mulheres, visando ‘aconselhá-las’ em seu cotidiano” (SOUZA, 2017, p. 317). No campo da literatura evangélica, a mulher é comumente “representada como submissa, sofredora, responsável pela casa e pelo equilíbrio familiar, e sua identidade se constrói em função do marido” (idem, p. 322).

Nesse sentido, podemos notar que mesmo tratando de literaturas produzidas em meios distintos, é sustentada a mesma divisão binária e *generizada* dos papéis sociais, evidenciando

⁶² Vale lembrar que essas revistas diferem-se entre si, algumas sustentando uma postura mais conservadora em relação aos costumes e aos papéis de gênero, como *Cláudia* e *Jornal das Moças*, e outras mais progressistas no tocante, especialmente, à sexualidade – é o caso de *Nova Cosmopolitan*. Sobre esta última, um interessante trabalho foi feito pela historiadora Juliana Fleig Bueno (2013), no qual ela mostra como a revista retratava um ideal de “nova mulher”, abordando de forma mais aberta e dinâmica assuntos como sexo e beleza.

uma conciliação entre o “ser mulher” religioso e secular. Outra questão em evidência é a perpetuação desses padrões. A docilidade, a domesticidade e a servidão que flutua em torno da figura feminina são características observadas nos discursos de Ellen G. White produzidos há mais de um século.

Muitas senhoras consideradas bem educadas, diplomadas com distinção em alguma instituição de ensino, são vergonhosamente ignorantes dos deveres práticos da vida. São destituídas das qualificações necessárias para a devida regulamentação da família e por isso mesmo essencial a sua felicidade. Podem falar da elevada posição da mulher e seus direitos, mas elas mesmas ficam longe de alcançar a verdadeira posição da mulher. É direito de toda filha de Eva ter conhecimento completo dos deveres domésticos, receber educação em cada departamento do trabalho do lar. Toda jovem deve ser educada de tal maneira que, se chamada a ocupar a posição de esposa e mãe, possa governar como uma rainha em seu domínio. Deve ela ser plenamente capaz de guiar e instruir os filhos, dirigir os empregados e, se necessário, ministrar com as próprias mãos às necessidades do lar. É seu direito compreender o mecanismo do corpo humano e os princípios de higiene, os assuntos relacionados com o regime alimentar e o vestuário, trabalho e recreação, e outros pormenores sem conta que intimamente dizem respeito ao bem-estar de sua casa. É seu direito obter tal conhecimento dos melhores métodos de tratar as enfermidades que possa cuidar dos filhos quando enfermos, em vez de deixar seus preciosos tesouros nas mãos de enfermeiras e médicos estranhos (WHITE, 2004a, p. 88).

Portanto, cabe às mulheres o cuidado com o lar em seus mais variados aspectos, o zelo pela alimentação, saúde e bem-estar do marido e da prole. Não se trata apenas uma posição, um destino natural, uma tarefa destinada a todas as mulheres, mas também um *direito*. O cuidado de si é um campo obscurecido em sua existência que está sempre a serviço da família. Como mostrado por Susan Bordo, “exige-se das mulheres que desenvolvam uma economia emocional totalmente voltada para os outros” (BORDO, 1997, p. 25).

Mesmo que muito haja uma tentativa de sustentação do “ser mulher”, que objetiva estar de acordo com o que é a “verdadeira mulher” até os dias atuais, apoiado em larga escala pelos meios de comunicação, subversões e mudanças na vida das mulheres vêm sendo observadas desde meados do século XX. Mesmo que amplamente malvisto socialmente, o “desquite” foi introduzido ao Código Civil em 1942. No ano seguinte, a legislação brasileira passa a permitir que mulheres casadas trabalhem fora de casa sem que fosse necessária a apresentação de uma “autorização expressa do marido” (SCOTT, 2013, p. 21-23). Duas décadas depois, passa a vigorar o Estatuto da Mulher Casada, que segundo Scott, é a partir deste que a mulher deixa de ser considerada “incapaz” pelo Código Civil Brasileiro (Idem, p. 23). Só em 1977 é que foi instituída, não sem grandes conflitos, a Lei do Divórcio⁶³. De acordo com Pinsky, a década de 1960 foi marcada por uma disputa de discursos acerca dos costumes valores morais.

⁶³ A Lei do Divórcio (6515/1977) diferentemente do “desquite”, prevê que a mulher possa casar-se novamente, caso deseje.

Ao lado das fórmulas conservadoras, repetidas à exaustão por vozes autoidentificadas como de ‘cidadãos sérios e responsáveis’, conviviam atitudes que denotavam a ‘evolução dos costumes’ num sentido de maior liberdade e igualdade. Nesse cabo de guerra, havia, por vezes, grande discrepância entre os ‘conceitos admitidos e os preconceitos subterrâneos’, havia também adaptações de velhas ideias à nova realidade. Porém, ampliavam-se de fatos os sinais de inconformismo com a condição de superioridade masculina na sociedade e a discriminação sexual que vitimava a mulher. Já era possível escutar com clareza reivindicações de ‘ampla liberdade sexual’ para as mulheres e discursos a favor do ‘amor livre’ (sexo sem casamento) ou do ‘relacionamento aberto’ (sexo sem compromisso de fidelidade com um parceiro). E já havia quem passasse do discurso à prática (PINSKY, 2013, p. 516).

É a partir da década de 1960 que as mulheres brasileiras passam a ter acesso e a utilizarem métodos contraceptivos mais eficazes. Foi em 1962 que se inicia a comercialização de pílulas anticoncepcionais no país (Idem). Débora Diniz elenca, entre esse período até os dias atuais, três gerações de mulheres e suas diferentes relações com os métodos contraceptivos, pílulas anticoncepcionais, aborto e reprodução. Para aquelas nascidas entre 1940 e 1959, a chegada da pílula não se tratava apenas como uma conquista em prol de uma maior liberdade sexual, mas implica fortemente na questão do planejamento familiar. Ainda assim, essas mulheres enfrentaram os riscos à saúde desses hormônios sintéticos, dos quais pouco se sabia sobre os efeitos colaterais (DINIZ, 2013, p. 317). A segunda “geração pílula” (mulheres nascidas entre 1960 e 1979), de acordo com Diniz, foi aquela que conviveu com a epidemia de HIV/Aids, além da popularização dos métodos inseguros de abortos e das clínicas clandestinas. Essa geração também assistiu o surgimento da medicina reprodutiva ao longo dos anos 1980 e 1990 (Idem, p. 319). Podemos observar nessa geração dois polos distintos que versam sobre a relação entre as mulheres e a maternidade. Sobre isso, Diniz aponta que “se antes o aborto era um procedimento que desafiava o imperativo da maternidade (pela recusa das mulheres ao “dever” da gestação), as práticas derivadas das tecnologias reprodutivas devolvem as mulheres ao lugar de mães, um símbolo valorizado histórica e socialmente” (Idem, p. 321). Por fim, a terceira geração recai sobre os intensos debates com relação ao aborto. Grandes “cruzadas” contra clínicas clandestinas são feitas, ao passo que a prática passa a ganhar maior visibilidade na mídia (Idem, p. 322). Apenas em 2005, o aborto passa a ser autorizado legalmente em casos de anencefalia do feto (Idem, p. 325). Atualmente, o aborto também é permitido se a gestação oferece risco para a mulher ou se a gravidez é resultante de um estupro. É importante salientar que esses direitos, ainda longe do ideal, não foram conquistados sem uma grande pressão contrária de setores conservadores da sociedade, sobretudo de grupos religiosos.

Nos anos 1970 no Brasil, o crescimento do movimento contracultural “se expandiu no Brasil não *por causa*, mas *apesar* da ditadura” (RISÉRIO, 2006, p. 26). Os setores mais

inquietos da juventude passam a se dividir entre o movimento de esquerda e o contracultural. O ponto forte trazido à tona nesse período foi a Revolução Sexual, que com a comercialização do anticoncepcional possibilitou que jovens, principalmente as mulheres, reformulassem a forma como se relacionam, visualizando para si possibilidades de se relacionarem com mais de um parceiro ou parceira sexual e também “perder a virgindade sem culpa” (KEHL, 2006, p. 36). Contudo, isso não era uma prerrogativa disponível à juventude religiosa. Houve grande resistência por parte das igrejas cristãs em aceitar como forma de planejamento familiar o uso dos anticoncepcionais. O mesmo ocorre quanto à liberação sexual feminina, que foi algo extremamente malvisto no âmbito religioso e comumente associada ao crescimento de gravidez na adolescência e/ou fora do casamento, além dos casos de “doenças venéreas”.

Na Europa, diversas foram as conquistas do movimento feminista para a vida das mulheres. A exemplo, temos o caso do Reino Unido, onde em 1967 foi criada a Lei do Aborto; em 1970, Lei do Salário Igual e a Lei sobre a Discriminação Sexual e de Proteção no Emprego em 1975 (ERGAS, 1995, p. 584-586). Esses debates foram fomentados nos órgãos institucionais do Estado devido ao amplo movimento que vinha ocorrendo na sociedade ocidental ao longo da década de 1960, de caráter eminentemente político. Os reflexos desses movimentos sociais, sobretudo o movimento feminista e suas reivindicações no tocante à soberania sobre os próprios corpos, contribuíram para uma nova forma de compreender a sexualidade não só para as mulheres, mas para todos os sujeitos desviantes da norma heteronormativa vigente, que era alimentada não apenas pelos moralismos sociais, mas também religiosos. Infelizmente, essas conquistas não foram replicadas em termos de Brasil. Mesmo que houvesse uma grande movimentação em defesa desses direitos, a pressão de setores conservadores, especialmente os setores religiosos, travaram e travam até os dias atuais os debates acerca dos direitos reprodutivos e do aborto.

Período de ebulição dos debates acerca das identidades de gênero e sexualidade, os anos 1970 e 1980 foram marcados pelo crescimento do movimento de gays e lésbicas (posteriormente, movimento LGBT) como também do movimento feminista, que deu “voz àquelas que eram silenciosas e silenciadas” (LOURO, 1997, p. 19). Segundo Guacira Lopes Louro, no Brasil passa-se a utilizar a categoria “gênero” apenas no final da década de 1980, sendo que os estudos de gênero sempre caminham em alguma proporção pelos estudos acerca da sexualidade, afinal, esta “se constitui a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normatizam, que instauram saberes, que produzem ‘verdades’” (Idem, p. 26). Essas identidades – de gênero e sexual – são profundamente inter-relacionadas. As transformações dessas identidades trazem uma ressignificação do olhar sobre elas e uma

vivência acerca delas que perpassa todos os sujeitos, envolvidos diretamente ou não. Isso porque identidade sexual e de gênero, para além de uma questão pessoal, é também uma questão social e política:

Se as transformações sociais que construía novas formas de relacionamento e estilos de vida já se mostravam, nos anos 60, profundas e perturbadoras, elas se acelerariam ainda mais, nas décadas seguintes, passando a intervir em setores que haviam sido, por muito tempo, considerados imutáveis, trans-históricos e universais. As novas tecnologias reprodutivas, as possibilidades de transgredir categorias e fronteiras sexuais, as articulações corpo-máquina a cada dia desestabilizam antigas certezas; implodem noções tradicionais de tempo, de espaço, de "realidade"; subvertem as formas de gerar, de nascer, de crescer, de amar ou de morrer (LOURO, 1999, p. 10).

Outro tema que movimentou os debates acerca de sexualidade nos anos 1980 foi a epidemia de HIV/Aids, fazendo que nos anos posteriores e até os dias atuais haja um aparelhamento do discurso médico, religioso e estatal em prol de uma prática sexual “segura”. Isso resultou em campanhas que evidenciam a importância do cuidado consigo e com o outro e os riscos trazidos por um comportamento sexual “inadequado”, uma vez que a aids era vista por muitos como a vingança da natureza (ou para os cristãos, de Deus) contra aqueles que “transgrediram seus limites” (WEEKS, 2018, p. 45). De acordo com Jeffrey Weeks, se a década de 1950 protagonizou uma nova caça aos “degenerados sexuais” e os anos 1960 vivem uma onda de permissividade, “dividido entre um relaxamento dos velhos códigos sociais autoritários e a descoberta de novos modos de regulação social” (Idem, p. 67). No contexto estadunidense das décadas de 1970 e 1980 é observado

o começo de uma reação contra aquilo que era visto como os excessos da década anterior e, talvez pela primeira vez, a sexualidade se tornou uma verdadeira questão política de primeira linha, com a Nova Direita identificando o ‘declínio da família’, o feminismo e a nova militância homossexual como potentes símbolos de declínio nacional (Idem).

No caso brasileiro, o debate público e político também alimentado por setores conservadores de costumes e religiosos, com destaque à Igreja Católica. De forma geral, dentro do cenário religioso brasileiro – expressivamente cristão – a sexualidade é um mau que necessita ser controlado, especialmente entre os jovens e as mulheres. Seja através dos discursos ou da falta de informação, suas explicações pouco avançam para além do essencialismo biológico dos corpos. Discussões sobre as relações de gênero e sexualidade ganham pouco espaço dentro dos debates religiosos, pelo menos de forma mais progressista. Porém, isso não se limita aos espaços religiosos, mas se arraiga por setores conservadores da sociedade, que veem a sexualidade diretamente ligada ao casamento e à reprodução. Inspirado pelas reflexões de Foucault, Weeks afirma que

só podemos compreender as atitudes em relação ao corpo e à sexualidade em seu contexto histórico específico, explorando as condições historicamente variáveis que dão origem à importância atribuída à sexualidade num momento particular e apreendendo as várias relações de poder que modelam o que vem a ser visto como comportamento normal ou anormal, aceitável ou inaceitável (Idem, p. 53).

Sexualidade e gênero são conceitos que pairam sob o campo da educação sexual. De acordo com Maria Rita de Assis César, “muitos projetos e iniciativas de educação sexual pontuaram a história da educação no Brasil e o encontro com a perspectiva de gênero sempre foi problemática” (CESAR, 2009, p. 37). Nas décadas de 1920 e 1930, já se pensava a educação sexual de crianças e jovens nas escolas, porém, com um viés estritamente biologizado, médico e higienista (Idem, p. 39-40). De acordo com a autora, a tônica da educação sexual nas escolas brasileiras foi o “sexo bem educado”. Essa também foi a postura adotada pelo discurso religioso quanto a educação sexual. Como veremos em *Mocidade*, esse é o discurso sustentado até o início da década de 1990.

Foi a partir da década de 1960, com os movimentos gays e feministas, que se observa alguma mudança sobre o trato da sexualidade nas escolas, pelo menos no plano teórico (Idem, p. 40). Mesmo assim, pouco se avançou no combate por uma educação sexual que não fosse cisnormativa e heteronormativa. César afirma que a partir da década de 1990, com a epidemia de HIV/Aids e o reconhecimento de necessidade de prevenir a gravidez na adolescência, a preocupação da educação sexual dos/as jovens se concentrou no discurso da *prevenção* (Idem, p. 38). Tendência bastante observada no discurso religioso também. Uma prevenção muitas vezes permeada por discursos preconceituosos, que associa a aids a uma doença que atinge exclusivamente aos homossexuais e viciados em drogas. Em contrapartida, é também nesse período que “a sexualidade e o gênero passaram a habitar os discursos e as práticas educacionais brasileiros de forma mais bem instalada” (Idem), por conta do estabelecimento dos Parâmetros Nacionais de Educação – mas não de forma menos conflituosa, afirma César.

Outro debate que permeia a educação sexual é destacado por Dinis e Asinelli-Luz, que alertam para a ideia equivocada de “orientação sexual”. Não cabe aos educadores, educadoras, pais, mães ou a religião *orientar* a sexualidade de crianças e jovens. Para os autores, a sexualidade é algo construído histórico e culturalmente (DINIS; ASINELLI-LUZ, 2007, p. 82). Eles comentam sobre os manuais de educação sexual falam em sistema “reprodutor”, o que fortalece a ideia de que ele se trata de um mecanismo para *reprodução* e não para o prazer – ao menos não para o prazer feminino (Idem). Outro equívoco recorrente é a utilização da expressão “gravidez indesejada” para àquelas ocorridas na adolescência, como se,

consequentemente, uma gravidez em idade adulta seja “naturalmente desejada” pela mulher (Idem, p. 79). Para Dinis e Assinelli-Luz

um trabalho de educação sexual significa problematizar a sexualidade, não no sentido de encará-la como problema a ser resolvido, mas de questionar as evidências, apresentar um leque de conhecimentos para que a sexualidade seja compreendida com um aspecto predominantemente histórico-cultural, e para que os discursos normativos que regem as construções de nossas imagens do masculino e do feminino, bem como as diversas imagens de ter prazer com o próprio corpo e/ ou com o corpo do/a outro/a sejam desconstruídos, permitindo novas vivências acerca da sexualidade (Idem, p. 82).

Sobre isso, Guacira Lopes Louro faz um alerta sobre as noções de normalidade. A “norma” sexual está em toda parte: na escola, na rua, na mídia, na igreja, em casa. Ela se expressa “por meio de recomendações repetidas e observadas cotidianamente, que servem de referência a todos. Daí por que a norma se faz penetrante, daí por que ela é capaz de se ‘naturalizar’.” (LOURO, 2008, p. 22). Só é possível estabelecer uma diferença, um desvio a essa norma se constituirmos uma relação entre elas. O que é o padrão e o que escapa a ele. E mesmo nessa relação, há uma tentativa de formatação em um binarismo – heterossexual/homossexual, masculino/feminino (Idem, p. 21). E nesse estabelecimento da norma, há também a construção do que é “fazer-se mulher ou homem”, na qual “as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente” (LOURO, 2018, p. 10). Contudo, a compreensão da sexualidade é uma questão pessoal, social e política. Ela não é aprendida, mas sim construída pelos sujeitos (Idem, p. 11).

Mas ainda, segundo Louro, muitos sujeitos ainda acabam seguindo as imposições sociais e culturais com relação ao corpo e a sexualidade, moldando-os “de modo a adequá-los aos critérios estéticos, higiênicos, morais, dos grupos a que pertencemos” (Idem, p. 17). A pedagogia da sexualidade e o disciplinamento dos corpos podem ser discretos e sutis, mas são também processos contínuos, eficientes e duradouros. Sobre isso, ela destaca que

Os grupos sociais que ocupam as posições centrais, “normais” (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião etc) têm possibilidade não apenas de representar a si mesmos, mas também de representar os outros. Eles falam por si e também falam pelos “outros” (e sobre os outros); apresentam como padrão sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) as manifestações dos demais grupos (Idem, p. 18-19).

Essa posição de extrema “normalidade” de sujeito estaria representada na figura do homem, branco, heterossexual, cisgênero, classe média e, no caso brasileiro, podemos certamente completar com cristão. Frequentemente, espaços onde se utiliza alguma pedagogia, ela está a serviço do reforço desse modelo hegemônico de sujeito, ao passo que

“subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas” divergentes (Idem, p. 30). Esses espaços, sejam eles a mídia, a igreja, a escola ou a família, constroem uma linguagem e uma prática específica de sexualidade. São produtoras de “marcas” que constituem o “ser mulher” ou o “ser homem” para esses grupos. Especialmente nas escolas, seja ela pública ou particular, secular ou religiosa, há um disciplinamento de meninos e meninas com relação aos modos de olhar e se olhar, ao momento de ouvir, de falar e de calar, ao que rejeitar ou preferir (LOURO, 2014, p. 61).

Para Louro, a educação sexual deve partir de uma perspectiva feminista, pensando em práticas educacionais não-sexistas. Contudo, há uma disputa com relação à própria responsabilidade sobre a educação sexual. Alguns grupos, atravessados por valores moralistas e religiosos, tendem a negar esse papel como sendo da escola, reivindicando para si o papel de estabelecer uma educação sexual de tendência religiosa, criacionista, atravessada por moralismos e preconceitos com o que foge à norma monogâmica e heterossexual. Em conjunto a isso, na própria organização das políticas educacionais de educação sexual, muitas vezes elas recaem sob dualidades como “saudável/doentio, normal/anormal (ou desviante), heterossexual/homossexual, próprio/impróprio, benéfico/nocivo, etc” (Idem, p. 133).

Ou também, a depender do assunto a ser tratado, acaba por resultar em um completo silenciamento, como é o caso da homossexualidade. Segundo Louro, falar em gays, bissexuais ou lésbicas poderia resultar, segundo esse pensamento moralista, num “recrutamento de jovens inocentes”. Ou seja, falar sobre homossexualidade poderia desencadear o comportamento homossexual nesses jovens. Além do mais, como podemos observar no discurso religioso, não raro se propõem tratamentos para curar o indivíduo da “doença” que é a homossexualidade. Por isso, “*não saber* sobre essas comunidades parece que funciona como uma espécie de garantia de que o/a estudante irá *preferir* ser heterossexual” (Idem, p. 138). Como agravante, já mencionado anteriormente, há nas últimas décadas o direcionamento do discurso da educação sexual voltado para a ideia de prevenção, por conta principalmente da epidemia de HIV/Aids, que é frequentemente relacionada de forma negativa à comunidade LGBT (Idem, p. 140).

Judith Butler é uma autora que coloca em xeque a própria noção de diferença sexual e seus limites discursivos. Para ela, o discurso está intimamente ligado à questão da materialidade do corpo e “performatividade do gênero” (BUTLER, 2018, p. 193-194). Ela defende que a categoria de “sexo” é normativa. Para Foucault, um “ideal regulatório”. Portanto, o “sexo” é tanto norma como parte de uma prática regulatória, que por sua vez integram o poder produtivo. Assim como o proposto por Foucault, por meio desse poder

produtivo, a norma e as práticas regulatórias não reprimem, mas moldam desejos, produzem os corpos e os governa. Nas palavras de Butler, “as normas regulatórias do ‘sexo’ trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo” (idem, p. 195). Podemos considerar que diversas são as instâncias que perpetuam essas normas regulatórias sobre o sexo, produzindo sua materialidade nos corpos – uma delas é a instância religiosa.

Para Butler, o “sexo” (como categoria, feminino ou masculino), não é “simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o ‘alguém’ simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural” (idem, p. 196). Toda a formação dos sujeitos passa pela normatividade do sexo e pela “regulação de práticas identificatórias” (idem, p. 198). Um exemplo dado pela autora é com relação ao conceito de “queer”, que antes era utilizado como uma forma depreciativa para se referir às pessoas homossexuais, mas que vem sendo ressignificado dentro da academia a partir da formação do campo de estudos *queer*. Como destacado por Butler, a construção e ressignificação das categorias “ocorre *no* tempo, mas é, ela própria, um processo temporal que atua através da reiteração de normas; o sexo é produzido e, ao mesmo tempo, desestabilizado no curso dessa reiteração” (idem, p. 208-209).

Quando pensamos em como a heterossexualidade se tornou a norma por meio de diversos mecanismos, dispositivos e institucionalidades, temos que ter como horizonte a perspectiva de poder foucaultiana, como poder produtivo. Desse modo, Butler traz a reflexão de que há sempre a possibilidade da norma entrar em crise e, como efeito, essa crise ser potencialmente produtiva.

Como um efeito sedimentado de uma prática reiterativa ou ritual, o sexo adquire seu efeito naturalizado e, contudo, é também, em virtude dessa reiteração, que fossos e físsuras são abertos, fossos e físsuras que podem ser vistos como as instabilidades constitutivas dessas construções, como aquilo que não pode ser totalmente definido ou fixado pelo trabalho repetitivo daquela norma (idem, p. 209).

Em suma, a performatividade do “sexo” não é “um ‘ato’ singular, pois ela é sempre uma reiteração de uma norma ou conjunto de normas” (idem, p. 213). Devemos lembrar também que dizer que o discurso é formativo (da heteronormatividade, por exemplo), não quer dizer que “ele origina, causa ou exaustivamente compõe aquilo que ele admite” (idem, p. 210), mas é, justamente, lembrar que não há um “corpo puro” sem formações e significações adicionais. O ato da fala não produz ou origina aquilo que nomeia. Desse modo, Butler afirma que “a performatividade de gênero não pode ser teorizada separadamente da

prática forçosa e reiterativa dos regimes sexuais regulatórios” (idem, p. 218), tampouco dos discursos que reproduzem e criam o efeito de naturalização dessas categorias.

Quanto ao “sexo” enquanto prática sexual, Thomas Laqueur sustenta a teoria de que “quase tudo que se queira *dizer* sobre sexo – de qualquer forma que o sexo seja compreendido – já contém em si uma reivindicação sobre o gênero” (LAQUEUR, 2001, p. 23). Com isso, ele pretende dizer que o “sexo” é situacional, “explicável apenas dentro do contexto da luta sobre gênero e poder” (idem). Sendo o sexo contextual, ele acrescenta que “o corpo privado, incluso, estável, que parece existir na base das noções modernas de diferença sexual, é também produto de momentos específicos, históricos e culturais” (idem, p. 27). Para Foucault, o que é característico das sociedades modernas, a partir do século XVIII, não foi a condenação do sexo à obscuridade, mas sim “o terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como *o segredo*” (FOUCAULT, 1999, p. 36).

Falar sobre o sexo e a sexualidade implica pensar a categoria de “corpo”. Susan Bordo propõe que o corpo é um agente da cultura, formado por “o que comemos, como nos vestimos, os rituais diários através dos quais cuidamos dele” (BORDO, 1997, p. 19). É nele que se manifesta a performatividade de gênero e no qual o poder produtivo exerce sua capacidade tanto de sujeição quanto de transformação. Segundo Bordo, ele é “um lugar *prático* direto de controle social” (idem). Dentro dos estudos feministas, destaca-se o fato do tratamento do corpo feminino em termos de diferença e alteridade. O corpo masculino é a norma. O gênero só é cunhado no corpo feminino. Nesse sentido, Laqueur reforça os argumentos desses estudos, de que “é sempre a sexualidade da mulher que está sendo constituída; a mulher é a categoria vazia. Só a mulher parece ter “gênero”, pois a própria categoria é definida como o aspecto de relações sociais baseado na diferença entre os sexos, onde o padrão sempre foi o homem” (LAQUEUR, 2001, p. 32).

Partindo desse panorama sobre a construção do discurso acerca da educação sexual, sobre o “sexo”, a sexualidade e as relações de gêneros, partiremos para a análise sobre como a revista *Mocidade* busca orientar e educar a juventude cristã com relação ao exercício da sexualidade e nos relacionamentos amorosos. Entendendo que o namoro e o noivado são a preparação para algo maior e instituído por Deus, o casamento, estas etapas não podem ser vivenciadas sem regras específicas, principalmente no que tange à vida sexual. Ela deve seguir a norma heterossexual, monogâmica e cisgênera, na qual o corpo feminino é o principal foco de vigilância e controle. Como veremos, caso o sexo seja praticado fora dos contornos matrimoniais, ele acarretará para o jovem e, especialmente à jovem, profundas consequências morais e físicas. Por isso, mesmo frente aos discursos de liberação sexual da

década de 1970 e o surgimento da pílula anticoncepcional, elas não devem ser motivações para ter relações sexuais durante o namoro ou noivado, com a desculpa da necessidade de verificar se ambos combinam ou não. Caso o casal seja levado aos contatos mais íntimos, certamente terão uma experiência imatura e incompleta, além da sensação posterior de remorso e arrependimento.

3 NAMORO, NOIVADO E CASAMENTO EM *MOCIDADE*

Ao fazer uma leitura aprofundada das fontes, foi possível traçar diversos assuntos que dialogam com o tema da educação sexual, sendo de grande incidência o casamento, namoro, noivado, sexo antes do casamento, virgindade, amor, “doenças venéreas” e puberdade. Também estão presentes nas páginas de *Mocidade* temas como o aborto, gravidez indesejada, maternidade, métodos contraceptivos, liberação sexual (estes dois últimos principalmente a partir da década de 1970), “homossexualismo”, masturbação e violência sexual. Vale lembrar que isso não quer dizer que é essencialmente o conteúdo da revista, ela também se dedica a publicar, como já mencionado, lições de português e inglês, informações sobre estudos e vestibular, curiosidades, informações históricas e turísticas sobre cidades, informações sobre personalidades brasileiras (de Princesa Isabel e Tiradentes até Elis Regina!), lazer, esportes, entre outros assuntos que seriam de interesse da juventude.

A revista mostra-se sempre preocupada em aconselhar jovens moços e moças da importância de se respeitar a “etapas da vida”, especialmente no tocante à preparação para o casamento. O namoro não é condenado, mas incentivado desde que seja com a pessoa certa e em momento apropriado. Sobre isso, algumas edições buscam auxiliar a/o jovem a não se deixar levar por paixões repentinas, enfatizando que não existe amor à primeira vista, e que um noivado e casamento prematuro pode acabar mal, quando o casal é tomado pela paixão sem refletir se de fato amam seu par. Sendo assim, não é incomum nos depararmos com testes, como “você está amando realmente?” de outubro de 1973, “será que vai dar certo?” na edição de outubro de 1984 e “namoro no escuro”, em dezembro do mesmo ano. Outro alerta feito é o perigo das jovens caírem na armadilha da “prova de amor”, na qual o namorado a pressiona para terem relações sexuais a fim de provar que os amam.

Principalmente as leitoras mostram-se inseguras com relação ao namoro e noivado, e isso se observa na seção “Você Pergunta”, que possui formato semelhante ao famoso “consultório sentimental”, muito recorrente nas revistas femininas e nos quais os “assuntos e linguagem são escolhidos de acordo com o público, mas a chave é sempre a relação amorosa” (CUNHA, 2002, p. 211). No caso de *Mocidade*, o público assinante envia questões a serem respondidas pelo Doutor Belisário Marques. Entre os temas mais abordados, destacam-se as inseguranças da juventude com relação ao corpo, problemas de relacionamento como estar noiva de um e amar o namorado anterior, pressão para ter relações sexuais, ter feito sexo e estar com sentimento de culpa, estar noiva e não ter certeza se quer mesmo casar. Os

problemas trazidos na seção não eram exclusivos das mulheres, pelo contrário, muitos rapazes também recorriam aos conselhos de Dr. Belisário para tratar de problemas de relacionamentos, inquietações pessoais, dúvidas sobre sexo e amor. Algumas dessas angústias são discutidas em formato de artigo na revista, e em seções como “Forum de Problemas da Juventude” e “Os 100 problemas da Mulher”, estas apenas até a década de 1960. A educação sexual é evocada diretamente em algumas matérias, como “Namoro: evolução ou decadência?” em junho de 1979, na qual ela é considerada uma “espada de dois gumes”, devendo ser de responsabilidade de uma equipe médica e educacional capacitada para dirigi-la de “modo elevado e puro” (WALDVOGEL; BRITO, 1979, p. 06).

É interessante notar que, mais do que definir uma “função” para o sexo, eles se preocupam em definir o lugar do sexo: dentro dos contornos matrimoniais. Contudo, deixam em evidência de que se trata de algo criado por Deus, e que tem o prazer (até mais do que a reprodução) como seu principal objetivo. Ao passo que sexo não é um tabu nas páginas da revista (pelo contrário, fala-se muito de sexo e eles gostam de enfatizar isso), pouco se entra nos detalhes de uma relação sexual. Sempre pressupondo relações heterossexuais, o discurso da revista se limita a explicar que elas existem para serem aproveitadas de forma completa apenas no casamento, que o sexo necessita de amor e confiança entre os envolvidos, que não há problema em ter relações sexuais apenas por prazer (o que é considerado saudável), mas não explica como se dá, na prática, a relação em si. Isso gera complicações e limitações de como a juventude leitora da revista compreende a relação sexual. Toma-se como “conhecimento inerente” da juventude, além de pressupor que os leitores seguem a norma heterossexual. Podemos entender, assim, o que Guacira Lopes Louro (2017) fala sobre o silenciamento de alguns assuntos a fim de evitar o desencadeamento de uma curiosidade sobre eles.

Quando se explica algo, limitam-se apenas à parte “interna” do corpo e relacionada à reprodução, como exemplo o suplemento “Sexo e juventude”, publicado na edição de julho de 1978. Com uma linguagem pouco acessível, descrevem o trajeto do óvulo até o útero, e como se dá a fecundação do óvulo pelo espermatozoide. Em seguida, explicam passo a passo a formação e transformação do embrião. Sequência semelhante é trazida na edição de janeiro de 1979. Mesmo que o prazer seja uma expressão legítima da relação sexual, busca focalizar que as funções naturais do sexo e dos órgãos reprodutores são – como o próprio nome diz – a reprodução.

Quanto à maternidade, não encontramos nenhuma matéria sobre gestação, a não ser aquelas que estão relacionadas à gravidez indesejada (fora do casamento ou na adolescência).

O enfoque da gravidez e a maternidade como algo positivo é delegado a outra revista publicada pela Casa Publicadora Brasileira, a *Vida e Saúde*, como já observado em pesquisa anterior (BACH, 2017). A maternidade caminha junto ao modelo de mulher dona-de-casa e esposa. E sendo assim, a mulher mãe e esposa é quem dá sentido ao lar cristão. Em *Mocidade*, a revista procura ser um meio para promover uma educação sexual cristã, sadia, um “sexo bem educado” nos moldes religiosos. Buscaremos neste capítulo nos debruçar sobre as matérias que tratam de namoro, noivado e casamento, especialmente no tocante à prática sexual, em como a revista modela essas etapas com relação à experiência sexual, que é vista como exclusivamente heterossexual e monogâmica.

3.1 *Porque os rapazes são tão esquisitos? E por que as garotas são tão estranhas?* **Transformações da puberdade nas páginas de *Mocidade***

Com o objetivo de “investigar os discursos que constituíram a adolescência como objeto de investigação e intervenção” (CÉSAR, 1999, p. 01) desde o início do século XX, Maria Rita de Assis César analisa como, por meio de diversos mecanismos, a adolescência foi “inventada” como uma nova subjetividade. Quanto ao papel da família, não bastava apenas criar, era preciso também educar a criança e o adolescente. No discurso dos reformadores da ordem social – incluindo aqui médicos, psicólogos e educadores – especialmente aqueles e aquelas em condições mais precárias estariam em situação de transgressão. No caso das meninas, a transgressão é associada à iniciação sexual fora do casamento; já no caso dos meninos – para os quais “exercício da sexualidade” não representava um “problema de acentuada gravidade” (idem, p. 03) – a transgressão se daria através dos “vícios próprios da delinquência juvenil” (idem), a masturbação e o comportamento e as práticas homossexuais.

Para César (1998), “o suposto saber essencialista e inquestionável sobre a ‘adolescência’ é passível de uma reconstrução histórico-genealógica” (idem, p. 07). Com isso, é possível detectar o regime discursivo que associou o “adolescente”, entre outras coisas, ao “clamor do sexo” e à “explosão hormonal” (idem). É necessário, portanto, fazer uma análise dos discursos sobre a adolescência, a fim de compreender a constituição do “adolescente” enquanto objeto de investigação médico-higienista, psicopedagógico e, por que não, religioso. Como mostrado pela autora, o nascimento da “adolescência” está intimamente ligado aos estudos sobre a puberdade no século XIX pela psicanálise, que inseriu o adolescente “no interior das preocupações com a sexualidade” (idem, p. 87). Inserido na juventude como uma passagem distinta, esse período também foi exaustivamente associado às transformações

trazidas pelos hormônios, que tinham por função transformar meninas em mulheres, meninos em homens.

Sendo assim, nesse primeiro tópico trataremos das mudanças pelas quais meninos e meninas passam no período da adolescência sob o olhar de *Mocidade*; estas que refletem diretamente na forma de agir, na forma de pensar, nas relações com a família e amigos e, também, na sexualidade. Na edição de novembro de 1966, *Mocidade* publicou o artigo “O Jovem e Seu Físico”, assinado por Sérgio V. Collins⁶⁴. Nele, são elencadas as transformações internas e externas que a puberdade traz para os meninos e meninas durante a adolescência. De forma didática, informam sobre a ação dos hormônios nos órgãos reprodutores masculinos e femininos, sobre o aumento no tamanho dos órgãos genitais e transformações físicas distintas, como o crescimento de pelos faciais e alargamento dos membros no menino, e o crescimento do busto e arredondamento dos quadris nas meninas (COLLINS, n. 11, 1966, p. 04). Ainda, o autor alerta sobre os perigos para a saúde, para o curso natural dessas mudanças, práticas como fumar, se alimentar de forma inadequada ou usar salto alto, e assim alerta “quão melhor é observar os princípios de higiene e as normas que regem a vida sã, a fim de formar um corpo íntegro, vigoroso e bem preparado para desempenhar com êxito na vida adulta!” (Idem, p. 12). Esse discurso acerca dos cuidados com a higiene e o asseio pessoal está estreitamente ligado com os princípios da reforma da saúde adventista, mesmo que não enunciada no texto de forma direta.

O incômodo com as mudanças físicas durante a puberdade é encarado como natural. Mas além do aspecto exterior, há também alterações interiores (relacionadas principalmente aos hormônios) que refletem na forma como os e as jovens agem, se relacionam e como percebem o próprio corpo. De acordo com *Mocidade*, essas mudanças exercem grande influência na personalidade feminina e masculina, que se constrói no período da adolescência. Elas são elucidadas a partir de duas matérias complementares: “Por que os rapazes são tão esquisitos?” e “Por que as garotas são tão estranhas?” de outubro e novembro de 1989, respectivamente. Esses dois artigos complementares são interessantes pelo fato de delinearem as características *naturais* que são desenvolvidas e amadurecidas ao longo da adolescência, especialmente a “agressividade sexual” para os meninos e a delicadeza, afetividade e instinto materno no caso das meninas. Há uma ênfase na natureza “biológica” dessas características como parte da criação divina. Contudo, nada tem de natural nessas particularidades elencadas

⁶⁴ Escritor adventista publicou livros sobre amor e intimidade no matrimônio, relacionamento familiar e juventude. Pela Casa Publicadora Brasileira, lançou em 1968 o livro “A Família Moderna e a Solução dos Seus Problemas” e, em 1973, o livro “A personalidade triunfante do jovem moderno”.

a cada um dos gêneros, mas trata-se de construções sociais, o imaginário do que é um homem e uma mulher, quais são as características inerentes a determinados sujeitos.

Ambas são assinadas por Barry St. Clair e William “Bill” Jones⁶⁵. Segundo os autores, meninos e meninas se diferenciam no espírito e na personalidade. Mesmo que ambos possuam um “vazio existencial” que só é preenchido por Jesus Cristo, cada um procura preenchê-lo de formas distintas, na ausência da fé. Em suma, meninos apelam para uma agressividade física e sexual, são “duros, ásperos e abrasivos”, sendo dominados mais pelo sexo do que pelo amor - o que ocorre inversamente no caso das meninas. Elas prezam em preencher o “vazio existencial” através da busca de afeto, proteção e segurança através de relacionamentos amorosos. Ainda, para elas, “sexo é apenas uma parte de um quadro maior. As meninas desejam saber se são amadas, antes de se entregarem sexualmente” (CLAIR; JONES, 1989b, p. 4), apelando ainda para a metáfora carregada de sexismo, afirmando que “o rapaz quer consumir a pizza; a garota quer os pratos para lavar” (Idem, p. 04-05).

A personalidade feminina, para os autores, seria composta por diversas características que implicam diretamente na forma como se relacionam sexualmente. Segundo eles, as meninas são românticas, sonhadoras, desejosas de segurança e emotivas (Idem, p. 05). Já os meninos, são facilmente excitados, perdem o interesse rapidamente e dificilmente voltam atrás numa decisão (CLAIR; JONES, 1989a, p. 04-05). Tudo isso sem qualquer referência teórica, apenas informações coletadas empiricamente através da observação de jovens moços e moças. Clair e Jones se utilizam de uma experiência (sobre a qual não foi dada maiores informações) feita com um grupo de rapazes que, tendo seus braços atados e ligados a um medidor de pulsação, tiveram uma expressiva aceleração de pulso quando lhes foram exibidas imagens de carros esportivos e mulheres nuas. Mas quando mostrado imagens de flores ou bebês, tão logo a pulsação diminuiu. Em contrapartida, ao ser repetido o mesmo teste em moças, a pulsação foi elevada ao visualizarem imagens de bebês e flores, afinal, “a maioria das mulheres gosta de flores” e também é “o instinto materno em ação” (CLAIR; JONES, 1989b, p. 04). Quando exibidas as imagens dos automóveis e de homens nus, a pulsação baixou. A explicação dos autores é que as mulheres “não se ligam” em carros, além de serem “mais ligadas em amor e romance do que em sexo” (idem).

Por conta dessa análise feita, concluem que o rapaz é insaciável e possui “instintos inerentes” relacionados ao exercício da sexualidade, ao passo que a garota não cede tão facilmente porque coloca o amor à frente das relações físicas. Segundo o texto, “quando uma

⁶⁵ Barry St. Clair e Bill Jones são pastores e escritores estadunidenses. No Brasil, publicaram o livro “Sexo Desejando o melhor” pela editora Jumoc em 1995.

menina sai com um rapaz, geralmente ele pensa em sexo, e ela em amor” (Idem, p. 05). E acrescenta que “se ambos estão assistindo a um filme⁶⁶, ele está interessado em manter contatos físicos, enquanto ela provavelmente esteja mais ligada na história de amor que se passa na tela: a beleza, o relacionamento, o romance” (Idem). Amor, maternidade e romantismo são apontados como prerrogativas da natureza feminina, enquanto um “espírito aventureiro”, pouco afeito ao romance e à sensibilidade, seria inerente à natureza masculina. Ao passo que os meninos precisam de compreensão, paciência e respeito por parte das meninas, estas devem ser entendidas como sonhadoras, românticas e desejosas de segurança.

Essas diferenças também são exaltadas na edição de fevereiro de 1994, na qual falam em “guerra dos sexos” em artigo assinado por Marcos de Benedicto. Baseando-se em diferenças de cromossomos ao tamanho do cérebro, eles trazem a informação de que “o feixe de nervos que liga os dois hemisférios do cérebro [...] é 23% mais largo nas mulheres” (BENEDICTO, 1994, p. 06) e que, por conta disso, “elas seriam muito mais intuitivas” (Idem). Pelo mesmo motivo, os homens “talvez por usarem mais o lado esquerdo, especializado no pensamento racional, seriam mais lógicos e teriam mais capacidade visual-espacial” (Idem). Esses dados são utilizados no texto de forma a reforçar o modelo feminino intuitivo e sensível, em oposição (ou complementação, pensando pela via matrimonial) ao masculino racional e lógico. Além disso, de acordo com o artigo, os homens seriam fascinados por números, organizados e adoram esportes, “chegando a necessitar deles” (Idem, p. 07). Enquanto que “o esporte de boa parte das mulheres é bater papo, passear nos *shoppings* e falar de seus amores” (Idem). Porém, um ponto de destaque levantado pelo autor é que em parte isso faz parte da nossa cultura, a qual impõe, por exemplo, que homem não pode chorar ou que a mulher é frágil. E sendo assim, tanto os homens quanto as mulheres podem amenizar isso, principalmente os homens, afinal “a emoção do amor compensa” (Idem).

Outras edições trazem as diferenças entre meninos e meninas que se intensificam na adolescência. É o caso de “Os Mistérios de Uma Idade”, da edição de janeiro de 1990. Pelo fato de seu autor, Sauveur Boukris, ser médico⁶⁷, o texto é bastante técnico e aborda as transformações biológicas trazidas pela puberdade e ação dos hormônios no corpo. Na década de 1970, o tema foi desenvolvido no livreto “Sexo e Juventude”, publicado junto à edição de

⁶⁶ É interessante notar a referência aos filmes, uma vez que anteriormente (na edição de dezembro de 1982) a revista já havia alertado sobre os “perigos do cinema”, bem como o perigo do casal de namorados ou noivos andarem sozinhos de carro, especialmente à noite (na edição abril de 1983). Seriam esses ambientes propícios a “passar dos limites” no quesito físico e sexual.

⁶⁷ Não foram encontradas outras informações sobre o autor.

julho de 1978 e será analisado de forma mais aprofundada em outro subitem. Porém, vale citar que o tópico 3, intitulado “Fecundação e Formação do Embrião pela Imagem”, também é de autoria de um médico, Roberto Orvoine, e por conta disso também traz uma linguagem técnica, além de ilustrações sobre o processo reprodutor. No que tange às alterações e diferenças na personalidade, mesmo que distantes da realidade (uma vez que homens e mulheres podem vivenciar diferentes fases com relação à sexualidade, às emoções e a outros aspectos da vida), é apoiada nessas características modeladoras para meninos e meninas que a revista constrói seu ideal de relacionamento entre homens e mulheres - de namoro, noivado e casamento. Elas permeiam essas relações, que seriam carregadas pela dicotomia amor-feminino e sexo-masculino. Isso é proposto ao final da década de 1980, mas reforça pensamentos contidos na revista já no início da década de 1960.

3.2 Sobre amor, namoro e noivado: a preparação para o casamento

Trataremos a partir de agora das “etapas” que antecedem o casamento na vida dos casais: o namoro e o noivado. De acordo com o discurso de *Mocidade*, em ambas há a necessidade de se respeitar certo tempo: não podem se alongar muito, mas também não devem ser aceleradas, deixando o casal ser tomado pela pressa da paixão. São períodos para o homem e a mulher se conhecerem, conversarem, cultivarem gostos comuns, mas não para se relacionarem fisicamente ou sexualmente - isso estragaria a “dádiva” reservada ao casamento – o ato sexual. Ao longo do namoro, do noivado e do casamento, deve prevalecer o sentimento de amor entre o homem e a mulher. Anthony Giddens, em seu estudo sobre as transformações da intimidade nas sociedades modernas, explica que esse elemento romântico nas relações surge no século XIX, com a idealização do lar como espaço distinto do público, e do qual os homens passam a esperar de suas esposas o apoio emocional, “em contraste com o caráter instrumental do local de trabalho” (GIDDENS, 1993, p. 36).

No caso dos relacionamentos entre um homem e uma mulher, especialmente se forem cristãos, deve ser pautado a partir de um amor recíproco. Seguindo os preceitos cristãos, ele deve levar o casal a um namoro sadio, no qual ambos passam a se conhecer melhor, e ao noivado, que é o voto da intenção de casar, e período no qual o casal pode ficar ainda mais próximo - mas sem abdicar dos limites de contato físico e sexual. Como destaca Carla Bassanezi Pinsky, na década de 1950 e início dos 1960 no Brasil há o triunfo do ideal do “casamento por amor”, mas que ainda era marcado pela necessidade da aprovação familiar, sobretudo pela figura paterna (PINSKY, 2013, p. 482). Por conta disso, “se ‘as mulheres

vivem para o amor’, como se dizia, devem evitar a paixão, ‘a efervescência do juízo’, as escolhas insensatas e condenáveis” (Idem). Não se devem deixar ser arrebatadas pelo sentimento de paixão, apressando um casamento sem antes conhecer de forma mais aprofundada o par escolhido. Esse perigo da paixão e contraposição ao verdadeiro amor é bastante reafirmado em *Mocidade*, e indicado como uma questão eminentemente feminina.

Conforme observado por Giddens (1992), o amor apaixonado difere-se do amor romântico, pois ele é perturbador e implica em uma idealização temporária do outro. Com a delineação do amor romântico, a partir do final do século XVII, introduziu-se nas sociedades ocidentais “uma narrativa para uma vida individual” (idem, p. 50). No contexto religioso, ele se faz pertinente uma vez que o elemento do “amor sublime tende a predominar sobre aquele do ardor sexual” (idem, 51). Isso quer dizer, nas palavras de Giddens, que “o amor rompe com a sexualidade, embora a abarque; a ‘virtude’ começa a assumir um novo sentido para ambos os sexos, não mais significando apenas inocência, mas qualidades de caráter que distinguem a outra pessoa como ‘especial’” (idem). Essa ideia do amor acima da sexualidade, ou como algo que a abarca, mas nunca deve ser subutilizado por ela, é uma ideia bastante presente no discurso de *Mocidade*.

No início da década de 1960, era publicada na revista a seção “Os 100 problemas da mulher”, na qual, na edição de abril de 1963, lançaram a seguinte questão: “É a paixão amor?”. Segundo informa a autora Cláudia Villaret, a paixão é uma espécie peculiar de amor, que atua como “uma varinha mágica que opera a atração mútua de um homem e uma mulher” (VILLARET, 1963, p. 06). Ela ainda “invade o espírito, quebra a vontade, transforma a sexualidade, obscurece o brilho do Sol sobre mil atos da vida cotidiana” (idem). Ou seja, é um perigo para as jovens moças, que podem ser levadas a se entregarem completamente a esse “fogo de palha”. É um fenômeno perigoso e misterioso, afinal, “mais do que a intensidade, a característica principal desse fenômeno é a brevidade” (Idem). Duas décadas adiante, diminuiu-se o discurso alarmista, substituído por formas mais dinâmicas e interativas de se falar sobre a cautela necessária com relação às paixões suas consequências e diferenças em comparação ao “amor verdadeiro”. Os testes ganham mais espaço e frequência na revista, como exemplo “Paixão ou amor? Eis a questão” da edição de abril de 1988 (BENEDICTO, 1988, p. 06-07) e “Você está realmente amando?” (VAN PELT, 1988, p. 04-05) da edição de setembro do mesmo ano.

Diferenciar amor e paixão é relevante, pois implica no desenvolvimento das etapas que conduzem um casal ao matrimônio. Essas etapas - namoro e noivado - são temas recorrentes nas páginas de *Mocidade*. E como veremos pouco se altera o discurso acerca deles

ao longo das quase quatro décadas de existência do periódico, mesmo sendo um período de grandes transformações no âmbito dos relacionamentos amorosos, das relações de gênero e da sexualidade. Na seção “Forum de Problemas da Mocidade” de fevereiro de 1964 foi tratado sobre os temas de namoro e noivado, na qual consta que como função do namoro “permitir aos candidatos ao casamento se observarem e conhecerem melhor, desfazendo as ilusões do ‘amor à primeira vista’ e verificar se a atração e a simpatia que sentiram quando se conheceram correspondem a uma realidade” (WEIL, 1964, p. 14).

No texto, que é uma tradução de parte da obra *Relações Humanas*, de Pierre Weil⁶⁸, afirma-se que é nesse período que o casal deve avaliar “se serão capazes de passar a vida juntos; pois uma coisa é passear conversando e namorando, outra é enfrentar as alegrias e decepções de toda uma vida matrimonial” (idem). O autor aconselha que as jovens tomem cuidado com a “exuberância de certos rapazes” (idem), além de ser “conveniente” a moça não apressar ou cobrar o rapaz de forma tão incisiva, devendo seguir alguns princípios básicos:

1.º) Só conversar com rapaz que lhes tenha sido apresentado por pessoa de confiança; se o encontro tiver sido ocasional, procurar, por todos os meios que não magoem o rapaz, saber quem ele é, qual o seu trabalho e seus passatempos; 2.º) Não acreditar muito nas declarações de amor precipitadas; muitos rapazes só querem se ‘divertir’ à custa da dignidade das moças. O amor verdadeiro se demonstra muito mais por atitudes de admiração e respeito e por intenções honestas, comprovadas muito mais tarde, do que com palavras baratas e que nada valem; 3.º) Evitar perguntas ao rapaz se ele quer casar, pois ele talvez ainda não as observou suficientemente para poder dar uma resposta; esperar que ele se pronuncie; de outra maneira arriscar-se-ão a perdê-lo; 4.º) Quando tiver passado o tempo suficiente para se conhecerem, e o rapaz não tiver, ainda, se pronunciado, procurar conhecer suas idéias sobre o casamento, mas sem que ele perceba a intenção; conforme a resposta, diminuir o número de encontros; isto talvez o leve a se pronunciar; do contrário, não vale a pena continuar o namoro, a não ser que o rapaz seja muito tímido e esteja com receio de uma recusa; neste caso será necessário demonstrar-lhe amor de maneira indireta, mas bastante clara, como, por exemplo, comprar pequenos presentes, ou perguntar se ele quer conhecer os seus pais. Esta última pergunta constitui, em geral, um ótimo ‘teste’ para conhecer as intenções de um rapaz que já está namorando há muito tempo e que ainda não se pronunciou (idem).

O noivado é a continuidade do namoro, mas que conta com o “consentimento oficial dos pais e com o compromisso moral do noivo de casar” (idem), com as visitas à família da noiva e maior convívio entre o casal. Em um artigo sobre noivado de fevereiro de 1967 e assinado por Sérgio Collins, alertam sobre a preocupação que existe em se autopromover fisicamente e economicamente, em detrimento de intelectualmente, para possíveis namorados ou namoradas. Muitas e muitos jovens se lançariam a desejar um noivado precocemente, porém, “o moço e a moça, antes de estarem em condições de amar, devem atingir um grau razoável de maturidade emocional e de solidez de pensamento e discernimento” (COLLINS,

⁶⁸ Escritor, educador e psicólogo francês, autor de livros como “Amar e ser amado: a comunicação no amor” (1990) e “A criança, o lar e a escola” (1991), ambos pela Editora Vozes.

1967, p. 05). Para além da idade biológica (que o ideal seria entre os 20 a 25 anos), deve-se colocar na balança a capacidade de ambos estarem preparados para um “noivado fecundo” e um “matrimônio feliz” (idem). Nesse sentido, não convém iniciar um namoro precocemente, durante a adolescência, período em que a personalidade ainda está imatura e não há uma intenção efetiva de se resultar em matrimônio.

A associação de um jovem e de uma jovem em idade adolescente, e que conservam uma amizade que se torna cada vez mais íntima, incluindo liberdades de ordem sexual, não pode ser um noivado; é, tão-somente, uma amizade com o propósito de novidade e excitação, que se apropriou de prerrogativas que não lhes pertence (idem).

Mesmo em um período em que a idade média para o casamento aos poucos aumentava, ainda era comum uniões com uma diferença idade expressiva entre o casal⁶⁹. Pinsky afirma que até meados do século XX havia uma intensa vigilância até mesmo na duração dos namoros, a qual “não pode ser longa a ponto de denotar falta de ‘intenções sérias’ (vontade de se casar), estas evidenciadas pelo noivado” (PINSKY, 2013, p. 482). E como produto de uma cultura religiosa bastante conservadora nos costumes, a revista *Mocidade* também traz essa percepção sobre a duração de cada etapa pré-matrimonial, que também não poderia ser demasiadamente breves – deve durar entre seis meses a um ano. É nesse momento que o noivo e a noiva têm maior possibilidade de observar se há harmonia entre ambos. Caso não se sintam aptos a levar uma vida conjugal feliz e harmônica, “é melhor um noivado rompido que um casamento fracassado”. A revista, de modo geral, mantém esse posicionamento ao longo dos anos. O cuidado em não incentivar relacionamentos (namoros e principalmente noivados) de forma irrestrita, de modo a preservar a juventude de um casamento infeliz, que pode vir a resultar em traições e divórcio, ambos fortemente condenados pelo discurso de *Mocidade*. Em suma, o noivado é definido como:

A associação de um m^oço e de uma m^oça que experimentaram uma afeição mútua, com o propósito sério de unir-se em casamento dentro de espaço de tempo mais ou menos curto. Isto é, o período de noivado encerra uma finalidade: fazerem os noivos o preparo indispensável - do ponto de vista do entendimento pessoal - para se darem em casamento com boas possibilidades de êxito e felicidade. [...] Que fazer durante o noivado? Sair, passear, conversar, visitar museus, assistir a concertos, examinar assuntos culturais e científicos, falar de interesses espirituais e religiosos, sentar-se no jardim, sonhar juntos, ir à casa da noiva, visitar a casa do noivo, discutir e aborrecer-se, reconciliar-se e muitas outras atividades. [...] O m^oço e a m^oça devem aprender a ajustar-se aos modos, ideais, esperanças e aspirações do outro (COLLINS, 1967, p. 05).

⁶⁹ Era comum que esse tipo de união (sendo ela formal ou informal) configurasse casamento infantil, quando uma das partes tem idade inferior a 18 anos. Essa é uma prática que persiste até os dias atuais e atinge sobretudo meninas, estando comumente associada à gravidez precoce e abandono escolar. Considerada uma violação dos direitos humanos pela ONU, o Brasil é ainda hoje um dos países com as maiores taxas de casamento infantil. Consultado em: <<https://nacoesunidas.org/artigo-casamento-infantil-o-que-falta-para-erradicar-essa-pratica/>>. Acesso em: 21/01/2020.

O noivado foi um assunto tratado com maior frequência partindo de 1958 e ao longo da década de 1960. A partir da década de 1970, com as transformações da sociedade e a forma de ver e viver as relações estando em constante contestação e transformações, a revista busca orientar a juventude sobre os cuidados que se deve ter durante o namoro. A pressão para sexo pré-matrimonial como um problema enfrentado pela juventude começa a se fazer mais presente nas páginas de *Mocidade*, comumente associado à maior liberação sexual e o advento da pílula anticoncepcional, que começa a ter seus impactos associados a gestações indesejadas, aumento das “doenças venéreas” e desvalorização dos votos de castidade durante o namoro.

Em “Namoro. Evolução ou decadência?” assinada por Azenilto G. Brito na edição de junho de 1979, diversas perguntas sobre o tema são respondidas por Luís Waldvogel⁷⁰ Para ele, se “observa hoje uma permissividade exagerada” com relação aos namoros. Em seu tempo de jovem, diversas restrições faziam parte do namoro, como o encontro só com portas entreabertas e sob supervisão dos pais ou de responsáveis, que podiam ser religiosos, professores ou diretores da escola. “Nessas circunstâncias, não havia intimidades, mas tão-só o diálogo que se constituía no principal modo de os jovens enamorados travarem conhecimento mútuo mais íntimo” (WALDVOGEL; BRITO, 1979, p. 05), afirma Brito, que ainda reforça o fato de que “o casal Waldvogel estar casado e ser muito unido há 55 anos talvez sirva para avaliar a eficácia do método” (idem). Para Brito e Waldvogel, a crescente influência do rádio, da televisão e das “leituras” tem contribuído para uma série de mudanças negativas na mentalidade e para a degradação da juventude. Elencam ainda os “efeitos da Pílula”, que para Tio Luis é “uma causa importante para a prática de relacionamento sexual pré-conjugal entre jovens namorados” (Idem, p. 06). Em sua interpretação, isso ocasiona resultados danosos a esses “jovens modernos”, como o “aumento de mães solteiras e dos filhos sem pai” (idem).

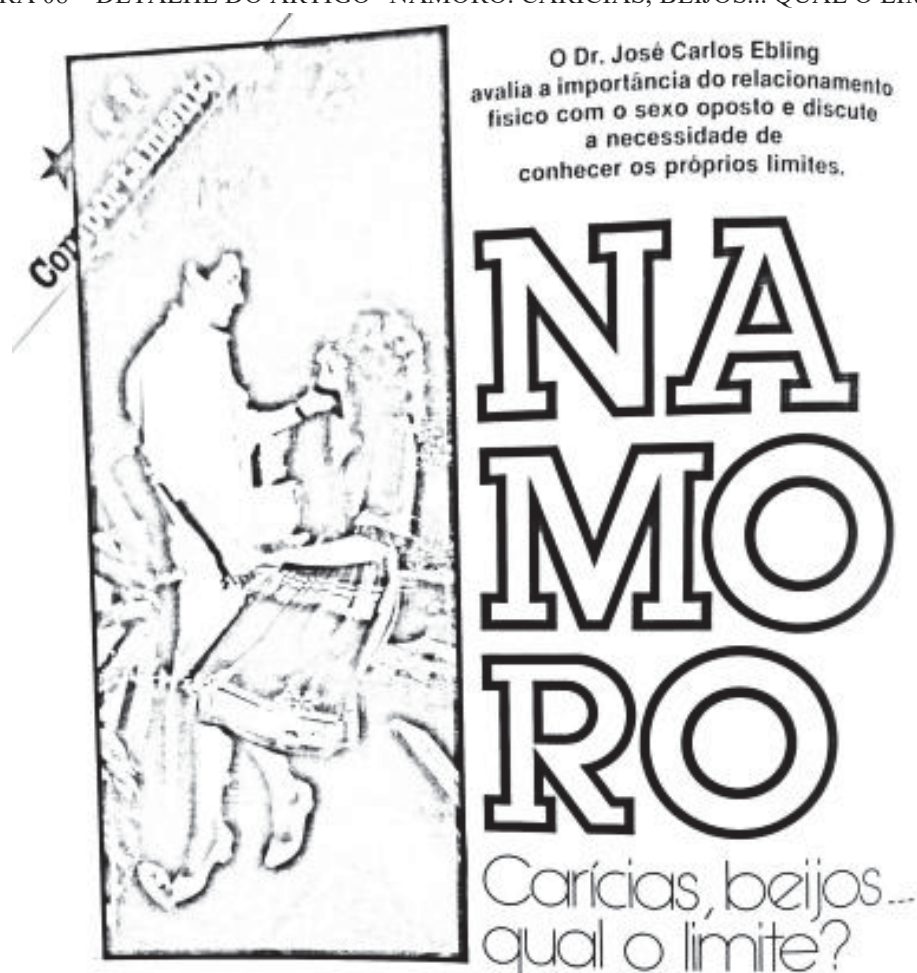
Essa “permissividade exagerada” também é amplamente abordada no artigo “Namoro. Carícias, beijos... qual o limite?”. Assinada por José Carlos Ebling⁷¹ e publicada na edição de março de 1983 com uma linguagem visual atrativa (FIGURA 08), o artigo propõe-se avaliar

⁷⁰ Pastor adventista, escritor, tradutor e redator, trabalhou por décadas na Casa Publicadora Brasileira. Assim como Dr. Belisário Marques, Luís (ou Luiz) Waldvogel é um nome frequente em *Mocidade*, publicando diversos artigos e respondendo às demandas acerca de relacionamentos amorosos, noivado, casamento e outras demandas do público leitor. Waldvogel também contribuiu com outros periódicos publicados pela editora, entre eles a *Revista Adventista*, sendo responsável pela seção “Consultório da Juventude”, na qual comumente era chamado de “Tio Luis”. E foi redator-chefe da revista *Vida e Saúde* entre as décadas de 1940 e 1960. Escreveu diversos livros, entre os quais “Matrimônio Feliz” e “Memórias de Tio Luiz”.

⁷¹ Professor universitário da rede adventista, publicou diversos livros sobre aconselhamento matrimonial e educação religiosa, entre eles “Namoro no Escuro” (1987) pela Casa Publicadora Brasileira.

“a importância do relacionamento físico com o sexo oposto e discute a necessidade de conhecer os próprios limites” (EBLING, 1983a, p. 10). Ebling faz referência a um “esquema” que gerencia as formas de contato entre duas pessoas⁷², no qual “o mais rudimentar contato físico entre duas pessoas estaria representado na extremidade esquerda do esquema como olhares” (idem, p. 11), um contato físico “bem inocente”. Na extremidade oposta do esquema está situada a relação sexual, “que é algo bellissimo criado por Deus e reservado por Ele apenas para o casamento” (idem). O problema dos casais é, segundo o autor, saber “traçar a linha divisória durante o namoro e o noivado” (idem). Afinal, “a região do consentimento é também a região do perigo e do arrependimento” (idem).

FIGURA 08 – DETALHE DO ARTIGO “NAMORO. CARÍCIAS, BEIJOS... QUAL O LIMITE?”.



FONTE: Biblioteca Pública do Paraná.

⁷² O qual é referenciado poucos meses depois (na edição de novembro de 1985) em outra revista publicada pela Casa Publicadora Brasileira, a *Vida e Saúde*. Curiosamente, o respectivo artigo - “Contatos físicos para desenvolver o amor” - já foi analisado por mim anteriormente. Ver: BACH, L.F.C.. Sexualidade, beleza e maternidade: O modelo cristão de mulher nos anos 1980 a partir da Revista Vida e Saúde. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia), História – Memória e Imagem, UFPR, 64 p., 2017.

De acordo com o autor, há em todas as pessoas um impulso interior que, se faltando autocontrole, levará um casal o mais “à direita” do esquema de contatos físicos (a relação sexual). Reconhecendo que no período contemporâneo ao artigo não se possa induzir que mesmo os jovens cristãos permaneçam apenas nos limites da troca de olhares até o dia do casamento, estes devem seguir alguns critérios e princípios, seguir de forma cautelosa nos contatos físicos. Sendo uma forma de comunicação, esses contatos não podem ser buscados apenas por que “é gostoso”, pois “quando isso ocorre, já não está havendo mais comunicação sadia e sim exploração” (idem). A orientação dada a quem está lendo o artigo é que:

No momento apropriado quando a vida e o coração de duas pessoas se tocam pode ser algo maravilhoso e belo estender a mão e tocar a mão do outro. Isso pode comunicar mais do que meras palavras e ambos percebem muito bem. Eles também podem perceber quando um está sendo usado para provocar sensações excitantes no outro. E quanto maior a sensação envolvida, mais grotesca estará sendo a exploração (idem).

Por isso, deve se valorizar os pequenos gestos, como os olhares e as mãos dadas, sem idealizar contatos mais íntimos como melhores, mais simbólicos, ou prova de amor. Quanto mais “à direita”, mais difícil de controlar. O autor alerta que frequentemente pessoas “bem-intencionadas” são levadas por essa força, e argumentam que não pretendiam fazer, que “sem querer, aconteceu”. Por isso, os/as jovens devem se manter “dentro de uma ampla margem de segurança” (idem), pois quando se passam os limites o relacionamento acaba se tornando puramente físico e “tocar o corpo um do outro se torna a atividade principal” (idem), arruinando o verdadeiro sentimento de amizade e amor que o casal sente um pelo outro. Desse modo, o para o autor, a relação interpessoal se torna uma exploração grotesca – algo negativo, feio, desprezível para ambas as pessoas envolvidas. Ebling explica ainda que

Quando a preocupação no namoro está excessivamente voltada para o aspecto dos contatos físicos, normalmente a amizade sofre e não cresce. A verdadeira amizade, seja no namoro, noivado ou até mesmo no casamento, é a que se desenvolve em vários aspectos. No aspecto social, espiritual, emocional, e não apenas no físico. Um namoro sadio e realmente maduro se desenvolve nesses aspectos. Os dois crescem socialmente, fazem novas amizades juntos, progridem no âmbito social em que se encontram, discutem assuntos espirituais e preocupam-se em como crescer espiritualmente. Eles falam sobre as emoções que possuem e os próprios sentimentos, procurando crescer na **expressão adequada de tais sentimentos**. Falam também sobre idéias e planos para o futuro a nível intelectual. **Um namoro é tudo isso e não apenas contato físico** (idem, p. 12, grifos meus).

Podemos observar que o discurso é de orientação, de uma *adequação* a determinada forma de compreender os relacionamentos amorosos e se relacionar. O autor ainda faz uma inserção sobre as diferenças entre homens e mulheres que se manifestam nos relacionamentos amorosos: “em geral, os rapazes se excitam muito mais rapidamente que as garotas” (idem), além de serem estimulados visualmente, diferente das mulheres. Para o autor, os contatos

físicos para os homens são motivados pela sensação de erotismo, enquanto as mulheres, pelo clima de romance. Isso faz com que inúmeras moças “se aventuram a algumas intimidades físicas pensando que a situação está sob controle” (idem), porém, o rapaz acaba por surpreendê-la com atitudes inesperadas e indesejadas. Por isso, “toda moça deveria sempre lembrar-se que ao se permitir certas intimidades físicas com um rapaz está normalmente predispondo-o e dando a impressão, às vezes falsa, de que realmente ele pode ir em frente pois ela está disposta a tudo” (idem, p. 13). Desse modo, o autor opta por culpabilizar a mulher por possíveis resultados indesejáveis que a permissão por parte da mesma com relação às investidas feitas pelos homens. O que sugere que até mesmo um estupro seria culpa da mulher.

Por fim, ele informa que “vários estudos” afirmam que as mulheres não se excitam com a nudez, mas são estimuladas sexualmente “por atos e palavras românticas, não eróticas” (idem), seu desejo sexual “deriva primeiramente de um sentimento de amor pelo rapaz” (idem) – bem como já foi observado nas matérias sobre instintos e “natureza” feminina ou masculina. Entoando os discursos proferidos intensamente em décadas anteriores sobre o cuidado que a jovem deve tomar para não ser “seduzidas” e acabarem cedendo antes da hora, o autor recai no argumento de que a mulher é a parte mais seduzível e mais propensa aos deslizos, mas que de forma ambivalente, é também aquela que provoca o rapaz, ainda que de forma não intencional, afinal, seu interesse maior está no cultivo do amor e não no desejo sexual. Conforme analisado por Pinsky, “as garotas desde cedo aprendiam que o casamento feliz coroado pela maternidade e um lar impecável é negado às ‘levianas’, as que se permitem ter intimidades físicas com homens” (PINSKY, 2013, 481). Ebling reforça que há uma diferença de perspectiva sobre essas situações entre homens e mulheres:

depois que o rapaz tem certas intimidades e se envolve em contatos físicos excessivos com determinada moça, pode abandoná-la e partir para nova experiência deixando-a decepcionada. A garota que pensa em conquistar o rapaz através de intimidades físicas, acaba perdendo-o pela mesma razão (EBLING, 1983a, p. 13).

O sexo como prova de amor sempre foi uma preocupação manifesta nas páginas de *Mocidade*. Em maio de 1967, a seção “Forum de Problemas da Mocidade” tratou desse problema enfrentado pelas jovens que “cedem às exigências íntimas dos rapazes” (S. V. C., 1967b, p. 17). De acordo com o artigo, uma vez rompida a barreira, é difícil resistir às novas tentações. Ceder a uma relação sexual prematura é, no discurso da revista, um comportamento de jovens que “se sentem inferiores, pouco populares” (idem). Quando namorando, ela pode mais facilmente ceder aos desejos do namorado e dar-lhe uma “prova de amor”, afinal, “a união física faz parte de um amor verdadeiro” (idem), mas nem sempre é compreendido seu

verdadeiro propósito: ser algo que só possa ser desfrutado em sua plenitude dentro dos contornos do matrimônio. O sentimento de amor não é razão suficiente para a entrega física, afirmam.

apesar dos que são favoráveis às relações pré-nupciais e das ‘uniões de ensaio’ para terem certeza de que ambos se adaptarão, continuam de pé as normas sociais, os princípios morais e os preceitos religiosos, que defendem o conceito da santidade do matrimônio. Não é possível violar estas disposições milenárias sem sofrer as consequências, em termos de isolamento social, de fortes sentimentos de culpabilidade e de uma vida conjugal infeliz. **As relações pré-nupciais comunicam uma idéia completamente deformada do que é o sexo.** Uma experiência ilícita produz culpa e a culpa inibe – posteriormente no casamento – as respostas sexuais espontâneas, por que inconscientemente o ato íntimo continua sendo considerado ilícito (idem, grifo meu).

São nesses termos que se sustenta o discurso de negação do sexo antes do casamento. A prática seria reflexo de uma insegurança e falta de autoestima da mulher. A pureza feminina é evocada como algo que deve ser preservado para o marido, parte de uma experiência maior que é o casamento. E o pedido de “prova de amor” feita pelo rapaz faz com que ele, na realização do ato sexual, perca a confiança na mulher, “naquela jovem que se lhe tornou tão fácil e a quem êle pretendia amar” (idem). Em contrapartida, não é mencionada a necessidade de o rapaz controlar seus instintos. Segundo o texto, “há sempre moços dispostos” (idem), afinal, a inclinação ao ato sexual é tida como inerente ao homem. Se um casal encontra-se em real compromisso com Deus, ele será guiado por um sentimento de amor verdadeiro e fé, mantendo sua pureza até o casamento.

3.3 O triângulo amoroso entre ele, ela e Deus

Já nas primeiras edições, *Mocidade* fala sobre a importância do “amor verdadeiro” no noivado e no casamento. Em matéria assinada por Artur Spalding⁷³ na edição de agosto de 1958, afirma que “nenhuma experiência que se tem na vida humana atinge as proporções da do matrimônio, em que duas pessoas de origem, natureza e educação diversas se unem na maior das intimidades, para juntas dirigirem para sempre o barco da vida” (SPALDING, 1958, p. 10). Dessa forma pressupõe, obviamente, o caráter vitalício da união. E com isso, alerta para os cuidados que os jovens cristãos devem ter ao longo do namoro e do casamento, com relação ao amor, não devendo ser tomados por impulsos comuns ao início de namoro. Sobre essa questão, o autor reforça que

⁷³ Artur W. Spalding (1877-1953) foi um religioso e missionário estadunidense. Participando ativamente da divulgação da mensagem adventista, faleceu em 1953. O texto de 1958 é atribuído a ele provavelmente por se basear em seus escritos, ainda que não identificados no artigo da revista.

A regra que devem seguir o moço e a moça em suas relações antes do casamento, é nunca dar nem receber carícias, beijos ou outra familiaridade. O primeiro beijo que for trocado deve ser o penhor do contrato de casamento. Por quê? Francamente e sem rodeios, pela razão seguinte: Êsses impulsos para o contato entre indivíduos elegíveis para o casamento são, em si mesmos, a aproximação natural para a união conjugal. Eles só pertencem a esposa e marido. Impossível é, para naturezas dotadas de normal sexualidade, com eles contemporizar sem despertar as paixões que nas relações legítimas, e quando devidamente dirigidas, são santas mas, do contrário, produtoras dos maiores males que o mundo conhece (idem, p. 11).

Observamos que o discurso da revista sempre se volta para o caráter “santo” do casamento. Mais do que uma união burocrática, é um matrimônio - a união entre um homem e uma mulher sob o olhar de Deus. Nesse período, já existiam preocupações com relação a maior liberdade de jovens, especialmente para as mulheres. Até porque é na década de 1950 que se evidenciam dois “tipos” femininos: a “boa moça” e a “garota fácil” (PINSKY, 2013, p. 480). Mas também há uma resposta dos setores mais conservadores da sociedade, em destaque o religioso, a esse comportamento mais liberado de algumas moças. Em *Mocidade*, declaram “confiança no propósito sincero de os moços e moças cristãos ficarem nas fileiras do exército de Jesus Cristo e, quer casados quer solteiros, manterem os princípios de verdadeira e cristã varonilidade e feminilidade” (SPALDING, 1958, p. 11).

Ao longo da década de 1960, diversas são as matérias⁷⁴ sobre casamento que se dedicam a mostrar formas de se adequar à vida matrimonial nos primeiros anos de casamento, o que pode vir a mudar na relação do casal do namoro e noivado para o matrimônio, as atribuições matrimoniais das mulheres e dos homens, comumente reforçando os papéis tradicionais de gênero. Numa relação dicotômica em que o homem é o *chefe da casa* e o “pai de família”, a mulher é a *dona de casa* e “rainha do lar”, a moça é cercada de características idealizadas como naturalmente femininas, tais quais a pureza, doçura, paciência e instinto materno, em contraposição às características consideradas tipicamente masculinas, como racional e provedor. Nesse período, segundo Cunha, ainda é possível observar “divisões rígidas de papéis e atribuições, valorização da virgindade, manutenção da dupla moral sexual, autoridade do marido sobre a mulher” (CUNHA, 2001, p. 202), algo bastante presente no cotidiano das mulheres na primeira metade do século XX.

Observamos a idealização de um destino natural da mulher – o casamento – e o qual tem seu grau de sucesso intimamente ligado ao êxito dela enquanto dona de casa. Em abril de

⁷⁴ Como exemplos, podemos citar “Um casal sábio”, da edição de julho de 1958 e “Quem deve manejar os cordões da Bôlsa? (sobre finanças domésticas), da edição de fevereiro de 1964. Além do Forum de Problemas da Mocidade, que aborda questões como “A Mãe ideal” (maio de 1964), “Duração da lua-de-mel” (janeiro de 1968) e “Quando casar” (outubro de 1967).

1963 no artigo de Haroldo Shryock⁷⁵ intitulado “Como Alcançar Êxito no Casamento”, ele declara que “cada jovem moça que pensa no matrimônio, forma uma ideia com relação àquele que será seu companheiro para o futuro. Começa a formar essa imagem em sua adolescência ou mesmo em sua infância” (SHRYOCK, 1963, p. 08). Com isso, fica em evidência esse pressuposto de que a mulher idealiza, desde muito jovem, a vida matrimonial, e seu par - sempre masculino. No decorrer do artigo, Shryock afirma que é preciso, contudo, deixar esse modelo imaginado de companheiro, pois ele terá defeitos assim como ela também os têm. Para o autor, “cada cônjuge deve aceitar o outro para o melhor ou o pior” (idem), desejando, por fim, que Deus dê discernimento aos jovens casais, para avaliar as diferenças que são sérias e as de pouca importância (idem, p. 15).

Em “A fusão da personalidade no casamento”, de abril de 1968 e assinada pelo mesmo autor, ele procura tratar das desilusões sentidas pelos cônjuges, passado os primeiros dias de casamento e a lua de mel. Ele argumenta que este é um período crucial, que determina o sucesso ou o fracasso do casamento. Após a lua de mel, o casal percebe que não poderá passar todo o tempo em companhia um do outro, começa a se questionar se a vida conjugal será um eterno romance, como no namoro e no noivado, ou será tomada pela monotonia. Durante o noivado, Shryock argumenta que “o jovem estava certo de que sua noiva não possuía os defeitos que observara em outras pessoas. Supunha que ele alcançaria êxito onde outras mulheres fracassaram” (SHRYOCK, 1968, p. 08). Porém, passado algum tempo, a mulher deixa de sorrir, cuidar da aparência. Além disso, ela também passa a ver defeitos em seu parceiro, e isso pode ser um sintoma de que o casamento não vai bem. Nesse sentido, ele faz um alerta direcionado às mulheres, dizendo que “se depois do casamento ela acha que já o ‘segurou’ e se considera, portanto, com **direito** de descuidar de sua aparência pessoal, existe o perigo de que a mudança o convença de que ela não possui os refinamentos que são símbolos da feminilidade” (Idem, p. 10, grifo meu). Nota-se aqui a atribuição do cuidado pessoal com o corpo e a aparência como intrínseco à feminilidade, devendo ser buscada e mantida por toda mulher que espera ser admirada e respeitada pelo seu esposo.

A idade certa para casar, bem como a diferença de idade entre o casal, é um assunto também recorrente na revista. Afinal, são fatores determinantes na relação interpessoal e pode acarretar conflitos entre personalidades muito distintas no decorrer da vida matrimonial. Além de aparecer com certa frequência em seções e artigos de perguntas e respostas como uma

⁷⁵ Edwin Harold Shryock (1906-2004) e foi um médico e escritor adventista estadunidense. Trabalhou por mais de 40 anos na Universidade adventista de Loma Linda. Nas décadas de 1950 e 1960 seus livros “O moço e seus problemas”, “a moça e seus problemas”, “Felicidade conjugal” e “Avenidas da Saúde” foram traduzidos e publicados pela Casa Publicadora Brasileira.

demanda do público, o assunto também foi tratado em “Forum de Problemas da Mocidade” de junho e outubro de 1967. Um dos argumentos utilizados pelo discurso de *Mocidade* é que as mulheres amadurecem mais rápido, e por isso uma diferença de poucos anos, sendo a esposa um pouco mais nova com relação ao marido, é o ideal. Contudo, pode haver problemas quando ela é mais velha, ou quando o marido é muito mais velho do que a esposa. No primeiro caso, corre o risco de a mulher desenvolver um tratamento “maternal” com relação ao homem, e também “o pretexto de sua maior experiência poderia ser usado para dirigir as atividades e dominar as decisões do espôso. Sendo o homem a cabeça natural do lar, esta atitude da espôsa, caso se concretizasse, poderia fazer perigar a felicidade do casamento” (MOCIDADE, n. 07, 1967, p. 16).

A revista estabelece como modelo que o marido seja de dois a quatro anos mais velho, sendo ambos maiores de 20 anos, quando a personalidade, segundo afirmam, estaria mais amadurecida. Por isso, os jovens casais devem sempre fazer uma boa avaliação sobre o momento certo para o casamento. Para além da personalidade imatura antes dos 20 anos, dificilmente *o homem* terá um emprego estável que garanta o necessário para manter as despesas da casa. “Noivos prudentes não se casam enquanto **o jovem** não souber realmente do que vai viver” (SHRYOCK, 1967, p. 17, grifo meu), declara Haroldo Shryock, que assina o texto “Quando Casar”. Observamos assim uma postura de reprovação ao trabalho feminino fora do âmbito doméstico. Mesmo que o trabalho assalariado tornando-se cada vez mais uma opção para as mulheres⁷⁶, a revista declara que ele não é a solução para os jovens casais adiantarem a data do casamento. Creem eles que as mulheres devem ser excepcionais na função inerente à natureza feminina: doméstica. Shryock declara admirar “as jovens que estão dispostas a realizar um trabalho duplo!” (idem). Porém, isso traz diversas complicações à vida matrimonial, afinal:

Quando uma mulher assume a função de mantenedora do lar, coloca-se na posição de ser a cabeça dêste. Esta situação anormal complica de certo modo os laços próprios do matrimônio. Não é fácil nem desejável a um jovem seguir atrás, enquanto sua espôsa vai à frente desempenhando o papel mais importante de velar pela manutenção da família (idem).

O tema da idade volta a aparecer em duas edições de 1985, nas matérias “Casei-me aos dezoito” e “A melhor idade para o casamento” de janeiro e maio, respectivamente. O primeiro artigo traz a história de uma jovem que, tomada por inseguranças pessoais, casou com o primeiro namorado, acreditando que este havia “nascido para ela”, mas vive uma vida infeliz por conta das diferenças de personalidade que se acentuaram ao longo dos dois

⁷⁶ De classe média e urbana, uma vez que o trabalho já era uma realidade há tempos para mulheres camponesas e pobres.

primeiros anos de casamento. Nesse período, o casamento com 18 anos (ou até menos) já era menos comum, se comparado ao período anterior.

FIGURA 09 – DETALHE DO ARTIGO “CASEI-ME AOS DEZOITO”.



FONTE: Biblioteca Pública do Paraná.

Além de trazer uma jovem aborrecida na foto de abertura (FIGURA 09)⁷⁷, há ainda o aviso da autora, afirmando que “jamais contaria isto se tivesse que revelar meu nome, pois a realidade é muito diferente daquilo que sempre conto aos meus amigos” (NAYLOR, 1985, p. 29). Phyllis Naylor⁷⁸, que assina o artigo, salienta ainda que para se casar a pessoa “deve ter suficiente confiança em si mesma e em seu futuro de tal modo que não precise agarrar-se com força às coisas – e pessoas – como se elas fossem a última oportunidade da vida” (idem, p. 30). Afinal, manter um bom casamento custa “muitíssimo caro”, e quando ele inicia permeado de dúvidas, é necessário “trabalhar cinco vezes mais para manter a união” (idem).

⁷⁷ Não foi possível identificar se a foto foi produzida pela autora do artigo ou pelo editorial da revista, ou se foi coletada em banco de imagens.

⁷⁸ Mesmo com a declaração de abertura do artigo, Phyllis Naylor não é um pseudônimo. Ela é uma escritora estadunidense nascida em 1933, autora de obras como a trilogia de livros infantis *Shiloh*. Cumpre salientar que na época de publicação do texto na revista *Mocidade*, Naylor já tinha 52 anos. Possivelmente, trata-se de um texto escrito por ela em data anterior ou baseado em escritos dela. Na biografia da autora, disponível em seu site oficial, consta que ela casou-se logo após terminar o colegial, corroborando com a história trazida no artigo de *Mocidade*. Disponível em: <<https://phyllisnaylor.com/full-bio/>>. Acesso em 26/08/2019.

Em conjunto ao artigo, há um questionário para testar se o leitor ou a leitora está preparado/a para o casamento, desenvolvido por Odilon Chaves⁷⁹. Quanto mais pontos forem feitos ao final do teste, mais apto/a você estará para o casamento. Uma vez que cada questão há três respostas possíveis, que variam entre 0, 25 e 50 pontos, é possível traçar o que seria a resposta ideal para cada item. Entre os temas abordados, há o tempo pelo qual conhece o/a noivo/a (a resposta esperada é “mais de dois anos”), o número de filhos pretendidos (cuja resposta esperada é de 1 a 4) e o significado de ser “cabeça da família”⁸⁰ (que espera a resposta “aceitar a autoridade amorosa e dedicada” do marido). Estes itens trazem respostas previsíveis, dada a orientação comportamental que o discurso da revista constrói ao longo dos anos de publicação.

Contudo, outras respostas trazem mudanças de percepções sobre alguns assuntos, como com relação à responsabilidade pelo lar, na qual a resposta “com ela” é a que menos pontua e a de pontuação máxima – portanto a ideal – seria “com ambos”. Isso reflete não apenas uma reformulação na visão cristã do papel da mulher com relação ao lar, mas também a instabilidade do próprio período, que vivenciava uma ampla recessão econômica. Há também a previsão de que, em alguns casos, o casal opte por não ter filhos, como é o caso da questão “Se vão evitar filhos”, cuja resposta de valor 0 é “não acham importante o método” e à de valor 50 é “já escolheram o método”. Essa questão reflete uma mudança com relação à maternidade compulsória, como destino natural da mulher, o diálogo sobre métodos contraceptivos entre o casal e, principalmente, a aceitação de métodos contraceptivos - que pode ou não abranger a pílula, mas que certamente abrange outros métodos para além da privação sexual (que de forma geral é vista como negativa para a vida matrimonial no discurso religioso adventista). Indo de encontro a essa questão, temos também a “Sexo para você é:” na qual a resposta ideal é “fundamental para a felicidade do casal”. Além disso, passa a ser considerado válido o trabalho assalariado da mulher como parte da renda familiar, uma vez que a questão “quem sustentará o lar financeiramente?” tem como resposta de maior valor “ambos” (CHAVES, 1985, p. 31).

⁷⁹ Não foram encontradas informações sobre o autor.

⁸⁰ Mesmo que não seja mencionado, a expressão faz referência ao trecho bíblico de Efésios 5:23: “Porque o marido é a cabeça da mulher, como também Cristo é a cabeça da igreja, sendo ele próprio o salvador do corpo” (BÍBLIA SAGRADA, 2010). No teste elaborado por Odilon Chaves, a resposta que renderia a pontuação máxima nessa questão é “ele assumirá a direção com amor e dedicação”. Não quer dizer que “ele vai mandar” ou tem mais responsabilidade que a mulher no casamento (CHAVES, 1985, p. 31).

Já o segundo artigo é um texto adaptado de um livro de Nancy Van Pelt⁸¹. A autora propõe um balanço entre a idade legal para o casamento e a idade que de fato o/a jovem está realmente apto/a. As mudanças de personalidade “põe em risco o casamento prematuro” (VAN PELT, 1985, p. 28-29), diz ela. Como já vimos em edições anteriores, permanece a ideia de que pouca idade é sinônimo de pouca estabilidade sentimental e maturidade. Para Van Pelt, “a idade de 22 para a mulher e 24 para o homem parece assegurar melhor sucesso” (idem). Ela alerta, ainda, para o crescente número de divórcios, bastante incidente em casos de casamento entre pessoas de pouca idade. O argumento de Van Pelt é que muitos adolescentes sequer escolheram casar, mas “foram forçados ou levados pela correnteza” (idem). Com isso, mostra também uma preocupação com relação à falta de planejamento familiar, por conta dos casamentos em decorrência de gravidez durante o namoro ou noivado, ou aquelas que ocorrem logo após o casamento, também não planejadas. Sobre esse tema, a autora não fornece uma solução ou formas de fazer com que o casamento tenha êxito e não acabe em divórcio. Mas alerta sobre problemas que resultam de gravidez e casamentos precoces, como a evasão escolar desses jovens e a dificuldade do marido em sustentar a família por falta de experiência profissional e formação educacional. Nota-se aqui a sustentação dos papéis tradicionais de gênero, segundo os quais o marido é o provedor, aquele que trabalha e sustenta financeiramente a esposa e filhos.

Com relação aos testes que se propõem a avaliar a aptidão para o casamento de leitores e leitoras da revista, ao menos mais dois são publicados em *Mocidade* na década de 1980. Em “Será que vai dar certo?” de dezembro de 1984 e sem autoria identificada, buscam mapear características necessárias na própria pessoa que está respondendo, a fim de afirmar se ela está ou não apta para o casamento. Entre as características positivas para um/a candidato/a ao casamento, destacam-se “levar a sério” o relacionamento com Deus, gostar de animais e crianças e os tratar com ternura, ser bem humorado/a e ter um bom relacionamento com a família. “Quando mais alto o índice de respostas positivas, mais madura e adequada está a pessoa para relacionar-se afetivamente com alguém do sexo oposto” (MOCIDADE, n. 12, 1984, p. 26).

Em outro teste de setembro de 1987, cujo autor é David P. Gammeli⁸², aparecem itens já observados em outros questionários, como idade mínima recomendada e a diferença de

⁸¹ Escritora recorrente nas revistas adventistas, como *Mocidade* e *Vida e Saúde*, abordando temas como amor, relacionamento e vida conjugal. Autora de diversos livros sobre aconselhamento familiar, conjugal e amoroso, teve algumas de suas obras publicadas pela Casa Publicadora Brasileira, como “O Namoro Completo”, “Lua de mel” e “Você está me ouvindo?”.

⁸² Não foram encontradas informações sobre o autor.

idade entre os futuros cônjuges; pretender ter filhos, afinal, “um dos propósitos básicos do matrimônio é a procriação” (GAMMELI, 1987, p. 07) e se conhece o cônjuge há mais de um ano. Contudo, outros tópicos interessantes são elencados, tais quais: o cônjuge ter boa aparência física, afinal, “terá que olhar seu cônjuge pelo resto de sua vida!” (idem); ser da mesma raça e nacionalidade, pois argumentam que “a diferença étnica e cultural contribui para que haja mais conflitos” e a necessidade de pertencerem à mesma organização religiosa, afinal, “a religião proporciona uma profunda reserva de energia ao matrimônio” e, além disso, “as diferenças de crenças e expectativas religiosas constituem uma fonte primária de conflitos no matrimônio!” (idem). Em ambos os testes, destaca-se a importância do cultivo de uma religiosidade cristã pelos pretendentes ao matrimônio. Mesmo que não seja tratado de forma direta, o jugo desigual é desencorajado. O incentivo é direcionado àquelas relações entre duas pessoas que “levem a sério” o relacionamento com Deus. Neste último teste, um ponto é concedido a quem pertencer a uma instituição religiosa, e mais um ponto caso o cônjuge pertença a mesma organização. Em caso de resposta negativa, perde-se um ponto, afinal, “as diferenças nas crenças e expectativas religiosas constituem uma fonte primária de conflitos no matrimônio!” (idem).

FIGURA 10 – ENUNCIADO DO ARTIGO “CASAMENTO É SORTE?”.



FONTE: Biblioteca Pública do Paraná.

A década de 1970 é marcada por uma nova perspectiva de abordagem com relação ao casamento por conta do aumento das taxas de “desquite” e da iminência da regulação dessas

separações através da Lei do Divórcio⁸³, que vem a ser oficializada em 1977. Em outubro de 1973 a reportagem especial intitulada “Casamento é sorte?”, assinada por Ivo Santos Cardoso, é carregada de forte linguagem visual (FIGURA 10), com a primeira página em fundo preto e em destaque para os votos matrimoniais feitos por um casal. Em seguida, anuncia dados do ano de 1969, no qual “23.086 homens e mulheres arrependeram-se da promessa feita diante do Juiz de Paz e separaram-se através de desquites e anulações” (CARDOSO, 1973, p. 05). Esses dados, segundo o autor, são relativos ao estado de São Paulo, mas essa realidade – do crescente número de separações – se replica em outros estados do Brasil e também em nível mundial.

O “drama das separações” é uma realidade não mais barrada pela moral ou princípios religiosos, afirma Cardoso. Para sustentar sua opinião, o autor busca opinião de pessoas como Silvia, uma mulher que se descreve como feliz em seu casamento que já dura 4 anos, e que argumenta que o fracasso de relações conjugais que terminam em desquite deve-se à falta de maturidade e ao despreparo dos jovens para o casamento. Silvia ainda direciona sua crítica principal às próprias mulheres, segundo a qual “muitas delas não sabem sequer o nome de uma verdura. Mesmo com dez empregadas é necessário que se saiba o que vai para a mesa e como é preparado” (Idem, p. 06). Para outro entrevistado, Valdemar, a principal questão que gera problemas nos casamentos é “a mentalidade liberal da juventude” no período, provavelmente se referindo às novas formas de se vivenciar o amor e a sexualidade no período, como o amor livre e o relacionamento aberto, e especialmente no caso das mulheres, que passam a reivindicar para si maior liberação sexual. De acordo com o autor, há problemas com relação à liberdade da juventude, bem como a falta ou mal preparo para o casamento.

[...] hoje é muito difícil escolher o par ideal, pois grande parte da questão está na orientação que os jovens recebem no lar. Fora dele os inimigos naturais da unidade da família são muitos. Para Maria Brito, está na escola parte desses inimigos, alguns dos quais são os próprios professores que “chegam a ensinar que família é coisa do passado, que tanto faz uma moça ter filhos sendo casada ou não...”. Silvia Zanforlin também lamenta a mentalidade de algumas moças que julgam perder a liberdade quando casam (Idem, p. 06-07).

Essa crítica feita à educação fora do seio familiar e, ainda que indiretamente, fora dos padrões cristãos busca responder às iniciativas de educação sexual nas escolas nesse mesmo período, propostas pelos movimentos feminista e LGBT sob uma perspectiva de gênero. Sob

⁸³ Aprovada em junho de 1977, a Lei nº 6.515/1977 foi oficializada não sem um amplo embate entre parlamentares e civis, divididos em divorcistas e anti-divorcistas. A Igreja Católica participou ativamente contra a regulação das separações, além do caso ser amplamente divulgado nos canais de mídia impressa. O principal argumento que figurava entre os conservadores e religiosos era com relação às representações cristalizadas de uma organização social, a sustentação dos papéis de gênero, da moral (principalmente feminina) e a dissolubilidade do casamento como pecado imperdoável, especialmente no catolicismo. Para saber mais: FÁVERI, 2007.

o olhar religioso, essa perspectiva nada mais faria do que ensinar aos jovens – e especialmente às moças – que sexo, monogamia, heterossexualidade e casamento não necessariamente são conceitos que caminham juntos. Em resposta à provocação feita no enunciado do artigo, vale dizer que nenhuma das pessoas entrevistadas considera o casamento uma questão de “sorte”. Mobilizar a opinião de “outros” que no fundo apenas servem para corroborar com a argumentação feita pelo próprio autor é uma prática recorrente observada nos artigos publicados em *Mocidade*. Geralmente são declarações feitas por profissionais reconhecidos socialmente, como um médico, professor, escritor ou psicólogo (e que se encontram em sintonia com valores conservadores dos costumes, defendidos pela moral cristã adventista); ou são feitas por pessoas comuns e identificadas apenas pelo primeiro nome – e que podem muito bem se tratar de pseudônimos ou declarações “inventadas”.

Cardoso ainda traz indica algumas cautelas que devem ser tomadas no período pré-matrimonial e também durante a vida conjugal. Para ele, faz parte do preparo o cuidado com relação aos namoros precoces, com as disparidades expressivas no âmbito social, econômico e cultural, com as intimidades em excesso e com os conflitos morais e religiosos. O autor traz, ainda, o comentário de um pastor adventista, José Nunes Siqueira, para o qual “um casal com ideais religiosos iguais e genuínos, boa saúde e nível cultural semelhante, tem boas razões para dar-se perfeitamente bem” (idem, p. 07). Por fim, salienta também que os mitos e fantasias do amor, como aquele “à primeira vista”, podem influenciar em uma escolha equivocada de companheiro ou companheira. Comum a outras edições, a reportagem é encerrada com um teste: “você está amando realmente?”, que aborda questões como a chegada repentina do sentimento de amor por uma pessoa, ciúmes e interesses em comum.

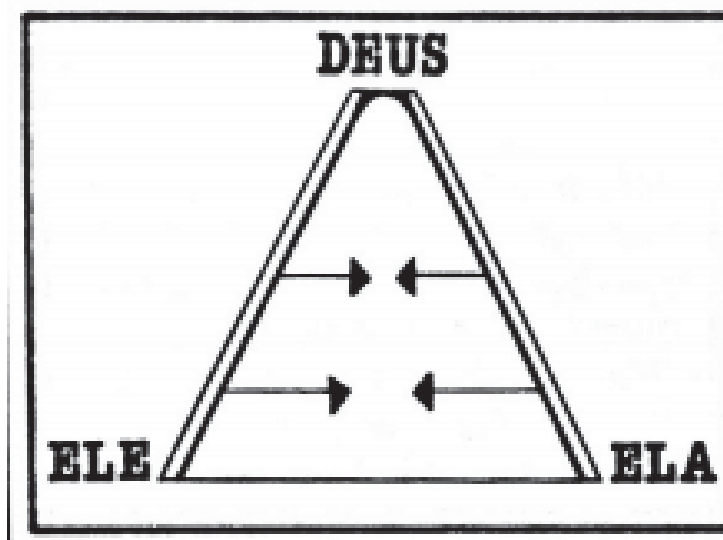
O ciúme é colocado já na década anterior como um dos grandes causadores do “desquite”, sendo tema da seção “Os 100 Problemas da Mulher” da edição de junho de 1964. Como o próprio nome já sugere, ele é tratado como um problema essencialmente feminino. Para além, fazem uma separação entre o ciúme legítimo, quando reflexo de uma traição, e o ciúme “tiririca”, que nada mais é que um vício da alma, uma “sêmi-enfermidade” (VILLARET, 1964, p. 06). Algumas das ideias articuladas no artigo são provenientes de uma escritora identificada como G. Simenon⁸⁴, para a qual a mulher ciumenta é um flagelo. Ela argumenta também que “a mulher ciumenta destrói a civilização; por causa dela é que existe o divórcio, e explodem dramas passionais... Não existem dramas nas famílias em que a mulher

⁸⁴ No artigo de junho de 1964, a autora faz referência a uma pessoa no feminino, identificada como "G. Simenon". Na tentativa de rastrear informações sobre esta pessoa, apenas foi encontrada referências ao escritor belga Georges Joseph Chistian Simenon (1903-1989), que escreveu inúmeros textos e livros ao longo do século XX. Portanto, não podemos afirmar se a autora do artigo estava se refere a ele ou a outra pessoa homônima.

não é ciumenta” (idem). O artigo indica ainda que a mulher é mais suscetível a ter ciúmes do que os homens, pois teriam mais a perder com a separação, pois fere a moral feminina. É também um sinal, segundo afirmam, de que a saúde está deficiente, devendo-se cuidar especialmente das mudanças de humor durante “a idade crítica” – a menopausa.

Como já vimos, nas páginas de *Mocidade* o casamento é enquadrado, antes de tudo, como uma instituição divina. E, sendo assim, deve ser indissolúvel. Na edição de setembro de 1982, o artigo “Casamento: um assunto sério” assinado por Eli Silveira Campos⁸⁵ faz referência a um “triângulo amoroso” (FIGURA 11) composto pelo marido, pela esposa e por Deus, que nada mais é do que uma fórmula ideal que “cimenta o casamento com a argamassa do amor verdadeiro e de alegria” (CAMPOS, 1982, p. 11). O casamento em comunhão com os princípios morais e cristãos torna-se matrimônio. Nesse esquema, quanto mais próximos de Deus, mais próximos o casal estaria próximo um do outro, e “essa é a verdadeira realidade que o casal cristão deve experimentar diariamente. Ao aproximar-se de Deus, o entendimento mútuo cresce constantemente” (idem).

FIGURA 11 – DETALHE DO “TRIÂNGULO AMOROSO” ENTRE ELE, ELA E DEUS.



FONTE: Biblioteca Pública do Paraná.

Belisário Marques, o responsável por responder inúmeras cartas no “consultório psicológico” de *Mocidade*, revela os “segredos” de um casamento duradouro na edição de janeiro de 1979, segundo o qual a instituição matrimonial, nesse período, estava passando por momentos de insegurança e temores, não só para quem já é casado, mas também aqueles e aquelas pretendentes ao casamento. Para Marques, na década de 1970 “o maior problema é

⁸⁵ Contribuiu com artigos para os periódicos da Casa Publicadora Brasileira, além de ser responsável pela diagramação da revista *Vida e Saúde* entre as décadas de 1970 e 1980.

que ninguém quer fazer compromisso” (MARQUES, 1979, p. 05). A assinatura dos papéis vem assustando a juventude, e por isso, ele rememora que “no tempo de Jesus Cristo não se assinava papel. O contrato era um contrato moral, de palavra” (idem) e assim deve ser primeiramente um compromisso moral. Belisário fala ainda que o divórcio não é a solução para a infelicidade, uma vez que a pessoa divorciada passa a se sentir pior do que antes. Para mais, “isso deixa na pessoa um certo trauma, uma certa marca, e a pessoa não quer passar por isso outra vez” (idem). Por isso, dificilmente essa pessoa será feliz em um segundo casamento. Motivo pelo qual também orientam os/as jovens a não investirem em relações com pessoas divorciadas.

Os problemas observados nos casamentos e os cada vez mais comuns “desquites” também são pauta de Nancy Van Pelt no mês de maio de 1984 e 1987, período em que além de regularizados, os divórcios são mais bem aceitos socialmente. Após trazer o relato de uma professora e palestrante – Ruth Peale⁸⁶ – que ao falar sobre o casamento para um grupo de jovens, foi surpreendida por uma série de críticas quanto ao valor do matrimônio e da castidade pré-matrimonial, ela fala sobre a completude do matrimônio e da “alta de divórcios”. Para Peale, o casamento é a maior carreira da mulher. Contudo, Van Pelt ressalta que para se ter um casamento feliz, devem-se juntar esforços de ambos os cônjuges: “o fato de um matrimônio se tornar uma bênção ou um tormento, depende inteiramente do casal envolvido” (VAN PELT, 1987, p. 06). Em contrapartida, ao passo que admitem a maior aceitabilidade do divórcio no plano social, apontam como um dos fatores de seu crescimento a facilidade com que se consegue o divórcio. Outro fator, segundo afirma Van Pelt, é a “deterioração da qualidade da vida familiar” (VAN PELT, 1984, p. 27). Para ela, não há mais vivência familiar conjunta, mas indivíduos cada vez mais isolados que veem o lar como um hotel, vivendo a vida fora dele. Os casamentos prematuros e a falta de estrutura para sustentar a vida conjugal são outros fatores que contribuem para o aumento de separações. Além disso, soma-se como fator relevante o declínio das “vivências cristãs”, o cultivo de uma vida religiosa. Ademais, ela alerta que “o divórcio é mais frequentemente uma fuga do problema do que propriamente uma solução” (idem), e é usado como uma válvula de escape sem que as pessoas envolvidas reflitam profundamente sobre suas consequências, ou realmente façam esforços para não chegar a esse infeliz resultado.

⁸⁶ Identificada pela autora apenas como esposa do Dr. Norman Vincent Peale (1898-1993). Este, por sua vez, foi um influente pastor e escritor presbiteriano estadunidense do século XX. Entre os livros publicados e traduzidos para português, destaca-se a obra “O Poder do Pensamento Positivo”.

A partir do que foi observado no discurso de *Mocidade* em suas seções, artigos e testes, o casamento deve ser permeado por respeito, amor, paciência, dedicação, companheirismo e uma vida sexual satisfatória a ambos. Quem se guarda até o casamento tem a “experiência completa” da relação sexual. O “fazer amor” de verdade. Porém, pouco se fala da experiência sexual quando o assunto é casamento propriamente dito, diferentemente das matérias sobre namoro e noivado, que buscam sempre apresentar os problemas acarretados pelas relações sexuais fora dos contornos matrimoniais e falar sobre a realização que é obtida quando praticadas no casamento. Nessa transição da tutela feminina do pai para o marido, as mulheres comumente são enquadradas como responsáveis por manter a harmonia do lar, a feminilidade inerente às mulheres e sua condição reservada aos espaços privados.

Algumas “regras” perpassam períodos e se cristalizam nas páginas da revista, como a necessidade do matrimônio como inerente à natureza humana e sua indissolubilidade, além de ser considerado uma experiência carregada de valor moral e religioso. Outras passam por adaptações, por pressões sociais ou demandas de leitores e leitoras atentas às novas formas de vivenciar o casamento, o trabalho e a vida sexual. Se até a década de 1970 o trabalho assalariado da mulher, como exemplo, era algo mal-visto no meio evangélico, a partir da década seguinte ele passa a ser mais aceito e estimulado, seja por uma pressão econômica, uma vez que o período foi bastante turbulento e considerado a “década perdida” no Brasil, seja por uma maior aceitação no meio cristão da figura da mulher que trabalha. A gestão da vida sexual do casal também passa por reformulações, pois num primeiro momento não se fala em controle/planejamento familiar ou métodos contraceptivos. Só na década de 1980 passa a ser mais do que aceito, mas também esperado dos casais, especialmente dos recém-casados – ainda que poucas sejam as informações veiculadas, pelo menos no caso da revista *Mocidade*.

Diferentemente do que vem sendo observado no cenário político atual, com lideranças evangélicas e católicas militando ativamente por uma interferência religiosa no Estado, o período vivido entre a passagem da década de 1970 para a década de 1980 no Brasil foi acompanhado de mudanças em todos os aspectos da vida social, seja com uma sociedade mais permissiva em relação ao sexo, a televisão cada vez mais presente no cotidiano da população ou novas abordagens educacionais nas escolas, que fizeram com que os religiosos cristãos se sentissem marginalizados, “remando contra a maré” no que tange aos novos costumes. Sob o olhar religioso, essas mudanças implicaram diretamente na forma com que as pessoas – religiosas ou não – se relacionam com o mundo. Nesse cenário, as religiões perdem espaço em um contexto em que as pessoas estão, para elas, sucumbindo ao pecado e ao mundanismo;

e é em relação a essas mudanças que *Mocidade* busca trazer respostas e alternativas “seguras” à juventude.

3.4 Sexo: não aumente o fogo!

A partir do mapeamento das relações amorosas reconhecidas pelo discurso religioso na revista *Mocidade*, partimos agora para uma avaliação do discurso sobre a relação sexual em si e o modelo de educação sexual proposto para a juventude pelo periódico. Abordaremos os argumentos utilizados com intuito de convencer os e as jovens a não terem relações antes dos votos de casamento, o valor atribuído à virgindade e à pureza, o desafio da castidade e as consequências morais acarretadas por uma relação sexual prematura, como o arrependimento e a infelicidade. Intercalando com artigos sobre amor, noivado, casamento, surgem as matérias que procuram frear a juventude que está cada vez mais exposta às novas possibilidades de vivências sexuais, sobretudo para as mulheres, como as práticas de amor livre e os relacionamentos abertos. A liberação sexual e a chegada da pílula anticoncepcional, como veremos, são apontadas como fatores causadores dessa mudança no comportamento da juventude com relação às práticas sexuais e à própria sexualidade, consideradas imorais e irresponsáveis.

Colocar a sexualidade em discurso é um fenômeno observado por Michel Foucault. Segundo o filósofo, a partir do século XVIII há uma mudança no discurso sobre sexualidade, há uma incitação aos discursos, “em torno e a propósito do sexo há uma verdadeira explosão discursiva” (FOUCAULT, 1999, p. 21). Nesse período, uma transformação significativa no meio cristão foi a instituição da confissão aos fiéis. Podemos traduzi-la, nas palavras de Foucault, como um projeto de “colocação do sexo em discurso” (idem, p. 24). A repressão sexual e o falar sobre sexo tomam novos contornos, que visava uma tarefa frequente e permanente “de dizer, de se dizer a si mesmo e de dizer a outrem, o mais frequentemente possível, tudo o que possa se relacionar com o jogo dos prazeres, sensações e pensamentos inumeráveis que, através da alma e do corpo tenham alguma afinidade com o sexo” (idem). Assim, tudo o que se faz, pensa, ambiciona com relação ao sexo tem a obrigação moral de passar pela palavra, de se fazer discurso. Contudo, a tese central de Foucault é que essa repressão sexual, esse poder exercido sobre o sexo, não é necessariamente negativo, mas produtor, multiplicador de sexualidades dissidentes à norma.

Além disso, há um interesse público na administração do sexo, pois cada vez mais se faz necessário a administração de um povo enquanto população, através do controle de

natalidade, mortalidade, planejamento familiar, saúde, alimentação, habitação. De acordo com Foucault, no cerne deste problema de estado, econômico e político, encontra-se o sexo. Por este motivo, é necessário analisar dados como “a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecundas ou estéreis, o efeito do celibato ou das interdições, a incidência das práticas contraceptivas” (idem, p. 28). Surge assim a análise das condutas sexuais da população, suas incidências e efeitos, que perpassam o econômico e o biológico. O discurso sobre o sexo passa a ser construído não apenas pela Igreja Católica, mas também pelo Estado, pela medicina, pela ciência. Assim, o século XIX assiste a uma “medicalização”, higienização e cientificização do discurso sobre o sexo. Para Foucault, “não se fala menos do sexo, pelo contrário. Fala-se dele de outra maneira; são outras pessoas que falam, a partir de outros pontos de vista e para obter outros efeitos” (idem, p. 29-30).

O desenvolvimento do dispositivo da sexualidade, de uma *scientia sexualis*, no século XIX possibilitou o triunfo de uma “instância soberana dos imperativos da higiene, somando os velhos medos do mal venéreo aos novos temas da assepsia, os grandes mitos evolucionistas às modernas instituições da saúde pública” (idem, p. 54). Seu objetivo era tanto “assegurar o vigor físico” (idem), como também “a pureza moral do corpo social”, marginalizando “os portadores de taras” e os degenerados; “em nome de uma urgência biológica e histórica, justificava os racismos oficiais, então iminentes. E os fundamentava como ‘verdade’” (idem, 54). Paradoxalmente, segundo Foucault, o desenvolvimento dessa *scientia sexualis*, “guarda como núcleo o singular rito da confissão obrigatória e exaustiva, que constituiu, no Ocidente cristão, a primeira técnica para produzir a verdade do sexo” (idem, 66-67). Para ele,

não se trata somente de dizer o que foi feito - o ato sexual - e como; mas de reconstituir nele e a seu redor, os pensamentos e as obsessões que o acompanham, as imagens, os desejos, as modulações e a qualidade do prazer que o contém. Pela primeira vez, sem dúvida, uma sociedade se inclinou a solicitar e a ouvir a própria confiança dos prazeres individuais (idem, p. 63).

Isso constitui o que Foucault chama de *vontade de saber* relativa ao sexo. Mas foram necessários novos procedimentos para adaptar os rituais de confissão estabelecidos no século XVIII aos “esquemas da regularidade científica” (idem, p. 64). De acordo com Foucault, foram nomeadamente a codificação clínica do “fazer falar”, isto é, “combinar a confissão com o exame, a narração de si mesmo com o desenrolar de um conjunto de sinais e de sintomas decifráveis” (idem, p. 64); a causalidade, “o dever de dizer tudo e o poder de interrogar sobre tudo” (idem, p. 64); o deslocamento da confissão, integrando-a “a um projeto de discurso científico” (idem, p. 65); o método da interpretação e produção da verdade e a “medicalização

dos efeitos da confissão” (66). Nesse contexto, o foco de tratamento deu-se em quatro grupos estratégicos, que “desenvolvem dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo” (idem, p. 99): a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer perverso.

Diante disso, é pertinente olharmos para o discurso religioso sobre a sexualidade. Ellen G. White colocava todas as sexualidades dissidentes à norma heteronormativa como perversões sexuais – homossexualidade, masturbação e abuso de crianças era colocado num mesmo “pacote”. Isso é, até certo ponto, reproduzido em *Mocidade*; ao menos com relação às duas primeiras “perversões”, que são encaradas como “desvios”. Em contrapartida, tanto nos escritos da profetisa quanto no periódico, o prazer sexual não é algo condenado, nem direito unilateral do homem. Veremos a partir daqui como a revista articula seu argumento sobre o sexo e a repressão sexual, colocando-os em discurso a fim de fazer a manutenção de um modelo cristão de sexo – hétero e cis normativo, monogâmico, limitado aos contornos matrimoniais – a partir do dispositivo da sexualidade.

Em outubro de 1989, a revista publica o artigo “Como fazer Amor”, que busca mostrar as diferenças entre o “fazer amor” e o “fazer sexo”. Christopher Blake, autor do texto, começa enfatizando que o “fazer amor” é muito mais do que só “fazer sexo”. Além disso, diz respeito a uma experiência completa, muito maior que o ato sexual em si e reservada apenas ao casamento. Para o autor, o amor só é feito de fato quando há responsabilidade, e o ato sexual é algo maravilhoso, mas pode ser frustrante e vazio “quando praticado sem a seriedade do matrimônio” (BLAKE, 1989, p. 07). Nesse sentido, Blake adverte que “quando um rapaz e uma moça fazem sexo fora do casamento eles estão fazendo alguma coisa mais. Estão fazendo lágrimas, estão fazendo mentiras e estão fabricando culpa e remorso. Tudo isso acompanha o sexo que é praticado sem a responsabilidade e os compromissos do amor” (idem).

Isso ilustra o que foi os anos 1980 na revista *Mocidade*, que publicou diversos artigos e reportagens especiais com títulos que remetem a questões como “por que não agora”, “por que esperar”, “fui longe demais”, e que procuram construir um discurso para “segurar” a juventude com relação ao sexo pré-matrimonial e barrar as “ondas de novas ideais” que correm pelo âmbito social, cultural e midiático no período. A revista foca, assim, na ideia de preparação (da juventude), contenção (no namoro e noivado) e a promoção (da relação sexual “completa” vivenciada apenas no casamento). Se nos anos 1960 a preocupação maior era com a orientação sobre as etapas de namoro, noivado e casamento, a partir da década de 1970 há uma maior vigilância no que diz respeito às relações sexuais. Com o crescimento de casos de

doenças transmitidas por via sexual, a chegada dos anticoncepcionais, o discurso sobre o amor livre, o sexo torna-se a preocupação central do discurso da revista com relação à juventude.

Em abril de 1983 José Ebling publicou o texto “Sexo: não aumente o fogo”, afirmando que o mesmo pode ser um “agravante das relações entre o homem e a mulher” (EBLING, 1983b, p. 06), isso por que muitos jovens estão “aumentando o fogo” na hora errada. Logo na abertura do artigo, é mostrada a imagem (FIGURA 12) de um casal num momento de troca de carinhos, entregando-se aos contatos físicos e sorrindo. Logo abaixo, mostra outro casal “apagando o fogo” e aparentemente divertindo-se.

FIGURA 12 – ABERTURA DO ARTIGO “SEXO: NÃO AUMENTE O FOGO”.



FONTE: Biblioteca Pública do Paraná.

Ebling declara que “o jovem que decidiu manter-se puro e continuar reservando as intimidades sexuais apenas para o casamento, não tomou uma decisão fácil”, afinal, “os instintos sexuais são fortes, reais, e não desaparecem a apenas uma ordem” (idem, p. 07). Por isso, devem ser evitadas as situações que colocam o/a jovem perto de “cair em tentação”,

aplicar freios e “controlar-se para não ir a extremos” (idem). Essas situações são mencionadas pelo autor, como conversas sobre assuntos sexuais, uma vez que elas são “um forte elemento de excitação”, carícias abaixo dos ombros, pois “rapidamente levam ao ponto de não-retorno” e ficar muito tempo a sós com o namorado ou namorada, já que “a privacidade e o tempo em grande quantidade são indispensáveis para que duas pessoas tenham intimidades físicas intensas chegando à relação sexual” (idem). Além disso, submeter-se aos efeitos de drogas e bebidas alcoólicas também pode trazer consequências graves, pois leva a pessoas a se envolver “em intimidades físicas excessivas” e “afeta o funcionamento da consciência levando a pessoa a fazer coisas que não pretendia” (idem). O autor fala ainda, com direito a um breve relato pessoal, sobre a tarefa dos “pais cristãos” de não deixarem os jovens casais a sós, a fim de evitar situações que os exponham a possíveis intimidades físicas excessivas, que pode ocasionar até mesmo a “destruição do namoro” (idem). Pais e mães não devem ser considerados antiquados ou excessivamente desconfiados por vigiar os filhos e filhas. Afinal, a desconfiança não está neles, mas sim na natureza humana. E quando colocados em situações propícias, podem “facilmente ser levados a extremos” (idem).

Ebling prossegue o texto argumentando o porquê da necessidade de se falar sobre o assunto, que para muitos é “algo natural”. “Baseado em informações bíblicas, teológicas e científicas, além de observações práticas” (idem), sem especificá-las, o autor comenta que o sexo na hora errada acarreta prejuízos para ambos, moços e moças, mas “entregar-se a intimidades sexuais antes do casamento” (idem, p. 08) tende a afetar mais o lado feminino. Em seguida, ele lista as principais consequências: enquanto o rapaz se gaba da aventura sexual, a moça perde o respeito próprio; ela se torna desqualificada para o casamento, afinal “ainda hoje os rapazes consideram a virgindade como característica importante na garota com quem pretendem casar” (idem); o escândalo social, comentários desagradáveis e “o vexame quando há gravidez pré-nupcial” (idem); o abalo no relacionamento, que se prolonga até mesmo após o casamento, uma vez que “muitos maridos acabam questionando a fidelidade e sinceridade da esposa, usando como argumento, pretexto e razão para duvidar da idoneidade dela o fato de ela se ter permitido, antes do casamento, intimidades sexuais” (idem).

Para Ebling, o homem também sofre algumas consequências morais por conta de um contato íntimo antes do casamento. Ele declara que a sociedade ocidental e seus “ambientes seculares” tende a exaltar as aventuras sexuais dos rapazes, motivando-os a sentir orgulho de seus atos. Porém, o resultado pode ser tão negativo quando é para as moças, como o desenvolvimento de um auto-centrismo, egoísmo e desrespeito consigo e com relação ao sexo oposto; afeta o casamento futuro e a saúde mental; destruição da “resistência moral” e dos

valores de uma garota, tornando-se manipulador. O autor afirma que “grande parte dos homens volúveis e até mesmo alguns que se dizem cristãos sofrem a tentação de verem todas as pessoas do sexo oposto como objetos sexuais” (idem) e considera isso algo lastimável. Em compensação, o autor declara que mesmo sendo um pecado que deixa marcas permanentes, o moço pode ser “curado e restaurado pela graça perdoadora de Deus, como qualquer outro pecado” (idem). Perdão este que não é mencionado pelo autor ao falar das consequências trazidas às moças, mesmo que na retórica cristã não haja pecado grave demais que não possa ser perdoado por Deus.

O assunto permeia de forma bastante semelhante outros artigos, tais quais: “Sexo. Se a gente se ama, por que esperar?” de maio de 1983, “Sexo. Por que não agora?” de julho de 1984, “Somos noivos. Por que esperar?” de setembro de 1987 e “Por que não ir longe demais” de julho de 1988. A primeira enuncia o sexo antes do casamento como “um procedimento que parece cada vez mais natural, atropelado por uma avalanche de permissivismo que tenta demarcar novas fronteiras no terreno dos costumes” (EBLING, 1983c, p. 06). Mas se questiona quanto às consequências e se de fato essa prática compensa. Assinada também por José Ebling, ele recorre novamente à bíblia e à tradição cristã, alegando que estas “têm ensinado que o sexo deve ser reservado apenas para o casamento”, e que vale a pena esperar o momento certo para vivenciá-lo. De acordo com Ebling, para além do peso moral, há também razões práticas pelas quais deve ser esperado: o ato sexual antes do momento certo pode levar à indisciplina e aos excessos sexuais dentro do casamento; pode “se tornar uma força que uma antes do tempo” (idem), na forma de compromissos prematuros; pode levar à promiscuidade sexual; pode se fazer perder o valor simbólico da cerimônia matrimonial e, ainda, levar à uma gravidez indesejada.

Quanto ao último argumento, o autor ainda faz uma ressalva, destacando que o surgimento da pílula anticoncepcional fez com que esse argumento fosse invalidado para algumas pessoas. Contudo, isso não diminuiu os casos de gravidez não planejada. As jovens que tomariam a pílula – separadas por Ebling em dois grupos: “as que não pretendem se envolver em atividades sexuais, e as que desejam manter uma imagem interna de inocência” (idem) – seriam as vítimas mais recorrentes da gravidez pré-matrimonial. Com isso, induz a leitora a pensar que o método causaria uma falsa sensação de controle da situação, e que ele não é sinônimo de garantia de proteção, caso haja a relação sexual.

O segundo artigo fala sobre o benefício do sexo dentro dos contornos matrimoniais. O seu autor, Paulo Pinheiro, comenta que se antes o sexo era um tabu, mantido pela Igreja Católica como um assunto “impuro e pecaminoso”, ele hoje é tema da ciência, dos filmes e

até da sala de aula. No entanto, ele não pode ser praticado deliberadamente, fora do casamento, sem que haja consequências. Só o matrimônio proporciona um ambiente confortável, pois nele “não há pressa, não há medo de ser descoberto, não há temor de estar sendo traído ou deixado em apuros pelo outro, não há medo de uma gravidez como resultado” (PINHEIRO, 1984, p. 29), e há o alcance pleno do prazer sexual sadio, afinal:

Deus mesmo é a fonte de todo verdadeiro prazer, assim como Ele é a origem do amor, da beleza e da harmonia. Deus quer que Suas criaturas apreciem a vida. O prazer procurado de maneira divinamente designada é livre de vergonha e culpa. O esforço dedicado para tornar feliz um casamento será recompensado, entre outros modos, por maior satisfação nas relações sexuais (idem).

O terceiro artigo citado também procura atribuir a um ser divino o impulso e o prazer sexual. Alf Lohne⁸⁷, seu autor, segue na mesma linha que os artigos anteriores, penalizando casais que se envolvem sexualmente antes do casamento. Para ele, “se a compreensão e o respeito não existirem antes que a relação sexual entre em cena, é altamente duvidoso que os adquiram depois” (LOHNE, 1987, p. 28). Outro problema é o argumento utilizado no período que um casal com vivência sexual antes do casamento tem mais chances de dar certo, mas, para o autor, isso é “altamente questionável”, uma vez que “estudos sobre o assunto mostram que o histórico desses casais não apresenta nenhuma vantagem sobre os que seguem a norma cristã tradicional” (idem). Isso revela como, não só Lohne, mas diversos outros autores que escrevem para a revista, fazendo referências a “estudos científicos” quando lhes é conveniente para corroborar a mensagem que querem transmitir e deslegitimar opiniões contrárias ao pensamento adventista. Vale ressaltar que neste caso, bem como na maioria das outras citações feitas de “estudos científicos”, dificilmente eles são devidamente referenciados e passíveis de serem localizados na íntegra para verificação de informações ou de métodos utilizados para chegar às conclusões citadas.

Ele comenta também sobre a falsa ilusão causada pela pílula. Se antes o receio de uma gravidez indesejada evitava que os namorados vivessem como casados antes da cerimônia, a pílula reduziu expressivamente esse medo. Porém, nenhum método é 100% eficaz, “e as centenas de indesejadas e não planejadas gestações entre essas mulheres, provam essa afirmação” (idem). Por isso, de todo modo é uma relação arriscada. Mesmo que haja maior incentivo a “atitudes liberais”, Lohne reprova de forma enfática, alegando que não há ideias “mais falsas e enganosas” do que acreditar que o sexo antes do casamento é benéfico ao casal. Para Lohne, “o teste antes do casamento não é no aspecto físico. É na área do caráter e da personalidade” (idem, p. 29).

⁸⁷ Pastor escandinavo, autor do livro “O Amanhã Começa Hoje”, traduzido e publicado pela Casa Publicadora Brasileira.

O quarto e último artigo, escrito por Osvaldo Gallino⁸⁸, elenca diversas respostas à pergunta de muitos/as jovens: por que não ir longe demais, com relação à experiência sexual antes do casamento? Suas ideias estão em confluência com os outros autores, como o problema com relação aos anticoncepcionais; a condução a um compromisso imaturo; a insegurança, desconfiança e a falta de respeito que ela gera entre os envolvidos. Ele alega ainda que o fato de “ceder” antes da hora significa “exceder” depois, ocasionando desvios sexuais. Ademais, mesmo com o uso dos anticoncepcionais, há quem vai “longe demais”, e com o surgimento da pílula, as jovens deram “as boas-vindas a uma nova era de experimentação sexual livre e despreocupada” (GALLINO, 1988, p. 28). Sobre isso, Gallino reforça que fazer uso de anticoncepcionais não deve querer dizer que a moça está disponível, e faz um alerta para aquelas que se rendem a um contato físico mais íntimo que uma gravidez pode ocorrer “por estreito contato genital mesmo que sem penetração” (idem, p. 29); ainda que a possibilidade nesses casos seja reduzida, “não sei se você se atreveria a correr esse risco” (idem), completa.

Ele também alega que quando o namoro ou noivado é permeado pela relação sexual, ele acaba se resumindo apenas a isso, há um monopólio da atenção mútua do casal para o ato sexual: “uma vez aberta a porta da intimidade física, seu atrativo faz com que ela monopolize boa parte do tempo que o casal passa a sós” (idem). Por conta disso, o diálogo, que seria tão essencial para um casal que pretende se unir em matrimônio, “se ressentido ou desaparece”. Além do mais, “a relação exige cada vez mais satisfação física, e deixa pouco tempo para deter-se na consideração das personalidades” (idem), estas que de acordo com o discurso da revista necessitam de uma boa avaliação e conhecimento mútuo para que o casal avalie se há compatibilidade.

Angústias por ter ido longe demais podem ser observadas na revista em reportagens que trazem depoimentos reais e também na seção “Você Pergunta”, relatadas sempre por mulheres que foram “enganadas” por um falso amor. Elas têm por objetivo mostrar, antes de qualquer coisa, como moças ingênuas, seguidoras dos princípios morais e religiosos, podem ser levadas a situações pelas quais nunca imaginaram passar, servindo de alerta para leitoras que acreditam ter tudo sob controle, mesmo permitindo que alguns limites sejam ultrapassados no namoro e noivado. “... E Fui Longe Demais” conta a história de uma jovem de 15 anos, que relata em primeira pessoa seu namoro com um rapaz que já tinha namorado outras garotas, e para o qual ela não conseguia dizer “não”. Depois de muito tentar “segurar”

⁸⁸ Teólogo argentino e adventista. É redator, editor e tradutor da Asociación Casa Editora Sudamericana, editora adventista argentina.

os limites com o rapaz, ela acabou cedendo, mas quando isso ocorreu ele “mostrou-se quase desapontado”, pois esperava que ela fosse mais forte para controlar os contatos íntimos. Com isso entrando em cena, segundo relata, ela percebeu que a conversa e o amor ficaram de lado no relacionamento, e que as brigas aumentaram. Quando foram “até o fim” pela primeira vez, ela relata que foi muito bom momentaneamente, mas “percebendo o que acabávamos de fazer, fomos fervorosamente pedindo perdão e uma nova oportunidade. Mas o mal já estava feito. Nas próximas vezes que as emoções se exaltaram nós não as freíamos [sic] porque não podíamos ou não queríamos” (... E FUI LONGE, 1983, p. 31). Isso fez com que, com o tempo, eles perdessem o respeito um pelo outro, e “amor começou a se desgastar. Havíamos compartilhado tudo, e como éramos muito jovens para nos casarmos, nosso relacionamento perdeu a graça” (idem), levando ao fim do relacionamento.

Com isso, a revista busca trazer um exemplo pedagógico para as leitoras que acreditam ter tudo sob controle com relação aos contatos íntimos com o namorado ou noivo. Nem sempre basta que sejam assiduamente religiosas, acreditando que se pedirem perdão resolverão seus problemas após o pecado ter sido cometido. Quem o pratica uma vez, não conseguirá se segurar nas próximas vezes. Esses exemplos também são trazidos na seção “Você Pergunta”, uma vez que elas são selecionadas previamente e não isentas de intenções por trás dessa seleção. Em setembro de 1984, outro caso de uma jovem que “foi longe demais” é trazido às páginas de *Mocidade*. Segundo a moça, nascida em um lar cristão (sem especificar qual igreja), ela não se sente perdoada por ter cedido ao namorado, um rapaz que já era “experimentado na vida” (MARQUES, 1984, p. 11).

Ela se lamenta que no início “foi até bonito”, mas que o rapaz queria mais do que ela estaria disposta a dar. Após atingir um ponto das relações íntimas ao qual não queria ter chegado, ela foi tomada por um profundo arrependimento: “isso me machuca, me perturba o tempo todo. Não me entreguei por completo porque desejo me manter intacta até o casamento. Mas acontece que foi um namoro sujo, fora dos padrões bíblicos”. Nesse sentido, engana-se a jovem que pensa que só porque “não foi até o fim”, ela não será afetada pelo sentimento de culpa e remorso. O certo é não ultrapassar nenhum limite com relação aos contatos íntimos. Pois ela pode acabar desenvolvendo uma repulsa por si mesma e não conseguir alcançar a plenitude nas relações íntimas que é reservada apenas à vida matrimonial.

Outro depoimento semelhante aos anteriores é partilhado na edição de agosto de 1989. “Perdi mais do que a minha virgindade”, narrado por Chyntia Wallace (de acordo com a revista, o nome é um pseudônimo, mas que se trata de uma história real), lista uma série de

consequências morais que a perda da virgindade fora do matrimônio pode acarretar às jovens. Após uma suspeita de gravidez, o descaso do namorado e a cogitação de um aborto, a jovem argumenta que, com frequência, se “ouve pais, pregadores e professores falando dos perigos da prática sexual antes do casamento” (WALLACE, 1989, p. 12), citando quase sempre a aids⁸⁹ como “primeira evidência contra o comportamento promíscuo” (idem). Porém, ela alega que nem sempre é só isso, se questiona se eles realmente sabem “o quanto custa isso a uma garota – mesmo dentro de um relacionamento estável?” (idem), seguindo da lista de “o quanto custou” para ela: perdeu o “amigo mais íntimo” que era o namorado; perdeu a família, pois ao esconder o que vivenciou dos familiares, a “felicidade e o relacionamento franco” com estes desmoronaram.

Além disso, perdeu também o “senso de identidade” e o respeito próprio; perdeu a vontade de se casar, pois acredita que nunca mais conseguirá se entregar “sem reservas” novamente e não será capaz de satisfazer seu parceiro sexualmente. Wallace relata ainda que perdeu “o único presente com o qual poderia demonstrar ao meu futuro marido que estava me entregando totalmente a ele – algo especial que era apenas seu, e que jamais pertenceria a outro homem” (idem). Reforçando assim, a valorização da virgindade feminina, a necessidade de se manter “pura” até o casamento, não tendo qualquer contato íntimo com outro homem que não seja o marido e, ainda, a ideia de que é algo pertencente, de propriedade do marido, a “primeira vez” da mulher.

Vale ressaltar aqui que esse tipo de história com fundo moral apontando para o arrependimento de ter feito sexo antes do casamento é sempre contada a partir de uma perspectiva feminina. Para além dos artigos, isso também se reflete nas cartas publicadas pela seção “Você Pergunta”, na qual as perguntas assinadas por homens relatam apenas problemas com timidez, dúvidas sobre decisões de vida (relacionadas à profissão ou estudos), insegurança em relação ao corpo, como em “Não sou feio. Mas tenho medo...” (MARQUES, 1981b, p. 16) ou sobre relacionamentos, como em “Não tenho assunto para elas...” (Idem, 1982c, p. 17). Alguns também relatam problemas amorosos com seus pares, tais quais “ela não gosta de carinho” (Idem, 1980b, p. 10) e “ela é muito ciumenta” (Idem, 1980c, p. 10), mas não entram em pauta problemas com relação ao sexo ou à transgressão dos limites para os contatos físicos.

⁸⁹ Trataremos o tema da aids com maior profundidade no Capítulo 4.

Em “Virgindade & Pureza. Ultrapassadas?”, a estudante Laura Herman⁹⁰ alega que a revolução sexual “fez suas vítimas”, incentivando jovens a experimentarem coisas reservadas a um momento específico da vida que não o período pré-nupcial, acarretando inúmeros casos de gravidez entre jovens solteiras. “De quem é a culpa, Senhor?”, ela se questiona, sugerindo que seja tanto “da geração que deseja tornar o sexo pré-nupcial tão comum como uma troca de presentes” quando de gerações anteriores, “que perpetuaram uma atmosfera de repressão sexual, sujeita a estourar um dia” (HERMAN, 1983, p. 13). Esta geração, que tratava o sexo como tabu, defendia o sexo apenas no casamento, o que mantém sua “áurea sagrada” (idem). Mais do que o silêncio, o problema maior é que a geração da década de 1980, estimulada pela revolução sexual da década de 1960, sacrificou isso “em nome do lema ‘se é gostoso, por que esperar?’” (idem).

Mesmo que no passado houvesse uma grande e negativa repressão, a geração de 1980 vive num mundo onde “as proezas sexuais são promovidas nos horários nobres” e a “libertinagem está na ordem do dia” (idem, p. 14). Contudo, Herman afirma que mesmo com toda a promoção do sexo na sociedade naquele período, é possível “nutrir um caráter puro”, pureza essa “que não nega a sexualidade humana” e que não termina no casamento, mas a realça. Mesmo parecendo ser mais fácil dizer “sim” ao invés do “não”, a juventude deve aceitar a liderança de Deus em suas vidas, pois “a pior coisa que pode acontecer a um cristão não é a gravidez, ou as doenças venéreas, ou o sentimento de culpa, ou os futuros problemas matrimoniais” (idem), mas sim, as consequências na relação com Deus.

Uma das poucas matérias que tratam especificamente da castidade no início da revista foi publicada no “Forum de Problemas da Juventude” de abril de 1967. O texto publicado busca responder o questionamento se a castidade é ou não prejudicial. Associando a castidade a uma questão masculina, afirmam que muito se difunde a ideia de que a castidade provoca enfermidades, mas isso não passaria de um preconceito. Para reforçar os argumentos em favor da castidade, a seção recorre a um professor universitário, João Augustin⁹¹, que argumenta que a castidade não só é possível, como também é “inofensiva e mesmo benéfica à saúde do homem, tanto em seu aspecto físico como no psíquico” (S. V. C., 1967a, p. 17). Ele ressalta ainda o equívoco em pensar que a castidade influencia na potência sexual do homem, pelo

⁹⁰ Identificada como “estudante do colégio União do Pacífico, na Califórnia, EUA” – instituição de ensino filiada à Igreja Adventista do Sétimo Dia. Trata-se, portanto, de artigo traduzido.

⁹¹ Identificado pelo autor como “professor universitário e diretor da sala de clínica médica do Hospital Ramos Mejia de Buenos Aires” (S. V. C., 1967a, p. 17).

contrário, “tudo se torna mais fácil quando temos convicções firmes e se dá um sentido espiritual à vida” (idem). Para outro professor, Marcial Quiroga⁹², o argumento é que,

do ponto de vista médico, todo ato sexual alheio ao âmbito conjugal, deve ser considerado uma possível fonte de contágio venéreo, não existindo meio algum profilático nem preventivo com a qual se possa, de maneira absoluta, garantir a indenidade ao expor-se alguém ao perigo (idem, grifo meu).

Essa visão negligencia o fato de que o contágio pode ocorrer mesmo entre pessoas casadas. O casamento não inibe a pessoa de ter, de forma “promíscua” ou não, ter sido afetado por uma “doença venérea”. Quiroga afirma, ainda, que as práticas sexuais antes do casamento são prejudiciais aos homens por conta do desperdício de sêmen, além de trazerem como possíveis consequências problemas psíquicos, depressão, esgotamento, perturbações e até mesmo a impotência, tornando-os “verdadeiros velhos prematuros pelo excesso sexual” (idem). Dessa forma, se estabelece como modelo que o homem cristão deve, assim como as mulheres, esperar para ter relações sexuais apenas no casamento.

Quase uma década depois, a reportagem “Amor, sexo, casamento”, publicada em janeiro de 1976, traz diversos questionamentos de jovens sobre esses temas, que são respondidos pelo já apresentado Belisário Marques. O que chamou a atenção foi a resposta dada por ele à seguinte pergunta: “muitos conceitos estão mudando hoje. Com respeito à virgindade, por exemplo, a pureza no pensar não é mais importante do que tudo? Não importa se a moça pertenceu a outros, o importante é ser ela sincera, sem afetação. O que o senhor acha?” (MARQUES, 1976, p. 07). Belisário concorda com o fato de que os conceitos estão mudando, e a virgindade sendo vista de outra forma. Porém, ele duvida da sinceridade de uma moça para com o namorado, quando esta já pertenceu a outros homens. Para ele, não importa só a pureza mental, mas sim a virgindade fisicamente falando. Já ter se relacionado sexualmente, mesmo que traga arrependimento, não traz a inviolabilidade física de volta.

Quando uma pessoa ingênua, ignorante, sem informações sexuais corretas, cai numa situação dessas e depois abre os olhos e tem uma nova visão da vida, encaminha-se e toma um novo rumo, naturalmente, para essa pessoa, a virgindade mental, a pureza no pensar é mais importante. No entanto, se ela continua participando no ato não vejo porque continuar falando em pureza, em virgindade mental. Além disso, não vejo, daí em diante, nenhuma sinceridade (idem).

É importante salientar que há diferenças entre a castidade e a virgindade. Na revista isso se divide bem, uma vez que a castidade é comumente relacionada a ambos ou apenas ao homem, sendo ela um voto de abstinência sexual. Neste caso, o moço e a moça devem se manter castos até o casamento. A virgindade e a pureza, por sua vez, são comumente associadas apenas às mulheres. A virgindade é mais do que apenas um voto, um compromisso

⁹² Não foram encontradas outras informações sobre o ele.

moral, mas é também a condição da mulher no período pré-matrimonial, que deve ser mantida a fim de se conservar a pureza dela para o marido.

Apesar do discurso bastante conservador de valorização da castidade masculina e da virgindade e pureza feminina, precisamos mencionar alguns discursos mais avançados encontrados em *Mocidade*. Foi possível, ao longo da revisão minuciosa das fontes, localizar de forma isolada algumas declarações que fogem à regra dos modelos formulados pela revista. É o caso identificado na seção “Você Pergunta” de outubro de 1984. Nela, o mesmo Belisário Marques, que fala do valor da virgindade “fisicamente falando”, demonstra outra postura ao responder um jovem que, angustiado por namorar uma moça que já se envolveu sexualmente com outro, pede ajuda para aceitar a condição da namorada, com a qual também tem relações sexuais. Após dissertar sobre os problemas que o sexo entre jovens e fora do casamento traz, Marques reforça ao rapaz que ela foi ao menos honesta com ele, e que o sentiu preconceituoso e vingativo, “parece que você quer castigá-la por não ser virgem ao casar-se com você” (MARQUES, 1984, p. 12). E ainda questiona-se o porquê de tanto sofrimento por causa da virgindade dela, “afinal, o que é uma mulher? Só um hímen?” (idem). E aconselha que o rapaz tente ver as coisas para além disso, reforçando que não está defendendo a relação sexual fora do casamento, mas nem por isso acredita que uma pessoa precisa ser punida ou condenada. Ele recomenda, por fim, que ele olhe nos olhos da moça, pois “talvez eles digam muito mais pra você do que o hímen jamais diria” (idem).

Veremos mais adiante, no quarto capítulo, outros pontos “fora da curva” no discurso padrão da revista, como é o caso de um artigo especial que a revista publica sobre feminismo, em março de 1984, em função do Dia Internacional da Mulher. Além de trazer relatos de um caso de violência doméstica e outro de abuso sexual na seção “Você Pergunta”, respondendo ambas as cartas de forma favorável às mulheres envolvidas. Em dezembro de 1987, a revista publica um extenso artigo sobre violência sexual, no qual lamentam o fato de que em muitos casos de estupro os culpados não são punidos. Além do tom alarmista expresso no “tome cuidado” do subtítulo e as orientações dadas as mulheres para escaparem se situações que podem resultar em violência sexual, culpam o liberalismo midiático e a indústria pornográfica pelo crescimento dos casos.

Não pretendemos com isso sugerir que a revista ou a Igreja Adventista do Sétimo Dia negligenciam ou silenciam casos de violência doméstica e sexual. Até porque o fato de a revista trazer os relatos dessas mulheres mostra também uma opção editorial, pois as cartas publicadas eram escolhidas entre inúmeras enviadas a redação. Contudo, queremos demonstrar que, na época, isso era excepcional nas páginas de *Mocidade* e de outros

periódicos adventistas, bem como no plano social, cultural e midiático como um todo. Até mesmo porque esses temas não eram tão discutidos e visibilizados, quando contrastados com os níveis de discussão que temos nos dias atuais⁹³.

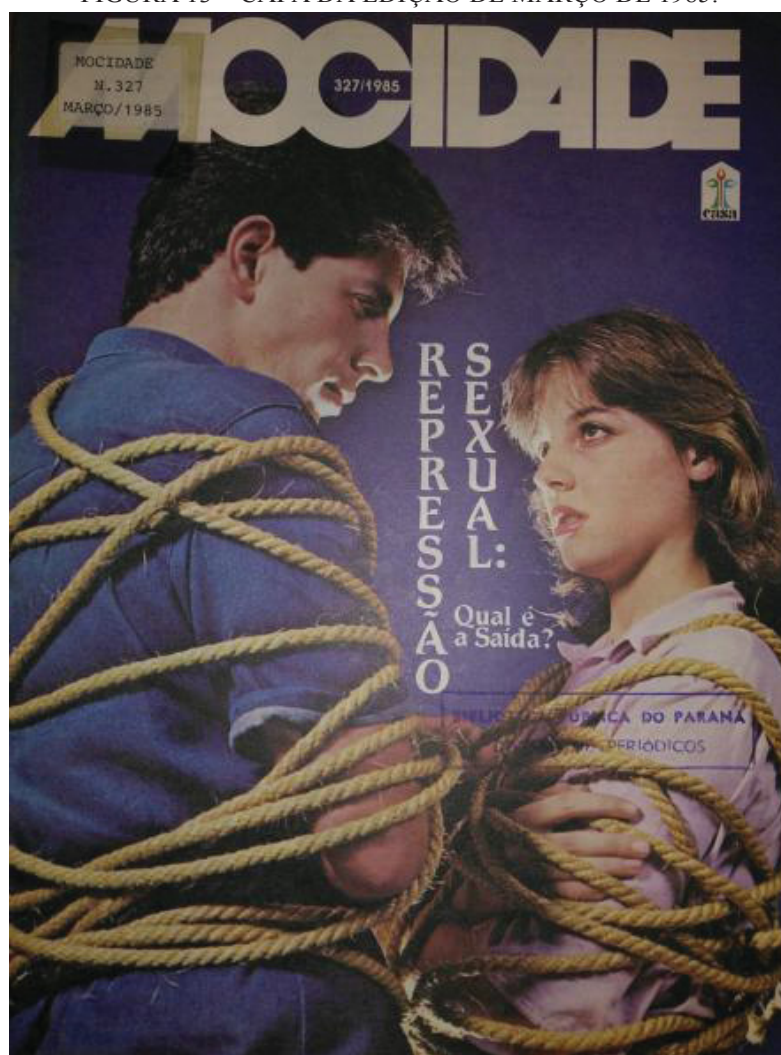
Vamos agora voltar nosso olhar para o discurso sobre o sexo “bem educado” e a defesa de uma educação sexual em *Mocidade*. Começaremos analisando o artigo escrito por Paulo Pinheiro sobre repressão sexual. Legado de outras gerações, a repressão sexual passou a ser tratada no século XX como problema clínico e de saúde. Pinheiro lamenta a forma como, até o século XIX, o sexo era tratado (pecaminoso, perverso, indecente). E que muitos jovens até a atualidade “recebem dos pais uma noção desfigurada do sexo” (PINHEIRO, 1985, p. 31). Tanto a repressão sexual como a liberação sexual são assuntos discutidos por Michel Foucault em sua *História da Sexualidade*, para o qual há uma explosão discursiva em torno do sexo nos últimos séculos. Quanto à repressão sexual, Foucault (1999) argumenta que ela nasce com a sociedade moderna, tirando o sexo do “plano real” e transpondo-o para a linguagem, estabelecendo um discurso sobre o sexo. Ainda assim, o filósofo critica a “liberação sexual” pregada no século XX, como se esta fosse algo que “explodisse” das pessoas e como nunca antes tivesse sido experienciado plenamente.

No artigo de Paulo Pinheiro, o mesmo reforça em seu discurso a ideia de que o sexo não é pecado. A revista *Mocidade* passa a trazer o sexo como pauta a partir da segunda metade da década de 1970, muito por conta das demandas que as próprias revistas e outros canais de mídia seculares. Passa a se falar abertamente sobre o assunto, e para não deixar que a juventude cristã se informe por outros meios, os periódicos adventistas passam a falar abertamente sobre o assunto, defendendo seus pontos de vista⁹⁴. Por conta disso, o artigo de Paulo Pinheiro é motivo de capa (FIGURA 13), que traz a imagem de um homem e uma mulher (ambos jovens) imobilizados por cordas que envolvem seus corpos, em alusão às repressões sexuais.

⁹³ Vale lembrar aqui que, mais recentemente, a Igreja Adventista tem se mobilizado em conscientizar a comunidade religiosa sobre o tema da violência contra a mulher, através de seus canais de mídia. Podemos citar a matéria publicada no site da Revista Adventista em 2015, em função do Dia do Combate à Violência Contra a Mulher. (Disponível em: <<http://www.revistaadventista.com.br/blog/2015/11/25/a-violencia-mora-dentro-de-casa/>>. Acesso em: 16/07/2019). Além disso, o assunto também foi um dos temas tratados no livro de distribuição gratuita que a Igreja Adventista realiza anualmente: "Esperança Para a Família", de 2019 (o qual é possível ser acessado na página da campanha: <<http://livro.esperanca.com.br/esperanca-para-a-familia/>>).

⁹⁴ É na década de 1970 no Brasil que os temas sobre sexualidade, namoro e casamento sob uma ótica religiosa e bíblica ganham espaço, através de ministérios como o *Vencedores por Cristo* e a *Associação Lar Cristão*, fundados no final da década de 1960 pelos estadunidenses Jaime Kemp e Judith Kemp.

FIGURA 13 – CAPA DA EDIÇÃO DE MARÇO DE 1985.



FONTE: Biblioteca Pública do Paraná.

Paulo Pinheiro destaca que o sexo é carregado de aspectos simbólicos, que dão a ele “sentidos, valores, normas, interditos e permissões” (idem). Um ponto interessante é que o autor reconhece que para além do natural, o sexo é algo cultural, sujeito a códigos. Pinheiro recorre, ainda, a um livro de Marilena Chauí: “*Repressão Sexual: Essa nossa desconhecida*”, publicado em 1984, e por meio do qual ele desenha uma breve retrospectiva histórica sobre o sexo. Em seguida, recorre também a Freud, segundo o qual a repressão sexual acompanha as pessoas cotidianamente “em suas operações psíquicas, sociais e culturais” (idem, p. 31). Por conta dessa repressão, muitos jovens têm uma visão deturpada do sexo, e comumente acabam passando do “falar de sexo” para o “fazer sexo”. Porém, isso não os liberta da repressão sexual, afinal, “a simples fuga irresponsável da repressão sexual traz consigo riscos, como o sentimento de culpa, as doenças venéreas e a gravidez” (idem). Portanto, para o autor, a fuga (recorrer à prática do sexo como resposta à repressão sexual) não resolve o problema.

Para elucidar que sexo não é pecado, Pinheiro recorre aos escritos bíblicos. Seria necessário reconsiderar as origens da repressão sexual. Mesmo que a bíblia descreva o homem e a mulher “antes do pecado” e “depois do pecado”, ela não se refere ao sexo em geral. Para ele, “não há na descrição bíblica nenhuma relação entre o ato do pecado original e o sexo” (idem). Mesmo assim, fazendo referência a uma passagem em Gênesis – na qual Adão e Eva, após comerem o fruto da árvore proibida, perceberam-se nus, envergonharam-se – o autor admite que isto pode representar o início da repressão sexual. Contudo, “não no conceito de que o sexo é pecaminoso ou vergonhoso, mas porque a desobediência de Adão e Eva causou de imediato embaraço no relacionamento deles” (idem). Nesse sentido, Pinheiro reforça que o equilíbrio emocional se encontra na “harmonia com os princípios de Deus”, e que “quem vive em paz com Ele, relaciona-se bem consigo mesmo e com os outros” (idem).

A repressão sexual, como apontado pelo próprio Paulo Pinheiro, é uma herança da tradição cristã, perpetuada por rituais vinculados ao catolicismo, como é o caso da confissão. Como mostrado por Foucault, considera-se que há uma mudança na forma como as sociedades ocidentais se relacionam com o sexo a partir do século XVIII. A partir desse período,

definiu-se de maneira muito mais estrita onde e quando não era possível falar dele; em que situações, entre quais locutores, e em que relações sociais; estabeleceram-se, assim, regiões, senão de silêncio absoluto, pelo menos de tato e discricção: entre pais e filhos, por exemplo, ou educadores alunos, patrões e serviçais (FOUCAULT, 1999, p. 21-22).

Contudo, essa hipótese repressiva gerou um contra-efeito, ao colocar o sexo em discurso, que refletiu em uma “valorização e uma intensificação do discurso indecente” (idem, p. 22). O procedimento da confissão não gerou uma repressão do sexo como algo velado, intocável, impronunciável; pelo contrário, ela colocou um imperativo de “não somente confessar os atos contrários à lei, mas procurar fazer de seu desejo, de todo o seu desejo, um discurso” (idem, p. 24). O que se observa é também o estabelecimento de uma polícia do sexo, que reflete a “necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição” (idem, p. 28). O sexo passa a ser apresentado pela pastoral cristã, aquilo que Paulo Pinheiro chama de repressão sexual, como um enigma inquietante, que segundo Foucault não é “o que se mostra obstinadamente mas o que se esconde em toda a parte, presença insidiosa que se corre o risco de se ouvir porque fala em voz tão baixa e muitas vezes disfarçada” (idem, p. 36).

A discussão sobre sexo em *Mocidade* já é trazida na década de 1970, com a primeira publicação de uma edição especial sobre o tema. A edição de julho de 1978 traz anexada no

miolo da revista um livreto intitulado “Sexo e Juventude”, que também aborda temas transversais como a propaganda e a reprodução humana, já comentados anteriormente. No editorial da revista, assinado por Ivo Santos Cardoso, o sexo é anunciado como “envolvido pelo turbilhão agitado da sociedade atual, o sexo, juntamente com todos os temas a ele relacionados, tornou-se objeto de consumo” (CARDOSO, 1978, p. 03), referindo-se ao crescente apelo sexual pelo cinema, propagandas, revistas, novelas e programas de televisão⁹⁵.

No primeiro tópico do caderno especial, a revista traz uma entrevista o professor e médico Elias Morsch⁹⁶, o qual declara que “antigamente as pessoas eram criadas dentro desse tabu do sexo. Não se podia falar de sexo... Hoje está havendo um exagero para o outro lado, mas de maneira superficial e até mesmo errada porque não existe educação sexual” (CARDOSO; MORSCH, 1978, p. 12). Para ele, falta uma maior preparação da juventude com relação ao tema, e que esta é uma obrigação dos pais primeiramente, mas também da escola e da igreja, afinal, o interesse pelo sexo é inerente à natureza humana. Entretanto, Morsch condena veementemente o sexo antes do casamento, pois além de ser prejudicial à saúde, não proporciona a relação sexual de forma integral. Praticá-lo sem a devida maturidade traria prejuízos “para o homem e principalmente para a mulher, pois sendo ela de caráter muito mais emotivo do que o próprio homem, evidentemente sentirá muito mais os efeitos” (idem, p. 16-17). Por isso, a questão fundamental levantada pelo entrevistado é o cuidado para não “ir muito longe”.

No segundo tópico, denunciam a constante exploração da imagem da mulher, o apelo à uma hiperssexualidade feminina, evidenciando corpos de forma provocante e persuasiva nas propagandas cada vez mais sexualizadas. No terceiro e último tópico, explicam como se dá a “fecundação e formação do ser humano”, que “embora profunda e exaustivamente estudado, ainda mantém intacto o segredo da vida” (ORVOINE, 1978, p. 20). É de forma bastante técnica que eles buscam apresentar as etapas da fecundação e formação do embrião, referenciando nomes científicos cada elemento que compõe o processo. Contudo, eles “esquecem” de evidenciar que, para que todo esse caminho seja percorrido, é necessária uma relação sexual. Limita-se a informar no início do texto que isso ocorre “por ocasião do coito”, mas sem descrever de forma mais aprofundada esse ato. Preferem recorrer a explicações com

⁹⁵ Vale lembrar que a década de 1970 é o auge da pornochanchada no cinema nacional e da produção de filmes pornográficos mais explícitos, como *Deep Throat* (Garganta profunda), em 1972. Além disso, podemos destacar o início da publicação de revistas masculinas ou “para adultos”, como *Playboy* e *Status*.

⁹⁶ Na entrevista concedida a Ivo Santos Cardoso, ele é apresentado como médico-legista do Instituto Médico Legal de Porto Alegre, professor de medicina legal na Escola de Polícia, membro fundador da Sociedade de Sexologia e palestrante com enfoque em juventude.

fundo religioso, alegando que “somente a análise que inclui um propósito criador tem condições plenas de recomendar critérios de educação sexual” (idem, p. 20).

A necessidade da educação sexual volta a ser reclamada na edição de abril de 1979, que afirma em seu editorial que “no Brasil ainda não se chegou a um consenso sobre como introduzir a educação sexual nos currículos escolares” (BRITO, 1979, p. 03), mas que passos foram dados, como a realização do I Congresso Nacional Sobre Educação Sexual Nas Escolas. De fato, a década de 1970 foi de constantes debates e disputas de discursos com relação à Educação Sexual, e podemos destacar aqui as propostas trazidas pelo movimento feminista e aquelas trazidas por correntes religiosas, sobretudo cristãs. No artigo de Azenilto G. Brito, “Educação Sexual – Desafio na Escola e no Lar”, ele coloca a educação sexual como um desafio para pais e professores, mas também “para os jovens que querem receber a mais sadia orientação a respeito” (idem, p. 06). O problema apontado por Brito está circunscrito ao campo do diálogo frágil entre crianças e jovens e seus pais, mães, professores e professoras.

Recorrendo à fala de um psicólogo, José Novais⁹⁷, ressalta que os desvios sexuais são causados, entre outros motivos, por uma ausência ou falha educação sexual, por um hipererotismo e pela falta de “higiene mental”. “Evitando-se a excitação mental, evitar-se-á a excitação sexual ou genital” (idem, p. 07). Ele ainda salienta que as pessoas estão certas em reconhecerem a dificuldade em educar sexualmente os/as jovens e mantê-los longe das excitações trazidas pela cada vez mais visibilizada pornografia e propagandas com apelo sexual, presenciadas principalmente em grandes centros urbanos. Utilizando o argumento de um professor italiano, Giovanni Calletti⁹⁸, diz que a “chamada revolução sexual que deveria ter igualado homens e mulheres em dignidade, que deveria ter acabado com os privilégios masculinos [...] e dado uma significação mais rica e profunda às relações sexuais [...] degenerou em erotismo e pornografia” (idem). Isso leva, entre outras coisas, à prática da masturbação, amplamente condenada no discurso cristão, descrita como “auto-homossexualismo” e pode ocasionar irritabilidade, desorganização e agressividade (idem). Para Brito,

o controle do impulso sexual é destacado por todos quantos desejo a sadia formação de crianças e jovens. A orientação adequada sobre isso parece impor-se mais e mais, a despeito de tornar-se cada vez mais difícil. A falta de formação espiritual parece envolver jovens e adultos na deturpação da atividade sexual (idem).

⁹⁷ Identificado pelo autor como “educador e diretor de uma clínica de aconselhamento profissional e psicológico” em São Paulo.

⁹⁸ Identificado pelo autor como diretor da Divisão de Dermatologia do Hospital Geral Provincial de Mestre, em Veneza, na Itália.

Ele ainda aponta que a falta de informação também se desdobra em outro problema, relacionado às “doenças venéreas”. Trazendo em um quadro a lista de doenças e o número de casos notificados no mundo, destacam-se a gonorreia, a varicela e a sífilis. Destacam-se a varicela, a gonorreia e a sífilis, as duas últimas transmitidas pelo contato sexual. Para além dessas doenças transmissíveis, o autor ainda cita uma pesquisa que indica um aumento de casos de câncer entre mulheres que iniciaram a vida sexual abaixo dos 20 anos. Brito recorre a uma explicação científica (ainda que sem referências) de que esses casos ocorrem por que a pele que cobre o colo do útero é ainda imaturo e sensível quando a mulher é jovem, sendo “facilmente irritado pelo sêmen” (idem, p. 08). Além do mais, o uso da pílula anticoncepcional por adolescentes também aumentaria o risco de câncer, não por conta da fórmula utilizada ou outras questões relacionadas ao medicamento em si, mas por que permite maior atividade sexual, “o que aumenta o sinistro quadro de males provocados pela permissividade sexual na atualidade” (idem). Seguindo a lógica de que o câncer pode ser resultado de uma iniciação sexual precoce, o autor não considera que isso pode ser motivado por um fator cultural, como os casamentos infantis, que resultam em mulheres muito jovens – e até mesmo crianças – a terem relações sexuais abaixo dos 20 anos.

Em uma entrevista publicada em fevereiro de 1981 com João Benedito de Azevedo Marques, identificado como promotor público, a revista aborda novamente o tema da educação necessária com relação ao sexo. Marques começa criticando veementemente as publicações, propagandas e o cinema de cunho erótico e obsceno, alegando que estes influenciam a juventude e desvirtuam o sexo do seu sentido natural. Para o promotor, mesmo que seja necessário em seu trabalho avaliar aquilo que faz parte dos padrões culturais e morais de uma sociedade, deve também estar atento àquilo que “ofende a moral média do nosso povo” (CARDOSO; MARQUES, 1981, p. 07). Ele reforça também a ideia da necessidade de uma educação para que adolescentes estejam mais bem informados sobre as atividades sexuais, e cabe à escola parte dessa desafiadora tarefa, mas desde que professores e professoras transmitam “conselhos corretos na área sexual” (idem). O promotor acrescenta ainda que há um relaxamento dos costumes “em nome de uma promiscuidade sexual, em nome de uma sociedade permissiva e em nome do sexo promíscuo” (idem), que afrontaria a posição cristã com relação à conduta sexual.

Essa vigilância sobre as questões morais nas produções culturais exercida por agentes públicos era algo comum na época, visto o contexto de ditadura civil-militar vigente no Brasil. Cumpre lembrar que esse regime, vigente por 21 anos, consolidou um sistemático mecanismo de censura a tudo que atentasse contra os valores morais e defendendo pautas

compartilhadas com o universo cristão, como a defesa da instituição familiar. Conforme apontado por Adrianna Setemy (2018), nesse contexto a censura não era apenas um instrumento de violação do direito de liberdade de expressão, mas sob a bandeira da defesa da moral e dos bons costumes, consistia também como um “instrumento político legítimo perante setores da sociedade civil, um endosso do Estado àquilo que era considerado pertinente aos valores da família cristã” (idem, p. 175).

Ao final da década de 1980, a revista permanece com sua constante vigilância e preocupação com relação ao sexo e à educação sexual. Em março de 1989, o editorial da revista afirma que toda pessoa dispõe de duas fontes de informações sobre sexo, uma delas é traz “informações sadias que visam integrar o indivíduo com a sociedade”, e outra proveniente de “agentes corrompidos que desviam o sexo do seu propósito natural” (PINHEIRO, 1989, p. 03). Para eles, a falta de informação sadia pode fazer da pessoa uma “presa fácil das fantasias do sexo” (idem) e por isso, trazem nesta edição o artigo “Sexo, assunto quente e desconhecido”, a fim de informar melhor os/as leitores/as sobre o assunto. Escrito por Marcos de Benedicto, o sexo é apresentado como uma “forma profunda de contato humano, expressão [sic] de intimidade e amor, fonte de prazer” (BENEDICTO, 1989, p. 28) e muito mais do que isso. Mas que “para desfrutá-lo, é preciso entendê-lo” (idem). Para Benedicto, assim como para outros autores que tratam do assunto na revista, não há nada de errado em gostar de sexo. Contudo, apesar de ser um assunto “quente e bom”, há uma enorme desinformação com relação ao assunto, especialmente entre adolescentes. Não só sobre o sexo em si, mas também sobre menstruação, masturbação, métodos anticoncepcionais e doenças sexualmente transmissíveis. Esses assuntos, os quais serão analisados com mais profundidade no quarto capítulo, não são vistos de uma forma isenta de moralismos religiosos pela revista, principalmente falando dos métodos anticoncepcionais e masturbação.

Citando uma pesquisa feita pela *Folha de São Paulo*, Benedicto lista uma série de desinformações e confusões que jovens homens e mulheres fazem com relação a esses assuntos, e uma delas chama atenção: a “bobagem” bastante comum de achar que “quanto maior for o pênis, maior também será a satisfação sexual da mulher” (idem, p. 29). Ele alega que isso é uma crendice boba, e explica de forma bastante enfática que “o orgasmo da mulher depende da excitação de órgãos localizados basicamente na região externa do seu genital, como o clitóris e os lábios vaginais” (idem). O autor reforça que, quando houver alguma dúvida de cunho sexual, o jovem ou a jovem deve recorrer “aos pais, a adultos de confiança ou a professores” e, caso seja necessário, a ajuda médica e terapêutica. Ao final do artigo, ele ainda insere um quadro sobre “o que é normal” para quem estiver lendo a revista tirar

algumas dúvidas comuns. Mesmo que não estimule práticas como a masturbação, ele garante que a curiosidade com relação ao corpo que se manifesta durante a puberdade é normal, e nada tem a ver com “homossexualismo”. Em contrapartida, fala sobre o período menstrual que, mesmo sendo incômodo, nada tem de vergonhoso. Quando a isso, ele desmistifica tradições populares como não poder lavar o cabelo “naqueles dias”, e defende que ela não evita que se mantenham relações sexuais no período, “vai depender do gosto do casal” (idem, p. 30).

Cumpra destacar que isso não deve ser considerado um discurso excepcional na revista, afinal, o discurso cristão com relação ao sexo prevê o pleno prazer sexual de ambos os lados, tanto do homem quanto da mulher, mas dentro dos contornos matrimoniais. Além disso, converge com uma percepção racionalista da sexualidade (ainda que apenas na vida conjugal) comum ao adventismo, que busca dissipar superstições e má informação e trata o sexo como um assunto relacionado à saúde. Como analisado por Bellotti anteriormente, “o casamento implica a união dos dois cônjuges em ‘uma só carne’, o que significa que o casamento implica não somente a comunhão espiritual, mas também sexual” (BELLOTTI, 2003, p. 174). Por conta disso, não é raro encontrar na literatura cristã voltada a família e aos casais, conselhos sobre sexualidade. Ao analisar de livros publicados pelos presbiterianos no Brasil sobre aconselhamento conjugal, Bellotti identifica também o estímulo ao diálogo entre o casal acerca de questões sexuais: “os cônjuges precisam comunicar sempre suas necessidades, suas preocupações, preferências e crenças, pois se há problemas, eles não desaparecerão sozinhos” (Idem, p. 189).

“Fazer sexo é fácil, o difícil (e mais importante) é amar” (SOUZA, 1990, p. 04). Assim se inicia o artigo “Sexo fácil e frágil” de autoria de César Vasconcellos de Souza⁹⁹ publicado em fevereiro de 1990. Para o autor, as pessoas estão cada vez mais distantes do fazer amor por conta da maior liberdade sexual, experimentada nas décadas anteriores. Mesmo que antes da revolução sexual o problema fosse o silenciamento e a repressão sexual, na década de 1990 o falar sobre sexo se tornou algo problemático também. Para Souza, “parece que as pessoas passaram de um extremo para outro: da repressão vitoriana para a liberdade sexual dos *hippies*” (idem), e ambas as formas de se lidar com o sexo são “prisões” que induzem as pessoas a certo tipo de comportamento sexual questionável. O problema para ele não é a sexualidade, mas o que fizeram dela, querendo substituir o afeto, a compreensão e

⁹⁹ Médico psiquiatra, palestrante e escritor adventista. Contribui desde os anos 1980 para as revistas adventistas, com destaque para a *Vida e Saúde*. Atualmente, continua a escrever para o periódico citado e possui um programa de televisão, ClaraMente, na Rede Novo Tempo, vinculada à Igreja Adventista do Sétimo Dia.

outras necessidades de um relacionamento por sexo. Isso se aplica especialmente aos namoros. Souza argumenta é fácil “se excitar, ir para a cama com alguém, obter o orgasmo” (idem), o difícil é “aprender a aceitar o outro, a cuidar do outro com carinho” (idem), e é isso que um casal de namorados deve buscar, não o prazer físico.

Mesmo que haja uma pressão social e cultural cada vez maior para que jovens façam sexo antes de casar, o/a jovem deve seguir a orientação de Deus. “Para o cristão, o sexo pré-marital não é algo culturalmente determinado. Não é uma questão para a sociedade decidir. Não é um grupo social ou uma comunidade ‘científica’ que dá a palavra final, determinando o comportamento nesta questão” (idem, p. 05). Quem determina isso é Deus. Souza declara ainda que é preciso que ambos estejam preparados emocionalmente para ter relações sexuais. Achar que estar pronto “fisicamente” é suficiente é um pensamento equivocado. A preparação total ocorre apenas com o casamento, antes disso, deve-se apenas buscar informações teóricas sobre as relações sexuais.

A educação sexual promovida pelo discurso cristão da revista está circunscrita dentro da perspectiva de um “sexo bem educado”, a vivência sexual sadia, monogâmica e reservada ao casamento. Esse discurso se propõe abranger um público leitor cristão amplo, abdicando de marcas identitárias adventistas a fim de não repelir leitores de outras denominações. Para eles, a juventude tem que estar atenta às armadilhas criadas pelas “novas ideias” trazidas pela revolução sexual. A conscientização sobre temas que circulam em torno do sexo busca estabelecer um cerco controlável de informações que respaldam o modelo de relação defendido pela revista. O objetivo é informar antes que eles saibam por outros meios, baseado em ideais dissidentes ao discurso religioso. Este que se organiza através de uma *preparação* da juventude, pela educação sexual cristã; a *contenção* do sexo no caso do namoro e noivado e a *promoção* do sexo, quando exercido dentro enlace matrimonial.

Apresentado o modelo de namoro, noivado e casamento proposto pela revista e suas relações com o sexo, abordaremos no capítulo seguinte os “infortúnios” trazidos pelo *sexo incompleto* e pela *sexualidade imatura*, alguns comumente referenciados como efeitos da revolução sexual. Entre os tópicos previstos, destacam-se “amor livre: um preço muito alto”, no qual esmiuçarei o discurso construído em torno das doenças sexualmente transmissíveis; “Promiscuidade e seus rastros de dor”, no qual tratarei do discurso sobre perversões, desvios, masturbação, aborto e “homossexualismo”; e “AIDS - A invasão do vírus”, tema bastante significativo que deve ser observado em separado das outras “doenças venéreas”. Vale lembrar que os casos de aids começam a surgir no Ocidente em 1981, sendo o vírus detectado em 1983. Ela é uma doença que foi e ainda é muito estigmatizada e por diversos motivos, seja

pela associação equivocada a apenas um determinado “grupo de risco”, seja pela sua origem e trajetória até chegar no ocidente, mas também por ser uma doença transmitida quase sempre através do contato sexual e que foi por muito tempo considerada uma doença fatal¹⁰⁰. Investigaremos ainda o enquadramento do feminismo nas páginas de *Mocidade*, para eles, uma “eterna polêmica”.

¹⁰⁰ Nas últimas duas décadas, com o desenvolvimento dos medicamentos e aprimoramento do coquetel de remédios, a aids passou a ser considerada uma doença crônica, não mais fatal. Além disso, deixou de ser associada a um “grupo de risco” (homossexuais, hemofílicos, viciados em drogas, prostitutas), e passa a ser entendida como uma doença que atinge qualquer pessoa.

4 A CARA DO PECADO

Se há um modelo ideal de relações amorosas e experiências sexuais, é porque há em contrapartida determinados tipos de comportamentos reprováveis. Na revista *Mocidade*, o amor livre, a promiscuidade e o “homossexualismo” são práticas amplamente condenadas, pois trazem consequências severas, tanto físicas quanto psicológicas. Quem as exerce tem como horizonte não apenas o arrependimento, mas também as temidas doenças venéreas e uma possível gravidez indesejada. Na década de 1980 o discurso alarmista anti-promiscuidade ganha mais uma aliada que é a epidemia de aids, assistida não apenas em território estadunidense e europeu, mas também no Brasil. O problema central apontado pela revista reside no fato de que aqueles que promovem e incentivam a liberdade sexual não mencionam as consequências acarretadas por essa “filosofia de vida”, tais quais abortos, desajustes emocionais, doenças venéreas e mentais, arruinando vidas “de jovens que poderiam estar sendo felizes e úteis à sociedade” (BRITO, 1983, p. 05). Ainda assim, outros “problemas” sociais são apontados, a masturbação e a homossexualidade são práticas amplamente condenadas.

Fato interessante é que desde a década de 1970 há um grupo organizado de adventistas que se reconhecem enquanto homossexuais e buscam o reconhecimento de sua sexualidade junto à igreja. A Seventh-Day Adventist Kinship International, também conhecida como SDA Kinship, declara em seu site oficial¹⁰¹ que o trabalho do grupo iniciou com uma publicação por dois homens gays adventistas em uma revista voltada ao público homossexual chamada *The Advocate*, na qual fizeram um convite àqueles e àquelas que quisessem conversar sobre seus sentimentos. Segundo informações do grupo, obtiveram com essa primeira publicação 37 respostas, tanto de homossexuais adventistas tradicionais, como também de pessoas recém-convertidas. Difundindo-se num primeiro momento no estado da Califórnia, dentro de quatro meses o grupo já possuía 75 membros, além de já se organizar em comitês e ter um presidente. Em 1976, os adventistas homossexuais da Califórnia uniram forças com outro grupo, este mais informal, que vinha se organizando em Nova York desde 1974. A partir de 1978, a SDA Kinship começa a publicar um boletim informativo chamado *Connection*¹⁰², e em 1980, dão início a organização de acampamentos anuais, com objetivo de trazer maior

¹⁰¹ Disponível em: <<https://sdakinship.org/pt/history>>. Acesso em: 26/12/2019.

¹⁰² Publicadas anualmente, todas as suas edições encontram-se disponíveis para consulta no site da organização: <<https://sdakinship.org/pt/connection>>.

coesão em seu discurso, a fim de levarem suas reivindicações para a Conferência Geral Adventista.

É importante destacar que a organização desse grupo não aconteceu sem uma ampla rejeição por parte da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Tanto que, em dezembro de 1987, a instituição entrou com uma ação judicial contra a SDA Kinship, alegando o uso indevido do nome “adventista do sétimo dia” e violação de marca registrada. O processo resultou de forma favorável à SDA Kinship, que expediu um comunicado em 15 de outubro de 1991, reforçando que a lei se posicionou ao lado dos direitos gays. No documento¹⁰³, eles retomam alguns dados referentes ao grupo, afirmando que dispõem de 500 membros ativos e 2000 correspondentes distribuídos em 17 países. Nos anos 2000, a SDA Kinship passou a realizar conferências em outros continentes e a desenvolver publicações voltadas à discussão acerca da relação entre cristianismo e homossexualidade. Atualmente, o grupo reivindica a bandeira LGBTIQ, agregando lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais e interssexuais. Em 2018, o número atualizado de membros registrados e associados era de 3.042. Com informações disponíveis em cinco línguas, sua missão declarada é fornecer “uma comunidade espiritual e social segura para lésbicas, gays, bissexuais, transsexuais e intersexuais de Adventistas e ex-Adventistas do Sétimo Dia do mundo inteiro”¹⁰⁴.

As declarações feitas pela Igreja Adventista do Sétimo Dia acerca da homossexualidade têm por inspiração os escritos bíblicos. A igreja afirma que “a intimidade sexual é apropriada unicamente no relacionamento conjugal entre homem e mulher”¹⁰⁵. Além disso, declaram que a “Bíblia não faz ajustes para a atividade ou relacionamentos homossexuais” e que o padrão confirmado em todas as Escrituras é o heterossexual. Portanto, “os atos sexuais praticados fora do círculo de um casamento heterossexual estão proibidos”. Em contrapartida, a SDA Kinship defende que a própria Ellen G. White, mesmo com sua vasta produção bibliográfica, nunca declarou nada a respeito da homossexualidade. Em nota publicada pela organização, eles enfatizam que nem mesmo Jesus proferiu qualquer declaração acerca disso.

a Bíblia não condena ou mesmo menciona homossexualidade como uma orientação sexual e que, em seus escritos, Ellen White não faz paralelo algum com os textos da Bíblia que são utilizados freqüentemente para condenar pessoas gays. A maior

¹⁰³ O comunicado pode ser acessado no site oficial da SDA Kinship. Disponível em: <https://sdakinship.org/images/PDFs/news_release_19911015.pdf>. Acesso em: 26/12/2019.

¹⁰⁴ Consultado em: <<https://sdakinship.org/pt/history>>. Acesso em: 26/12/2019.

¹⁰⁵ As declarações encontram-se disponíveis no site do Centro de Pesquisas Ellen G. White, vinculado à UNASP. Verbetes: Homossexualidade. Consultado em: <<http://www.centrowhite.org.br/homossexualidade/>>. Acesso em: 26/12/2019.

angústia imposta aos filhos de Deus gays, tem sua raiz na má interpretação, ou mal entendimento, do que a Bíblia realmente diz¹⁰⁶.

Tanto a homossexualidade, como também a masturbação e o aborto, são práticas consideradas pecados dentro do adventismo, uma vez que estas transcenderiam as leis de Deus. No volume *Testemunhos sobre Conduta sexual, Adultério e Divórcio* da obra de Ellen G. White (2008), em nota de rodapé a equipe editorial insere a informação de que o concílio anual da Adventista do Sétimo Dia no ano de 1977 votou que “graves perversões sexuais, incluindo práticas homossexuais, são reconhecidas como um mau uso das faculdades sexuais e uma violação da intenção divina no tocante ao casamento. Como tais, constituem justa causa para o divórcio”. Assim, pessoas que praticassem a homossexualidade, o abuso sexual de crianças e outras “perversões sexuais” (entre elas, a masturbação) poderiam ser expulsos da comunidade adventista. No mesmo livro, algumas passagens escritas por Ellen G. White, como vimos anteriormente, associam homossexualidade à “impureza sodomita”, e é uma prática encarada pela profetisa como uma perversão sexual no mesmo patamar do abuso sexual de crianças.

Mesmo que Ellen G. White não tenha se preocupado em escrever extensos conselhos acerca dessas práticas, ainda assim não deixam de serem temas recorrentes dentro da mídia impressa adventista ao longo do século XX, sobretudo na sua segunda metade. As transformações sociais assistidas a partir da década de 1960 no ocidente, seja em menor ou maior grau a depender do país, foram o principal motor para que a Igreja Adventista do Sétimo Dia passasse a posicionar contra a liberação sexual, em defesa da família e da instituição matrimonial. A intenção das publicações sobre esses assuntos em *Mocidade* é alertar a juventude para o perigo existente nas relações sexuais desregradas, nos relacionamentos rebeldes e não-monogâmicos, em despropósito com as leis de Deus.

A edição de fevereiro de 1993 convida o público a entender como “funciona” essa rebeldia contra Deus. Para o autor de “A cara do pecado”, Francisco Lemos¹⁰⁷, o pecado é um vírus “pior do que todos os demais juntos” e “que mata mais do que o HIV” (LEMOS, 1993, p. 16). A matéria se alicerça em um clima de conciliação com uma comunidade cristã mais ampla com relação ao pecado e em concordância com alguns parâmetros sobre o tema sustentados pela Igreja Católica. Ela focaliza a introdução ao tema do pecado tendo por base o

¹⁰⁶ A nota da SDA Kinship intitulada “O que diz a líder da igreja, Ellen G. White?” encontra-se disponível em: <https://sdakinship.org/images/Private/What-EGW-said_pt-br.pdf>. Acesso em: 26/12/2019.

¹⁰⁷ Pastor e jornalista. Publicou pela Casa Publicadora Brasileira os livros Inspiração “Juvenil - Natureza Viva” como autor, e “Remédios de Deus” e “Aventura ao Ar Livre” como co-autor.

lançamento de uma nova edição do catecismo¹⁰⁸, recente à época, que segundo Lemos prometia “mais rigor para alguns pecados e tolerância para outros” (idem). Casos como masturbação e homossexualismo, de acordo com o novo catecismo da Igreja Católica, teriam sua gravidade avaliada a depender das circunstâncias. Contudo, Lemos salienta que “pecar é mais do que fazer coisas erradas”, e para justificar seu argumento, recorre a diversas reflexões bíblicas. Afirmando que o pecado não consiste apenas nos atos, afinal todas as pessoas são pecadoras (é uma *condição* do sujeito ser pecador), o autor do artigo se manifesta num “ato de hostilidade a Deus” (idem). Segundo Lemos, não há pecado pequeno ou grande, leve ou grave, mas que, ainda assim, o orgulho pode ser considerado um dos maiores pecados. A única saída é o arrependimento e perdão em face de Deus que, ao enviar seu filho Jesus para tirar o pecado do mundo, ajudou a humanidade a transformar sua natureza, não apenas ajudando a não cometer pecados. Para finalizar o discurso explicitamente cristão presente no texto, Lemos afirma que “Se João Batista vivesse hoje, provavelmente diria: ‘Jesus é o antivírus que destrói todos os vírus do mundo, até o HIV’” (idem, p. 17) – comentário este que converge com a prática de atualização do discurso da igreja de acordo com temas em evidência no período.

Se nas décadas de 1960 e 1970, a revista falava timidamente sobre práticas consideradas promíscuas, na década de 1980 a revista busca mostrar sua opinião sobre assuntos como amor livre, doenças venéreas, aborto, masturbação e homossexualidade, principais assuntos que circulam em torno do tema da promiscuidade sexual para *Mocidade*. Nesse período, preocupam-se também em falar sobre feminismo, violência e abuso sexual. Em alguns casos, a moral cristã se faz bastante presente, condenando a liberação sexual como justificativa para os mais diversos problemas sociais. O casamento continua visto como um reduto inviolável de felicidade e saúde, no qual não é possível existir doenças venéreas.

Em casos específicos, como veremos no artigo “Feminismo: a eterna polêmica” e “Sexo tem história”, questionam a imagem da mulher como uma criatura dócil, frágil e submissa, e reivindicam o direito ao prazer e ao orgasmo. Mas também não medem esforços para criticar o “sexo ilícito”, alegando que a pílula não é a solução e que o único método de prevenção de “enfermidades venéreas” é não participar de relações sexuais ilícitas (A PÍLULA, 1983, p. 11). Dentre os artigos que tecem duras críticas à liberação sexual e à

¹⁰⁸ O catecismo da Igreja Católica é o texto de referência sobre as crenças, doutrinas e condutas cristãs católicas. De tempos em tempos reformulado, a edição do catecismo publicado em 1992 é o mais recente. Dividido em quatro partes (cito: A Profissão da Fé, A Celebração do Ministério Cristão, A Vida em Cristo e A Oração Cristã), o texto encontra-se disponível na íntegra no site do Vaticano: <http://www.vatican.va/archive/catechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html>. Acesso em: 20/11/2019.

“correnteza das novas ideias” está o “Amor livre. Preço Muito Alto”¹⁰⁹ de Azenilto G. Brito. Ele conta a história de uma jovem que saiu de casa para estudar e encontrou uma “atmosfera diferente da que se acostumara em casa, muito mais sofisticada e ‘evoluída’” (BRITO, 1983, p. 06), e que entrava em conflito com sua formação cristã. A argumentação central do autor é que, ao se deixar levar pela “onda das novas ideias”, a jovem não só foi “vítima” de um homem aproveitador, abandonando-a grávida, como também contraiu doenças venéreas. Desencorajada e frustrada, ela ainda se submete a um aborto. Ela não só ocultou dos familiares seu drama, como também arruinou sua vida, sendo “incapaz de prosseguir nos estudos” (idem, p. 07).

4.1 *A decisão: aborto*

Em *Mocidade*, o aborto aparece como algo decorrente não só de uma gravidez indesejada, mas também como resultado de uma transgressão das leis de Deus, que é o sexo promíscuo, antes do casamento. Ele surge como pauta em um período no qual não somente se passou a falar mais abertamente sobre a prática, instigando longas discussões sobre ela, como também vinha tornando-se mais acessível no Brasil. Um levantamento realizado pela UnB em parceria com a UERJ¹¹⁰, divulgado em 2008, revelou que o perfil predominante das mulheres que abortaram no Brasil entre os anos de 1987 e 2007 é: possuíam de 20 a 29 anos, encontram-se em uniões estáveis, tinham até oito anos de estudo, usavam métodos anticoncepcionais e tinham pelo menos 1 filho. Quando inseridas no mercado de trabalho, muitas vezes estavam em situações informais, com renda familiar de até 3 salários mínimos. É importante destacar que aquelas que possuíam de 17 a 19 anos foram enquadradas na pesquisa como “adolescentes”, e representaram de 7% a 9% do número de abortos do período. Nessa faixa, as jovens comumente são dependentes financeiramente de familiares ou do companheiro. Quanto ao método abortivo, o mais utilizado por essas mulheres foi o misoprostol, por trazer menores riscos para a saúde, pela sua eficácia e pelo baixo custo. Assim, podemos de antemão observar que o discurso que associa o aborto à “promiscuidade” oculta uma série de outras motivações pelas quais as mulheres se submetem ao procedimento, entre elas a falta de planejamento familiar e a precariedade econômica.

¹⁰⁹ Conforme analisado em pesquisa anterior (BACH, 2017), o mesmo artigo já havia sido publicado na revista *Vida e Saúde* em janeiro de 1980 sob o título “Doenças venéreas: o preço do amor livre”.

¹¹⁰ A referida pesquisa, “Aborto e Saúde Pública no Brasil - 20 anos”, foi financiada pela Organização Mundial de Saúde e encontra-se disponível na íntegra no site do Ministério da Saúde: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro_aborto.pdf.

Conforme constatado por Gonçalves e Lapa (2008) em sua pesquisa de mapeamento de influências religiosas e feministas em casos de aborto levados a tribunal no Brasil, o debate entre aborto e religião começa a ser fomentado na década de 1970, com a legalização da prática em alguns países, como é o caso estadunidense em 1973. No caso latino-americano, de acordo com as autoras, “verificou-se uma incisiva intervenção de grupos religiosos na tentativa de constitucionalizar a garantia do direito à vida ‘desde a concepção’” (idem, p. 16). A organização de um consistente *lobby*, fomentado, sobretudo pela Igreja Católica, pressionando o debate político e jurídico foi a principal estratégia para barrar o acesso legal ao aborto. No Brasil, a pressão exercida pelos grupos religiosos não conseguiu fazer com que a constituição de 1988 assegurasse o direito à vida “desde a concepção”, mas também não descriminalizou o aborto. Desse modo, cada caso é analisado individualmente, contando sempre com a intimidação por parte desses grupos, sendo constantes os conflitos com o debate feminista de direito ao aborto legal, seguro e gratuito a todas as mulheres.

Seguindo o vocabulário técnico jurídico, o abortamento é “a conduta de interrupção da gravidez com a destruição do produto da concepção” (idem, p. 25). No caso brasileiro, o código penal considera a prática do aborto um crime, sendo autorizado apenas nos casos em que a gestante corre risco de vida, ou se o feto é anencéfalo, ou quando a gravidez é resultante de um estupro. Quando o aborto é realizado fora dessas circunstâncias, ele é considerado ilegal. De acordo com Gonçalves e Lapa (idem, p. 28-29), a pena varia se o aborto for feito pela própria gestante, se for feito por terceiro(s) mediante solicitação da gestante, ou se realizado por terceiro(s) sem o consentimento da gestante. Em 2008, ano do estudo feito pelas autoras, estimava-se que a cada dois minutos era realizado um aborto clandestino no Brasil. Atualmente, os números são ainda maiores. Na maioria dos casos, são feitos por mulheres de baixa renda e em situações extremamente precárias.

Hoje em dia, a única instituição religiosa que se manifesta de forma positiva à descriminalização do aborto induzido no Brasil é a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), evangélica e neopentecostal comandada pelo bispo Edir Macedo. Apesar das grandes controvérsias dentro da própria instituição, a justificação se dá pelo discurso do planejamento familiar e direito de escolha da mulher. Na perspectiva católica, o aborto é considerado “um pecado que insulta e frustra o poder criador de Deus” (idem, p. 51), e o argumento de que o feto é um ser humano desde sua concepção, por já possuir animação (alma) foi o ponto central da argumentação religiosa no campo político sobre a prática. Essa perspectiva se estende a outras religiões cristãs, como é o caso da adventista.

O aborto aparece na revista *Mocidade* como consequência de gravidez resultante de “sexo ilícito”. Publicada na edição de maio de 1985, “A decisão de Vânia” é uma história com fundo moral sobre a prática do aborto, que não chega a se concretizar por uma tomada de consciência da personagem. A autoria da história é atribuída a Ganymédes José¹¹¹. É interessante destacar que ela foi publicada no em maio, considerados o “mês das mães” para a retórica cristã. Na mesma edição, foram publicadas outras matérias temáticas que endossam o modelo de mulher destinada à maternidade, ao casamento e ao universo doméstico, como “Mães aos dezesseis. O que pode acontecer?” de Sueli Parente¹¹², “Avental: presente para a mamãe” (sem autoria identificada) e “A melhor idade para o casamento”, tendo por base uma obra de Nancy Van Pelt. No artigo de Ganymédes José, após Vânia descobrir que estava grávida e ter sido dispensada por Régis, homem por quem se apaixonou perdidamente e do qual acabou engravidando, vê-se sozinha e com “idéias estranhas” para resolver seu problema. O narrador nos conta em tom crítico que ela estava sendo influenciada pelos debates da época.

Havia lido em jornais, ouvido em rádios, visto em televisão certas feministas risonhas, coradas e bonitas que afirmavam com a maior convicção de que o corpo pertence à mulher e, portanto, a mulher tem direitos absolutos sobre ele. Assim, como uma mulher corta o cabelo para ficar bonita ou tira um apêndice porque lhe ameaça a vida, as mulheres deveriam ser amparadas pela lei que lhes desse direito de praticar aborto quando julgassem interessante (JOSÉ, 1985, p. 12)

Inspirando-se nessas mulheres “emancipadas, cheias de vida e seguríssimas do que dizem” (idem), Vânia toma a decisão de se “livrar” da criança que gestava, preparando tudo “no maior silêncio e na maior dissimulação” (idem). O narrador insiste em um tom debochado ao falar das mulheres feministas pelas quais Vânia se deixou levar, afirmando que logo ela “estaria livre, emancipada, igualzinha àquelas mulheres maravilhosas e batalhadoras” (idem). Dissimulada por Satanás, que se traveste das coisas mais atraentes para fazer com que os seres humanos cometam pecados, chegou a ir até uma agência bancária sacar o dinheiro necessário para realizar o procedimento, mas se sentia incomodada com a ideia e “relutava em aceitar que as tais mulheres maravilhosas é que estavam do lado da verdade” (idem). Enquanto aguardava, foi surpreendida com um sujeito dando voz de assalto no local. Temendo pela própria vida e ouvindo os avisos dos assaltantes para calar a boca ou iriam “estourar os teus miolos”, ela teria se indignado com o fato dos bandidos acreditarem que são donos da vida e

¹¹¹ Escritor brasileiro conhecido por sua extensa produção de obras voltadas ao público infantil, publicadas entre as décadas de 1970 e 1980. Em 1985, foi ganhador do Prêmio Jabuti, na categoria literatura infantil.

¹¹² Jornalista adventista, Sueli Parente trabalhou a partir de 2010 como editora, revisora e jornalista responsável pela revista “Profecia Para Hoje”, produzida e publicada pela Associação Paulistana da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

da morte. Foi então que ela se percebeu como uma potencial assassina igual a eles, ao pensar em realizar o aborto. Afinal, ela também pretendia “apontar uma arma na cabeça de um ser que se resguardar” (idem) dentro de seu ventre.

FIGURA 14 – ABERTURA DO ARTIGO “A DECISÃO DE VÂNIA”.



FONTE: Biblioteca Pública do Paraná.

Essa analogia entre o perigo de vida que ela corria enquanto era assaltada e a ameaça à vida da criança que ela gestava em sua barriga é inclusive o motivo de abertura do artigo, que ocupa uma página inteira e mostra uma mulher com uma arma apontada para sua cabeça (FIGURA 14)¹¹³. Imaginando um bebê desprotegido com uma arma apontada para sua cabeça, Vânia conclui que qualquer pessoa “ficaria indignadíssima e clamaria por justiça aos

¹¹³ Mesmo sendo uma imagem composta por elementos de forte apelo visual, como é o caso da arma de fogo, ela foi produzida pela própria equipe de arte da Casa Publicadora Brasileira. O responsável pela produção foi Paulo Gusmão.

Céus” (idem p. 13) vendo essa cena. Mesmo ela sendo uma “mulher maravilhosa” como àquelas que haviam influenciado-a – instrumento de Satanás para fazê-la cometer um pecado, para ela, imperdoável – seria ela quem estaria com o “dedo no gatilho” apontando a arma para uma criança desprotegida. Após ter escondido a gravidez e ter planejado *matar* a criança que carregava no ventre, a história se encerra com a redenção de Vânia, que conta sobre sua situação para a mãe e diz “estou grávida e resolvi que vou deixar o meu filho nascer!” (idem). Com um desfecho convencional, a história de Vânia acaba não só com seu verdadeiro arrependimento (por ter se deixado levar pela paixão passageira que sentia por Régis), como também com seu triunfo sobre o pecado, negando-se a praticar o aborto.

Em 1990, o artigo “O que vem depois do aborto” de Sabine Gordon¹¹⁴ também busca apresentar os conflitos gerados por uma gravidez indesejada e os processos de decisão envolvidos. Identificada como diretora de um centro de auxílio para casos de “gravidez anormal”, Gordon conta já ter acompanhado muitas mulheres com problemas emocionais relacionados a abortos. Para ela, as sensações observadas com maior frequência em mulheres que passaram por procedimentos abortivos induzidos são os sentimentos de culpa, raiva e remorso. Gordon observa também que muitos casais sofrem e não resistem à pressão ao “ver o seu lar desfeito” (GORDON, 1990, p. 10) depois do aborto, que deterioram as relações familiares. A autora sustenta que mulheres, muitas vezes bastante jovens, são na verdade forçadas a praticarem o aborto por pressões de seu tempo e do ambiente em que estão inseridas. Ela apresenta o caso de Paula, que com 15 anos foi levada pela mãe até uma clínica para abortar. A motivação teria sido a vergonha na própria igreja, de ter sua filha exposta por uma gravidez precoce. Outra jovem, Patrícia, praticou um aborto com 12 anos e depois disso envolve-se “em todas as atividades que favoreçam a vida, realizadas na sua pequena cidade” (idem, p. 11), de modo a compensar a culpa pela perda do filho.

Outro sintoma observado em mulheres que fizeram aborto, de acordo com Gordon, é a fantasia com um “bebê fantasma”, agravada quando veem uma criança com idade aproximada da qual teria o filho ou filha abortado. Muitas outras desenvolvem quadros de depressão, agravados em “episódios anuais” na data em que o bebê teria nascido. Entre as formas de ajuda elencadas pela autora, está a confiança no “valor intrínseco” da mulher face a Deus. As pessoas próximas podem ajudar confirmando-lhe “o amor incondicional e infinita graça de Deus” (idem). Ela orienta que sejam feitas orações, “pedindo perdão e restauração, e a capacidade de aceitar a graça de Deus”. Reforça ainda que os números estimados de aborto

¹¹⁴ Não foi possível identificar de forma precisa quem é a autora. Contudo, é provável que o artigo tenha sido traduzido de uma publicação estrangeira.

são alarmantes, e que significa que mulheres da própria igreja podem ter realizado e estarem sofrendo sozinhas. Por isso, “em vez de gozação ou condenação, elas precisam de empatia” (idem), pois é isso que Jesus faria.

Podemos perceber que a questão central nos dois casos é a importância da noção cristã de que a vida existe desde a concepção e que não há pecado grande o bastante que não possa ser perdoado, mediante ao sincero arrependimento. Gordon revela que essas mulheres que acreditam que “puseram fim à vida de uma criança não nascida, vivem não só com tristeza mas também se sentem esmagadas pela culpa” (GORDON, 1990, p. 11). Além do mais, elas são “incapazes de se perdoarem a si mesmas, não acreditam que outros o possam fazer. Têm dúvidas de que o próprio Deus lhes possa perdoar” (idem). Paula, uma de suas entrevistadas, lamenta que “embora a maioria esteja informada acerca dos riscos físicos, poucas tem qualquer tipo de informação a respeito do profundo trauma emocional que o aborto pode provocar” (idem). Todas as mulheres citadas por Gordon vivenciam diariamente com uma “agonia secreta” e os efeitos da depressão pós-aborto. Mesmo que tenham relatado um alívio momentâneo ao se livrarem do problema, em longo prazo isso se converte em um trauma para a vida toda. De fato, pelo caráter ilegal da prática, até hoje poucos são os espaços de acolhida dessas mulheres. Contudo, mesmo que haja o conhecimento sobre os riscos do aborto, eles não são consequência da prática em si, mas justamente de seu caráter ilegal, que leva mulheres (especialmente as mais pobres) a recorrer a formas perigosas e extremamente invasivas para realizar o abortamento, como métodos perfurantes ou cáusticos.

Como apontado por Diniz (2013), apenas na década de 1990 é que há a popularização do Citotec¹¹⁵, remédio para tratamento de úlcera gástrica utilizado como pílula abortiva. Ainda assim, dentro da lógica cristã, não apenas o aborto, mas em alguns casos até mesmo a pílula anticoncepcional são vistos como meios ilícitos de controle de natalidade. Mesmo com o surgimento dos contraceptivos orais que revolucionaram a vida sexual das mulheres e separou definitivamente sexualidade e reprodução, “a contracepção passou a ser discutida como uma questão biomédica e de política pública ligada ao planejamento familiar, enquanto o aborto permaneceu inscrito nos registros da criminalidade e da moral religiosa” (idem, p. 315). Somado ao efeito da criminalização pautada no Código Penal Brasileiro de 1940, “a permanência da moral cristã, que descreve o aborto como um pecado, contribui para o silêncio das mulheres em torno do assunto” (idem).

¹¹⁵ Também grafado como “Cytotec”, tem como princípio ativo o misoprostol.

4.2 *Sem ideais e objetivos: masturbação*

Outra zona de tensão entre discurso religioso e sexualidade é o tema da masturbação¹¹⁶. Nos escritos de Ellen G. White, ela aparece como uma das “perversões sexuais”. Quando olhamos para *Mocidade*, o pouco que se fala sobre masturbação aparece na seção “Você Pergunta”, na qual angústias dos leitores (e nesse caso, exclusivamente homens) são trazidas para o debate e respondidas por Dr. Belisário. Ela gera angústia por ser considerada dentro da moral cristã como uma prática desviante da sexualidade sadia. Em outras palavras, a masturbação é também tratada como uma “deturpação da atividade sexual” causada pela falta de formação espiritual. Chega a ser considerada, como já citado no capítulo anterior, uma prática de “auto-homossexualismo”, e que de acordo com José Novaes Pasternostro¹¹⁷, gera desorganização e irritabilidade no jovem que a pratica (BRITO, 1979, p. 07). É, por isso, tarefa da escola e dos familiares orientar adequadamente as crianças e os jovens sobre o controle dos impulsos sexuais se desejam uma formação sadia dos mesmos (idem).

Laqueur (2007) observa que registros médicos do início do século XVIII colocavam a masturbação enquanto uma prática profana e antinatural, permeada por questões éticas. Mas, como o próprio autor enfatiza, a história da medicina só conta uma parte da história, afinal, outras instâncias sociais já haviam pautado o corpo e suas “más condutas”.

A medicina sempre foi algo semelhante a um guia moral, um tipo de ética da carne. Esse papel aumentou consideravelmente no século XVIII, quando, ao menos nos círculos progressistas, as normas morais começaram a ser fundamentadas na natureza, e são ensinadas mais nas escolas, no mundo dos médicos e dos pedagogos, e menos por meio da autoridade divina e da pregação da Igreja, a esfera dos sacerdotes e pastores. Nesse contexto, não é surpreendente que as angústias culturais foram transformadas em enfermidades¹¹⁸ (LAQUEUR, 2007, p. 19).

Enfermidades estas que provém, dentre outras coisas, da excessiva atividade sexual. Portanto, por um longo período, variadas dimensões da sexualidade humana foram

¹¹⁶ A prática da masturbação é conhecida também como “onanismo” em alusão à história bíblica de Onan, o qual é penalizado por Deus com a morte por praticar o “coito interrompido”, entendido como uma forma de masturbação, e que resultava em um “desperdício de sêmen”, pois não era usado para fecundar a mulher.

¹¹⁷ Em abril de 1979, o artigo “Educação Sexual - Desafio na escola e no lar” identifica José Novaes Pasternostro como psicólogo, educador e diretor de uma clínica de aconselhamento profissional e psicológico não identificada na cidade de São Paulo. Também foi, ainda que por um breve período, diretor interino da Faculdade Teológica Batista de São Paulo. É autor dos livros “Como Ter Sucesso Na Profissão”, publicado em 1982, e “Sustento Ministerial – Sua Base Bíblica” de 1984.

¹¹⁸ “La medicina siempre fue algo semejante a una guía moral, una suerte de ética de la carne. Ese papel aumentó considerablemente en el siglo XVIII, cuando, al menos en los círculos progresistas, las normas morales comienzan a fundarse en la naturaleza, y son enseñadas más en las escuelas, el mundo de los médicos y de los pedagogos, y menos a través de la autoridad divina y las prédicas de la Iglesia, la esfera de curas y pastores. En ese contexto, no es sorprendente que las angustias culturales fueran transformadas en enfermedad” (tradução livre).

condenadas por uma moral cristã e posteriormente, a partir do século XVIII, patologizadas pelo discurso médico. O argumento de Laqueur centra-se na ideia de que a masturbação ou o “sexo solitário” era uma prática democratizada, feita por homens e mulheres. Nas palavras do autor, ambos estavam em “idênticas condições para cometer essa infração, igual e moralmente propensos”¹¹⁹ (idem, p. 17). E enquadrá-la como um problema moral foi estratégia para tentar solucionar outros problemas sociais e políticos e, sobretudo, uma resposta ao aumento do individualismo e da autonomia dos sujeitos. A masturbação moderna, perpassada por esse discurso, torna quem a pratica em enfermos, indivíduos não sadios.

O fato de o discurso médico se apropriar do argumento condenatório de práticas associadas à sexualidade a partir desse período não necessariamente fez com que outras instâncias se ausentassem do debate e da aversão a elas. Eles estavam muito mais em confluência de ideias do que em oposição. Em 1912, Freud publica seu estudo *Contribuições a um debate sobre a masturbação*, no qual ele conceitualiza a masturbação como um vício primário do indivíduo. Além de considerá-la como uma matriz para outros vícios, Freud também a associa as “atividades auto-eróticas da primeira infância” (THÁ, 2011, p. 3) e entende que ela é uma prática “regida pelo princípio do prazer com a evitação sistemática do princípio da realidade” (idem). Para Freud, a masturbação é uma atividade sexual limitada, que resulta em um comportamento de dependência, acarreta prejuízos orgânicos, descola a pessoa da realidade estabelecendo um padrão psíquico segundo o qual “não há necessidade de passar pelas agruras da alteração do mundo externo para obter a satisfação” (idem), além de persistir em um *infantilismo psíquico*.

Essa percepção de Freud sobre a masturbação (bem como das práticas homossexuais, como veremos adiante) construída entre o final do século XIX e início do XX rege o discurso sobre a prática na revista *Mocidade* na década de 1980. Como observado por Foucault (1999), nos três últimos séculos há uma multiplicação do discurso sobre o sexo e suas mais diversas dimensões. Pelo menos até Freud, a ciência estava “subordinada aos imperativos de uma moral” (idem, p. 54). Esta que,

a pretexto de dizer a verdade, em todo lado provocava medos; atribuía às menores oscilações da sexualidade uma dinastia imaginária de males fadados a repercutirem sobre as gerações; afirmou perigosos à sociedade inteira os hábitos furtivos dos tímidos e as pequenas e mais solitárias manias (idem).

É comum a ideia de que a masturbação pode causar doenças, considerado um vício perigoso pelo discurso médico até a primeira metade do século XX, este pautado em uma

¹¹⁹ “hombres y mujeres estaban en idénticas condiciones para cometer esa infracción, igual y moralmente propensos” (tradução livre).

moral religiosa e higienista, que para Foucault estava a serviço “da lei e da opinião dominante” (idem). Entre os séculos XVIII e XX, a campanha impetrada por médicos e educadores contra os “hábitos solitários” das crianças e jovens considerava a masturbação uma “epidemia a ser extinta”, ou ao menos adestrada (idem, p. 42). Mesmo que a partir da década de 1960 e 1970, surgem novas formas de perceber a masturbação, passando a ser o “sexo solitário” aceito e até mesmo incentivado como forma de autoconhecimento, o discurso da revista prefere orientar a juventude sobre formas de se evitar essa prática considerada narcisista e auto-erótica.

Em fevereiro de 1981, um jovem da cidade de Bonfim-BA escreve para Dr. Belisário a seguinte pergunta: *“Gostaria de saber como deixar de praticar a masturbação. Quais as doenças causadas por ela? É que um colega meu me falou que há tempo vem praticando este ato, e não sabe como deixá-lo”*. De antemão, já podemos concluir que o “colega” na realidade é o próprio *D. S.*, iniciais do jovem que assina a carta. Para deixar de se masturbar, o conselheiro afirma que se deve eliminar da rotina todos os hábitos que alimentam essa prática auto-reforçadora. O prazer associado à masturbação não é o mesmo que traz o alívio da tensão sexual, pois o indivíduo que se masturba está sempre tenso. Por isso, a prática deve ser abandonada em etapas, buscando fugir de sentimentos os espaços que sejam propícios para fazê-la. Solidão e isolamento são uma dessas situações, e por isso deve-se procurar sempre estar com outras pessoas, conversando e trocando ideias. Em conjunto, a ociosidade surge como fator que contribui para prática. Sendo assim, a mente deve estar sempre ocupada com atividades físicas e mentais sadias, e conversas que não sejam relacionadas ao sexo. Quanto aos ambientes, a cama e o banheiro, ou o momento do banho, são lugares oportunos para “entrar na fantasia e jogar-se em devaneios” (MARQUES, 1981a, p. 16). Desse modo, o conselheiro orienta que a cama seja um lugar para ficar apenas quando se estiver com sono e para dormir, livre do excesso de cobertores, e o quarto deve ser um ambiente ventilado para “não haver perturbação da circulação” (idem) – o que coincide com as recomendações de higiene feitas pelos adventistas desde a reforma da saúde no século XIX. Quanto ao banheiro, o chuveiro deve ser usado apenas para o banho, evitando ficar tempo além do necessário, pois se torna um momento favorável à excitação. Nada de banhos quentes e demorados, e “‘com um jato frio no fim’, como dizia um velho professor” (idem).

Quanto às doenças provocadas pela masturbação, Belisário Marques pondera dizendo que “não existe um acordo muito grande entre os estudiosos” (idem), mas que entre as principais reações observadas estão a perda de contato com a realidade e os sentimentos de “culpa, remorso, incapacidade de concentração, dores de cabeça, dores nas costas, ejaculação

precoce”, entre outras. Por conta de a masturbação ser tratada como algo negativo dentro da esfera religiosa, e por muito tempo também na esfera médica e social, esses sentimentos são de fato frequentes nos relatos sobre masturbação, além do arrependimento e a busca por tratamento por quem a pratica. Podemos observar isso em outro momento da seção, em julho de 1985, quando novamente o tema entra em pauta. Um jovem de 27 anos, que se automeou como “Nau sem rumo”, afirma que ele é “*mais um psicopata cheio de fantasias sexuais, que deturpam a mente. Mais um que quer abandonar a masturbação e não sabe como*”, em tom bastante angustiado.

No caso desse pedido de ajuda, Dr. Belisário utiliza do seu repertório cristão para aconselhar o jovem. O maior obstáculo a ser superado é a vontade, não importando “quanto fantasia sexual você tem ou quantas vezes masturba” (MARQUES, 1985, p. 13). Se o desejo é abandonar definitivamente o vício, o melhor a fazer é juntar a vontade do homem à vontade Superior - de Deus - o que pode render um verdadeiro milagre. Mesmo que não seja algo fácil de abandonar, o importante é estabelecer uma meta e buscá-la de forma incansável. Quanto a isso, Marques argumenta que “obstáculos surgirão. O desânimo poderá abatê-lo. A preguiça poderá sacrificá-lo. Não desanime. Você vai errar, mas tenha certeza de uma coisa: só acerta quem corre o risco de errar. Não há sucesso sem fracasso” (idem). Outra proposta interessante é que o problema não precisa ser resolvido sozinho. Assim como em casos de “homossexualismo”, como veremos a seguir, o conselheiro orienta que seja buscada ajuda médica, psicológica, assistência social e até mesmo a liderança religiosa caso seja necessário para repelir o vício.

4.3 Um *desvio* sexual: “Homossexualismo”

Os debates acerca da homossexualidade entre as décadas de 1970 e 1980 foram bastante intensos. A revolta de Stonewall¹²⁰, em junho de 1969, pode ser considerada um dos

¹²⁰ A revolta (ou rebelião) de Stonewall é como ficou conhecido o levante ocorrido em 28 de junho de 1969 em frente ao bar Stonewall Inn, no bairro East Village em Nova York. Local de encontro de marginalizados sociais, especialmente travestis, transsexuais, gays e lésbicas, o bar era alvo de constantes batidas policiais, num contexto em que a homossexualidade era considerada crime em quase todo o território estadunidense. Após mais uma violenta batida policial e uma confusão generalizada nas dependências do estabelecimento, seus frequentadores deram início a manifestações que perduraram por 6 dias, agregando simpatizantes ao longo desse período. A revolta é considerada um momento decisivo para o movimento LGBTQI+ nos EUA, pois foi fermento para a criação das primeiras organizações pró-direitos civis para homossexuais, lésbicas, travestis e transsexuais. Mesmo que de forma tardia, podemos considerar que esse movimento teve seu impacto no contexto brasileiro, que a partir do final da década de 1970 começa a ter manifestações pontuais, e ganha mais coesão apenas na década de 1990, após a epidemia de aids. Cabe acrescentar que anualmente o mês de junho, e especialmente o

pontapés que trouxe em voga esses debates na sociedade ocidental, tanto entre aqueles que vinham se organizando em prol dos direitos civis e LGBT's, quanto entre aqueles que condenavam fortemente condutas que não fossem hetero-cis-normativas, como grupos religiosos e setores mais conservadores da sociedade. De acordo com um recente relatório da ILGA (International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association), no final da década de 1960, 74% da população mundial vivia em países nos quais a homossexualidade era criminalizada (MENDOS, 2019, p. 177). Mesmo que esse número tenha caído para cerca de um quarto dos países nos dias atuais, ainda hoje existem 68 países nos quais a prática é considerada crime. Localizados principalmente no norte da África e no Oriente Médio, esses países exercem penas severas, como prisão perpétua e até mesmo pena de morte (tal qual o Irã e a Arábia Saudita), contra pessoas associadas à homossexualidade.

No contexto brasileiro, é no ano de 1985 que o Conselho Superior de Psicologia deixa de considerar a homossexualidade como um desvio sexual. Seguindo uma tendência mundial de despatologização da homossexualidade, em 1990 a Organização Mundial da Saúde (OMS) retira a prática do quadro de doenças mentais¹²¹. No ano seguinte, a Anistia Internacional passa a considerar a discriminação de homossexuais como uma violação dos direitos humanos. No que tange ao surgimento do movimento homossexual no Brasil, Regina Facchini (2002) afirma que em 1978 surgiu a primeira organização, chamada *Grupo Somos*, que realizou trabalhos até 1983. Segundo Facchini, diversas foram as siglas adotadas pelo movimento ao longo dos anos 1980 e 1990, tais quais: MHB (movimento homossexual brasileiro), MGL (movimento de gays e lésbicas) e GLBT (em referência a gays, lésbicas, bissexuais e transsexuais), este último observado em seus estudos de campo apenas a partir de 1999. Atualmente, as siglas mais recorrentes são a LGBT, LGBTI e LGBTQI+, esta última contemplando também pessoas que se identificam enquanto queers, travestis, transgêneros, interssexuais e outros. Há ainda quem adote outras letras para a sigla, como A (assexuais), P (panssexuais), entre outras.

Para Facchini (2003), a partir da criação do *Grupo Somos* ocorre o que ela chama de “primeira onda” do movimento homossexual brasileiro. Ele surge como um projeto de politização da homossexualidade. Anteriormente, as organizações criadas por homossexuais eram não-politizadas, mais voltadas à sociabilidade. No mesmo ano, em 1978, é lançado o

dia 28, é comemorado como o mês do Orgulho LGBT. Com informações de: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-48432563>>. Acesso em: 25/11/2019.

¹²¹ O dia em que a Assembleia Geral da OMS que tomou a decisão, 17 de maio, é comemorado como o Dia Internacional contra a Homofobia. Vale lembrar que ainda hoje a transsexualidade é patologizada em quase todos os países, com exceção da França.

primeiro número do jornal *Lampião da Esquina*, um marco para o movimento homossexual brasileiro. Nesse primeiro momento do movimento no Brasil, outros diversos grupos surgem, alguns com atuação até os dias de hoje, como é o caso do *Grupo Gay da Bahia*, fundado em 1980. De acordo com Facchini, um dos motivos para a crise dessa “primeira onda” ocorre em função do surgimento dos primeiros casos de aids no país entre 1982 e 1983, afinal, “quando surgiram as primeiras notícias a respeito da AIDS, houve várias reações de desconfiança no interior do movimento, o receio era de que esta fosse mais uma forma de controle médico sobre os homossexuais” (Idem, p. 92). O que resultou na disseminação de informações desencontradas e consequente desmobilização do movimento.

Ainda na primeira metade da década de 1980, há uma redução expressiva no número de grupos homossexuais organizados. De 22 grupos identificados no início da década de 1980, reduz para 6 o número de grupos organizados em 1985. Facchini afirma que uma das justificativas é a epidemia de aids, com seu rótulo pejorativo de “peste gay” e consequentemente seu poder de desmobilização das propostas de organização desse movimento e de liberação sexual. Em contrapartida, muitas lideranças do movimento homossexual voltam-se para a luta contra a doença, “criando as primeiras respostas da sociedade civil à epidemia” (idem, p. 93). Outra questão que gerou desmobilização do movimento foi a extinção de *Lampião da Esquina*, que cumpria um papel de meio de comunicação entre homossexuais, e pelo qual “faziam circular suas idéias e divulgar suas atividades por todo o país, dentro e fora do movimento” (idem, p. 94).

Facchini (2002) observa que há um reflorescimento do movimento homossexual no Brasil na década de 1990, fomentado tanto pelas políticas estatais de combate à epidemia de aids, como também pelo crescimento de um mercado segmentado voltado ao público homossexual no período. Esses estímulos não apenas “reforçam a adesão a um sistema classificatório segregacionista” (idem, p. 212), mas, em contrapartida, tornou-se fundamental para o surgimento de uma política de identidades homossexuais. O que contribuiu para organização de um movimento homossexual mais consistente a partir da década de 1990. É possível analisar o crescimento de grupos homossexuais organizados por meio do número de adesões aos Encontros Nacionais do Movimento Homossexual entre 1980 e 1997. Entre 1990 e 1995, o número de grupos participantes vai de 6 para 84 (FACCHINI, 2003, p. 104).

Na esteira dessas movimentações, a revista *Mocidade* também se manifestou trazendo suas percepções e orientações aos jovens com relação à homossexualidade. Traçando um quadro geral de como a homossexualidade é percebida no discurso do periódico, ela é um desvio sexual que deve ser tratado e que se manifesta em pessoas que tiveram seu

desenvolvimento afetivo-sexual prejudicado durante a infância, consequência comumente associada à relação da criança com a figura materna. Essa visão patologizada da homossexualidade é algo que, inclusive, vem ganhando um revigoramento nos últimos anos. No Brasil, um exemplo é o projeto de lei 4931/16, apresentado pelo deputado federal Ezequiel Teixeira (PTN/RJ), que prevê a possibilidade de profissionais de saúde mental (psicólogos/as e psiquiatras) de realizar tratamento de “reversão” ou cura de homossexualidade em pacientes que buscarem por ajuda em seus consultórios¹²². Uma figura que ganhou visibilidade no último período é Marisa Lobo¹²³, autointitulada psicóloga cristã que defende o tratamento psicológico e psiquiátrico de homossexuais através das mídias sociais e por meio de palestras e conferências. No caso de *Mocidade*, podemos destacar dois momentos em que a homossexualidade – tratada na revista como “homossexualismo”, o que mostra a intenção de frisar uma patologização da prática – é colocada em questão na década de 1980.

Em outubro de 1980, a seção *Você Pergunta* traz o questionamento de um leitor, identificado apenas pelas iniciais “Z. H.” e intitulado “Homossexualismo”. A dúvida trazida ao Dr. Belisário Marques é a seguinte: “*Estou desesperado: não sinto a menor atração pelo sexo feminino. Não sei mais o que fazer. Tenho vontade de relacionar-me apenas com pessoas do mesmo sexo. Há uma solução?*”. O tom é, de fato, desesperador, considerando que o jovem busca, através dos conselhos de Marques, encontrar uma forma de contornar seu desejo exclusivamente homossexual. Em resposta ao leitor, Dr. Belisário reitera que a atração sexual por pessoas do mesmo sexo é de fato perturbadora e desconfortante, segundo o qual esse “problema” é uma dificuldade de relacionamento heterossexual que surge já no desenvolvimento enquanto se é criança, “principalmente nos primeiros anos quando a mãe priva o filho de carinho, de afeto, de toque” (MARQUES, 1980a, p. 15). Comentando que há estudos com crianças que comprovam sua teoria, mas sem referenciar quais, ele afirma que, de forma geral, “os indivíduos que têm essas dificuldades [relacionadas à qualidade do sexo e ao apetite sexual] parecem ser filhos de mães muito frias e punidoras” (idem). Em contraste a essa figura autoritária e dominadora (a “mãe má”), haveria um pai passivo e submisso, que não atua como um modelo sexual. Tratando neste caso da homossexualidade masculina, ele afirma que faltaria “um pai com que possa se identificar” (idem).

¹²² Consultado em: <https://cd.jusbrasil.com.br/noticias/435161853/projeto-permite-que-psicologo-ofereca-tratamento-para-mudar-orientacao-sexual>, e no texto integral do PL 4931/16 disponível no link. Acesso em: 16/03/2020.

¹²³ Em seu site pessoal (<https://marisalobo.com.br/>), a mesma se declara, também, teóloga, conferencista, escritora e pesquisadora de gênero, pós-graduanda em saúde mental e filosofia de direitos humanos. Sustentando a bandeira de defesa da família, do tratamento de homossexuais, contra a descriminalização do aborto e contra o reconhecimento de uniões homoafetivas, Marisa Lobo chegou a concorrer às eleições de 2018 para o cargo de deputada federal pelo AVANTE Paraná. Ela obteve 29.032 votos, mas não foi eleita para o cargo.

Em confluência com o discurso de culpabilização da mãe e ausência do pai como modelo sexual está o artigo “*Homossexualismo: um desvio sexual*”, publicado na edição de junho de 1985 e assinado pelo Dr. César Vasconcellos de Souza¹²⁴. Interessante notar que sua publicação ocorre em sequência à despatologização da homossexualidade, firmada pela OMS em maio do mesmo ano. Logo de início, Souza declara que “o homossexual é uma pessoa que teve seu crescimento afetivo-sexual prejudicado em algum ponto do desenvolvimento de sua personalidade. É uma pessoa imatura sexualmente” (SOUZA, 1985, p. 11). Desta vez referenciando pesquisadores sobre o assunto, Souza destaca a reflexão de Anthony Storr, identificado como psiquiatra e psicanalista inglês, para o qual o indivíduo não se nasce homossexual, pois para ele “o que determinará a preferência sexual de uma pessoa na idade adulta está diretamente ligado às influências emocionais a que esteve exposta durante sua primeira infância” (idem, p. 12). Autor de diversos artigos para as revistas adventistas, no mesmo período Souza também reforça que a homossexualidade é um desvio sexual que tem suas origens ainda na infância em sua coluna “Consultório Psicológico”, na revista *Vida e Saúde*¹²⁵.

Partindo dessa análise, Souza traz outra perspectiva em relação ao relacionamento entre mãe, pai e filho: “o filho que se torna homossexual geralmente é o confidente e o favorito da mãe. O pai, pouco afetivo e hostil, não dá atenção para ele. A mãe, com excessiva intimidade, aproxima-se do menino” (idem). Ainda assim, essa mãe é vista como “superemotiva, manipuladora e controladora” (idem), utilizando a criança como substituidor afetivo na ausência do marido. Partindo dessa percepção, ele observa que no caso de homossexuais homens, “o medo que eles possuem das mulheres existe por causa da dificuldade em separarem-se nitidamente da mãe. Para eles, relacionar-se emocionalmente com uma mulher é voltar aos braços que podem ser ternos, mas que também podem prender” (idem). Mesmo assim, Souza faz uma ressalva, afirmando que há uma contribuição familiar para o surgimento desse “desvio”, mas que “parece haver também algum fator pessoal, possivelmente psicológico” (idem) que produz o comportamento homossexual. Vemos aqui que nem entre os conselheiros mais influentes nos periódicos adventistas possuem um consenso sobre as origens da homossexualidade.

¹²⁴ Nesse artigo, Vasconcellos de Souza é identificado como psiquiatra do Hospital Adventista Silvestre.

¹²⁵ Podemos citar como exemplo a edição de *Vida e Saúde* de maio de 1989, na qual Dr. César Vasconcellos de Souza responde a carta de um jovem homem, angustiado com seus desejos homossexuais que o perturba desde criança. Para Souza, seu relato “mostra o que acontece quando uma criança fica sem orientação na vida” (SOUZA, 1989, p. 20).

Mesmo não fazendo menção, essa associação entre o desenvolvimento da criança e atuação materna tem raízes na psicanálise e nos estudos de Freud sobre a mulher e figura da mãe. Como observado por Elisabeth Badinter, o “discurso psicanalítico contribuiu muito para tornar a mãe o personagem central da família” (BADINTER, 1985, p. 295). Segundo a autora, mesmo que a psicanálise nunca tenha afirmado que as mães fossem as únicas responsáveis pelo desenvolvimento dos filhos e filhas, ainda assim, elas foram comumente descritas como “a causa imediata, senão primeira, do equilíbrio psíquico” (idem) destes. Desse modo, a psicanálise contribuiu para que, por muito tempo, uma criança infeliz ou afetivamente problemática fosse entendida como fruto de uma “mãe má”. Badinter sugere que essa percepção ainda se faz presente em alguns discursos psicanalíticos na década de 1980, os quais indicam em muitos casos o tratamento não só da criança problemática, mas também de sua respectiva mãe. Assim, “a psicanálise não só aumentou a importância atribuída à mãe, como ‘medicalizou’ o problema da mãe má” (idem, p. 296).

Betty Friedan, em sua clássica obra *Mística Feminina*, também lançou mão da análise das consequências do discurso psicanalítico na percepção do papel da mãe no desenvolvimento das crianças. Ela nos mostra como no pós-1945, as mulheres foram levadas a um “retorno ao lar”, reafirmando seu papel de mãe e dona-de-casa. Neste momento, não só a mídia, representada especialmente através imprensa feminina, mas também o discurso acadêmico passam a utilizar das teorias freudianas para respaldar e construir uma “religião da mãe” (idem, 326). Surge um novo conceito de família sob o olhar psicanalítico e freudiano. De acordo com Friedan, o “Complexo de Édipo” torna-se uma expressão corrente. Quanto à figura da mãe,

Descobriu-se de repente que ela podia ser culpada de quase tudo. Em casos de perturbações infantis, ou de adultos alcoólatras, suicidas, esquizofrênicos, psicopatas, neuróticos, impotentes, homossexuais; de mulheres frígidas e promíscuas, vítimas de úlceras e de asma, ou de qualquer outra moléstia, a mãe era a culpada. Frustrada, recalçada, perturbada, martirizada, insatisfeita, infeliz mulher. Esposa exigente, irritante, colérica. Mãe dominadora, superprotetora, ou desnaturada (FRIEDAN, 1971, p. 165).

Sob o olhar psicanalítico, no caso da homossexualidade masculina a mãe teria um papel (ou uma culpa) fundamental. Como demonstrado por Friedan, uma das principais características dessa mãe seria a falta de emancipação: é “uma mulher que vive através do filho, e cuja feminilidade é virtualmente usada em seduzi-lo, prendê-lo a si, de tal modo que ele jamais consegue amadurecer para amar outra mulher, ou enfrentar sozinho a vida de adulto” (idem, 237). As relações homossexuais são justificadas como um modo de disfarçar “o sentimento proibido e excessivo pela mãe” (idem), enquanto a aversão às mulheres é

explicada como uma reação odiosa motivada pela figura da mulher que “o impediu de se tornar homem” (idem). Nesse sentido, o discurso de *Mocidade* não é, nem de longe, infundado. Alimenta-se das teorias que desde o século XIX são instrumentalizadas para servir a um discurso misógino e de culpabilização das mulheres mãe sobre todos os aspectos da vida de seus filhos e filhas. Esse discurso sobre a homossexualidade também se fundamenta a partir do que Foucault sugere no volume 1 de sua coletânea *História da Sexualidade*. Segundo o autor, no século XIX o homossexual torna-se uma espécie, constantemente analisado e posto em discurso pela medicina e pela psicanálise. Há uma busca pela justificação de sua sexualidade na mais tenra infância, no seu corpo, nos seus atos, nas suas palavras.

O homossexual do século XIX torna-se uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre. É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual, porém como natureza singular (FOUCAULT, 1999, p. 43).

De acordo com Foucault, por meio dos exames médicos, das investigações psiquiátricas, dos relatórios pedagógicos e dos controles exercidos no âmbito familiar, o que ocorre não é uma negação das sexualidades dissidentes, “errantes ou improdutivas” (idem, p. 45), mas sim a criação de um dispositivo que produz uma dupla incitação: prazer e poder (idem, p. 48).

No artigo publicado por César Vasconcellos de Souza, a homossexualidade feminina também é justificada via relação mãe-e-filha. Seu autor inicia seu argumento afirmando que “as meninas têm a tendência de absorver as qualidades femininas que a mãe possui (ou não). (...) uma menina de sorte é aquela que tem uma mãe que ama seu marido e que tem prazer na sua função materna, que se sente bem em ser mulher e feminina” (SOUZA, 1985, p. 12). Sendo assim, parte-se de um entendimento estereotipado e homogêneo de mulher-mãe-esposa, para a qual sua vida gira em torno do casamento, da família e do lar. Souza afirma que, quando a mãe é um modelo problemático, a menina pode se sentir inferior como mulher, o que implica diretamente no desenvolvimento de sua sexualidade.

As consequências centrais dessa falta de um modelo feminino seriam a fuga dos relacionamentos com rapazes, pois ocorre uma “depreciação de si mesmas” (idem), e o não amadurecimento para além do estado de pré-adolescência, no qual o interesse e convivência ocorrem mais entre pessoas do mesmo sexo: “permanecerão somente nos grupinhos das meninas (...), tendo dificuldade emocional em se relacionar com rapazes” (idem). Para que isso não ocorra, o essencial seria um bom relacionamento familiar, sobretudo com a mãe. Nos

casos em que as mães se revelam um modelo fraco de feminilidade, por exemplo, isso “poderá atrapalhar a menina a descobrir sua identidade como mulher” (idem). Como observa Tania Swain (1999), no oposto da imagem da mulher “verdadeira” e feminina está a lésbica, a feia e “mal amada”. Partindo de uma reflexão sobre *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir, Swain sugere que o enunciado *não se nasce mulher, torna-se* não cabe para o lesbianismo quando o argumento é o mulher-feminina *versus* mulher-lésbica “na medida em que se desenha nitidamente uma ‘natureza’ feminina, uma feminitude que se afirma não somente em relação a masculino, mas também em oposição às “atitudes viris” das lésbicas” (SWAIN, 1999, p. 115).

É interessante notar a presença desse debate na revista em um momento em que o lesbianismo “reaparece” como pauta, e para além dos círculos de estudos feministas¹²⁶, “como parte da reflexão que interroga a categoria ‘gênero’ em seu fundamento maior: a divisão binária e ‘natural’ da sociedade em dois sexos, pressupondo assim a heterossexualidade” (Idem, p. 110). Partindo de uma perspectiva heteronormativa e falocêntrica, *Mocidade* ainda afirma que “por mais que uma mulher homossexual adquira satisfações no seu relacionamento com pessoa do outro sexo” – lê-se: outra mulher – “sempre fica faltando ser vivida e *saciada* a parte de sua *natureza* que exige o apoio de um homem” (SOUZA, 1985, p. 12, grifos meus). Adiante, o autor retoma novamente o argumento de que a relação entre duas pessoas do mesmo sexo, e nesse caso, entre duas mulheres, é uma relação incompleta, afinal a “outra” “não pode supri-la daquelas atitudes afetivas masculinas que ela, no fundo, necessita. Ambas não podem dar e receber maturamente o amor” (idem). Aqui, é importante salientar que esse argumento sustentado por *Mocidade* – de que as mulheres lésbicas são homossexuais por “falta de homem” – é o mesmo compartilhado por aqueles que praticam o chamado “estupro corretivo” em mulheres lésbicas e transexuais, nos quais os agressores justificam a violência sexual como forma de “corrigir” a característica homossexual da vítima ou sua identidade de gênero¹²⁷.

Infelizmente, como é explicada por Swain, a “apreensão do mundo e dos seres se faz assim num quadro de pensamento ordenado por certas categorias, por imagens e representações sociais que designam os lugares e os papéis em sua atividade incessante de constituição e criação do real” (SWAIN, 1999, p. 110). Nesse universo religioso, não existe a

¹²⁶Algumas autoras feministas que ganham destaque na época são a estadunidense Adrienne Rich e a francesa Monique Wittig.

¹²⁷A partir de 2018, com a sanção da lei 13.718, esse tipo de crime passa a ser previsto em lei e ter uma pena específica para o agressor. Para saber mais: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencia-sexual/estupro-corretivo-entenda-o-crime-de-violencia-sexual-contras-lesbicas/>. Acesso em: 16/03/2020.

figura da lésbica por que simplesmente não há o reconhecimento das relações afetivo-sexuais constituídas entre mulheres. Não como pessoas completas ou “normais”. Na perspectiva de Butler (2019), as normas regulatórias do sexo trabalham justamente para a consolidação de um imperativo heterossexual, de uma heterossexualidade compulsória para a qual o lesbianismo é a própria dessexualização do corpo feminino.

No caso das duas matérias analisadas em *Mocidade*, os seus autores orientam, de uma forma ou de outra, a busca pelo tratamento e o combate do desejo homossexual. Num movimento nítido de patologização da homossexualidade e do lesbianismo, Dr. Belisário declara que o tratamento é difícil, mas possível quando a pessoa “aceita a situação” (MARQUES, 1980, p. 15) e se dispõe a se tratar. Sua orientação é a busca por tratamentos psicoterápicos que proponham uma reeducação do indivíduo, a fim de que ele se recupere dos “distúrbios homossexuais” (idem). A motivação para a angústia desses jovens com relação ao seu desejo homossexual deriva de uma moral religiosa e conservadora, mas as soluções apontadas não se encontram majoritariamente na restauração do indivíduo através da religião. Eles a associam o “problema” da homossexualidade a um problema muito mais emocional, e por isso, o tratamento deve contar não só com o arrependimento e perdão, mas com auxílio médico profissionalizado. Essa é uma linha seguida em outros periódicos adventistas, como é o caso da *Vida e Saúde*. Com a despatologização da homossexualidade por parte da OMS e outros órgãos internacionais, aos poucos a defesa do tratamento psicoterápico vai deixando de aparecer como uma opção de “cura gay”¹²⁸.

Belisário também se dedica a fazer uma crítica ao crescente debate acerca da homossexualidade na sociedade, que para ele soa como uma “promoção muito grande do homossexualismo” (idem) – mas sem pontuar por quais vias essa promoção ocorre, limitando-se a dizer que ela objetiva a aceitação do “homossexualismo”. Vale lembrar que o período no qual Belisário Marques escreve ainda haviam poucos grupos homossexuais organizados no Brasil, e as expressões sociais dos indivíduos homossexuais eram pontuais, muito por conta do período político vivido de regime ditatorial. Retomando a justificativa com base na teoria psicanalítica, o autor afirma que essa promoção faz com que se interprete a homossexualidade como algo “normal, natural, como se não fosse um tipo de problema”, explicando em seguida

¹²⁸ Isso não quer dizer que o discurso conservador e religioso ainda não sustente até os dias atuais, como já comentado, a possibilidade dos profissionais de psicologia tratarem a homossexualidade como patologia. De acordo com Gama (2019), a “permissibilidade dos psicólogos de oferecerem tratamento para homossexuais, visando convertê-los à heterossexualidade” (p. 07) é uma pauta que corre na Câmara Federal entre os parlamentares há pelo menos uma década, e é intensamente defendida por grupos civis conservadores e religiosos. Ela vai à contramão de uma das principais reivindicações dos movimentos LGBTQI+, que desde a década de 1980 lutam pela despatologização da homossexualidade, não só no âmbito médico e jurídico, mas também no âmbito social.

que para certas linhas da psicanálise ela é, sim, um problema, um tipo de fixação, um “estrangulamento do desenvolvimento sexual” (idem). Por fim, reforça o argumento que a origem do “problema” encontra-se no relacionamento familiar: “hoje em dia talvez o fenômeno esteja aumentando mais como fruto de outros fatores principalmente ausência do lar, do carinho, do afeto, aquilo que a criança precisaria e que não tem” (idem).

No artigo de 1985, o argumento central para o combate à homossexualidade encontra-se na ideia de que Deus “designou um propósito para o sexo” (SOUZA, 1985, p. 13). Afirmando de forma enfática que acredita na possibilidade de recuperação do indivíduo homossexual, Souza cita alguns pontos a serem observados. Nesse trecho, revela-se a presença da moral cristã, para a qual não existe pecado grande o bastante que não possa ser perdoado. Em primeiro lugar, o homossexual precisaria “ser aliviado de sua carga de sentimentos de culpa e inferioridade que o impede de formar um relacionamento heterossexual” (idem, p. 12), informando-o que mesmo com essa “tendência” ou “desvio” ele pode ser aceito e amado. Em seguida, o autor conflui na ideia de que é necessária a busca por tratamento psicológico profissional e também o apoio das pessoas próximas. Além disso, outra ajuda importante o cultivo fé e “a crença de que há um Deus amigo que o aceita e ama do jeito que ele é e está” (idem, p. 13). Deus estaria à disposição para ajudar a transformar e amadurecer a “direção sexual”, atuando nos pontos em que a ajuda humana é limitada. Por fim, Souza reitera que o amor homossexual é incompleto, e que “mesmo as relações homossexuais mais estáveis carecem ainda da completa realização que se encontra na heterossexualidade, isto é, homem se relacionando com mulher, conforme o propósito designado pelo Criador da raça humana” (idem). Aqui, o argumento sustentado pelo autor passa pelo religioso.

A homossexualidade também foi tema das edições especiais de *Mocidade* sobre “doenças venéreas”. Essas edições não apenas trazem informações pertinentes sobre infecções sexualmente transmissíveis, tais quais como evitar, identificar e tratar, mas também aborda temas relacionados pela revista a uma “promiscuidade sexual” ocorrida pela liberação sexual exacerbada a partir da década de 1960, como homossexualidade, amor livre e uso da pílula anticoncepcional. O artigo “Não se desespere: há uma solução” escrito por Rubens Lessa associa prática homossexual às perversões sexuais. Seu texto segue a linha da valorização do sexo como “uma das maravilhas criadas por Deus” (LESSA, 1983, p. 26), para em seguida tecer críticas às sucessivas gerações que “deturparam suas funções e finalidades” (idem). Esses desvios de condutas, que para ele são comuns à época e cada vez mais crescentes,

fazem com que o sexo tenha “um fim em si mesmo” (idem), seja feito objetivando única e exclusivamente o prazer, sem pensar em suas consequências.

Partindo dessa visão, Lessa atesta que o “homossexualismo” é talvez a perversão mais conhecida, sobre a qual se observa uma “tendência em de se aceitar este problema como coisa normal” (idem), e que se tornou um assunto não só dos movimentos homossexuais, mas também passou a ser pauta de diversos outros setores da sociedade, como a política e a medicina. Contudo, a questão central que o autor procura explicitar em seu artigo é que a homossexualidade tem cura, independentemente de sua causa. Lessa reforça seu ponto de vista recorrendo a um estudo de Colin Cook¹²⁹ publicado na revista *Insight*, o qual compartilha a ideia de que a homossexualidade tem cura e afirma conhecer vários casos de “homossexuais que se tornaram absolutamente heterossexuais” (idem). Assim como observado no artigo de César Souza, Lessa também evoca a moral cristã do pecado passível de perdão, bastando que o indivíduo “reconheça sua situação e decida valer-se do poder que vem de cima” (idem).

Na edição especial de *Mocidade*, a homossexualidade também é relacionada diretamente a doenças por meio do texto “Doenças Venéreas e Homossexualismo”, que não possui autoria identificada. Alertando sobre a epidemia de doenças decorrentes da crescente promiscuidade sexual, o artigo atesta que “fato inegável que um casal que restrinja sua atividade sexual apenas entre si está livre de contrair doenças venéreas” (DOENÇAS VENÉREAS, 1983, p. 9). Fato não considerado por seu autor ou autora é que há doenças comumente associadas ao sexo que não tem como a única forma de contaminação o contato sexual. Em continuidade, afirma-se que aqueles que “praticam o sexo promiscuamente correm o risco de contrair doenças venéreas com cada mudança de parceiro sexual. E a promiscuidade é bastante comum entre os homossexuais” (idem). Para a revista, o “estilo de vida do grupo ‘gay’ é bem mais livre do que o da maioria dos heterossexuais” (idem).

Essa associação entre homossexualidade e “doenças venéreas” é algo recorrente não apenas na revista, mas como veremos a seguir, um argumento comum na sociedade, especialmente após o surgimento da aids. Podemos observar também uma constante negação de que a homossexualidade possa resultar em relações duradouras, uma vez que o/a homossexual é retratado/a como o símbolo do amor livre, do sexo irrestrito a um/a parceiro/a sexual e à falta de cuidado com os outros e consigo mesmo/a quanto às infecções sexualmente

¹²⁹ Identificado como diretor de aconselhamento do Centro de Saúde Green Hills em Reading, Pensilvânia, EUA. Também é referenciado por César Vasconcellos de Souza em seus artigos e coluna na revista *Vida e Saúde*.

transmissíveis. Por outro lado, a heterossexualidade é tratada como garantia de monogamia e fidelidade.

4.4 *Promiscuidade sexual e seu rastro de dor: aids e “doenças venéreas”*

De acordo com o Ministério da Saúde¹³⁰, as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) são causadas por microorganismos, como vírus e bactérias. Elas são chamadas dessa forma por terem seu meio de transmissão principal o contato sexual, mas que também pode ocorrer entre a mãe e a criança durante a gestação, parto ou amamentação e pelo contato com o sangue, mucosas ou outras secreções corporais contaminadas. Ainda conforme o órgão, a terminologia “IST” foi adotada em substituição a “DST”, doenças sexualmente transmissíveis, pois sublinha a possibilidade de uma pessoa estar contaminada e transmitir uma infecção, mesmo não apresentando sintomas. Entre as infecções transmitidas por contato sexual mais conhecidas, podemos destacar sífilis, gonorreia, clamídia, herpes, HPV e HIV. Existem também doenças comumente transmitidas pelo contato sexual, ainda que este não seja o principal meio, como é o caso da Hepatite C.

As infecções sexualmente transmissíveis, chamadas na revista de “doenças venéreas”, são sempre associadas a uma vida sexual promíscua. Em outubro de 1984, um artigo sobre saúde intitulado “Doenças Venéreas: quais os riscos?” foi publicado sem autoria identificada, mas que traz as percepções do ginecologista e obstetra José Geraldo Conceição¹³¹ sobre essas infecções. Para ele, “a liberação sexual, o aumento do homossexualismo, a automedicação e o receio de buscar atendimento médico são (...) os principais motivos para a crescente incidência de doenças venéreas no Brasil” (DOENÇAS VENÉREAS, 1984, p. 14). O discurso sobre a liberação sexual e a homossexualidade como causas centrais do aumento de IST's é evidente em *Mocidade*, tema dificilmente tratado sem juízo de valor e moralismos. Em outra passagem, o médico afirma que a liberação sexual ocorrida a partir dos anos 1960, “aliada à prostituição” (idem, p. 15), prejudicou o combate às IST's (as quais tinham observado uma curva decrescente no número de casos entre as décadas de 1940 e 1950 por conta da descoberta dos antibióticos).

Entretanto, não podemos desconsiderar o fato de que a revista possibilita o acesso a informações relevantes sobre essas doenças para uma juventude que muitas vezes tem

¹³⁰ Consultado em: <<http://saude.gov.br/saude-de-a-z/infecoes-sexualmente-transmissiveis-ist>>. Acesso em: 26/11/2019.

¹³¹ Segundo as informações do artigo, o médico trabalha no Projeto de Assistência Médica e Psicossocial do Adolescente (PAMPA), grupo médico multiprofissional que atua na região do ABC paulista.

vergonha ou impossibilidade de buscar informações de outro modo¹³². Não apenas indicando as formas de transmissão e os sintomas manifestados pelas doenças, talvez a contribuição mais importante seja a orientação pela busca de ajuda médica. Como reforçado ao final do artigo, “devido ao caráter cíclico dos sintomas das principais doenças venéreas, é comum ao portador pensar que a doença foi eliminada após o desaparecimento dos primeiros efeitos” (idem). Contudo, “esse fator, aliado ao receio de procurar assistência médica competente, leva muita gente a se automedicar” (idem), o que pode não apenas ser ineficaz, como também dificultar o tratamento.

O editorial de *Mocidade* afirma que as duas edições especiais intituladas “Doenças Venéreas”, publicadas na década de 1980, objetivam ser um serviço de esclarecimento para a juventude e para toda a sociedade, e são inspiradas em “princípios retos e sentimentos construtivos” (BRITO, 1983, p. 5). Estas edições não tratam apenas das “doenças venéreas”, mas também de todo o “pano de fundo” promíscuo que leva a juventude a contraí-las. Assim como as demais revistas adventistas vendidas por meio da colportagem, estas edições especiais eram distribuídas pelas equipes de colportores/as e tinham por objetivo impulsionar a divulgação de *Mocidade*.

FIGURA 15 E 16 – EDIÇÕES ESPECIAIS DE *MOCIDADE* SOBRE “DOENÇAS VENÉREAS”.



FONTE: Biblioteca Pública do Paraná.

¹³² Outro fator importante a ser levado em consideração é que, de acordo com a pesquisa realizada pelo Instituto Pró-Livro, Retratos da Leitura no Brasil, as mulheres leem mais que os homens, e entre suas preferências de literatura destaca-se as de cunho religioso. Para saber mais: SOUZA, 2017.

Em ambas as edições foram utilizadas uma linguagem visual que chamasse a atenção tanto para o tema abordado, quanto para o público ao qual elas se destinavam: a juventude e, especialmente, as mulheres. Podemos observar que na primeira edição, publicada em 1983, a capa (FIGURA 15) estampa um rosto feminino dividido entre uma fotografia e uma ilustração em alusão a uma radiografia, como se pretendesse mostrar os reais impactos que o tema (as “doenças venéreas”) tem sobre o foco (o corpo feminino). Já na segunda capa (FIGURA 16), na republicação da edição especial alguns anos mais tardes, o editorial opta por estampar um homem e uma mulher – possivelmente com o objetivo de mostrar um casal heterossexual – para enfatizar que as “doenças venéreas” são um problema de ambos. Mas, ainda assim, quem se encontra em primeiro plano é a mulher.

Nos artigos em que as Infecções Sexualmente Transmissíveis entram em pauta, geralmente seus autores centram-se na sífilis e na gonorreia, que conforme registrado por José Conceição tem um aumento no número de casos no período, e entre jovens de 12 e 18 anos. Ao longo da década de 1980, essas duas doenças ganham destaque na revista, tanto que nas suas edições especiais são feitos um artigo específico para cada uma, e em seguida um artigo que abarca ambas, “Sífilis e Gonorréia”; além de uma série de testes para avaliar o conhecimento do público sobre o assunto. Acreditamos que a escolha por trazer informações detalhadas dessas duas doenças ocorre pelo fato de que sua forma de transmissão é majoritariamente sexual (no caso da transmissão adquirida). A outra forma de transmissão é o contágio congênito, isto é, quando a mãe transmite para a criança durante a gestação, no parto ou através da amamentação. Como afirma o editorial, o *perigo* das “doenças venéreas” não só ameaça a juventude, como também aquelas “criaturas que nem ainda vieram ao mundo” (idem), por conta de mães que são contagiadas por sífilis e gonorreia.

Nos dois artigos sobre estas doenças, o editorial de *Mocidade* não poupa os leitores e as leitoras de informações alarmantes e imagens, em suas palavras, chocantes, para ilustrar os sintomas e consequências da sífilis e da gonorreia (FIGURA 17). É interessante observar que não há, pelos menos nesses artigos publicados nas duas edições especiais, uma cautela em se exhibir órgãos genitais e os sintomas físicos das enfermidades. As fotografias que mostram os danos causados pelas duas doenças são bastante incômodas, e este é justamente o sentimento que o editorial de *Mocidade* busca causar. A prática sexual irresponsável pode causar danos não apenas psicológicos, mas também físicos graves. As imagens também podem ser entendidas como uma forma de chamar a atenção do público para a necessidade de se buscar ajuda médica e não praticar automedicação.

FIGURA 17 – FOTOS PUBLICADAS NAS EDIÇÕES ESPECIAIS DE *MOCIDADE*

FONTE: Biblioteca Pública do Paraná.

As perguntas que a revista se propõe a responder são: entre as duas, que enfermidade é mais comum? Como você pode saber se tem? Como se contrai? Qual o tratamento? Tem cura?. Estas e outras questões totalizaram 24 tópicos que seriam as dúvidas mais comuns acerca das duas IST's. Algumas das respostas dadas pela revista é que a gonorreia é muito mais comum, sendo que ela afeta homens e mulheres e na maioria dos casos não apresenta sintomas. Sua maior consequência seria a esterilidade, se não descoberta e tratada em tempo hábil. No caso da sífilis, que tem um grau de incidência menor, o primeiro sinal manifestado é o surgimento de cancro no órgão genital ou em outras partes do corpo onde ocorreu a exposição à bactéria transmissora. No caso das mulheres, o cancro pode surgir na parte interna da vagina, o que dificulta a identificação. Sobre esse sintoma inicial, ressaltam que seu desaparecimento não indica a cura da doença, pois ela pode se manifestar muitos anos após o contágio e trazendo sequelas como paralisia, cegueira, doenças cardíacas, renais e insanidade mental (SÍFILIS, 1983, p. 15).

Quando são abordadas simultaneamente as duas doenças, o artigo lista os sintomas e consequências que surgem de forma distinta para homens e para mulheres, identificando cada item com (S) ou (G). Para os homens, entre os principais problemas estão: danos à mente, dor de cabeça, perda de cabelos, cegueira, doença cardíaca, doença renal, erupção cutânea, esterilidade, dor ao urinar, emissão amarelada e deformação óssea. No caso das mulheres, a matéria cita como sintomas e consequências: danos ao cérebro, dor de cabeça, febre, perda de cabelo, inflamação na garganta, dano à espinha dorsal, doença renal, esterilidade, possível hemorragia, ferida indolor, erupção e danos aos vasos sanguíneos. No caso da sífilis, os sintomas podem aparecer entre 10 e 90 dias após a contaminação, e entre 3 e 8 dias para casos de gonorreia. Algumas das informações anteriormente citadas são repetidas, mas aqui destaca-se também que no caso da sífilis só após cerca de 4 anos a pessoa infectada deixa de ser potencialmente transmissora da doença, mesmo que não eliminada do organismo.

Os três artigos são guiados por uma linguagem médica acessível, sem associar as doenças a uma vida sexual promíscua, desregrada ou fora dos padrões morais. Eles são sucedidos por teste, no qual o público é convidado a responder perguntas e medir seus conhecimentos sobre o assunto, partindo da leitura do conteúdo da própria edição da revista. Num primeiro momento, deve-se indicar se as sentenças (numeradas de 1 a 10) são verdadeiras ou falsas. Em seguida, há uma questão de múltipla escolha, contendo 5 tópicos. E uma terceira questão solicita que a pessoa preencha os espaços em branco em afirmações sobre as infecções sexualmente transmissíveis.

Na primeira versão da edição especial sobre “doenças venéreas” há ainda uma página que busca chamar a atenção para a frequência com que os casos de gonorreia vêm crescendo, especialmente entre a juventude brasileira. A chamada (FIGURA 18) mostra um relógio de pulso com a imagem de um casal prestes a se beijar no visor. Acima, a frase “A cada um minuto, um adolescente brasileiro contrai gonorreia”. Na segunda edição, a mesma chamada é reproduzida, mas com uma imagem diferente (FIGURA 19). Ela mostra um jovem casal aparentemente encurralado pelas “doenças venéreas”, ambos com olhares apreensivos e posição corporal defensiva.

FIGURA 18 E 19 – CHAMADAS DAS EDIÇÕES ESPECIAIS DE *MOCIDADE*

FONTE: Biblioteca Pública do Paraná.

O tom condenatório fica a cargo do artigo “Promiscuidade e Seu Rastro de Dor”, o qual traz uma entrevista com José Martins de Barros¹³³, concedida ao redator de *Mocidade*, Ivo Santos Cardoso. A abertura da entrevista já é bastante provocante e chamativa (FIGURA 20). Ela mostra de um lado um casal com expressões aborrecidas, provavelmente pelas consequências das “doenças venéreas”, e de outro, as consequências diretas da contaminação: feridas, manchas na pele e bebês frutos de gestações de risco. Ainda, mostra a imagem de um local, provavelmente um bar ou boate, no qual seria um ambiente propício à promiscuidade. Todas essas imagens são permeadas pela cor vermelha, um tom associado à paixão, mas aqui também ao relacionado ao perigo das relações motivadas por ela, além de seus “rastros de dor”.

A primeira pergunta feita a Barros é sobre o crescimento da promiscuidade sexual no Brasil e no mundo. Segundo o médico, no caso o brasileiro problema encontra-se principalmente nas cidades. No interior, fora dos grandes centros, as pessoas teriam “uma vida mais calma, controlada, inclusive sob o aspecto moral e social” (CARDOSO; BARROS, 1983, p. 24). Em contrapartida, nas cidades os indivíduos são propensos a terem uma vida

¹³³ No artigo, o mesmo é identificado como diretor do Serviço de Educação de Saúde Pública de São Paulo e professor de Dermatologia Sanitária da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

sexual mais ativa e dinâmica, iniciando-a mais cedo e trocando frequentemente de parceiro/a. Essas pessoas também seriam estimuladas por canais “excitantes” disponíveis, como o cinema e o teatro. Vale lembrar que na revista esses espaços são declaradamente condenados como locais propícios para “passar dos limites”. Barros afirma que o problema em nível global é o solteiro, a pessoa entre 15 e 25 anos.

FIGURA 20 – ABERTURA DO ARTIGO “PROMISCUIDADE SEXUAL E SEU RASTRO DE DOR”.



FONTE: Biblioteca Pública do Paraná.

O que se observa no período é que há um crescimento dos casos em mulheres, e o médico justifica isso por meio da liberação sexual feminina assistida nos anos anteriores. Ainda que faça uma denúncia para o descaso das autoridades sanitárias da época sobre a notificação de casos e campanhas para divulgar informações sobre as doenças, Barros é bem enfático em sua crítica às diversões da juventude. O problema é a falta de “diversões sadias” (idem) que façam frente às atividades excitantes e “oportunidades sexuais” (idem). Sendo um período em que o descaso do Estado com relação à saúde pública era generalizado, ainda mais se tratando de doenças intimamente ligadas ao exercício da sexualidade, é muito mais fácil responsabilizar o doente pela doença e taxá-lo apenas como um propagador de epidemias que deve controlar seus próprios atos e sua vida sexual.

Outro artigo, publicado na segunda edição especial, também demonstra a preocupação com a juventude e a crescente liberdade sexual. “Doenças Venéreas: os jovens são as principais vítimas” é assinado por Valdenizio Petrolli¹³⁴, que inicia seu texto advertindo que “quem vai desfrutar a ‘doce’ aventura do prazer não está interessado em doença venérea. Na volta, fica surpreso quando percebe a ‘amarga’ mercadoria” (PETROLLI, 198-, p. 28). O sexo passou por uma transformação, e “a ‘amizade colorida’¹³⁵ sem barreiras, sem tabus, a pílula e as interrupções voluntárias de gestação revolucionaram tudo” (idem). Porém, o preço pago pela juventude por suas atitudes com relação ao sexo foi a contaminação pelas infecções sexualmente transmissíveis. Petrolli corrobora com a visão de Barros acerca dos estímulos que os meios de comunicação, e destacadamente a televisão, exercem sobre a juventude e nos quais a liberdade sexual é “fartamente insinuada” (idem, p. 29). Para o autor, “muitos jovens inexperientes encontram dificuldades em enfrentar a avalanche de argumentos persuasivos e apelos que contrariam suas convicções e chocam com a formação cristã que receberam” (idem). O argumento dos autores toma o jovem como tábua rasa, que por estar em uma fase de perigosa e de transição, deixa-se levar por quaisquer influências e estímulos.

A falta de informação sobre o contágio e as formas de tratamento são problemas enfatizados pelos dois autores, além dos especialistas consultados por eles para a produção dos artigos. A juventude encontra-se no centro desse argumento, pois muitas vezes não tem a quem recorrer, problema potencializado pela falta de educação sexual nas escolas. Ao listar algumas IST's como a sífilis e a herpes, Petrolli afirma (com base em constatações de médicos da Faculdade de Saúde Pública da USP, sem identificar quais) que “o maior foco de doenças venéreas são as mulheres com sexo descompromissado, que mantém relações – do tipo amizade colorida – com vários parceiros” (idem, p. 30). Em segundo lugar, estão os homossexuais e prostitutas.

Petrolli salienta que, em contraposição à falta de um programa de educação sexual efetivo para a juventude, há um acentuado aumento da liberdade sexual no momento, “com a sociedade constantemente bombardeada por apelos sexuais através da publicidade e propaganda escrita, falada e televisada e insinuações constantes de programas e novelas” (idem). Isso consistiria em uma “verdadeira lavagem cerebral” e uma “promoção ao sexo livre” (idem), que leva a juventude a se distanciar dos propósitos de Deus. Valdenizio Petrolli elenca ainda um último ponto de discussão que é a aids, tema que se torna emergente no

¹³⁴ Jornalista e advogado paulista, não foi possível saber se era adventista ou não.

¹³⁵ A expressão “amizade colorida” é utilizada para se referir a um relacionamento sem compromisso de fidelidade ou exclusividade e que envolve sexo casual entre duas ou mais pessoas. Foi também nome de uma minissérie produzida pela Rede Globo em 1981.

início da década de 1980, e é associado à prática sexual homossexual. Com relação às infecções sexualmente transmissíveis como um todo, o autor reforça que o perigo é evitado quando se escolhe bem as companhias, além de ser importante “excluir do roteiro de passeios os lugares suspeitos como casa de massagem, barzinhos, boate, etc” (idem), pois seriam os principais focos de transmissão de doenças.

De fato, a juventude sempre esteve mais propensa a contrair infecções sexualmente transmissíveis, como atesta a médica Jacinta Azevedo (2008), seja pela prática sexual com vários parceiros ou parceiras, a baixa noção de risco e de cuidados a serem tomados para evitar a contaminação por infecções sexualmente transmissíveis, ou o uso incorreto de métodos de proteção e contracepção. Contudo, o problema central está na associação à promiscuidade sexual carregada de moralismo, e que culpa a crescente liberação sexual assistida a partir do final da década de 1960 como algo que resultou apenas em desgraças para a juventude. A falta de informação é um argumento consistente na sociedade e na revista, mas esta parece dividir a juventude entre aqueles e aquelas comprometidos/as com os ensinamentos cristãos e o “Outro”, que é a juventude levada pela “onda de novas ideias”. Desse modo, a revista insiste na sustentação de um modelo de jovem padrão, ao passo que observa uma juventude – encarada como o “Outro” – respondendo a esse ideal, rejeitando a sujeitividade da mulher, desobedecendo a regras impostas pelo discurso conservador e religioso como uma forma de obediência de si. Com o aparecimento da aids, o argumento de que as IST’s são consequências de práticas sexuais incompatíveis com o modelo cristão de sexualidade fica ainda mais consistente.

A aids é uma síndrome que se desenvolve a partir da contaminação do indivíduo pelo vírus da imunodeficiência humana, conhecido pela sigla HIV. Tanto a síndrome quanto o vírus entram em voga no ocidente a partir do início da década de 1980. Não cabe aqui discutir a origem do vírus, nem como ele chegou aos EUA, à Europa ou ao Brasil. O que nos interessa é entender como essa epidemia se desdobrou em múltiplas facetas, no que diz respeito às ações relacionadas à saúde, como também seus impactos no âmbito social. Desde o início do conhecimento sobre e das tentativas de tratamento, a aids foi associada sobretudo aos homossexuais. De acordo com a Fundação Oswaldo Cruz¹³⁶, pressupõe-se que os primeiros casos da doença nos EUA, Haiti e África Central datam de 1977 e 1978, mas apenas em 1982 é que o problema foi efetivamente identificado enquanto a síndrome de imunodeficiência

¹³⁶ Consultado em: <<http://www.ioc.fiocruz.br/aids20anos/linhadotempo.html>>. Acesso em: 05/12/2019.

humana. Já no Brasil, o primeiro possível quadro de aids é de 1980, mas só diagnosticado em 1982, ano em que a síndrome é também midiaticizada no Brasil.

Os primeiros casos registrados no EUA observaram doenças atípicas em jovens (homossexuais), o que fez com que o campo médico acreditasse que se tratava de uma nova doença por trás desses casos incomuns. O fato de ter sido descoberta entre um grupo expressivo de homossexuais fez com que a aids rapidamente fosse enquadrada pelo discurso midiático hegemônico e pelo discurso conservador como um “câncer gay” ou uma “peste gay”, uma resposta divina à intensa promiscuidade assistida no ocidente e que teve seu auge entre os anos 1960 e 1970. Porém, como bem observado pelo Dr. Jean Claude Nahoum, a aids “foi estudada inicialmente em homossexuais, começou a ser procurada insistentemente em homossexuais e, naturalmente, foi encontrada em homossexuais” (apud. PELÚCIO; MISKOLCI, 2009, p. 132). Nesse cenário, como observa Pelúcio e Miskolci, “a epidemia permitiu o reforço da norma heterossexual que servira como modelo para patologizar as sexualidades dissidentes”, por conta da afirmativa equivocada de que se tratava de uma doença que atingia exclusivamente o público gay. Além disso, “o dispositivo da aids revelou-se eficiente na conformação dos antigos prazeres perversos em formas moldadas por padrões heterossexuais.” (PELÚCIO; MISKOLCI, 2009, p. 127).

Um fenômeno em torno da aids observado por Richard Parker e Herbert Daniel (2018) é a chamada terceira epidemia. O argumento dos autores é que, com relação à síndrome, existiram três epidemias ou momentos distintos. A primeira diz respeito ao início da contaminação pelo vírus HIV, “que silenciosamente penetra na comunidade e passa muitas vezes despercebida” (idem, p. 14). A segunda, é a manifestação da síndrome da imunodeficiência, a própria epidemia de aids, através de doenças oportunistas entre pessoas contaminadas pelo vírus. A terceira reflete a epidemia pública com relação a aids, que para os autores é potencialmente a mais explosiva, a forma como a sociedade percebeu e perpetuou a síndrome, a “epidemia de reações sociais, culturais, econômicas e políticas à AIDS” (idem). Conforme exposto pelos autores, desde antes das notificações sobre os primeiros casos no Brasil já circulava notícias com concepções complexas e contraditórias do que era “a AIDS”. Elas quase sempre se baseavam “nas imagens e representações da AIDS, dos doentes, ou daqueles que estariam em maior risco de contraí-la, produzidas e reproduzidas pelos meios de comunicação e daí estendidas e desenvolvidas nos discursos da vida do dia-a-dia” (idem, 17). Estabelecia-se, assim, a imagem da “vítima” da aids.

Num primeiro momento, profissionais da saúde tentaram importar o modelo estadunidense de procedimentos e as características observadas nos próprios pacientes para o

caso brasileiro. Frequentemente, as perguntas feitas aos possíveis contaminados (e aqui, colocado propositalmente no masculino) era se eram homossexuais, se haviam viajado para os países com um grande número de casos (como EUA e França) e/ou se haviam se exposto a situações de risco, como a utilização de drogas injetáveis. Nesse primeiro momento o interessante é que, como foi observado por Daniel e Parker (2018), uma pessoa com todos os sintomas possíveis da aids provavelmente passaria despercebida pelo olhar médico se não se não tivesse se exposto a situações de risco, ou se fosse heterossexual. No caso brasileiro, o primeiro perfil traçado das pessoas contaminadas pelo vírus eram indivíduos razoavelmente ricos de São Paulo e do Rio de Janeiro, que costumavam viajar para cidades estrangeiras e tinham uma “conduta sexual promíscua”, que pode ser entendida como “uma espécie de perigosa imoralidade que rapidamente se tornou central na concessão popular de AIDS” (idem). Não tardou para que esse modelo desmoronasse, com a doença se estendendo a outros grupos marginalizados da sociedade e não somente homossexuais. Somam-se a eles prostitutas, travestis, prisioneiros, camadas mais baixas e marginalizadas, “perigosas” da sociedade. O que é interessante notar é que

Desde que a epidemia começou a tomar forma, particularmente nas páginas dos jornais diários, a observada marginalidade de suas vítimas foi ligada à observável severidade das consequências da doença. Uma atenção particular foi dada, talvez acima de todo o resto, a pelo menos três características da doença: sua natureza contagiosa, sua aparente incurabilidade e seu desfecho inevitavelmente fatal (idem, p. 20).

Em julho de 1986, a primeira matéria sobre a doença é publicada na revista. “Aids: A invasão do vírus”¹³⁷ é colocada como primeira página da revista, antes mesmo do sumário, e traz uma ilustração¹³⁸ que ocupa uma página inteira, representando um vírus monstro, lutador e imbatível, que carrega em seu capacete a inicial “A” (FIGURA 21). O texto não é assinado, e traz dados gerais do que se sabe sobre a epidemia dentro e fora do Brasil. Seu discurso corrobora o senso comum acerca da noção de “grupo de risco”, associando-a exclusivamente a jovens homossexuais na parte de apresentação da doença.

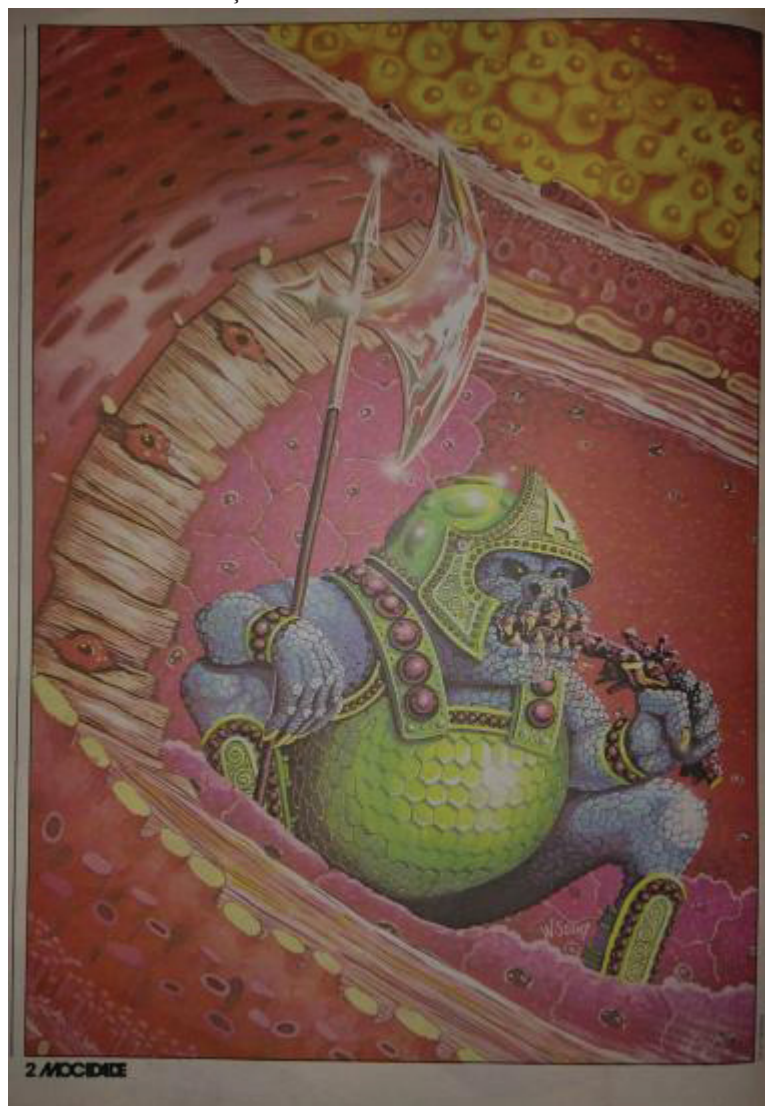
O conteúdo mais interessante está nas formas apontadas pela revista de se prevenir a contaminação pelo vírus HIV. A primeira delas é a promiscuidade: deve ser evitada. O cuidado em não se cultivar múltiplos parceiros “deve ser o mesmo para hétero e homossexuais” (AIDS, 1986, p. 03). Quanto aos lugares, devem ser evitadas as *casas de*

¹³⁷ A mesma matéria é replicada na segunda edição especial de *Mocidade* sobre “Doenças Venéreas”. Não foi possível identificar qual foi publicada primeiro, uma vez que através da diagramação e do corpo editorial, só é possível saber que essa edição especial foi publicada entre 1985 e 1987.

¹³⁸ A ilustração é assinada por “Wanderley”. Como nesse período a revista contava com uma equipe consistente de direção de arte e produção visual, possivelmente ela foi feita pela equipe da própria revista.

massagem. Segundo a revista, os principais problemas são “as casas gay, frequentadas por representantes do maior grupo de risco - os homossexuais, travestis que comercializam o sexo e bissexuais” (idem). Com base em “autoridades médicas”, asseguram que a prática do sexo oral é comum nesses espaços e por isso são focos potenciais de transmissão. Nesses dois pontos, parece que a revista coloca quase como uma questão de escolha a contaminação pela aids, muito próximo ao discurso de culpabilização e resposta divina aos anos de liberação sexual e crescimento da visibilidade homossexual.

FIGURA 21 – ILUSTRAÇÃO DO ARTIGO “AIDS: A INVASÃO DO VÍRUS”.



FONTE: Biblioteca Pública do Paraná.

Alertam ainda sobre o cuidado na utilização de seringas, não apenas no caso de viciados em drogas, mas também nas farmácias, prontos-socorros ou no dentista. E por fim, reforçam a ideia de “grupo de risco”, mesmo sendo algo que, no momento da publicação da

matéria, já era algo amplamente discutido entre profissionais da saúde, ativistas LGBT's e a sociedade como um todo, buscando desmistificar a ideia de que apenas pessoas desviantes à norma podem ser contaminadas pelo vírus HIV. Inclusive, em 1986 foi criado o Programa Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde, que buscava não apenas traçar estratégias de combate à transmissão e tratamentos mais efetivos para as doenças, mas também conscientizar a população sobre as reais possibilidades de se contaminar. Contudo, os dados utilizados no artigo que apontam que 75% das pessoas atingidas são homossexuais, seguidos por viciados em drogas injetáveis, haitianos e hemofílicos. Esses dados, bastante contestáveis já à época, também eram veiculados na revista *Vida e Saúde*.

Outro artigo bastante semelhante é publicado em junho de 1987 pelo jornalista Valdenizio Petrolli, nomeado de “Aids: o Mal do Século”. Considerada uma doença que chegaria a matar “mais do que as duas grandes guerras juntas”, a estratégia que deveria ser adotada pela juventude para não se contaminar é “ficar longe da promiscuidade, principalmente dos grupos de alto risco como os homossexuais, viciados e prostitutas” (idem). Petrolli reforça a orientação de não ter relações sexuais fora do casamento, que pode representar “um perigo desastroso para a vida e saúde” (idem). Mesmo admitindo que a doença já estivesse afetando “mulheres, crianças e heterossexuais” (idem), ele recorre a argumentos de um médico patologista estadunidense chamado John Grauerholz, com intuito de endossar a noção de “grupo de risco”, sobre o qual deve ser evitado o contato e o relacionamento com qualquer pessoa que pertença a ele. Conforme noticiado no artigo, “o médico afirma que a transmissão ocorre por vias comprovadas: homossexualidade, uso intravenoso de drogas, hemofílicos e pacientes que sofreram transfusão de sangue” (idem).

Outro tema controverso abordado pelo artigo é com relação às origens da doença. Citando o livro “Aids: um vírus estranho que veio de longe” do imunologista francês Jacques Leibowitch, trazem a história de que o vírus teria sido transmitido do macaco verde para humanos no continente africano, e que de lá foi trazido para ao EUA e Europa. Segundo Pelúcio e Miskolci (2009), a teoria do berço africano da aids só faz reviver fantasmas colonialistas, para os quais historicamente “as doenças foram compreendidas tendo origem exterior e distante das populações sob ameaça” (idem, p. 134). No caso da aids, a geografia que encontra sua origem na África e Haiti só reforça um imaginário associado ao colonialismo e a “um Outro (negro) hipersexualizado” (idem).

Mesmo indicando que a doença foi ironicamente batizada de “doença gay”, o próprio discurso presente no texto corrobora com a ideia de que a aids é uma doença majoritariamente homossexual. Dando a entender que uma forma de prevenção não é ter relações sexuais

responsáveis (com o uso de preservativos), mas não praticar relações homossexuais em si. A principal forma de prevenção seria, quem sabe, se curar o “homossexualismo”. Sendo a relação sexual via anal mais perigosa, segundo Petrolli, faz com que a relação homossexual seja de maior risco. A orientação feita é só ter relações com pessoas não infectadas (como se fosse facilmente detectável), mas o recomendável é evitá-las. Além disso, o argumento utilizado pelo autor para o risco maior ser entre prostitutas, homossexuais e bissexuais é que estas pessoas trocariam com frequência de parceiros, “na maioria das vezes, mais do que um por dia” (PETROLLI, 1987, p. 07). No caso de homossexuais e bissexuais, significa pressupor que isso é algo inerente à homo e bissexualidade. Como se isso dissesse respeito apenas à prática sexual isenta da possibilidade de criação de laços afetivos, por exemplo.

Como apontado por Herbert Daniel e Richard Parker, “as reações diante da AIDS, não apenas de indivíduos, mas até mesmo de grupos sociais e instituições, foram frequentemente provocadas pelo medo, muito mais do que por qualquer outra causa” (DANIEL; PARKER, 2018, p. 15). Eram fundadas em entendimentos parciais ou compreensões falhas do que era efetivamente o vírus HIV e a doença causada por ele. Essa reação social, cultural e econômica em torno da aids e fortemente midiaticizada suscitou o que os autores descrevem como uma “síndrome de culpabilização e acusação”. O que acaba por dificultar o real entendimento sobre a síndrome, de uma forma despida de preconceitos, o “que em nada contribui, no final das contas, para diminuir o avanço da doença ou para atender aqueles cuja vida atingiu” (idem, p. 16).

4.5 *Eternas polêmicas: feminismo e violência contra as mulheres*

A década de 1970 foi marcada por intensos debates feministas e no caso brasileiro, marca também o surgimento dos primeiros grupos feministas no país. Num contexto mais amplo, como uma resposta às reivindicações feministas sobre diversos assuntos que vinham desde a década anterior, o ano de 1975 foi eleito pela ONU o Ano Internacional da Mulher, que rendeu para além dele diversas ações, acordos governamentais, tratados internacionais e eventos em geral em torno das pautas feministas. Desde esse período, tem-se buscado dar visibilidade ao problema social da violência contra as mulheres. Quando se olha para a história do Brasil em relação à violência contra as mulheres, por muito tempo ela foi considerada um assunto de ordem privada, já que frequentemente era praticada no âmbito familiar, conjugal e doméstico. Como relata Lage e Nader, legitimada por uma “ideologia patriarcal, institucionalizada e garantida por leis, a dominação masculina fez do espaço do lar

um *locus* privilegiado para a violência contra a mulher, tida como necessária para a manutenção da família e o bom funcionamento da sociedade” (LAGE; NADER, 2013, p. 287). E seguindo essa lógica, demorou muito tempo para que ela fosse considerada um problema de ordem social e que exigia intervenção do Estado.

Em 1976, um caso emblemático que deu visibilidade¹³⁹ a uma triste realidade que é o feminicídio foi o assassinato de Ângela Diniz. Assassinada a tiros pelo próprio namorado, o caso rendeu a frase feminista “Quem ama não mata” (BLAY, AVELAR, 2017, p. 332). Mesmo o caso tendo sido amplamente noticiado e discutido socialmente, a condição de Ângela como uma mulher que havia se separado e era amante (já que o namorado havia largado da esposa para viver com ela), e portanto “afrontava os padrões femininos da época” (LAGE; NADER, 2013, p. 297), foi base para a construção da defesa de seu assassino, que argumentava que o crime foi cometido em defesa de sua honra.

Segundo Lage e Nader, em 1985 são criadas as primeiras delegacias especializadas no atendimento a esses tipos de casos. Contudo, só em 2006 há a promulgação de uma lei que trata especificamente da violência de gênero em âmbitos domésticos e familiares, que é conhecida como a Lei Maria da Penha¹⁴⁰. Foi também na década de 1980, na esteira da Assembleia Constituinte, que o movimento feminista organizou uma mobilização que ficou conhecida na imprensa como o “*lobby* do batom” (idem, p. 301), objetivando conquistas legais em prol dos direitos das mulheres. Não por acaso, é na década de 1980 que aparecem as

¹³⁹ Vale lembrar que a violência contra as mulheres, tanto em espaços públicos quanto no âmbito doméstico e familiar, não é algo exclusivo da década de 1970 em diante. Outros diversos casos de violência foram amplamente noticiados anteriormente, como o caso “A rainha do baile”, em 1905, no qual Joanna Maria Ramos foi gravemente ferida num crime marcado não só pela violência de gênero, como também racial e de classe; “A tragédia de Icarai”, sobre o assassinato de Anna Levy Barreto em 1912 e cujo autor dos disparos foi seu próprio marido; o assassinato (seguido do suicídio do autor) de Amedea Ferrari em 1919, no qual seu ex-marido não aceitou o fim do relacionamento; e o Caso Aída Cury, que morreu tentando escapar de uma tentativa de estupro em 1958, entre tantos outros (Cf. LAGE; NADER, 2013, p. 290-296). Mesmo com inúmeras campanhas e até uma lei de combate à violência contra as mulheres, ainda hoje se observa um número alarmante de casos, sobretudo por motivações como términos de relacionamentos ou ciúmes. Mais recentemente, em 2015, foi promulgada a 13.104/15, que classifica o assassinato de mulheres (feminicídio) como um crime hediondo e inafiançável, gerando agravante e consequentemente aumentando a pena do assassino. Consultado em: <<https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-voce-conhece-a-lei-do-feminicidio/>>. Acesso em: 07/12/2019.

¹⁴⁰ A Lei 11.340/06 tem seu nome inspirado na história de Maria da Penha Maia Fernandes, que entre as décadas de 1970 e 1980 viveu 6 anos sendo agredida pelo então marido, chegando a ficar paraplégica por conta das agressões e sofrendo tentativas de homicídio por parte do mesmo via afogamento, eletrocução e arma de fogo. Após a denúncia, o processo judicial levou 19 anos para ser concluído, levando o agressor à condenação somente em 2002. Papel determinante teve a Comissão Interamericana de Direitos Humanos que, um ano antes, havia responsabilizado o Estado brasileiro por negligência, omissão e tolerância com casos de violência contra as mulheres. Como forma de reparação, foi determinado que o Brasil adotasse medidas político-jurídicas e promovesse políticas públicas para o combate à violência de gênero e a garantia dos direitos das mulheres (Cf. LAGE; NADER, 2013, p. 310-311). Consultado também em: ><https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/lei-maria-da-penha>>. Acesso em: 07/12/2019.

primeiras referências à violência de gênero e abuso sexual na revista *Mocidade*, seja por meio de artigos específicos ou por cartas publicadas na seção “Você Pergunta”.

Um tipo específico de violência que tem até os dias de hoje uma diferença alarmante entre o número de oficial de casos notificados e as estatísticas de ocorrências é a violência e o abuso sexual. Casos assim foram tema de duas cartas selecionadas em sequência por Dr. Belisário em setembro e outubro de 1982. O primeiro relato conta a história de “Esposa Desesperada”, uma mulher de quase 50 anos que vive um casamento infeliz, no qual nunca se sentiu bem. Em seu longo relato, que traz os diversos problemas de sua vida conjugal, chama a atenção o seguinte trecho:

Nunca fomos amigos. Nunca conseguimos conversar, nossos mundos são tão diferentes, ele só fala em sexo; sempre lhe supliquei para não me repetir as piadas sujas, imundices que os homens praticam com as mulheres, explicava-lhe que isto me prejudicava muito. É como se a mulher fosse objeto de diversão para o homem e não um ser humano com dignidade. Isto foi me fazendo criar nojo até de mim mesma como mulher. Aliás a conversa dele sempre foi rebaixando a mulher. Muitas noites chorei com vontade de conversar com alguém coisas comuns da vida, ser uma pessoa e não um objeto (MARQUES, 1982, P. 16)

Ela reforça que para o marido, “o sexo sempre foi a coisa principal da vida” (idem), e por isso nunca deixou de servi-lo. Em outra passagem de seu texto, a mulher conta que o marido “escreveu a um orientador de famílias e depois me esfregou a resposta no nariz, onde dizia que a esposa não pode negar-se de maneira alguma, etc, etc. Será que Deus tem mandado certas pessoas darem conselhos quanto à vida íntima dos outros?!” (idem, p. 17). Seu último pedido ao conselheiro é que ele publique na coluna um aviso aos moços que “mulher não é sinônimo de sexo” (idem). A resposta de Belisário, também extensa, tenta confortar a mulher nos mais diversos aspectos. Mesmo não falando declaradamente, a forma como ela fala sobre a vida sexual do casal foi o suficiente para o conselheiro entender que a mesma sofre abuso sexual dentro do próprio casamento. Sobre isso, ele inclusive refere-se ao crime de estupro, afinal, trata-se de uma relação não consensual.

Por falar em sexo, eu não creio que pessoa alguma é obrigada a praticar sexo sem vontade. Aliás quanto eu entenda é considerado crime de estupro. Não creio em sexo para provar nada. Não creio em sexo para satisfazer contra a vontade do outro. Sexo é o resultado de um bom relacionamento, um bom entrosamento. É coroamento de um relacionamento gostoso. Aliás, de acordo com a Bíblia, ele está associado ao companheirismo entre o homem e a mulher instituído no Céu. Sexo à força, por obrigação eu não conheço nem creio ser o tipo desejado e recomendado por Deus (idem).

Mesmo com um apelo à moral cristã heteronormativa, Marques faz um importante alerta para o fato de que os abusos sexuais podem ocorrer dentro de casa e da vida conjugal. Nos conselhos do autor, encontramos um discurso destoante da norma matrimonial cristã, a qual coloca a mulher como essencialmente submissa ao homem, devendo servi-lo de todas as

formas pelas quais for requisitada. Contudo, tampouco orienta que a mulher saia do casamento infeliz, que nitidamente se trata de um relacionamento abusivo. Na tentativa de ajudá-la, ele orienta que se converse muito, discutam o quanto for necessário, que se faça “uma verdadeira limpeza por dentro de todas as mágoas acumuladas através das primaveras e outonos da vida” (idem). O que provavelmente não é uma medida efetiva, uma vez que uma das principais reclamações feitas pela mulher é justamente a impossibilidade de diálogo e constante menosprezo do marido por parte dela.

No mês seguinte, Belisário Marques dedica a seção “Você Pergunta” para outro triste relato que tem como pano de fundo o abuso sexual no espaço familiar, mas desta vez entre pai e filha. O relato de “Rosa Desfolhada”, 17 anos, conta que desde os 14 saiu de casa para morar numa cidade maior para estudar. Nas primeiras férias que passou na casa de sua família, e foi quando os abusos começaram.

Meu pai me disse que eu estava me afastando muito dele, porque eu nunca o beijava, que ele tinha muita vontade de me beijar, que muitos pais e filhas se beijavam. Mas disse que não era pra eu contar nada para minha mãe, pois ela podia não gostar. Achei tudo muito estranho mas concordei, achando que seriam beijinhos no rosto e nada mais [...].

No outro ano retornei em casa, aí eu já trabalhava, era independente, tinha até esquecido o assunto mas meu pai fez questão de me lembrar. Quando ele foi me beijar a primeira vez, é que eu vi o tipo de relacionamento que ele queria. Eu não quis aceitar. Então ele começou a fazer chantagem. Dizia que ia sumir pois os filhos não gostavam dele, ia se suicidar...

Ele me falava que se eu aceitasse, tudo em casa ia mudar, ele não ia mais beber, não ia maltratar minha mãe e que eu não tinha nada a temer pois ele não iria me seduzir e que ninguém ficaria sabendo de nada.

Muito contra minha vontade, mais [sic] pela minha mãe, eu comecei a aceitar. O tempo foi passando e eu comecei a sentir nojo de mim e de meu pai. E ele estava mesmo cumprindo o que prometera, minha mãe estava bem mais feliz. Só que ele não estava agora querendo só beijos e eu não suportei mais vir fingindo o tempo todo e pus um fim em tudo (MARQUES, 1982b, p. 16).

O caso da jovem reflete inúmeros problemas do modelo familiar patriarcal e sua reprodução sistemática, no qual o homem tem plenos direitos sobre a vida da esposa, e também dos filhos e filhas. Ainda hoje são frequentemente noticiados casos de pais que justificam a prática de estupro contra suas filhas argumentando estarem verificando se as mesmas são virgens¹⁴¹. A chantagem envolvida no caso também expressa a relação de poder entre pai e filha, a qual é levada a se submeter ao abuso em troca do bem-estar familiar. A

¹⁴¹ Em 2016, um caso que veio a público foi o do pastor residente de Vila Velha, que estuprou quase que diariamente durante três anos a filha de 17 anos. A justificativa utilizada pelo líder religioso é que, em sua igreja, a jovem só poderia se casar se fosse virgem, e para verificar a virgindade da filha ele praticava os abusos sexuais. Consultado em: <<https://www.geledes.org.br/era-so-para-saber-que-ela-era-irgem-diz-pastor-acusado-de-abusar-da-filha/>>. Acesso em: 22/01/2020. Outro caso recente e registrado no interior de Minas Gerais foi o de uma menina de 15 anos, estuprada pelo padrasto também sob alegação de querer saber se a adolescente era ou não virgem. Consultado em: <<https://catracalivre.com.br/cidadania/padrasto-estupra-entada-de-15-anos-para-confirmar-se-ela-era-irgem/>>. Acesso em: 22/01/2020.

publicação do apelo da jovem é justificada por Belisário Marques “devido ao número cada vez maior de casos relacionados com o tipo de problemas descrito” (idem). Ao invés de negligenciar a gravidade do relato, Marques responde parabenizando-a por ter conseguido sair do ciclo de abusos, e indica a ela que seria bom procurar ajuda especializada, “uma psicoterapia com um terapeuta de sua confiança para aliviá-la um pouco das tensões restantes” (idem). Orienta ainda que ela não volte atrás sob nenhum argumento: “você não foi escolhida para sacrificar-se para o bem-estar de outrem. Quando alguém exige este sacrifício da gente é um abuso, manipulação e exploração” (idem).

O interessante nesses dois relatos é sua extensão. Entre a carta da leitora e a resposta de Belisário Marques, o texto preenche as duas páginas destinadas à seção “Você Pergunta”. Dessa forma, talvez intencionalmente, a revista chama a atenção do público em cada um dos meses para um único relato, extenso e preocupante, que está relacionado a um tema atual, desconcertante e necessário que é o abuso sexual. No caso de “Rosa Desfolhada”, Marques inclusive reforça que esse tipo de chantagem é criminosa e passível de punição. Por isso, aconselha que caso o pai volte a pressioná-la, “ameace de contar para toda a família e dar parte na polícia” (idem, p. 17). De modo bastante solidário à situação exposta, reforça ainda a importância de “quebrar o círculo vicioso de auto-condenação e punição” (idem). Mesmo que tenha sido dada visibilidade às denúncias de abusos sofridos pelas próprias leitoras, não houve grande repercussão de suas histórias; ao menos não publicizado na revista, por meio da seção “Diálogo Mocidade” ou mesmo de “Você Pergunta”.

Alguns anos após a publicação dessas duas cartas de leitoras, *Mocidade* publica um artigo especial para tratar do tema da violência sexual. O artigo assinado pelo jornalista Valdenizio Petrolli relata que “os casos de estupro aumentam e infelizmente os culpados quase nunca são punidos. Além de saber se prevenir e defender, a mulher precisa ter coragem de denunciar” (PETROLLI, 1987, p. 04). Segundo o autor, a onda de violência sexual cresce nos centros urbanos. A partir dos anos 1970, com as mulheres saindo do âmbito doméstico e ocupando cada vez mais os espaços públicos, os casos de estupro praticados por desconhecidos crescem e ganham visibilidade nos meios de comunicação. Contudo, há um abismo gigantesco entre o número de casos denunciados e aqueles que realmente acontecem. Se já é difícil para as mulheres denunciarem agressores conhecidos, quem dirá aqueles que cometem violências nos espaços públicos. Petrolli comenta que “a humilhação deixa a mulher traumatizada” (idem).

Para o autor, a violência sexual tem várias explicações, mas nenhuma delas justifica. Cita que um dos argumentos é que ela seja incentivada “pelo excesso de liberalismo e

pornografia que hoje em dia proliferam em nossa sociedade” (idem), mas tenta não se posicionar se compactua com essa explicação ou não. Assim como Dr. Belisário, Petrolli enfatiza que a violência sexual pode ocorrer tanto na rua quanto dentro de casa. Em consulta à responsável pela Delegacia de Defesa da Mulher de São Paulo na época, Rosmary Correa, ela fala sobre o silêncio característico das vítimas de estupro, pois “além da humilhação e do processo burocrático e complicado que a mulher tem que obedecer, ainda existe a dificuldade de provar o estupro em juízo” (idem). Correa revela ainda que as mulheres sofrem com o medo de serem subjugadas e ridicularizadas ao trazer a público a denúncia, e que poucas são as mulheres que denunciam os próprios companheiros. Ela observa que a forma como o abuso ocorre é semelhante entre os casos ocorridos no espaço familiar: “o marido chega em casa bêbado, quer fazer sexo e a mulher não quer, acaba apanhando e é estuprada” (idem, p. 05).

Além da argumentação introdutória, o artigo de Petrolli é composto por quatro tópicos. No primeiro, Petrolli fala sobre a frequência de casos nos grandes centros urbanos, comentando um caso recente de um enfermeiro conhecido por “Betinho”, que se passava por médico para estuprar e matar mulheres, entre outros. Segundo o autor, cinismo e frieza são características comuns aos estupradores. Além de muitas mulheres serem desacreditadas ao tentar efetivar a denúncia, poucas são as delegacias especializadas que funcionam de forma efetiva, com uma equipe preparada para atender de forma humanizada as denúncias de violência sexual. Petrolli menciona também que a punição aos criminosos nem sempre se efetiva, mesmo que haja a denúncia.

Após trazer alguns casos de estupro praticados contra mulheres, nos quais o agressor era aparentemente um simples transeunte, desconhecido, Petrolli tece suas críticas ao “liberalismo” crescente. O argumento do autor acaba recaindo na ideia de que, no fim das contas, a culpa pela violência sofrida é da própria mulher e suas escolhas.

Muitas jovens, embora não sejam atacadas nas ruas, são violentadas em acampamentos, excursões, festas ou em casas de amigos. Esses casos, em geral, acontecem por causa das más companhias, frequência a locais não recomendados, excesso de liberalismo e uso de bebidas alcoólicas. Aquilo que seria a prática do lazer, transforma-se em orgia e os resultados nem sempre são positivos (idem).

Há de se perguntar com base em quê é estipulada uma “má companhia” e quem “não recomenda” determinados locais, senão uma moral cristã e machista. No tópico “Liberalismo”, Petrolli se apoia nas declarações de uma moradora de Santo André, Anesta Manetti Petrolli¹⁴². Ela associa produção pornográfica¹⁴³ ao crescimento dos casos de estupro,

¹⁴² Não foi possível encontrar informações sobre ela, mas pelo sobrenome ser o mesmo do autor, possivelmente se trata de uma familiar ou até mesmo a própria esposa de Valdenizio.

pois “mesmo sendo feita em nome da arte, está incentivando a violência sexual” (idem, p. 06). A reação mais comum não é do ponto de vista artístico, mas de malícia. Anesta também comenta que “está na hora das pessoas começarem a ter um pouquinho mais de fé em Deus”, afinal, a violência sexual é uma das facetas do crescimento da violência de modo geral.

O artigo escrito por Petrolli peca em orientar as mulheres sobre “como evitar” a violência sexual, sem propor uma contrapartida que seria uma mudança estrutural na educação dos homens para que não cometam esses tipos de violências. Com base nas orientações feitas pelo Conselho Estadual da Condição Feminina, os conselhos feitos pelo autor são que a mulher sempre saia do acompanhada da escola ou trabalho, não carregar armas, pois podem ser utilizadas pelo próprio agressor, não confiar e evitar caronas de estranhos, avisar as pessoas próximas de onde vai ou pretende ir, entre outros.

O autor não menciona dados relevantes sobre a violência sexual, como exemplo, o que foi relatado na carta publicizada por Dr. Belisário: de que grande parte dos estupros ocorre dentro de casa e são praticados por pessoas conhecidas, que muitas vezes é o próprio companheiro ou parente da vítima. Petrolli acaba focalizando seu argumento na ideia de que a violência sexual é crescente, mas praticada por tarados e desconhecidos; um mal dos grandes centros urbanos. Esse é um discurso bastante recorrente à época, alimentado pelos grandes veículos de comunicação, que faziam reportagens sensacionalistas acerca de estupradores e maníacos. Com isso, o autor não indicou medidas efetivas contra a violência sexual. Pelo contrário, apenas reforçou a ideia de que as mulheres provocam a própria violência, andando sozinhas na rua, usando roupas provocantes. Ataca a própria autonomia das mulheres, sugerindo que as mesmas prestem conta de onde vão e do que fazem para “pessoas próximas” que, na prática, são seus pais ou namorados.

Em função do Dia Internacional da Mulher, em março de 1984 a revista publica uma matéria intitulada “Feminismo: a eterna polêmica”, de autoria de Valéria Silva¹⁴⁴ e que, não sem surpresa, se constitui em um verdadeiro manifesto em defesa das conquistas do movimento feminista. Contrariando a ideia de que o feminismo é algo distante da vida das mulheres comuns, Silva sustenta que, na realidade “o movimento feminista participa do nosso dia-a-dia, de maneira às vezes tão discreta que nem sempre nos damos conta de sua presença” (SILVA, 1984, p. 07). Como exemplo, a autora cita algumas questões que implicam

¹⁴³ Além da crítica à nudez na televisão e em revistas, faz também referência às produções de filmes feitos sobretudo em São Paulo, na região da Boca do Lixo, e que foram chamados de “pornoanchada”. As principais características desse estilo cinematográfico são o apelo sexual, o baixo orçamento de produção e a popularidade que ganharam seus filmes, tendo seu auge na década de 1970.

¹⁴⁴ Não foram encontradas informações sobre a autora.

diretamente na vida das mulheres e que são reivindicações desse movimento, criticando os meios de comunicação que constituem uma imagem das feministas distante da realidade.

Quando uma amiga desabafa conosco sobre o fato de estar cansada de trabalhar tão arduamente, recebendo uma remuneração que não condiz com o cargo que ocupa, ou mesmo quando escutamos uma empregada reclamando de sua folga semanal, que não tira já há várias semanas, dificilmente ligamos esses comentários às reivindicações feministas de que temos conhecimento através dos veículos de comunicação (idem).

A autora também faz um resgate histórico de como o movimento feminista tornou-se visível nos últimos anos, sendo que o ano de 1969 foi um marco para o movimento, a partir do qual há uma maior participação e uma “tomada de consciência” (idem). Um ponto importante trabalhado por Silva é o questionamento da dominação masculina e a noção de que o sexo feminino é frágil. Ela salienta que por séculos “a mulher foi condicionada a aceitar e cumprir os padrões de comportamento impostos pelo homem”, além da sua instrução ser toda voltada ao âmbito doméstico e matrimonial. Como uma consequência forjada a longo prazo, houve uma “aceitação do homem como sexo forte e dominante” (idem), enquanto a mulher era definida como “uma criatura dócil, frágil e submissa” (idem).

Essa visão sobre as mulheres é algo perpetuado não apenas pelos discursos religiosos, mas também no saber instituído ao longo da história e a palavra de “grandes homens, os quais se ocuparam em enfatizar “a ‘verdadeira’ natureza da mulher, repondo sem cessar, nos espaços interdiscursivos, representações pejorativas sobre o feminino que delimitam seu lugar no mundo, suas possibilidades e as práticas às quais ela deve se restringir” (SWAIN, 2001, p. 16). Com isso, moldava-se através do discurso o que é o ideal do “ser mulher” e, assim, “a sedução perversa, a inferioridade física e social, a incapacidade intelectual, a dependência de seu corpo e de seu sexo, a passividade vem sendo reafirmadas em imagens e palavras que povoam o imaginário ocidental.” (idem).

Voltando ao artigo de Silva, ela comenta brevemente sobre a trajetória de algumas das primeiras feministas brasileiras, como é o caso de Eugênia Brandão, Maria José Rabelo e Maria Lacerda de Moura. Segundo a autora, foram com estas e tantas outras mulheres “que dedicaram suas próprias vidas a lutar por um futuro mais gratificante para todas as mulheres” (idem) que surgiram os primeiros sinais do que, décadas mais tardes, ia se constituir de fato como o “movimento feminista”, massificado. Em seguida, dedica-se a fazer uma análise da realidade atual, no caso, a condição das mulheres na década de 1980. De acordo com a autora, diferentemente das grandes marchas, cheias de gritos de ordem e cartazes, comumente associados ao movimento sufragista e aos primeiros anos de “segunda onda” do movimento feminista,

A feminista de hoje normalmente luta por seus objetivos no próprio ambiente em que vive: sua casa, seu trabalho, seu círculo de interesses e, muitas vezes, participando de grupos que realizam trabalhos específicos, como a promoção de encontros e debates sobre a condição da mulher, grupos especializados no atendimento jurídico a questões de vital importância para o direito da mulher e outros (idem, p. 08).

Dito isso, o artigo também trouxe ao texto uma charge¹⁴⁵ (FIGURA 22) que ilustra de forma satirizada como ainda era difícil quebrar alguns costumes e pensamentos machistas, enraizados em nossa sociedade. Na imagem, um homem aparece sentado em uma poltrona, de pernas levantadas e segurando um jornal. Em sua frente e de pé encontra-se sua esposa, de avental e segurando uma vassoura, e para a qual ele reclama não entender o que ela quer com essa desconhecida “liberação da mulher”, afinal, ela sempre foi “livre” para servi-lo das mais diversas formas.

FIGURA 22 – CHARGE PUBLICADA NA MATÉRIA “FEMINISMO: A ETERNA POLÊMICA”.



FONTE: Biblioteca Pública do Paraná.

Valéria Silva também se questiona sobre o fato de muitas mulheres não apenas não compactuar com as reivindicações feministas, mas também se opor a elas. “Medo de repressão por parte dos homens? Medo de perder a comodidade de uma situação de dependência?” (idem) são algumas das hipóteses levantadas pela autora. Para ela, o que se pode afirmar é que “muitas mulheres declaram não concordar com o movimento feminista por acreditarem nos antigos valores que atribuem à mulher o papel de dona-de-casa, esposa e

¹⁴⁵ A charge é assinada por R. Godoy. Não foi possível identificar se o mesmo compunha a equipe de arte e produção visual da revista ou se foi extraída de outro lugar.

mãe” (idem). Tendo isso em perspectiva, Silva procura elucidar que o movimento feminista nunca desejou negar ou subverter papéis de forma abrupta e imediata, “apenas não aceitam que a mulher seja obrigada, contra a sua vontade, a se restringir somente a esse papel, reprimindo outras necessidades que possa sentir” (idem).

Outro problema que faz com que muitas mulheres tenham receio de se identificar como feminista é a tentativa de ridicularização por parte dos homens, definindo-as como “figuras briguentas, desprovidas de atrativos e até masculinizadas” (idem). Muitos desses homens insistiriam em associar o comportamento das mulheres feministas como anti-feminino. Segundo a autora, a oposição entre feminina e feminista está associado ao modelo de comportamento que imposto à mulher, e “o medo de não saber lidar com uma nova mulher, mais consciente dos próprios desejos e mais disposta a realizá-los, fez com que o homem procurasse armas para se defender. Armas verbais, coações, intimidações” (idem), de forma a tentar coibir, confundir, intimidar e desmobilizar as mulheres na luta por seus objetivos e direitos. Como observado por Swain nas revistas “femininas”, essa oposição entre feminino/feminista ainda se fazia vigente na década de 1990, e reforça uma percepção pautada em senso comum, para o qual “o feminismo é desqualificado pela afirmação do feminino, ligado aos valores das “verdadeiras mulheres”, assegurados pelos críticos, pelo mundo masculino” (SWAIN, 2001, p. 24-25). Em compensação, Silva destaca em seu artigo na revista *Mocidade* que há muitos homens que apoiam o movimento.

De modo geral, para a autora, essa oposição defendida pelos homens entre feminista e feminino como tática para desmobilizar as mulheres mostra que “é bastante difícil para o homem, habituado a dominar e a ter sua palavra sempre acatada, de repente se ver às voltas com uma situação inesperada, onde a mulher não quer mais somente obedecer, mas quer opinar e resolver os problemas juntamente com ele” (idem). É interessante observar que, aqui, ela destaca que o objetivo do feminismo não é separar homens e mulheres, torná-las superiores ou dominadoras, mas sim que defende a igualdade e a possibilidade de trabalharem em conjunto para uma real transformação da sociedade. Nesse sentido, Silva também comenta que ao falar de feminismo, relacionamos o movimento “imediatamente com uma mudança de comportamento da mulher” (idem), como se, de uma hora para a outra, as mulheres passassem a reclamar os direitos dos homens e a se comportarem de forma incondizente com o feminino. Porém, para a autora, “raramente o relacionamos à necessidade de uma transformação no comportamento também dos homens”, uma vez que o machismo deve ser desconstruído por toda a sociedade. Se as mulheres precisam se libertar das estruturas (re)produtoras do

machismo, os homens também têm o dever de mudar seu comportamento e contribuir conjuntamente para a desconstrução no machismo.

O interessante desta matéria é que ela destoa do discurso da revista sustentado até então, que mesmo na década de 1980 procura estabelecer um modelo de vida para as mulheres em torno do casamento e de seu desempenho enquanto esposa. No que tange à vida sexual das mulheres, ela deve ser resguardada para o casamento, para então ser vivida de forma plena, dentro de uma relação heteronormativa. Na matéria de Valeria Silva, fala-se em tom progressista sobre o papel que o feminismo exerceu e exerce na vida das mulheres, que passam a reivindicar num primeiro momento o direito ao voto, e mais tarde o acesso aos estudos, ao mercado de trabalho, à igualdade civil em relação aos homens. Nota-se também que em nenhum momento o movimento feminista é associado à liberação sexual feminina. Pensar em uma matéria que fale sobre feminismo e em nenhum momento critique as bandeiras em prol da descriminalização do aborto ou a liberação sexual feminina defendidas pelo movimento é bastante significativo para uma revista de orientação cristã.

Ainda assim, quebrando com a lógica da feminista em relação de alteridade com as mulheres comuns, o texto assinado por Valeria Silva foi de fato pontual e destoante em relação ao discurso da revista. Podemos com isso refletir como as mulheres, mesmo consumindo uma mídia que busca sustentar, articulando diversos argumentos, um modelo de mulher em torno de uma “natureza feminina” e sua missão como mulher, esposa e dona-de-casa, algumas delas, nas palavras de Souza “negociam em seus discursos e práticas com os padrões religiosos do feminino, gerando novas possibilidades hermenêuticas” (SOUZA, 2017, p. 329). Após a publicação do artigo, não foi encontrada nenhuma outra publicação que caminhasse nesse mesmo sentido, nem mesmo comentários nos canais abertos ao público leitor, como é o caso da seção “Diálogo Mocidade”. Isso não quer dizer que leitores ou leitoras não tenha trazido questionamentos, positivos ou negativos, com relação a matéria publicada; afinal, pode ter sido uma opção do corpo editorial não trazê-los a público. O que ocorre é o retorno ao discurso de condenação à liberação dos costumes, acentuada a partir da década de 1970, o valor do casamento em meio a esse contexto de desqualificação dos princípios cristãos, a necessidade de se preservar intocada para o marido.

Passada essa excepcionalidade, *Mocidade* novamente trouxe um artigo singular e, de certo modo, em tom progressista apenas em março de 1993, quando já se encontrava operando “no vermelho”, em baixa tiragem. Sendo uma revista comercializada por meio da colportagem direcionada ao público jovem, a baixa tiragem da época indicava, consequentemente, um baixo número de assinaturas – se comparado às décadas anteriores,

que chegavam a 100 mil exemplares impressos por mês. O artigo em questão, “Sexo tem história”, tem sua autoria atribuída a uma mulher, Alberta Mazat. Um detalhe inicial que chama a atenção é que ela é uma autora adventista, ativa escritora e diretora do Departamento de Casamento e Terapia Familiar da Universidade de Loma Linda – instituição adventista de ensino superior, localizada na cidade estadunidense homônima – por 11 anos¹⁴⁶.

Mazat declara que o objetivo do seu artigo é fazer “um passeio pela história da sexualidade”, a fim de mostrar o porquê “ainda há tantos machistas e tantas mulheres com sentimento de inferioridade” (MAZAT, 1993, p. 16). A autora busca trabalhar com temporalidades variadas, trazendo a visão sobre a sexualidade desde a relação entre Adão e Eva (afinal, o ponto de vista é de uma autora cristã, de perspectiva criacionista), passando pelas civilizações Greco-romanas, pela Idade Média, pela sociedade de corte até os dias contemporâneos, a segunda metade do século XX. É interessante pontuar que essa breve “história da sexualidade” é feita não apenas sob o ponto de vista feminino, mas também destacadamente *sobre* as mulheres.

Ela começa trazendo uma reflexão de cunho moral cristão, afirmando que sua história começa com “Adão e Eva no paraíso, onde havia amor e felicidade, e logo chega ao ‘inferno’” (idem). Com isso, a autora associa o “pecado original” diretamente com o sexo, que movida pela *vontade de saber*, Eva prova o fruto do conhecimento. Ao perceberem-se nus, ambos não apenas perderam o paraíso, mas isto pode ser considerado a primeira consciência de si. Partindo dessa noção sobre *vontade de saber*, de acordo com o pensamento de Foucault, podemos refletir sobre as tecnologias produzidas pela tradição cristã para estabelecer um “regime de verdade” sobre a condição de pecador que se estende a todos os seres humanos. Voltando ao artigo de Mazat, ela sugere que um dos primeiros resultados dessa rebeldia foi o fim do relacionamento baseado na igualdade e o conseqüente papel secundário destinado a mulher. O pecado original de Adão e Eva é colocado como a origem do desequilíbrio sexual. Porém, Mazat não utiliza isso como uma justificativa vazia, mas passa a tecer críticas sobre como isso foi empregado como motivação para a mulher ser tratada como ser inferior. Não tardou para que o homem passasse a agredi-la e a “cometer atos condenáveis” (idem). O que fez com que as relações não fossem mais permeadas por respeito e carinho.

¹⁴⁶ Consultado em: <<https://www.adventistbookcenter.com/authors/alberta-mazat>>. Acesso em: 04/01/2020. Não foi possível saber se o período em que a autora trabalhou na Universidade de Loma Linda coincide com o ano de publicação na revista, apenas que ela já é aposentada. Entre seus títulos publicados, destacam-se “Aquela Sexta-feira no Éden” (citado no próprio artigo de *Mocidade*), “The Intimate Marriage: Connecting With the One You Love” e “Questions You’ve Asked About Sexuality”, estes dois últimos sem tradução para português.

Partindo do paraíso, o texto chega aos hebreus. Mesmo que a mulher tivesse mais “*status*”, segundo a autora, eles consideravam as mulheres como propriedade, comentando que havia uma “dupla moral quanto ao adultério” (idem). Mesmo que o casamento ideal fosse entre um homem e uma mulher, o prazer sexual “era algo que podia ser usufruído em benefício próprio” (idem), indicando que a fidelidade não era regra matrimonial. Aqui, uma das críticas feitas por Mazat é que eles “se divorciavam à-toa [sic]” (idem), nos lembrando de que mesmo fazendo uma crítica contundente à desigualdade entre gêneros, estamos lendo um artigo em uma revista cristã que vêm desde a década de 1950 tecendo críticas ao divórcio e pregando o caráter vitalício da instituição matrimonial. Outro ponto enfatizado pela autora diz respeito à “abertura e franqueza com que eles tratavam a sexualidade” (idem), utilizando como “prova” os próprios textos bíblicos. Segundo Mazat, a vergonha e os tabus com relação ao sexo vieram muito depois, argumento que entre em concordância com o exposto por Paulo Pinheiro no artigo “Repressão Sexual: qual é a saída?”, publicado em março de 1985. O argumento, retomado também pela autora mais adiante em seu texto, é que a repressão sexual nasce com a Igreja Católica, tratando o sexo como algo proibido, pecaminoso, impronunciável.

Ao falar sobre as sociedades grego-romanas, o problema central estaria no fato de que eles não só desvalorizavam as mulheres, como também o casamento. Além disso, segundo Mazat, “a esposa poderia ser simplesmente despedida por esterilidade, feiura ou incompatibilidade de temperamento” (idem). Outra crítica tecida é com relação à homossexualidade no período. Esse “estilo de vida” não seria exclusivo dos homens. Alberta Mazat afirma que a homossexualidade também poderia ser feminina, e comenta brevemente sobre a origem do termo “lésbica”: “originário de certa mulher que morava na Ilha de Lesbos, no Mar Egeu, e ‘transava’ com outras mulheres” (idem). Citando a escritora Willystine Goodsell e sua obra *A History of Marriage and the Family*¹⁴⁷, a qual “lembra que a sociedade imperial romana era corrupta e degenerada” (idem), Alberta Mazat passa a apresentar sua história da sexualidade nas sociedades de corte e a crítica aos “estragos” produzidos pela igreja cristã com relação ao comportamento sexual. O problema central apontado pela autora é que a igreja estabeleceu uma dicotomia entre “as coisas do espírito e as coisas da carne” (idem), fazendo com que “todas as expressões de prazeres do corpo” (idem) passassem a ser vistas como sendo más. Ela afirma que foi nesse período que a expulsão de Adão e Eva do paraíso passou a ser associada ao sexo e à tentação de Eva. Contudo, não explica qual é a

¹⁴⁷ Escritora estadunidense do início do século XX (1870-1962). A obra em questão foi publicada em 1934.

visão defendida por si ou pelo adventismo, ainda mais que se texto inicia apresentando o mito do pecado original como fonte do desequilíbrio sexual.

A autora comenta que Tertuliano, “um dos pais da igreja primitiva” descrevia a mulher como porta de entrada do demônio. Nesse período, segundo Mazat

A manifestação sexual era vista como um processo contaminador. Fazer sexo por prazer era pecado. Os teólogos advertiam os cristãos de que o Espírito Santo só repousava sobre os leitos quando os casais realizavam o ato sexual com o objetivo de gerar filhos.

A igreja passou a proibir a realização do casamento em dias santificados. O dever da esposa era desestimular o marido tanto do interesse sexual quanto do beijo. Os indivíduos mais respeitados eram os celibatários, que evitavam os “prazeres da carne”.

Hoje, alguns desses conceitos ainda prevalecem porque tiveram origem na igreja. Muita gente foi incentivada por esses sentimentos primitivos sem estudar sua história. Mas é claro que, quando o sexo é visto como algo indecente, repulsivo, ofensivo e nojento, alguma coisa está errada

[...]

Quantos séculos ainda serão necessários para apagar completamente os resultados de tais pensamentos? (idem, p. 16-17).

Após passar brevemente pela sexualidade nos tempos da reforma protestante, Mazat chega à Renascença, período no qual ela destaca ter ocorrido uma grande mudança nas artes e nas ciências, as quais influenciaram nas formas de vida das mulheres. Mesmo que elas pudessem aos poucos acessar esses campos, havia pouco encorajamento ou “confiança em sua capacidade criativa” (idem, p. 17). No que tange aos casamentos, eram muitas vezes arranjados, por conveniência, levando-se em consideração as condições social e financeira dos envolvidos, e não o sentimento entre os mesmos. Nesse cenário, de acordo com a autora, “a mulher era tida como uma criatura ingênua e infantil” (idem). Além disso, a “insanidade mental da mulher era muitas vezes vista como resultado de desempenharem ativamente artes liberais como ler e escrever livros” (idem). Para Mazat, muitos desses pensamentos sobre as mulheres ainda estão vigentes em nossa sociedade, e “não é à toa que tantas mulheres do século 20, anos 90, ainda cultivam um sentimento de inferioridade!” (idem).

No último tópico do texto de Alberta Mazat, dedicado ao tema da “Repressão”, ela reforça que por um longo período a satisfação sexual foi vista como algo moralmente suspeito. Condena também que em períodos anteriores chegaram a ser utilizados aparelhos nos órgãos genitais masculinos, a fim de evitar a masturbação. Aqui a autora não se prolonga no tema, mas vale lembrar que a masturbação é, em *Mocidade*, uma prática reprovável e que deve ser combatida – mesmo que não de forma tão agressiva. Caminhando para o final do texto, ela aponta no século XIX o início da mudança da visão com relação ao sexo e no qual “a mulher começou a melhorar de sorte” (idem). Mazat cita o preservativo como uma das “descobertas e invenções que contribuíram em grande parte para a mudança do desempenho

sexual” (idem). Outro progresso foram os automóveis, que proporcionaram “espaço e privacidade para o amor” (idem). É importante lembrar que em outras matérias publicadas na revista o automóvel foi apontado como um instrumento para a promiscuidade justamente por oferecer aos jovens casais de namorados e noivos um espaço de privacidade no qual facilmente poderiam passar os limites dos contatos físicos e transgredir as leis de Deus.

Mesmo com algumas mudanças que facilitaram a vida dos casais, Mazat aponta como um problema o fato de muitas mulheres casarem por falta de outras oportunidades, num contexto em que “o casamento era uma condição que lhes oferecia segurança” (idem). Em contrapartida, condena àquelas que “viviam doidas para casar” (idem), independentemente de sentirem amor, e muitas vezes levadas pelas ideias estampadas nas revistas femininas da primeira metade do século XX. Ela afirma que apenas a partir da década de 1970 é que as revistas destinadas ao público feminino mudam a forma de orientar as mulheres sobre os relacionamentos e as “maneiras de atrair a atenção masculina” (idem), que antes era pautada em “modelos e artifícios provocantes” (idem). Destacando o crescimento da importância da satisfação sexual feminina, a autora finaliza declarando que “de lá pra cá, é o que todo mundo já conhece – mais ou menos. Luta, feminismo, liberação, orgasmo” (idem).

O texto de Mazat atenta para questões pouco abordadas nas páginas da revista *Mocidade*, como a exploração das mulheres pelo machismo estrutural e as desigualdades entre os gêneros. Mesmo que efetue uma defesa do valor do casamento e do seu caráter vitalício, monogâmico e heterossexual – em confluência com o discurso padrão do periódico –, a autora tece críticas ao sexo com função única de reprodução, valoriza o prazer sexual tanto do homem quanto da mulher, mesmo que dê a entender que ele é algo reservado apenas para os casais em matrimônio. Além disso, reconhece que a mulher não se encontra em nível de igualdade, mesmo que este seja um pressuposto da doutrina cristã, e que essa visão foi e é sustentada até os dias de hoje na sociedade. Sendo uma mulher profundamente inserida na comunidade religiosa, podemos entender o lugar de fala de Mazat a partir da reflexão proposta por Elina Vuola: as mulheres religiosas não são apenas alienadas precisando de libertação, mas estão – mesmo que a pequenos passos e em partes – buscando resignificar modelos religiosos de sexualidade; mesmo que sem abdicar deles completamente, mas questionando posicionamentos, principalmente no que tange às desigualdades de gênero.

Outro ponto que o artigo de Alberta Mazat nos instiga a pensar é com relação aos métodos contraceptivos. Ao longo do período de publicação da revista, poucas são as vezes que eles entram em pauta, e quando são abordados, enfatizam que a pílula não é a solução. Nesse texto, ela indica o preservativo como uma das mudanças progressistas do período

recente com relação ao exercício da sexualidade, o que facilitaria o sexo por prazer e não apenas para fins reprodutivos, beneficiando tanto os homens quanto os mulheres. Mas, aqui, manifesta-se algo no campo do não-dito dentro do discurso da revista: quais os métodos efetivamente utilizados pelos casais e de uso incentivado dentro do modelo de sexualidade adventista, de defesa do prazer sexual e do sexo não apenas para a reprodução, mas limitado aos contornos matrimoniais? Não foi identificada nenhuma matéria que tratasse efetivamente dos métodos utilizados e recomendados de contracepção. Um das hipóteses é que o motivo pelo qual a revista não trata desse tema é que seu editorial tem consciência do público para o qual eles falam. Não são apenas jovens casais, recém-unidos em matrimônio e para os quais essas informações seriam de extremo interesse, mas para uma juventude que eles tentam, ao longo de quatro décadas, manter longe das relações sexuais antes do casamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho realizado, analisando o discurso da revista *Mocidade* acerca do amor, namoro, noivado, casamento, relações sexuais e seus desdobramentos, percebemos que ela se constitui como um manual de conduta para a juventude leitora; que por sua vez não constitui um grupo somente de cristãos, tampouco apenas adventistas. Entre o *problema* da repressão e o *perigo* da liberação, encontra-se a juventude dos anos 1960 a 1980, que é vista pelos adventistas como necessitada de um aconselhamento responsável, lúcido e equilibrado, disponibilizado pelo periódico de raízes cristãs. Como já apontado, mais do que definir uma *função* do sexo, o discurso da revista se preocupa em definir o *lugar* do sexo, que é dentro dos contornos matrimoniais. Junto a isso, a publicação condena a repressão sexual como algo que desvaloriza o sexo. Pode-se usufruir dessa obra de Deus livremente, apenas para o prazer, contanto que seja exercido no casamento.

Se nos anos 1950 e 1960 a revista se preocupa em definir o papel das etapas pré-matrimoniais (namoro e noivado), a necessidade de se cultivar o amor recíproco e controlar os desejos físicos dos jovens casais, a partir da década de 1970, com a bandeira da liberação sexual, dos anticoncepcionais e dos movimentos LGBT e feminista, o discurso religioso vê-se confrontado por elementos novos e externos a seus domínios. A ameaça manifesta aos jovens não é apenas se deixarem levar pelas “paixões passageiras”, mas também pela “onda das novas ideias” que passa a retirar da família e da igreja o poder de controle sobre a sexualidade de seus jovens. As consequências desse comportamento desregrado ganha então grande espaço dentro do periódico, de modo a alertar seus jovens do perigo do sexo livre e irrestrito. Não há promiscuidade sexual que não deixe um *rastro de dor*. “Doenças venéreas” e a aids são males que se manifestam fisicamente e trazem complicações muitas vezes irreparáveis. A gravidez indesejada e o aborto, no caso exclusivo das mulheres, trazem sequelas psicológicas que serão carregadas para toda a vida. A masturbação é nada além de uma perversão sexual, um mal a ser combatido, se o/a jovem tiver determinação. Já “homossexualismo”, mesmo que seja um problema cujas raízes encontram-se fincadas na mais tenra infância, é um desvio passível de tratamento médico e perdão por parte de Deus, mediante sincero arrependimento por parte do/a pecador/a.

Até os dias de hoje a homossexualidade é vista como uma prática fora dos planos de Deus. No livro que sistematiza as crenças fundamentais do adventismo vigentes, sustenta-se a ideia da complementaridade entre homem e mulher. Sendo assim, práticas homossexuais

distorceriam a imagem de Deus sobre homens e mulheres. A base cristã é a família, e comportamentos desviantes são encarados como ameaças a destruição dessa instituição. Isso pode ser observado não apenas nos discursos instituídos por meios das mídias impressas e digitais da instituição, mas também no não reconhecimento da SDA Kinship, grupo de pessoas LGBTQI+ que se reivindicam adventistas. No que tange aos direitos das mulheres, mesmo que a comunidade religiosa adventista tenha se aberto para o debate sobre a violência doméstica e sexual, efetuando até mesmo campanhas de combate dentro e fora dos muros da igreja, os papéis de gênero tradicionais ainda são sustentados.

A maternidade é considerada a uma experiência terrestre com traços divinos, vista tanto como uma tarefa, quanto como um dom da mulher. Mesmo que o moralismo acerca do trabalho fora de casa tenha diminuído, e que as mulheres tenham maior autonomia para decidir sobre suas próprias vidas, continuam sendo vistas como as “rainhas dos lares”, a serviço da prole, do marido e da casa. Configurando uma realidade de duplas e até triplas jornadas de trabalho. Quanto aos direitos reprodutivos, ainda hoje se configura como uma zona de parcial silenciamento. Na revista, se falou em sexo por prazer (ainda que apenas no casamento), mas pouco se abordaram os métodos contraceptivos. Possivelmente por receio de que as jovens leitoras se utilizassem dessas informações para transgredir as leis de Deus. Nesse caso, o não falar sugere um falso desinteresse sobre o assunto; e também o não falar implicaria em um não fazer. Atualmente, para uma igreja que declara combater a repressão sexual sustentada por séculos, pouco se fala em uma efetiva liberdade sexual.

Ainda assim, podemos identificar algumas fissuras no discurso hegemônico religioso dentro da revista, ainda que seja difícil concluir como algumas questões passaram despercebidas pela supervisão do editorial de *Mocidade*. Ao falar sobre o casamento, Phyllis Nayllor revelou que para muitas mulheres nem sempre é fácil manter na prática aquilo que a religião tem por modelo. A carta de "Esposa Desesperada", publicada na seção "Você Pergunta" da edição de setembro de 1982, revela uma situação que não pode ser considerada excepcional. Em seu relato, é evidente como orientadores familiares, muitas vezes ligados à igreja, reforçam a submissão da mulher com relação ao marido, além de sua obrigação em servi-lo em todas as suas vontades e objetificando-a sexualmente. Já o relato de “Rosa Desfolhada”, escancara o drama de uma jovem que sofreu abusos sexuais do próprio pai entre os 14 e os 17 anos. Seu caso reflete como a lógica patriarcal incide de forma muito específica sobre as mulheres, na qual os pais, por conta da dependência financeira e psicológica das filhas, controlam seus corpos e suas vidas. Em ambos os casos, a resposta dada por Dr. Belisário foge à própria rigidez doutrinária na qual o mesmo está inserido e aconselha as

leitoras sobre a importância de denunciar os agressores, mesmo quando a violência ocorre dentro de casa e por familiares. Merece destaque, também, o artigo de Valéria Silva sobre feminismo, publicado em março de 1984. Seu texto traz à luz a importância da luta das mulheres através do século e mostrando como, no dia a dia, práticas machistas ainda são perpetuadas dentro e fora de casa.

Contudo, esses assuntos “fora da curva” não aparecem com frequência dentro do periódico. De modo geral, a única alternativa dada à juventude é seguir no caminho e os planos de Deus. Moços e moças, mesmo que pressionados pelo sedutor discurso da revolução sexual, devem se preservar puros até o dia do casamento. Só no matrimônio, a união entre um homem e uma mulher sob olhar de Deus, é que a sexualidade pode ser exercida de forma completa, com respeito e prazer. Esse é o modelo de conduta proposto por *Mocidade* ao longo de toda a sua publicação. Seu editorial, mesmo com algumas dissidências entre autores em certos temas, se mostrou firme em seus princípios pautados em uma moral religiosa cristã. Se dizer não ao sexo nos anos 1950 e 1960 significava estar em confluência com a forma geral como a sociedade tratava a sexualidade, a partir da década de 1970 isso é visto pelos setores mais conservadores dos costumes – incluindo aqui os religiosos – como “remar contra a maré” que, nesse momento, passava a sustentar a bandeira da liberação sexual.

Nesse contexto, religiosos e setores conservadores da sociedade unem forças para lutar contra o “mundanismo”, a promiscuidade e o crescente individualismo, e em defesa da família. No contexto estadunidense, observa-se a ascensão da Direita Cristã de a Maioria Moral através de *lobby* político, que acabam mais tarde influenciando a atuação religiosa na política no cenário brasileiro. Nesse período no Brasil, a política institucional, na figura do regime ditatorial, auxilia a sustentação do discurso conservador sobre a sexualidade, a família e os papéis de gênero, mesmo que na prática esses modelos vinham sendo questionados. Nesse contexto, a revista *Mocidade* busca corroborar os valores cristãos com relação ao sexo, às relações afetivas e ao casamento, em resposta à investida de movimentos feministas e LGBT no campo da educação, especialmente sexual.

Com isso, faz-se necessário destacar a importância cada vez maior dada à sexualidade pelas religiões na atualidade. Uma das formas pelas quais se manifesta esse interesse está na crescente participação das denominações nos debates políticos sobre direitos sexuais e reprodutivos. Inspirados pelos movimentos fundamentalistas do início do século passado e também pelo seu revigorar assistido na década de 1970, vemos uma inserção cada vez maior, sobretudo de pastores evangélicos, no quadro de vereadores e deputados. No Brasil, constituíram-se inclusive grupos de atuação organizados por meio da Frente Parlamentar

Evangélica e da bancada católica no Congresso Nacional, que visa desarticular todas as possibilidades de ampliação de direitos sexuais e reprodutivos, isto é, tanto das mulheres quanto da comunidade LGBTQI+.

Já nos últimos anos de publicação, ao abordarem temas mais atuais à época como o feminismo e a violência sexual, a revista mostra-se num processo de tentativa de adaptação e flexibilização de seu discurso que até então se alimentava de uma matriz ecumênica de valores e costumes acerca dos relacionamentos, da sexualidade e dos papéis de gênero. Constatamos que há um esgotamento da sustentação do molde cristão de sexualidade, notadamente monogâmico, exclusivista, cis e heteronormativo como um modelo universal. Contudo, este formato não deixa de ser defendido e idealizado pelo discurso religioso cristão. O que vemos são novas linguagens para tratar de velhos assuntos, como é o caso da abstinência sexual pré-marital. Um exemplo é a campanha brasileira Eu Escolhi Esperar, criada em 2011 pelo casal de pastores Nelson Junior e Angela Cristina. Inspirada por campanhas de abstinência sexual estadunidenses, como *True Love Waits* e *Silver Ring Thing*, recentemente criaram o Instituto Eu Escolhi Esperar para oferecer programas de educação sexual para escolas públicas. De acordo com Bellotti (2019), o sucesso da campanha entre jovens pode ser associado à linguagem descomplicada, bem-humorada e direta utilizada pelos idealizadores. Uma característica observada tanto nas campanhas de abstinência como também na linguagem de *Mocidade* é a substituição de uma carga negativa e pecaminosa sobre o sexo pelo caráter positivo de se preservar a “pureza sexual”.

O discurso sobre a abstinência sexual é uma pauta em ascensão dentro do cenário político brasileiro no último período. Recentemente a ministra responsável pela pasta Mulher, Família e Direitos Humanos no governo atual, Damare Alves, declarou estar trabalhando na construção de uma proposta de educação sexual para as escolas, cuja principal estratégia defendida para a prevenção de gravidez precoce e de Infecções Sexualmente Transmissíveis é a abstinência. Alves também critica os efeitos da liberação sexual dos jovens que, para ela, defenderia uma campanha de “sexo por prazer”. Segundo a ministra, é necessário resgatar a imagem do sexo associado à intimidade e ao afeto, sugerindo que meninos e meninas “se guardem” até o casamento¹⁴⁸. Assim como campanhas tal qual Eu Escolhi Esperar, o discurso da ministra se alicerça sobre o discurso crítico à banalização do sexo que acompanhou a revolução sexual e o aspecto positivo de se preservar para o “grande amor”, sob o rótulo da

¹⁴⁸ Consultado em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48479429>>. Acesso em: 23/01/2020.

“pureza sexual”. Com isso, o modelo normativo conservador sustentado principalmente pelos setores religiosos da sociedade é relançado aos jovens como escolha.

Em conjunto, no cenário político também ganham força campanhas de cunho conservador protagonizadas pela Frente Parlamentar Evangélica e a bancada católica, o que motiva preocupação de setores progressistas que defendem a ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos. Uma de suas principais bandeiras é o discurso “pró-vida”, que se posiciona de forma contrária ao aborto em quaisquer circunstâncias¹⁴⁹. Outra pauta movimentada pelos setores mais conservadores é o Estatuto da Família (PL 6583/2013), que define o conceito de família como unicamente a união entre homem e mulher (visão compartilhada pela tradição cristã), excluindo outras composições, como por exemplo, a união entre pessoas do mesmo sexo. Vale citar que estes mesmos grupos também são conhecidos pela intensa militância em oposição ao que chamam de “ideologia de gênero”, visando a não inclusão de temas como sexualidade e gênero nos planos de educação à nível municipais, estaduais e nacional. Um dos argumentos utilizados é de que, com a inclusão desses temas em sala de aula, haveria uma doutrinação das crianças e uma desconstrução dos valores familiares¹⁵⁰.

A Igreja Adventista do Sétimo Dia não possui uma militância política ativa pelas vias burocráticas do Estado. Contudo, através de suas mídias – impressas e digitais – e por meio da rede de ensino de educação espalhada por todo o país, sustentam ideais partilhados por esses setores religiosos conservadores mais ativos politicamente. Entre eles, podemos destacar a educação escolar pautada na visão criacionista. Segundo a instituição, essa perspectiva é ensinada nas escolas com base em argumentação científica, num esforço em harmonizar “conhecimentos das ciências históricas, principalmente a Geologia e a Paleontologia, com suas implicações na teoria da evolução biológica”¹⁵¹, sem com isso abdicar de uma leitura literal da Bíblia. Recentemente, a Igreja Adventista do Sétimo Dia também esteve envolvida em uma polêmica envolvendo seu sistema educacional. Foi divulgada em diversos canais de notícia uma avaliação aplicada para o nono ano do ensino fundamental no Colégio Adventista

¹⁴⁹ Essa campanha pró-vida serve como base para o Estatuto do Nascituro (PL 478/2007), que defende o direito do feto desde a concepção e proteção integral ao nascituro. Uma das principais críticas tecidas ao projeto é que ele inviabilizaria qualquer possibilidade de realização de aborto legal, uma vez que até mesmo em casos de estupro o feto estaria protegido pela lei. Nesses casos, o projeto prevê que a mulher vítima de violência sexual que resultasse em gravidez receba uma bolsa do governo para criar a criança resultante do estupro. Consultado em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2014/docs/04abr_11_estatuto_nascituro_consequencia.pdf>. Acesso em 23/01/2020.

¹⁵⁰ Este é um dos principais argumentos utilizados pelas mídias evangélicas conservadoras, como é o caso do site Gospel Prime. É importante salientar que o termo “ideologia de gênero” foi instituído por esses setores religiosos e conservadores, em alusão a uma suposta “doutrinação” que os estudos de gênero exerceriam. Consultado em: <<https://www.gospelprime.com.br/o-que-e-ideologia-de-genero/>>. Acesso em: 23/01/2020.

¹⁵¹ Consultado em: <<https://www.educacaoadventista.org.br/conheca-mais/por-que/por-que-ensinamos-o-criacionismo/>>. Acesso em: 23/01/2020.

de Correios, em Belém-PA, que era composta por questões discursivas consideradas de cunho homofóbico por alunos e por membros externos à escola¹⁵². Entre as questões, destacavam-se “como evitar o homossexualismo?” e “o homossexualismo tem perdão?”, que evidenciam a visão patologizada da homossexualidade que persiste no meio adventista. As perguntas deveriam ser respondidas pelos discentes com base no livro “De Bem com Você”, publicado pela Casa Publicadora Brasileira na década de 1990 e cujos autores são Sueli Nunes Ferreira e Marcos de Benedicto – que, conforme vimos, compunham o editorial de *Mocidade* no mesmo período.

Quanto às mídias voltadas à juventude, que poderiam consistir em um canal de diálogo e um manual de conduta para jovens que continuam sendo confrontados com as aberrações dos relacionamentos flexíveis e abertos, com a homossexualidade, com a liberação sexual generalizada, a Casa Publicadora Brasileira não tem mais um periódico voltado à juventude com tanta inserção no mercado de periódicos como foi *Mocidade*. A revista findou suas atividades num cenário de crescente competitividade midiática pelo público jovem. O início dos anos 1990 registra o começo de emissoras e programas de televisão que dialogavam com a juventude, como a MTV, o Programa Livre (no SBT), Programa Revistinha e Fanzine (na TV Cultura). Em 1995 a Rede Globo, a maior emissora de televisão do país, lança a série *Malhação*. Ao criar um programa diário dedicado ao público jovem (e que existe até hoje), evidenciou-se o reconhecimento da juventude como um nicho a ser cultivado pela grande mídia. Além da linguagem mais dinâmica e atrativa, a abordagem desses programas – feitos de jovens para jovens – fez com que o público de *Mocidade* e de outras mídias voltadas aos jovens até então estabelecidas se diluísse. Conforme observamos, ao longo de sua existência o periódico adventista buscou responder às transformações da própria sociedade com relação à sexualidade e às relações afetivas.

Com o crescente cenário de diversidade de produtos de mídia para a juventude, a Casa Publicadora Brasileira opta por extinguir a revista. No último período, o foco em relação à juventude para além da instituição estava menos nos materiais impressos e mais nos canais de mídias digitais, privilegiando uma nova linguagem, mais dinâmica e atrativa. Há um investimento massivo no Ministério Jovem e na produção de conteúdo de jovens para jovens. Se o problema era “*estar no mundo sem ser do mundo*” (HERDERSHOT, 2004, p. 11), a instituição investe nas mídias como um meio de reforçar identidades, mas também aderir sentido à existência e à vida religiosa. Só no Brasil, a Igreja Adventista do Sétimo Dia está

¹⁵² Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/educacao/colégio-adventista-e-acusado-de-aplicar-prova-com-conteudo-homofobico/>>. Acesso em: 23/01/2020.

presente em pelo menos três grandes redes sociais¹⁵³ com perfis exclusivos dos Jovens Adventistas, nos quais são divulgadas mensagens motivacionais, além das ações e projetos do Ministério Jovem. Em 2015, foi lançada a iniciativa *Feliz7Play*¹⁵⁴, uma plataforma que reúne vídeos educativos e cristãos para a juventude e para a família sobre temas como relacionamentos, saúde, alimentação e finanças, além de curta-metragens, clipes de músicas, documentários, filmes e séries – todos produzidos sob uma ótica religiosa.

Mocidade foi uma importante revista dentro do rol de periódicos publicados pela Igreja Adventista do Sétimo Dia no Brasil, que evidenciou outros diversos temas de interesse para o universo religioso e os quais não foram possíveis de serem abordados. Entre as potencialidades de investigação no campo do adventismo, podemos destacar a sustentação de uma visão criacionista, tanto nos periódicos, como também em sua rede de educação. Cumpre citar a possibilidade de análise das novas linguagens empregadas pelos adventistas voltadas à juventude por meio das redes sociais institucionais. Outra abordagem possível, e que não foi o objetivo da presente pesquisa, é trabalhar com a recepção das mensagens sobre sexualidade e relacionamentos pela juventude. Com a ampliação das mídias adventistas pelos meios digitais, elas se mostram um campo aberto de investigação nesse sentido.

Diversas outras iniciativas do campo religioso cristão buscam trazer uma alternativa aos jovens que não se encaixariam no modelo de sexualidade e relacionamentos afetivos trazidos pela revolução sexual. Como já comentado, a estratégia utilizada pelo discurso religioso é valorizar o/a jovem que preserva a pureza sexual como um/a verdadeiro/a transgressor/a das regras do mundo. Mostrar para essa juventude que eles/elas também tem um lugar no mundo, que podem ser acolhidos/as e entendidos/as a seu modo e que não há nada de errado em “escolher esperar”. Afinal, há tantos/as outros/as iguais a você.

Não podemos deixar de enfatizar que essas iniciativas são marcadamente binárias, tendo um peso muito maior sobre os corpos femininos. No caso de *Mocidade*, a revista é pautada por um formato alarmista e funciona como agente de salvação moral, tendo por foco central de sua regulação religiosa e de suas “indicações seguras” às mulheres. Em contrapartida, não podemos ignorar que em períodos mais recentes as igrejas têm tido um papel importante na vida de algumas mulheres, especialmente nas periferias do mundo, onde

¹⁵³ São elas: Twitter (<<https://twitter.com/MinisterioJovem>>), com cerca de 38 mil seguidores; Facebook (<<https://www.facebook.com/jovensadventistasbrasil/>>), com cerca de 57 mil seguidores e Instagram (<<https://www.instagram.com/jovensadventistasbrasil/>>) com 124 mil seguidores. Os dados foram coletados em 24/01/2020.

¹⁵⁴ No Youtube, a iniciativa possui 191 mil inscritos e soma quase 21 milhões de visualizações de conteúdo. Funcionando como uma plataforma de vídeos, também é possível fazer o download do aplicativo da iniciativa para assistir seu conteúdo via celular ou tablet. Para saber mais: <<https://www.feliz7play.com/pt/>>. Acesso em: 24/01/2020.

muitas delas convivem diariamente com a violência doméstica, com a dependência econômica, com o alcoolismo de seus companheiros, com a falta de planejamento familiar; e, nesse cenário, as comunidades religiosas são um espaço de ajuda e acolhimento.

Mocidade acabou. Em compensação, a Igreja Adventista do Sétimo Dia trabalha constantemente para a atualização de suas linguagens, especialmente por meio dos canais de mídia, para dialogar com a juventude e sustentar sua visão de mundo. O motivo para defender uma educação sexual e afetiva pautada na abstinência sexual, na monogamia, na heteronormatividade e na valorização da instituição matrimonial – seja em *Mocidade*, seja nas suas plataformas digitais – está relacionado aos princípios estabelecidos pela doutrina adventista. Mesmo assim, podemos notar transformações em meio às tensões doutrinárias, mesmo que sua visão de mundo hegemônica seja reforçada sob novos formatos e linguagens. Nesse movimento de atualização, seu objetivo permanece o mesmo: oferecer *um roteiro seguro e certo, a elevar as almas jovens*.

FONTES

Carta:

CARTA AO ASSINANTE. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 08, 1958.

Artigos em revistas:

BENEDICTO, Marcos de. Paixão ou Amor? Eis a questão. **Mocidade**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 04, 1988, p. 06-07.

BENEDICTO, Marcos de. Sexo. Assunto quente e desconhecido. **Mocidade**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 03, 1989, p. 28-30.

BENEDICTO, Marcos de. Jogo dos sexos. **Mocidade**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 02, 1994, p. 06-07.

BLAKE, Christopher. Como fazer Amor. **Mocidade**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 10, 1989, p. 06-07.

BOUKRIS, Sauveur. Os Mistérios de uma Idade. **Mocidade**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 01, 1990, p. 06-07.

BRITO, Azenilto G.. Educação Sexual - Desafio na Escola e no Lar. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 04, 1979, p. 06-08.

BRITO, Azenilto G.. Editorial. **Mocidade** (Edição Especial Doenças Venéreas). Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, 1. ed., 1983, p. 05.

BRITO, Azenilto G. Amor livre. Preço Muito Alto. **Mocidade** (Edição Especial Doenças Venéreas). Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, 1. ed., 1983, p. 06-08.

CAMPOS, Eli Silveira. Casamento: Um assunto sério. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 09, 1982, p. 10-11.

CARDOSO, Ivo Santos. Casamento é sorte?. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 10, 1973, p. 04-09.

CARDOSO, Ivo Santos. Editorial. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 01, 1976, p. 03.

CARDOSO, Ivo Santos. Editorial. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 07, 1978, p. 03.

CARDOSO, Ivo Santo; MORSCH, Elias. Sexo e Juventude. In: Especial: Sexo e Juventude. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 07, 1978, p. 12-17.

CARDOSO, Ivo Santos, MARQUES, João Benedito de Azevedo. Sexo: A Educação Necessária. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 02, 1981, p. 06-08.

CARDOSO, Ivo Santos; BARROS, José Martins. **Mocidade** (Edição Especial Doenças Venéreas). Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, 1. ed., 1983, p. 22-25.

CARVALHO, Marlene Barros de. Diálogo Mocidade: *II – Mais sobre sexo*. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 03, 1981, p. 13.

CHAVES, Odilon. Você está preparado para o casamento?. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 01, 1985, p. 31.

CLAIR, Barry St., JONES, William. Por que os rapazes são tão esquisitos. **Mocidade**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 10, 1989a, p. 04-05.

CLAIR, Barry St., JONES, William. Por que as garotas são tão estranhas. **Mocidade**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 11, 1989b, p. 04-05.

COELHO, Nathan Câmara. Diálogo Mocidade: *Todo jovem deve ler*. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 05, 1983, p. 20.

COLLINS, Sergio V. O Jovem e seu Físico. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 11, 1966, p. 03-05; 12.

COLLINS, Sergio V. O Jovem e seu Noivado. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 02, 1967, p. 04-07.

DORÇA, Daize. Diálogo Mocidade: *Mocidade nas Bancas*. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 01, 1984, p. 16.

EBLING, José Carlos. Sexo: não aumente o fogo!. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 04, 1983a, p. 06-08.

EBLING, José Carlos. Sexo. A gente se ama, por que esperar?. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 05, 1983b, p. 06-08.

EBLING, José Carlos. Namoro. Carícias, beijos... qual o limite?. **Mocidade**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 03, 1985, p. 10-13.

FRANÇA, Carlos A. F.; MEDICI, Ademir. Diálogo Mocidade: *Discothèque*. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 06, 1979, p. 04.

FUCHTER, Adriana. Diálogo Mocidade: *III – Mais sobre sexo*. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 03, 1981, p. 13.

GALLINO, Osvaldo. Por que não ir longe demais. **Mocidade**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 07, 1988, p. 28-29.

GAMMELI, David P. “Você está pronto para casar? Faça o teste”. **Mocidade**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 09, 1987, p. 06-07.

- GORDON, Sabine. O que vem depois do aborto. **Mocidade**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 04, 1990, p. 10-12.
- HERMAN, Laura. Virgindade & Pureza. Ultrapassadas?. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 06, 1983, p. 12-14.
- JOSÉ, Ganymédes. A decisão de Vânia. **Mocidade**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 05, 1985, p. 11-13.
- LEME, Maria Isabel de Oliveira. Diálogo Mocidade: *Suplemento, sexo*. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 11, 1978, p. 04.
- LEMOS, Francisco. A cara do pecado. **Mocidade**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 02, 1993, p. 16-17.
- LESSA, Rubens S.. Não se desespere: há uma solução. **Mocidade** (Edição Especial Doenças Venéreas). Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, 1. ed., 1983, p.26.
- LIMA, Ibernorn Noronha. Diálogo Mocidade: *I – Mais sobre sexo*. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 03, 1981, p. 13.
- LOHNE, Alf. Somos noivos. Por que esperar?. **Mocidade**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 09, 1987, p. 28-29.
- MAIA, Genilda Alves. Diálogo Mocidade: *Testes*. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 10, 1980, p. 26.
- MARQUES, Belisário. Amor, sexo, casamento. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 01, 1976, p. 05-08.
- MARQUES, Belisário. Casamento. Segredo do sucesso. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 01, 1979, p. 05-07.
- MARQUES, Belisário. Você Pergunta: *Homossexualismo*. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 10, 1980a, p. 15.
- MARQUES, Belisário. Você Pergunta: *“Ela não gosta de carinho...”*. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 11, 1980b, p. 10-11.
- MARQUES, Belisário. Você Pergunta: *“Ela é muito ciumenta...”*. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 11, 1980c, p. 10-11.
- MARQUES, Belisário. Você Pergunta: *Masturbação. Como abandonar?*. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 02, 1981a, p. 16-17.
- MARQUES, Belisário. Você Pergunta: *Não sou feio. Mas tenho medo...*. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 04, 1981b, p. 16-17.
- MARQUES, Belisário. Você Pergunta: *Estou desesperada....*. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 09, 1982a, p. 16-17.

MARQUES, Belisário. Você Pergunta: *Depois disso, não tenho amigos nem namorado*. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 10, 1982b, p. 16-17.

MARQUES, Belisário. Você Pergunta: *“Não tenho assunto para elas...”*. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 12, 1982c, p. 17.

MARQUES, Belisário. Você Pergunta: *Celibato, Homossexualismo e Repressão Sexual: Sociedade Doente?*. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 06, 1984, p. 16-17.

MARQUES, Belisário. Você Pergunta: *Foi Longe Demais; E Não Se Sente Perdoada*. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 09, 1984, p. 11.

MARQUES, Belisário. Você Pergunta: *Não aceita Porque Não Foi o Primeiro*. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 10, 1984, p. 11-12.

MARQUES, Belisário. Você Pergunta: *Sem Ideais e Objetivos*. **Mocidade**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 07, 1985, p. 13-14.

MAZAT, Alberta. O sexo tem história. **Mocidade**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 03, 1993, p. 16-17.

MELO, José Carlos de O.. Diálogo Mocidade: *Contra o Carnaval*. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 06, 1979, p. 04.

NAYLOR, Phyllis. Casei-me aos dezoito. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 01, 1985, p. 29-30.

ORVOINE, Roberto. Fecundação e Formação do Embrião pela Imagem. In: Especial: Sexo e Juventude. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 07, 1978, p. 20-24.

PEIXOTO, Márcia. Você Pergunta: *Celibato, Homossexualismo e Repressão Sexual: Sociedade Doente?*. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 06, 1984, p. 16-17.

PETROLI, Valdenizio. Doenças venéreas: os jovens são as principais vítimas. **Mocidade** (Edição Especial Doenças Venéreas). Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2. ed, 198-, p. 28-30.

PETROLI, Valdenizio. Aids: o Mal do Século. **Mocidade**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 06, 1987, p. 04-07.

PETROLI, Valdenizio. Violência Sexual: Tome cuidado. **Mocidade**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 12, 1987, p. 04-06.

PINHEIRO, Paulo. Sexo. Por que não agora?. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 07, 1984, p. 28-29.

- PINHEIRO, Paulo. Repressão sexual: qual é a saída?. **Mocidade**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 03, 1985, p. 30-31.
- PINHEIRO, Paulo. Editorial. **Mocidade**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 03, 1989, p. 03.
- SCHEFFEL, Rubem Milton. Sexo e Vendas. In: Especial: Sexo e Juventude. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 07, 1978, p. 18-19.
- SCHEFFEL, Rubem Milton. Cinema: Vale a pena ir lá?. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 12, 1982, p. 26-29.
- SHRYOCK, Haroldo. Como alcançar êxito no Casamento. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 04, 1963, p. 08-09; 15.
- SHRYOCK, Haroldo. Forum de Problemas da Mocidade: *Quando Casar - II*. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 10, 1967, p. 17.
- SHRYOCK, Haroldo. A Fusão da Personalidade no Casamento. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 04, 1968, p. 08-10.
- SOUZA, César Vasconcellos. Homossexualismo: um desvio sexual. **Mocidade**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 06, 1985, p. 11-13.
- SOUZA, César Vasconcellos. Consultório Psicológico: A origem da Homossexualidade. **Vida e Saúde**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 05, 1989, p. 20-21.
- SOUZA, César Vasconcellos. Sexo fácil e frágil. **Mocidade**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 02, 1990, p. 04-05.
- SILVA, Valéria. Feminismo: a eterna polêmica. **Mocidade**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 03, 1984, p. 06-08.
- SPALDING, Arthur. Amor, noivado e casamento. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 08, 1958, p. 10-11.
- S. V. C.. Forum de Problemas da Mocidade: *É a Castidade Prejudicial?*. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 04, 1967, p. 17.
- S. V. C.. Forum de Problemas da Mocidade: *A "Prova de Amor"*. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 05, 1967, p. 17.
- VAN PELT, Nancy. Afinal, o casamento está superado?. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 05, 1984, p. 25-27.
- VAN PELT, Nancy. A melhor idade para o casamento. **Mocidade**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 05, 1985, p. 28-29.
- VAN PELT, Nancy. Casamento. Para quê?. **Mocidade**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 05, 1987, p. 04-06.

VAN PELT, Nancy. Você está realmente amando?. **Mocidade**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 09, 1988, p. 04-05.

VILLARET, Cláudia. Os 100 Problemas da Mulher: *É a paixão amor?*. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 04, 1963, p. 06-07.

VILLARET, Cláudia. Os 100 Problemas da Mulher: *Pode-se Vencer o Ciúme?*. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 06, 1964, p. 06-07; 11.

WALLACE, Cynthia. Perdi mais do que a minha virgindade. **Mocidade**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 08, 1989, p. 12.

WALDVOGEL, Luis, BRITO, Azenilto G.. Namoro. Evolução ou decadência?. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 06, 1979, p. 05-07.

WEIL, Pierre. Forum de Problemas da Mocidade: *Namôro e Noivado (Conclusão)*. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 02, 1964, p. 14.

A CADA UM MINUTO um adolescente brasileiro contrai gonorréia. **Mocidade** (Edição Especial Doenças Venéreas). Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, 1. ed., 1983, p. 27.

AIDS: A Invasão do Vírus. **Mocidade**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 07, 1986, p. 02-03.

A PÍLULA não é a solução. **Mocidade** (Edição Especial Doenças Venéreas). Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, 1. ed., 1983, p. 10-11..

DOENÇAS VENÉREAS e homossexualismo. **Mocidade** (Edição Especial Doenças Venéreas). Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, 1. ed., 1983, p. 9.

DOENÇAS VENÉREAS: quais os riscos?. **Mocidade**. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 10, 1984, p. 14-15.

... E FUI LONGE Demais. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 07, 1983, p. 30-31.

FORUM DE PROBLEMAS DA MOCIDADE: Há algum mal em gostar dos Beatles?. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 11, 1966, p. 16.

FORUM DE PROBLEMAS DA MOCIDADE: *Diferença de Idade no Casamento*. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 07, 1967, p. 16.

SERÁ QUE VAI dar certo?. **Mocidade**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 12, 1984, p. 25-26.

SÍFILIS. **Mocidade** (Edição Especial Doenças Venéreas). Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, 1. ed., 1983, p. 14-15.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Wilson. SUPERAMIGO chegou pra ficar (Entrevista). **Revista Adventista**, Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 05, p. 13, 1994.
- ARMSTRONG, Karen. **Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ASSMANN, Hugo. **A Igreja Eletrônica e seu impacto na América Latina**. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.
- AZEVEDO, Jacinta. Infecções Sexualmente Transmissíveis. **Sexualidade & Planejamento Familiar (APF)**, n. 50/51, p. 43-45, jun./dez. 2008.
- BACH, L. F. C.. **Sexualidade, beleza e maternidade: O modelo cristão de mulher nos anos 1980 a partir da Revista Vida e Saúde**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia), História – Memória e Imagem, Universidade Federal do Paraná, 64 p., 2017.
- BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BASSANEZI, C.. Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964). **Cadernos pagu (UNICAMP)**, v. 1, p. 111-148, 1993.
- BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 1998.
- BELLOTTI, K. K.. **Uma luz para o seu caminho: a mídia presbiteriana no Brasil (1976-2001) no caso de “Luz para o Caminho”**. Dissertação (Mestrado em História), UNICAMP, 2003.
- _____. Mídia, Religião e História Cultural. **REVER (PUC-SP)**, n. 4, pp. 96-115, 2004.
- _____. **“Delas é o Reino dos Céus”: Mídia evangélica infantil na cultura pós-moderna do Brasil (1950-2000)**. 1. ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2010.
- _____. História das Religiões: conceitos e debates na era contemporânea. **História: Questões & Debates (UFPR)**, n. 55, pp. 13-42, 2011.
- _____. “Fiéis soldados de Jesus Cristo” – discussões sobre o fundamentalismo no Brasil recente. In: BREPOHL, M. et al. **Sentimentos na História: linguagens, práticas, emoções**. 1. ed. Curitiba: Editora UFPR. 2012, p. 53-92.
- _____. “Quanto mais santidade melhor”: campanhas midiáticas de pureza sexual (1990-2010). **REFLEXÃO (PUCCAMP)**, v. 44, p. 01-17, 2019.
- BÍBLIA SAGRADA. Nova Tradução na Linguagem de Hoje. Edição em letra grande. Barueri-SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2010.
- BLAY, Eva Alterman; Lúcia Avelar (Orgs.). **50 anos de feminismo - Argentina, Brasil e Chile**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP, 2017.

BORDO, Susan R.. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R.. **Gênero, Corpo, Conhecimento**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997, p. 19-41.

BUENO, Juliana Fleig. **A mulher (re)paginada: as representações da “nova mulher” e o discurso de beleza na revista *Nova Cosmopolitan* na década de 1980**. Dissertação (Mestrado em História), UFPR, 155 p., 2013.

BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

_____. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BURKE, Peter. BRIGGS, Asa. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p. 191-219.

_____. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARVALHO, F. L. G.. A Igreja Adventista do Sétimo Dia no Brasil: inserção e desenvolvimento institucional. **Pistis & Praxis** (PUC-PR), v. 6, n. 3, pp. 1057-1075, 2014.

CASSAB, C.. Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução. **Locus** (UFJF), v. 17, p. 145-159, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CÉSAR, M. R. A.. **A Invenção da “Adolescência” no Discurso Psicopedagógico**. Dissertação (Mestrado em Educação), UNICAMP, 145 p., 1998.

_____. Da adolescência em perigo à adolescência perigosa. **Educar em Revista** (UFPR), v. 15, p. 1-7, 1999.

_____. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "epistemologia". **Educar em Revista** (UFPR), v. 35, p. 37-51, 2009.

CHARTIER, Roger. O Mundo Como Representação. **Estudos Avançados** (USP). v. 5, n. 11, pp. 173-191, 1991.

_____. **A História Cultural – Entre práticas e representações**. 2. ed. Algés: DIFEL, 2002a.

_____. **A beira da falésia: A história entre certezas e inquietudes**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002b.

CUNHA, M. F.. Homens e mulheres nos anos 1960/70: um modelo definido?. **História: Questões & Debates** (UFPR), n. 34, p. 201-222, 2001.

CUNHA, M. N.. O conceito de Religiosidade Midiática como atualização do conceito de Igreja Eletrônica em tempos de cultura “gospel”. **Anais do XXV Intercom**, Salvador-BA, 2002.

_____. Religiosidade midiática em tempos de cultura “gospel”. **Tempo e Presença Digital**, v. 04, n. 15, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/2US1D8d>. Acesso em: 15/04/2019.

_____. Elucidações contemporâneas nos estudos brasileiros em mídia e religião: a perspectiva das mediações culturais e comunicacionais. **Famecos** (Online), v. 23, n. 2, p. ID22280, 2016.

DALBEN, A., SOARES, C. L.. A revista Vida e Saúde: modos de olhar e educar o corpo feminino em suas páginas (1940-1950). **Pensar a Prática** (UFG), v. 11, n. 3, p. 239-250, 2008.

DANIEL, Herbert; PARKER, Richard. **Aids, a terceira epidemia: ensaios e tentativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: ABIA - Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, 2018.

DINIS, N.; ASSINELI-LUZ, A.. Educação sexual na perspectiva histórico-cultural. **Educar em Revista** (UFPR), n. 30, p. 77-87, 2007.

DINIZ, Débora. Aborto e contracepção - Três gerações de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 313-332.

DOUGLASS, Herbert E.. **A Mensageira do Senhor – O ministério profético de Ellen G. White**. 1. ed. Tatuí, São Paulo: Casa Publicadora Brasileira, 2003.

ERGAS, Yasmine. O Sujeito Mulher. O feminismo dos anos 1960 – 1980. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Orgs). **História das mulheres no ocidente. Volume 5: O século XX**. 1 ed. Porto: Afrontamento, 1995. p. 583 – 611.

FACCHINI, Regina. **“Sopa de Letrinhas”? - Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), UNICAMP, 245 p., 2002.

_____. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cadernos AEL** (UNICAMP), v. 10, n. 18/19, p. 81-125, 2003.

FÁVERI, M. de. Desquite e divórcio: a polêmica e as repercussões na imprensa. **Caderno Espaço Feminino** (UFU), v. 17, n. 01, p. 335-357, 2007.

FOLLIS, R. CUNHA, M. N.. Motivações adventistas para o uso da mídia. **Acta Científica** (UNASP), v. 1, n. 18, pp. 59-72, 2010.

FOLLIS, R.. **Memória, mídia e transmissão religiosa: estudo de caso da Revista Adventista (1906-2010)**. Tese (Doutorado em Ciências da Religião), Universidade Metodista de São Paulo, 231 f., 2017.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FRIEDAN, Betty. **Mística Feminina**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1971.

GAMA, Maria Clara Brito da. Cura Gay? Debates parlamentares sobre a (des)patologização da homossexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad** (Rio de Janeiro), n. 31, p. 04-27, 2019.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. 1. ed. 4. reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GILL, Rosalind. "Análise do discurso". BAUER, Martin W., GASKELL, George (Orgs). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático**. 7. ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2008, p. 244-270.

GONÇALVES, Tamara Amoroso; LAPA, Thaís de Souza. **Aborto e religião nos tribunais brasileiros**. 1. ed. São Paulo: Instituto para a Promoção da Equidade, 2008.

GROPPO, L. A.. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista do COGEIME**, Piracicaba, v. 13, n. 25, p. 9-22, 2004.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, v. 22, n. 2, pp. 15-46, 1997.

_____. Estudos Culturais: dois paradigmas. In: SOVIK, Liv. (Org.) **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003, pp. 131-159.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

HENDERSHOT, H. **Shaking the world for Jesus: Media and conservative evangelical culture**. Chicago: University of Chicago Press, 2004.

HOOVER, Stewart. Mídia e religião: premissas e implicações para os campos acadêmico e midiático. **Comunicação & Sociedade**, v. 35, n. 2, pp. 41-68, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JULIA, Dominique. História religiosa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S/A, 1976, pp. 106-131.

KEHL, Maria Rita. As duas décadas dos anos 70. In: Marcelo Monzani. (Org.). **Anos 70: Trajetórias**. 1 ed. São Paulo: Iluminuras, 2006, p. 31-37.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. 1. ed. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Violência contra a mulher - Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 286-212.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos à Freud**. 1. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

_____. **Sexo solitário: una historia cultural de la masturbación**. 1. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

LESSA, A. S.. Relatório da Colportagem (Agosto de 1958). **Revista Adventista**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n. 12, 1958, p. 38.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2 (56), p. 17-23, 2008.

_____. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p. 07-42.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.) **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2008, pp. 111-153.

MARINHO, R. et al.. Nossas Revistas: Abrindo Caminhos. **Mocidade**, Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, p. 36-39, 1990.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Secularización, desencanto y reencantamiento massmediático. **Diálogos de la Comunicación**, n. 41, 1995. Disponível em: <http://dialogosfelafacs.net/edicion-41/>. Acesso em: 01/05/2019.

MATA, Sérgio da. Introdução. In: _____. **História & Religião**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, pp. 11-20.

MATHEWS, Gordon. **Cultura global e identidade individual**. 1. ed. Bauru-SP: EDUSC, 2002.

MASSENZIO, M.. Historia de las religiones y antropología. FILORAMO, G.; MASSENZIO, M.; RAVERI, M.; SCARPI, P. **Historia de las religiones**. Barcelona: Editorial Crítica, 2000, p. 345-350.

MENDOS, L. R.. **State-Sponsored Homophobia 2019**. 13. ed. Geneva: International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association, 536 p., 2019. Disponível em: https://ilga.org/downloads/ILGA_State_Sponsored_Homophobia_2019.pdf. Acesso em: 25/11/2019.

NISTO CREMOS. **As 28 crenças fundamentais da Igreja Adventista do Sétimo Dia**. Associação Ministerial da Associação Geral dos Adventistas do Sétimo Dia. Trad.: Hélio L. Grellmann. Tatuí-SP: Casa Publicadora Brasileira, 2017.

NOVAES, R. C. R.. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: Maria Isabel Mendes de Almeida; Fernanda Eugênio. (Org.). **Culturas jovens. Novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006a, v. 1, p. 105-120.

_____. Os jovens, os ventos secularizantes e o espírito do tempo. In: TEIXEIRA, Faustino e MENEZES, Renata. (orgs.). **As religiões no Brasil: continuidades e rupturas**. Petrópolis: Vozes, 2006b, p. 135-160.

_____. Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz diferença? In: ABRAMO, H. W. e BRANCO, P. P. M. (orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 263-290.

OLIVEIRA FILHO, J. J.. Formação histórica do movimento adventista. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 52, pp. 157-179, 2004.

PAIXÃO, Claudia F.; RODRIGUES, S. G. F.. Corpos Institucionalizados que balançam entre fluidez e rigidez religiosa. Ensaio sobre a tutela da igreja cristã na sexualidade. In: PERETTI, Clélia (Org.). **Anais Eletrônicos, Congresso de Teologia da PUCPR**, n. 10, 2011.

PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, n. 1, p. 125-157, 2009.

PERROT, Michelle. Figuras e papéis. In: PERROT, Michelle et al. (Org.). **História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 121-185.

_____. **Os excluídos da história. Operários, mulheres e prisioneiros**. 8. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2018.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 469-512.

_____. A era dos modelos flexíveis. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 513-543.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e História. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998. Disponível em: <http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf>. Acesso em: 23/01/2020.

RISÉRIO, Antonio. Duas ou três coisas sobre contracultura no Brasil. In: Marcelo Monzani. (Org.). **Anos 70: Trajetórias**. 1ed. São Paulo: Iluminuras, 2006, v. 1, p. 25-30.

ROSADO, Maria José. Introdução. In: _____. **Gênero, feminismo e religião: Sobre um campo em constituição**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015, p. 7-18.

SARLI, Wilson. Relatório da Colportagem (Outubro de 1979). **Revista Adventista**. Santo André-SP: Casa Publicadora Brasileira, n, 01, 1980, p. 37.

SCHUNEMANN, H. E. S.. A Educação Confessional Fundamentalista no Brasil Atual: Uma análise do sistema escolar da IASD. **REVER (PUC-SP)**, v. 9, p. 71-97, 2009.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 15-42.

SCOTT, Joan Wallach. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 63-96.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SENNET, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. 6. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018.

SILVA, Cristiane G. da. et al. Religiosidade, juventude e sexualidade: entre a autonomia e a rigidez. **Psicologia em Estudo** (Impresso), v. 13, p. 683-692, 2008.

SILVA, Cristina Luci Câmara e. **Ativismo, Ajuda-mútua e Assistência – A Atuação das Organizações Não-Governamentais na luta contra a Aids**. Tese de Doutorado (Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia/Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 362 f., 1999.

SILVA, Eliane Moura. Religião, Diversidade e Valores Culturais: conceitos teóricos e educação para a cidadania. **REVER** (PUC-SP), v. 02, n. 04, p. 1-14, 2004.

_____. Fundamentalismo evangélico e questões de gênero: em busca de perguntas. In: SOUZA, S. D. (Org.). **Gênero e Religião no Brasil. Ensaio Feministas**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006, p. 11-28.

_____. Entre religião, cultura e história: a escola italiana das religiões. **Revista de Ciências Humanas** (UFV), v. 11, n. 2, p. 225-234, 2011.

SOARES, D. M.; SILVA, L. O. L.; CAMPOS, P. F. S.. Identidade de gênero: a representação da mulher na Revista Vida e Saúde durante a Segunda Guerra Mundial (1940-1945). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 6, n. 11, p. 142-160, 2014.

SOUZA, S. D.. Introdução. In: _____. (Org.). **Gênero e Religião no Brasil. Ensaio Feministas**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006a, p. 7-10.

_____. Religião e secularização: o gênero dos discursos e das práticas das mulheres protestantes. In: SOUZA, S. D. (Org.). **Gênero e Religião no Brasil. Ensaio Feministas**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006b, p. 29-43.

_____. Representações de gênero na literatura evangélica. **Estudos de Religião**, v. 31, n. 3, p. 317-331, set./dez. 2017.

SOUZA, Sirley Aparecida. Juventudes: é possível falar em cultura juvenil?. **Anais do X Congresso Nacional de Educação**, v. 1, p. 81-89, 2011.

SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e lesbianismo: A identidade em questão. **Cadernos pagu** (UNICAMP), n. 12, p. 109-120, 1999.

_____. Apresentação. Feminismos: teorias e perspectivas. **Textos de História**, v. 08, n. 1/2, p. 05-08, 2000.

_____. Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas “femininas”. **História: Questões & Debates** (UFPR), n. 34, p. 11-44, jan./jun. 2001.

THÁ, Fábio. **Vícios privados: sobre o conceito de masturbação em Freud**, 2011. Disponível em: <<https://bit.ly/2rvKtzH>>. Acesso em: 05/12/2019.

VAGGIONE, Juan Marco. A religião e a política no tempo dos direitos sexuais e reprodutivos. In: ROSADO, Maria José. **Gênero, feminismo e religião: Sobre um campo em constituição**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015, p. 71-90.

VUOLA, Elina. Questões teóricas e metodológicas sobre gênero, feminismo e religião. In: ROSADO, Maria José. **Gênero, feminismo e religião: Sobre um campo em constituição**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015, p. 39-58.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p. 43-104.

WHITE, Ellen G.. **O Lar Adventista**. Ellen G. White Estate, Inc., 2004a. Disponível em: <https://egwwritings.org/>.

_____. **Mensagens aos Jovens**. Ellen G. White Estate, Inc., 2004b. Disponível em: <https://egwwritings.org/>.

_____. **Testemunhos Seletos (vol. 1)**. Ellen G. White Estate, Inc., 2004c. Disponível em: <https://egwwritings.org/>.

_____. **Cartas a jovens namorados**. Ellen G. White Estate, Inc., 2006. Disponível em: <https://egwwritings.org/>.

_____. **Testemunhos sobre Conduta Sexual, Adultério e Divórcio**. Ellen G. White Estate, Inc., 2008. Disponível em: <https://egwwritings.org/>.

_____. **A Ciência do Bom Viver**. Ellen G. White Estate, Inc., 2013. Disponível em: <https://egwwritings.org/>.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura y Sociedad. 1780-1950: de Coleridge a Orwell**. 1 ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2001.

_____. **Palabras clave – un vocabulario de la cultura y la sociedad**. 1. ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2003.

SITES CONSULTADOS:

Acervo virtual da Revista Adventista. <<http://acervo.revistaadventista.com.br/capas.cpb>> (Acesso em 03 de janeiro de 2020).

Adventist Book Center. <<https://www.adventistbookcenter.com/>> (Acesso em 04 de janeiro de 2020).

Casa Publicadora Brasileira. <<https://www.cpb.com.br/>> (Acesso em 03 de janeiro de 2020).

Centro de Pesquisas Ellen G. White, UNASP. <<http://www.centrowhite.org.br/>> (Acesso em 26 de dezembro de 2019).

Ellen G. White Estate Inc. <<http://ellenwhite.org/>> Acesso em 20 de dezembro de 2019).

- Ellen G. White Writings. <<https://egwwritings.org/>> (Acesso em 20 de dezembro de 2019).
- Fundação Oswaldo Cruz. <<https://portal.fiocruz.br/>> (Acesso em 05 de dezembro de 2019).
- Igreja Adventista do Sétimo Dia. <<https://www.adventistas.org/pt/>>. (Acesso em 03 de janeiro de 2020).
- Ministério da Saúde. <<http://saude.gov.br/saude-de-a-z/>> (Acesso em 26 de novembro de 2019).
- Rede Novo Tempo. <<https://www.novotempo.com>> (Acesso em 06 de janeiro de 2020).
- Revista Adventista. <<http://www.revistaadventista.com.br/>> (Acesso em 03 de janeiro de 2020).
- Revista Conexão 2.0. <<http://conexao.cpb.com.br/>> (Acesso em abril de 2019).
- Revista Nosso Amiguinho. <<http://nossoamiguinho.cpb.com.br/>> (Acesso em abril de 2019).
- Revista Vida e Saúde. <<http://www.revistavidaesaude.com.br/home/>> (Acesso em abril de 2019).
- SDA Kinship. <<https://sdakinship.org/pt/>> (Acesso em 26 de dezembro de 2019).
- Superbom. <<https://www.superbom.com.br/>> (Acesso em 19 de abril de 2019).